



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
DO TRÓPICO ÚMIDO**

**SUELEM MACIEL CARDOSO**

**A CIDADE DOS INVISÍVEIS?**

**Indígenas e impactos de políticas neodesenvolvimentistas em Altamira,  
sudoeste paraense**

**Grafismo *Xipaya*  
Autora: Samara Xipaia**

**Belém  
2018**

**SUELEM MACIEL CARDOSO**

**A CIDADE DOS INVISÍVEIS?**

Indígenas e impactos de políticas neodesenvolvimentistas em Altamira, sudoeste paraense

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Área de concentração: Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais.

Orientador: Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior.

Co-orientador: Prof. Dr. José Carlos Matos Pereira.

Belém  
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

- C268c      Cardoso, Suelem Maciel.  
A CIDADE DOS INVISÍVEIS? : Indígenas e impactos de políticas neodesenvolvimentistas em Altamira, sudoeste paraense / Suelem Maciel Cardoso. — 2018.  
220 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior  
Coorientador(a): Prof. Dr. José Carlos Matos Pereira  
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
1. Políticas neodesenvolvimentistas. 2. Impactos socioespaciais. 3. Indígenas na cidade. 4. Amazônia. 5. Usina Hidrelétrica Belo Monte. I. Título.

CDD 305.8983811

---

## **SUELEM MACIEL CARDOSO**

**A CIDADE DOS INVISÍVEIS?** Indígenas e impactos de políticas neodesenvolvimentistas em Altamira, sudoeste paraense.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Aprovado em: Belém (PA), 29 de agosto de 2018.

### **BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior  
Orientador – NAEA/UFPA

Prof. Dr. José Carlos Matos Pereira  
Co-orientador – IPPUR/UFRJ

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marcela Vecchione Gonçalves  
Examinadora Interna – NAEA/UFPA

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ivânia dos Santos Neves  
Examinadora Externa – ILC/UFPA

Aos Povos Indígenas na cidade de Altamira.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer sempre é bom e agrada a Deus. Quero aqui expressar minha gratidão a todos que contribuíram com a pesquisa e me apoiaram nesses dois anos de mestrado. Deixo registrado os meus agradecimentos:

A Deus, primeiramente, meu refúgio e fortaleza, que tem realizado cada sonho meu e respondido todas as minhas orações.

Aos meus pais, José Maria e Silvia Maria.

Aos meus irmãos, Sharlene e Edgar.

Ao meu orientador, Saint-Clair, por todas as oportunidades, os ensinamentos e a paciência.

Ao meu co-orientador, José Carlos Matos, por ter aceitado entrar no processo de orientação e abraçar a pesquisa.

Aos professores da UFPa, Campus de Altamira, Michelle Sena, Nelivaldo Cardoso, Francilene Parente e Alessandra Moura pelo suporte em meu trabalho de campo.

Ao Iago Dias, Josy Lima, Romário Silva e Igor Monteiro pela amizade e apoio em Altamira.

À Carolina Cardoso, grande amiga, por me guiar em minhas atividades de campo em Altamira.

Aos estudantes da Casa do Estudante Aline Flor do Campus de Altamira por terem me recebido tão bem e me hospedado durante o mês de campo. Em especial ao Pedro, à Flor, à Jéssica, ao Júnior, à Adriel, à Renara, à Keyla, ao Wellington e ao Rafael, hoje, grandes amigos.

À Antônia Melo, do Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS).

À Carolina e à Thais, do Instituto Socioambiental (ISA).

À Toinha, da Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP).

Ao Coordenador da FUNAI em Altamira, Gilson Curuaia.

À Elza Xipaia, por compartilhar materiais de seu acervo pessoal e pela confiança depositada.

Aos presidentes das associações indígenas: Maria Xipaia, Irazilda Juruna, Socorro Arara, Luís Xipaia e Claudio Curuaia.

Ao seu Raimundo Xipaia Curuaia, por me apresentar grande parte das famílias indígenas, por compartilhar sua experiência de vida.

A todas as famílias indígenas entrevistadas na cidade de Altamira.

À Samara Xipaia, Claudio Curuaia e Guto Arara pelos grafismos feitos para compor as capas deste trabalho.

A meus colegas do GEOURBAM por compartilharem ideias, experiências e por toda a ajuda ao trabalho.

Em especial aos amigos que estiveram ao meu lado nos momentos mais difíceis: Ágila Chaves, Eliana Machado, Amanda Cristina, Andreza Ferreira, Sharlene Cardoso, Samya Coelho e Diego Salgado.

À Vitória Silva, psicóloga.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, em especial ao José e a Josy.

Aos colegas de mestrado da turma de 2016, Naiara, Jime, Nelson, Benison e Maria Lúcia (*in memoriam*).

A todos os professores da pós-graduação, em especial às professoras Mirleide Bahia, Edna Castro, Claudía Azevedo, Nirvea Ravena, Simaia Mercês, Lúgia Simonian, Rosa Acevedo e Marcela Vecchione.

À equipe do LAENA, Wellington e a Jéssica, por todo o suporte e pela elaboração dos mapas deste trabalho.

À Raissa Maciel, grande amiga, pela ajuda com a correção do trabalho.

À Simone e ao Sidney, da reprografia do NAEA, pela amizade e incentivo no decorrer desses anos.

À CAPES, pelos dois anos de bolsa que me possibilitaram fazer o curso de mestrado e a pesquisa.

*"A cidade elevou-se, no simbólico dominante, ao lugar privilegiado de distanciamento da Natureza, ao lugar da civilização, ao lugar do sucesso moderno, à materialização do progresso e do desenvolvimento [...] A cidade se fez, assim, o lugar privilegiado para não sermos nós mesmos, para deixarmos de nos olhar no espelho, e, ao contrário, para tentarmos viver uma farsa de imitações do que é externo, do "civilizado", do "desenvolvido", do modelo-colonial.*

*As cidades são o coração da reprodução dos modos de vida dominantes, coloniais, modernos, capitalistas [...] E, no entanto, nossas cidades não escapam de sua sina: não podem ser habitadas por nossos outros modos de vida profundamente indígenas ou originários, que disputam a partir do "popular" seus significados e suas configurações.*

*Sim, é preciso ter a coragem de se perder do que viemos normalizando como espaço e modos de vidas urbanos: perder-se dessas características com as quais temos acreditado que deveríamos urbanizar-nos, sinônimo de civilizar-nos. Não há outra maneira de nos encontrarmos, de nos reencontrarmos..." (Rodríguez Ibáñez, 2016, p. 297-298).*

## RESUMO

Sob a perspectiva interdisciplinar, esta pesquisa vai ao encontro do tema “indígenas em cidades de grandes projetos”. Analisar a presença e o significado dos povos indígenas na cidade média de Altamira no contexto dos grandes projetos amazônicos, associado ao modelo neodesenvolvimentista, no período mais recente, é seu principal objetivo. Nesse sentido, o espaço urbano altamirense é nosso recorte empírico de análise, sendo alvo de muitas políticas públicas e privadas conflitantes com os modos de vida de uma cidade com forte vínculo com o rio Xingu. Para sistematização da pesquisa, lançamos mão dos seguintes procedimentos metodológicos: a) revisão bibliográfica teórico-conceitual de temas pertinentes à pesquisa; b) revisão histórico-geográfica sobre a formação socioespacial da cidade de Altamira; c) levantamento de dados primários e secundários sobre os povos indígenas na cidade de Altamira e seus modos de vida, bem como o significado deles no contexto das políticas de desenvolvimento urbano e regional e de mitigação e compensação de impactos da Usina Hidrelétrica Belo Monte; d) realização de entrevistas individuais gravadas, com perguntas semiestruturadas. Com a implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, na sub-região do sudoeste paraense e curso médio do rio Xingu, no âmbito das políticas neodesenvolvimentistas, muitos direitos dos povos indígenas médio-xinguanos foram violados. A partir do empreendimento, aumentou-se o movimento de luta por direitos e por políticas específicas para essa população diferenciada, sobretudo no espaço intraurbano de Altamira, o que se refletiu no aumento do número de organizações indígenas e de seus associados na cidade. O conjunto de políticas projetadas para a região e para a cidade, de desenvolvimento e mitigação e compensação de impactos da Usina Hidrelétrica Belo Monte, apesar de seus diagnósticos atentarem para algumas particularidades, como a presença indígena e seus modos de vida, isto, de fato, não tem sido levado em consideração.

**Palavras-Chave:** Políticas neodesenvolvimentistas. Impactos socioespaciais. Indígenas na cidade. Altamira. Amazônia. Usina Hidrelétrica Belo Monte.

## ABSTRACT

From an interdisciplinary perspective, this research meets the theme "indigenous people in cities of large projects". Analyzing the presence and meaning of indigenous peoples in the middle city of Altamira in the context of large Amazonian projects, associated with the neodevelopment model, in the most recent period, is its main objective. In this sense, the urban space is our focus of empirical analysis, being the target of many public and private policies conflicting with the ways of life of a city with a strong link with the Xingu River. To systematize the research, we use the following methodological procedures: a) theoretical-conceptual bibliographic review of themes pertinent to the research; b) historical-geographic revision on the socio-spatial formation of the city of Altamira; c) survey of primary and secondary data on indigenous peoples in the city of Altamira and their ways of life, as well as their significance in the context of urban and regional development policies and the mitigation and compensation of impacts of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant; d) individual recorded interviews with semi-structured questions. With the implementation of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant, in the sub-region of the Southwest of paraense and the middle course of the Xingu River, in the scope of neo-developmental policies, many rights of the Xingu-indigenous peoples have been violated. From the enterprise, the movement for rights struggle and specific policies for this differentiated population was increased, especially in the intra-urban space of Altamira, which was reflected in the increase in the number of indigenous organizations and their associates in the city. The set of policies designed for the region and the city to develop and mitigate or compensate for impacts of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant, despite the fact that their diagnoses are attentive to some particularities, such as the indigenous presence and their way of life, has not been taken into account.

**Keywords:** Neo-development policies. Socio-spatial impacts. Indigenous people in the city. Altamira. Amazon. Belo Monte Hydroelectric Power Plant.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01.</b> Altamira: população total e indígena nos censos de 2000 e 2010 .....	79
--	----

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01.</b> A voz dos atingidos I: indígenas na cidade de Altamira impactados pela barragem e não mitigados e/ou compensados.....	93
<b>Quadro 02.</b> Associações Indígenas na cidade de Altamira .....	110
<b>Quadro 03.</b> Cidade de Altamira e Volta Grande do Xingu: programas diferenciados propostos para indígenas .....	123
<b>Quadro 04.</b> Altamira: demandas dos indígenas na cidade .....	125
<b>Quadro 05.</b> Altamira: medidas que poderiam ser tomadas para melhorar a vida dos povos indígenas na cidade .....	127
<b>Quadro 06.</b> Município de Altamira: obras do PAC .....	138
<b>Quadro 07.</b> Sudoeste do Pará: objetivos do PDRS do Xingu .....	144
<b>Quadro 08.</b> Sudoeste do Pará: eixos temáticos e diretrizes do PDRS do Xingu.....	146
<b>Quadro 09.</b> Sudoeste do Pará: câmaras técnicas do PDRS do Xingu .....	147
<b>Quadro 10.</b> Altamira: projetos submetidos às Câmaras Técnicas que beneficiam os indígenas na cidade.....	150
<b>Quadro 11.</b> Altamira: programas do Plano Operativo do PBA-CI.....	160
<b>Quadro 12.</b> PBA: Síntese do Plano de Requalificação Urbana .....	164
<b>Quadro 13.</b> Altamira: síntese dos projetos que compõem o Programa de Intervenção .....	167
<b>Quadro 14.</b> A voz dos atingidos II: indígenas impactados e reassentados .....	174
<b>Quadro 15.</b> Projeto RUC Pedral: histórico de sua implantação (04/2013-03/2018).....	185

## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 01.</b> Índia Tuíra Kayapó e o engenheiro José Antônio Muniz Lopes .....	32
<b>Foto 02.</b> Monumento dos II jogos indígenas de Altamira .....	49
<b>Foto 03.</b> Monumento em homenagem aos seringueiros nordestinos .....	67
<b>Foto 04.</b> Arquitetura indígena .....	68
<b>Foto 05.</b> Comércio e serviços na Avenida 7 de setembro .....	69
<b>Foto 06.</b> Cena do filme <i>Bye Bye Brasil</i> .....	71
<b>Foto 07.</b> Vai e vem das embarcações pelo rio Xingu .....	85
<b>Foto 08.</b> Embarcações de pequeno porte atracadas à beira do rio Xingu no bairro Centro ....	86
<b>Foto 09.</b> Área da lagoa no bairro Jardim Independente I .....	87
<b>Foto 10.</b> Rua do Bairro Jardim Independente I .....	90
<b>Foto 11.</b> Quintal de uma família indígena no RUC São Joaquim.....	91
<b>Foto 12.</b> Imagens da AIMA e seus espaços internos .....	103
<b>Foto 13.</b> Resistência indígena contra Belo Monte.....	109

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 01.</b> Localização do Município de Altamira no sudoeste paraense .....	22
<b>Mapa 02.</b> Terras Indígenas no Município de Altamira .....	60
<b>Mapa 03.</b> Centralidade de Altamira no sudoeste paraense.....	66
<b>Mapa 04.</b> Altamira: Localização das famílias indígenas no espaço urbano na década de 2000.....	83
<b>Mapa 05.</b> Deslocamento da população atingida de Altamira .....	172

## **LISTA DE SIGLAS**

**ADA-** Área Diretamente Afetada

**AHE-** Aproveitamento Hidroelétrico

**AIMA-** Associação dos Índios Moradores de Altamira

**CASAI-** Casa de Saúde do Índio

**CGDEX-** Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu

**CIDH-** Comissão Interamericana de Direitos Humanos

**CIMI-** Conselho Indigenista Missionário

**CNEC-** Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores

**CT-** Câmaras Técnicas

**CTL-** Coordenação Técnica Local

**DDPI-** Declaração Sobre o Direito dos Povos Indígenas

**DSEI-** Distrito Sanitário Especial Indígena

**DTT-** Divisão Territorial do Trabalho

**EIA-** Estudo de Impacto Ambiental

**FUNAI-** Fundação Nacional do Índio

**FVPP-** Fundação Viver, Produzir e Preservar

**GTI-** Grupo de Trabalho Intergovernamental

**IBAMA-** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**IBGE-** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**INCRA-** Instituto de Colonização e Reforma Agrária

**IPTU-** Imposto Predial e Territorial Urbano

**ISA-** Instituto Socioambiental

**MAB-** Movimento dos Atingidos por Barragem

**MPF-** Ministério Público Federal

**MXVPS-** Movimento Xingu Vivo Para Sempre

**NAEA-** Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

**OIT**- Organização Internacional do Trabalho

**PAC**- Programa de Aceleração do Crescimento

**PBA**- Projeto Básico Ambiental

**PBA-CI**- Projeto Básico Ambiental – Componente Indígena

**PDRS**- Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável

**PIN**- Plano de Integração Nacional

**PND**- Plano Nacional de Desenvolvimento

**PSDB**- Partido da Social Democracia Brasileira

**PT**- Partido dos trabalhadores

**PTP**- Planejamento Territorial Participativo

**SAI**- Superintendência de Assuntos Indígenas

**SPVEA**- Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

**SUDAM**- Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

**RIMA**- Relatório de Impacto Ambiental

**RUC**- Reassentamento Urbano Coletivos

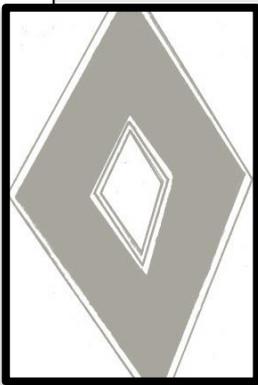
**TRF1**- Tribunal Regional Federal da 1º Região

**UFPA**- Universidade Federal do Pará

**UHE**- Usina Hidroelétrica

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO 1: E o velho se fez novo: modernização do espaço amazônico e a presença indígena</b> .....	<b>31</b>
1.1- Amazônia: espaço, modos de vida e cidadania indígena .....	33
1.2- Entre a ordem próxima e a ordem distante: a produção do espaço amazônico.....	38
1.3- Neodesenvolvimentismo e grandes projetos na Amazônia indígena.....	44
<b>CAPÍTULO 2: Do aldeamento à cidade média do Xingu: a formação histórico-geográfica de Altamira</b> .....	<b>48</b>
2.1- Da missão Tavaquara à cidade de Altamira .....	51
2.2- A abertura da rodovia e uma nova reconfiguração socioespacial .....	58
2.3- Altamira na aurora do século XXI.....	63
<b>CAPÍTULO 3: Indígenas na cidade</b> .....	<b>70</b>
3.1- A presença indígena nas cidades brasileiras: breves considerações .....	72
3.2- Povos indígenas na cidade de Altamira .....	79
3.2.1- (Sobre)vivências e modos de vida .....	81
3.2.2- Resistência e organização política .....	106
3.2.3- Do direito à cidadania ao direito à cidade .....	119
<b>CAPÍTULO 4: A cidade dos invisíveis? Povos indígenas e as políticas para/por Belo Monte em Altamira</b> .....	<b>131</b>
4.1- (In)visibilidade indígena nas políticas de desenvolvimento urbano e regional.....	133
4.1.1- Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e II) .....	135
4.1.2- Plano do Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu .....	141
4.1.3- Plano Diretor do Município de Altamira .....	154
4.2- Os Programas de Mitigação e Compensação de Impactos de Belo Monte e a Presença Indígena.....	158
4.2.1- Projeto Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) .....	158
4.2.2- Plano de Requalificação Urbana de Altamira .....	164
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>197</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>205</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>217</b>



## **INTRODUÇÃO**

**D**esde a chegada dos portugueses, o espaço amazônico tem sido palco de grandes transformações em diferentes escalas. Sob a visão de um vazio demográfico, a história de ocupação europeia na Amazônia é retratada desconsiderando a populosa presença das sociedades pré-existentes devidamente organizadas e estratificadas (CUNHA, 2012; SOUZA, 2015), com uma diversidade de línguas, vivendo nos interiores das matas e nas beira-rios, constituindo-se em verdadeiras “nações” e que, após o contato, passaram a ser denominadas genericamente de *indígenas*, tendo suas perspectivas histórias interrompidas pelo projeto colonial, ocasionando um verdadeiro etnocídio<sup>1</sup> sem precedentes (HECK et al, 2005).

A ocupação dos portugueses, pautada em uma série de conflitos com as sociedades que já se faziam presentes, marca o início de significativas intervenções através de estratégias econômicas e políticas adotadas. A partir desses conflitos, choques de culturas e imposições, vilipendiando os povos indígenas, disseminavam ideias de abandono da vida na floresta, aprendizado da língua lusitana, adoção de roupas e a conversão à religião católica (HENRIQUE, 2012). Nesse momento, articulam-se mudanças generalizadas que reconfiguram o espaço amazônico. Com a densa floresta, rios e subsolo, nos períodos seguintes, importantes políticas de expansão e ciclos econômicos se rebateram na região, majoritariamente de forma negativa sobre os povos indígenas que tiveram seus modos de vida e cosmovisão negados por serem considerados seres inferiores, vistos primeiramente como mão de obra barata e depois como empecilhos para promoção de um “desenvolvimento” na região.

Nessa conjuntura, a vinda das missões religiosas, em meados do século XVII e início do século XVIII, também se configura como um importante marco histórico e geográfico para a Amazônia, com o estabelecimento de povoações e colonização de áreas indígenas distantes (SILVA; NEVES, 2012) através de um processo de “caça” aos indígenas e descimentos<sup>2</sup>. Dentre essas ordens religiosas, destacam-se os Jesuítas, que conforme apontou Cunha (2012, p. 20), “talharam para si um enorme território missionário”. De acordo com Castro e Campos (2015, p. 416), “o poder colonial e a catequese destribilizaram, desaldearam, arrancaram os índios de seus territórios e de suas culturas e os levaram, através de descimentos para outros

---

<sup>1</sup> Também chamado de “genocídio cultural”, configura-se como uma prática de imposição através da violência de um processo de eliminação de uma cultura, língua ou religião, constituindo-se, desta forma, uma violação de direitos humanos, assemelhando-se ao genocídio (VIEIRA, 2011).

<sup>2</sup> Os descimentos eram processos constantes e incentivados durante o período da colonização, constituíam-se como deslocamentos dos povos indígenas para novas aldeias localizadas próximas aos estabelecimentos portugueses, incentivando, através desse aldeamento, o contato com os portugueses, civilização dos índios e a utilização de seus serviços (PERRONE-MOISÉS, 1992).

lugares de redistribuição, ignorando seu pertencimento étnico e territorial”. Segundo Corrêa (1987), essas ordens religiosas foram responsáveis pela criação de aldeias missionárias e formavam, assim, núcleos de povoamento, exercendo o controle sobre os indígenas. Tais processos são observados, por exemplo, na região do médio Xingu, com a criação, pelos padres jesuítas, do aldeamento Tavaquara, à margem do rio, gênese do que hoje é a cidade de Altamira, com o descimento de etnias como os Xipaia e os Curuaia.

Corrêa (1987) sinaliza ainda que esses núcleos constituíam-se, também, no embrião da rede urbana comandada por Belém, nesse movimento simultâneo de expansão do território, ocupação e exploração extrativista. Conforme constatou Souza (2015), o povoamento nesse período se concentrou nas margens dos rios, haja vista o acesso ao mercado para escoar os produtos extraídos da floresta ser a principal preocupação, assim o interior ficou habitado por indígenas remanescentes.

Com as políticas pombalinas, período mais tarde, a organização produtiva passa a ser reconfigurada, havendo, desta forma, uma nova racionalização do trabalho e uma redução do poder político e religioso das missões, o que ocasionou posteriormente a expulsão dos missionários jesuítas e a promoção de medidas que culminavam como negação das culturas indígenas (CASTRO; CAMPOS, 2015). Havia, nesse período, um incentivo ao casamento de soldados e colonos com indígenas, além da elevação das aldeias missionárias, na segunda metade do século XVII, à categoria de vilas (CORRÊA, 1987).

Com o advento do ciclo da borracha, novos processos reconfiguraram o espaço com a migração em massa de nordestinos, mantidos dentro de um sistema de aviamento, trabalhando na condição de semiescravidão. Sob os mandos dos senhores da borracha, pela força, ocuparam territórios de indígenas sobreviventes e refugiados no interior da floresta e alto dos rios, ocasionando milhares de mortes de ambos os lados (HECK et al, 2005). Conforme afirma Henrique (2012), os povos indígenas, ao longo desse século, foram mão de obra na extração do látex. Ademais, é necessário sublinhar que a união interétnica, entre indígenas e seringueiros não índios, era um fato comum e justifica até os dias atuais a presença indígena em áreas de extração de seringueiras, bem como de castanhais, e que vivem da extração desses produtos da floresta, na condição de ribeirinhos. De acordo com Souza (2015), a mistura entre brancos, índios e negros, que passaram a integrar a mão de obra da região, criou uma mestiçagem, não acompanhada de uma integração cultural, salvo algumas exceções, haja vista que gostos e ferramentas de origem europeia acabaram se sobrepondo.

Contudo, é pertinente ressaltar, segundo Corrêa (1987), que é com o advento do ciclo gomífero na Amazônia, alcançando seu período áureo entre 1850 e 1920, que significativas mudanças ocorreram tanto no que concerne à economia local, que foi aquecida, quanto à expansão da rede urbana amazônica, marcada por um padrão dendrítico/ribeirinho, com o revigoramento dos núcleos existentes e o surgimento de outros. Para a região onde se localiza o rio Xingu, o advento da extração do látex significou a ascensão dos núcleos urbanos de Altamira, Souzel e Porto de Moz, pontos de suporte para o processo de circulação da produção. Com o declínio da atividade, um refluxo populacional se instaurou e muitos que estavam nas ilhas se dirigiram para as cidades em busca de outras atividades econômicas e melhoria da qualidade de vida.

No período dos sucessivos governos militares, novas políticas são projetadas para a região amazônica, com o intuito de integração nacional e de inserção de forma mais precisa nos moldes da acumulação capitalista. As parcelas desse espaço amazônico, sobretudo as cidades que historicamente se destacaram com os ciclos econômicos anteriores, começaram a responder, de forma mais concreta, à lógica da acumulação.

Em face da abertura da fronteira econômica e da implantação de objetos técnicos, novas lógicas estranhas ao lugar são impostas para a região, que passa a ser reconfigurada, definindo novos papéis para suas cidades. De acordo com Becker (1990), essa urbanização da fronteira, verificada nas décadas de 1970 e 1980, trouxe como características: o aumento da população urbana nas capitais estaduais; a expansão e consolidação de centros regionais, sub-regionais e locais; a reprodução de pequenos núcleos dispersos vinculados à mobilidade de trabalho; a retração de núcleos antigos localizados à margem dos rios que tiveram sua importância relativizada com as novas formas de circulação; e a implantação de franjas urbanas avançadas, correspondentes às cidades planejadas das grandes corporações.

Desta forma, ganham ênfase as cidades médias amazônicas que, segundo Sposito (2001), caracterizam-se como centros urbanos de perfil e de natureza – que não se restringem a um patamar demográfico e localizações dentro dos perímetros de aglomerações metropolitanas – condicionadas pela importância e por características geográficas no cenário regional em que pertencem, possuindo uma relativa densidade de fixo e de fluxos que atendem às demandas dentro dos contextos intrarregional e extrarregional. Para o caso das cidades médias amazônicas, Trindade Jr. e Ribeiro (2009) analisam que a densidade dos fixos não tem sido o fator principal para a importância que essas cidades desempenham, mas por se colocarem como pontos para os quais convergem fluxos, definindo-as como “nós” no espaço

regional com circulação de fluxos de várias ordens, devido às suas infraestruturas, relativas densidades técnicas e atividades econômicas, sociais e políticas. Nesse sentido, no cenário paraense, ganham destaque as cidades de Marabá, Santarém e Altamira.

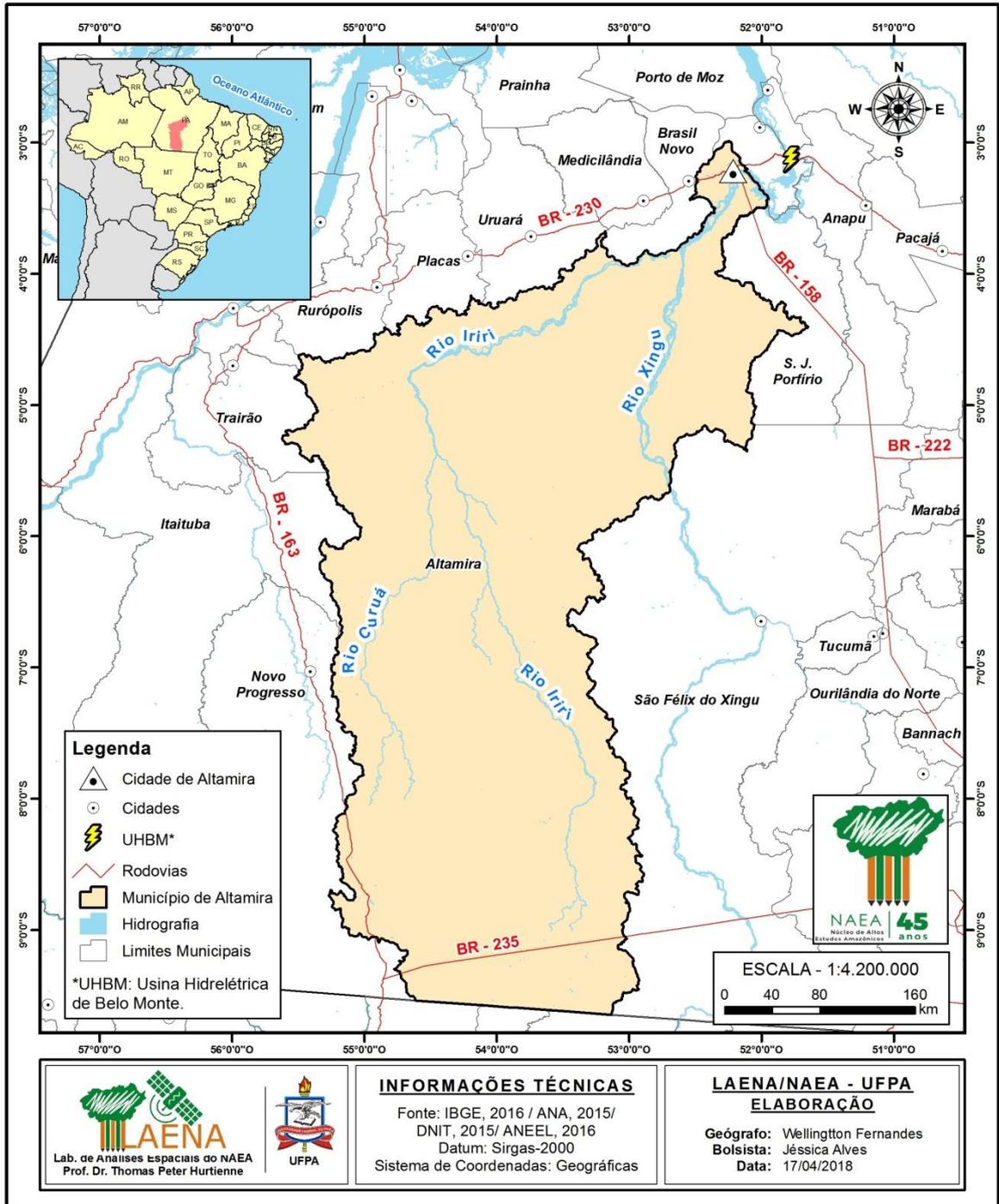
No âmbito dessas políticas desenvolvimentistas para a região, um conjunto de planos, programas e projetos são constituídos dentro da agenda da política nacional. Nesse sentido, passam a ganhar forma na Amazônia os grandes projetos econômicos, sob o desenvolvimentismo nacional. Com isso, cidades médias como Altamira (médio Xingu) e Marabá (médio Tocantins), tornam-se relevantes como bases logísticas de empreendimentos.

Cabe destacar que esse desenvolvimentismo tinha como eixo articulador a preocupação de integrar industrialização e formação econômica e social, subordinando a vida econômica nacional à lógica do capital internacional (SAMPAIO JR., 2012).

De acordo com Costa (2004, p. 40), para a sobrevivência da reprodução capitalista no Brasil, foi necessário descobrir essas novas áreas a serem apropriadas. Dessa forma, a violência contra índios e camponeses foi a maneira que se utilizou, com o amparo do judiciário e do legislativo, com o intuito de conquistar ou anular as bases de produção e os modos de vida não capitalistas.

Dentro dessa lógica de integração e de articulação, tem-se a abertura da BR-230, a Transamazônica, estabelecendo uma ligação até o sul do Brasil, arrasando áreas indígenas e culminando com a expulsão de muitos para as periferias das cidades. Tal processo se verifica na cidade de Altamira, sede do maior município do Brasil, localizada na sub-região do sudoeste paraense à margem esquerda do rio Xingu, entrecortada por importantes rodovias que a conecta a espaços no contexto intrarregional e extrarregional (Mapa 01).

Mapa 01. Município de Altamira: localização no sudoeste paraense



Saraiva (2005, p. 57) aponta que a partir da abertura da Transamazônica e da política de colonização, os índios dessas áreas passam a sofrer, de forma mais intensa, uma pressão territorial dada à formação de grandes e pequenas fazendas e a fixação de trabalhadores rurais que foram instalar-se próximos à rodovia.

Em período mais recente, um novo conjunto de políticas sob a égide economicista é projetado no âmbito da agenda nacional para a região. Projetos antigos voltam a entrar em pauta, gerando grande descontentamento e conflitos com a sociedade local e com entidades da luta socioambiental. Nesse contexto, na década de 2010, a UHE Belo Monte, ganha forma, tendo na cidade de Altamira sua principal base logística. Fomentou-se, assim, um conjunto de medidas para o desenvolvimento urbano e regional e para mitigação<sup>3</sup> de impactos. Contudo, essas políticas não parecem, de fato, levar em conta as particularidades do urbano e do regional, a exemplo da sociodiversidade desse contexto, sobretudo da presença pluriétnica indígena na cidade de Altamira, apesar de, no plano textual desses projetos, até serem mencionadas.

Nesse sentido, a partir desses elementos que trazem inquietações, elencamos as seguintes questões como norteadoras da pesquisa:

- a) qual a importância de uma cidade média, a exemplo de Altamira, como espaço de vida de populações indígenas?
- b) como vivem os povos indígenas nessa cidade média?
- c) as políticas de desenvolvimento urbano e regional e de mitigação e compensação de impactos levam ou não em consideração a presença e o significado dos indígenas na cidade em face da implantação do AHE Belo Monte?
- d) existem, efetivamente, espaços de interlocução entre as organizações indígenas e as agências governamentais que atentem para suas questões e demandas diante desse grande empreendimento?

Diante dessas questões, o trabalho tem por objetivo geral analisar a presença e o significado dos povos indígenas na cidade de Altamira no contexto dos grandes projetos

---

<sup>3</sup> De acordo com Leme (2009), compreende-se que as ações de mitigação são voltadas para diminuir, acompanhar e compensar impactos gerados pela implantação da UHE Belo Monte. No que concerne aos programas que serão analisados neste trabalho, consistem em programas de mitigação e de compensação de impactos.

amazônicos, associado ao modelo neodesenvolvimentista, no período mais recente. Esse objetivo, por sua vez, subdivide-se nos seguintes três outros específicos:

- a) contextualizar histórica e geograficamente a cidade média de Altamira, no sudoeste do Estado do Pará, reconhecendo nela a presença indígena e sua importância em face das grandes transformações que têm marcado essa sub-região nas últimas décadas;
- b) identificar e cartografar o quantitativo e a diversidade dos povos indígenas presentes na estrutura intraurbana de Altamira, de forma a visualizar a sua distribuição espacial no conjunto da cidade;
- c) analisar, com base nas políticas, planos e ações ligados ao AHE Belo Monte, voltadas para o espaço urbano de Altamira e sua respectiva sub-região, o significado e a preocupação atribuída à presença e aos modos de vida dos povos indígenas na cidade, de forma a cotejar os impactos do empreendimento às ações mitigadoras implementadas.

Partimos da hipótese de que, com a instalação do empreendimento de Belo Monte, projeto contido no PAC do governo federal, diversos impactos vêm ocorrendo nas áreas diretamente afetadas por esse, levando a cidade de Altamira a um processo de reorganização socioespacial e a intensos conflitos entre os povos indígenas e a empresa executora da obra. Em virtude disso, vários programas, planos, projetos e ações de desenvolvimento urbano e regional e de mitigação e compensação de impactos estão sendo concebidos e implantados. Entretanto, essas medidas não têm levado em consideração, a contento, a presença, o significado e o modo de vida dos povos indígenas na cidade. Isso remete à invisibilidade de suas demandas e à negação de seu reconhecimento como indígenas pelas organizações estatais e privadas, o que implica na ausência de políticas diferenciadas direcionadas aos indígenas presentes no espaço intraurbano.

A pesquisa apresentada nesta dissertação se configura como qualitativa. Esse tipo de pesquisa, segundo Groulx (2008), aplicada às Ciências Sociais, leva a uma releitura dos problemas, haja vista que ela se atenta à pluralidade de construções e sentidos, conduz a uma percepção mais holística dos problemas e das questões, permitindo, assim, ter em conta o contexto sociocultural de cada situação-problema e de compreender a especificidade e a complexidade dos processos postos em jogo. Além disso, de acordo ainda com esse autor, a

pesquisa qualitativa permite conhecer pontos de vista invisíveis, censurados ou silenciados, propondo também maneiras de intervir e agir.

Caracteriza-se, também, por ser aquela em que o pesquisador faz alegações do conhecimento com base em significados múltiplos das experiências dos indivíduos e significados social e historicamente construídos (CRESWELL, 2007). Esse tipo de pesquisa também se destaca por sua flexibilidade e adaptabilidade. Considera cada problema como objeto de uma determinada pesquisa que precisa de instrumentos e procedimentos específicos (GUNTHER, 2006).

A pesquisa proposta, no que diz respeito aos seus objetivos, apresenta-se como explicativa, uma vez que aprofunda o conhecimento da realidade, tem caráter complexo e fundamento explicativo. Dessa maneira, destaca-se aqui a relevância desse tipo de abordagem para compreensão do objeto de estudo apresentado.

Para alcançar os objetivos elencados, adotamos os seguintes procedimentos metodológicos de investigação na pesquisa:

a) revisão bibliográfica teórico-conceitual de temas pertinentes à pesquisa, como a teoria do espaço socialmente produzido de Lefèbvre (1974, 2006, 2008); as teorias de modo de vida de Cândido (1971) e de Seabra (2003 e 2004); e a teoria do espaço como condição de cidadania, de Santos (2007). Além desses autores destacamos para a compreensão de Altamira como cidade média amazônica Sposito (2001, 2007), Trindade Jr. (2010, 2013), Trindade Jr. e Pereira (2007), Miranda Neto (2016). No intuito de entender a dinâmica de indígenas nas cidades brasileiras nas últimas décadas e, especialmente, no espaço urbano de Altamira, elencamos, por sua importância, Andrello (2006), Arruti (1997), Cardoso de Oliveira (1968), Lasmar (2005), Oliveira (1998), Patrício (2000), Saraiva (2005), Parente (2016).

b) revisão histórico-geográfico sobre a formação socioespacial da cidade de Altamira, baseada em várias fontes de pesquisa, com destaque para Umbuzeiro e Umbuzeiro (2012), Milder (1987), Corrêa (1987), Becker (1990), Costa (2004), Corrêa (2014), Parente (2016), Alonso e Castro (2006), Miranda Neto (2016), Acevedo Marin (2010) e Patrício (2000). A partir desse procedimento pudemos ter uma melhor compreensão da dinâmica na Amazônia dos povos indígenas em uma cidade articulada à lógica global em um contexto extrarregional, polo de grandes políticas estatais de desenvolvimento.

c) levantamento de dados primários e secundários sobre os povos indígenas na cidade de Altamira e seus modos de vida, bem como o significado deles no contexto das políticas de desenvolvimento urbano e regional e de mitigação e compensação de impactos do AHE Belo Monte. Os dados primários consistem naqueles coletados a partir de fontes primárias e originais, portanto dados brutos. Os dados secundários, por sua vez, são aqueles que, de alguma forma, já foram sistematizados, tendo sua origem em fontes secundárias. Nesse sentido, assinalamos por sua importância, os seguintes documentos analisados: Carvalho (2000); o estudo Índios Moradores de Altamira e da Volta Grande do Xingu (LEME, 2009); levantamentos da Norte Energia (2014) e FVPP (2014), que possibilitaram mensurar a quantidade de famílias indígenas que foram realocadas. Visando compreender se os povos indígenas moradores da cidade de Altamira foram considerados, no âmbito das políticas por e para Belo Monte, analisamos as cartilhas regionais do Programa de Aceleração do Crescimento (BRASIL, 2007, 2008, 2010, 2011, 2014a, 2014b, 2015, 2016, 2017); Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (BRASIL, 2009); Plano Diretor do Município de Altamira (ALTAMIRA, 2011); Plano de Requalificação Urbana de Altamira (LEME, 2011); e Projeto Básico Ambiental-Componente Indígena (NORTE ENERGIA, 2017). Esse procedimento se aplica às dimensões de identificação do contexto social global no qual foi produzido o documento e no qual mergulhava seu autor ou autores, na identificação desses autores, seus interesses e motivos que levaram a compor o documento, a autenticidade, a confiabilidade e a natureza do texto, bem como os conceitos-chave e a lógica interna do texto (CELLARD, 2008).

c) realização de entrevistas individuais gravadas, com perguntas semiestruturadas, na cidade de Altamira. Essa técnica, entrevista individual, de acordo com Gaskell (2008), permite a compreensão da cosmovisão do informante. Nela o entrevistado possui papel central, possibilitando a apreensão de experiências individuais detalhadas, assim como escolhas e biografias pessoais. Nesse sentido, foram realizadas entrevistas com: o coordenador regional da FUNAI; a chefe da Câmara Técnica Local de Índios Citadinos e Ribeirinhos; a Coordenadora do Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS); a Advogada do Programa Xingu do Instituto Socioambiental (ISA) em Altamira. Foram entrevistados também os presidentes das associações indígenas na cidade, a saber: Presidente da Inkuri; Presidenta da Kirinapã; Presidenta da Tubyá; e

o Presidente da Associação de Índios Moradores de Altamira (AIMA). Entrevistas com 28 moradores indígenas reassentados e não reassentados. Acredita-se, assim, que os dados obtidos nessa técnica darão subsídios suficientes para alcançar os objetivos propostos na dissertação juntamente com as outras técnicas elencadas, a partir de uma triangulação. Compreendemos a importância de entrevistar agentes ligados à administração municipal e a Norte Energia, empreendedora de Belo Monte, entretanto, apesar das tentativas, não obtivemos êxito. Entendendo, também, a importância do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e sua atuação junto aos povos indígenas no médio Xingu, estava prevista uma entrevista, que não foi possível devido às atividades dos padres, representantes, nas aldeias.

d) análise dos dados coletados à luz do referencial teórico-conceitual previamente revisado e a redação do texto da dissertação.

A partir dessa metodologia buscamos entender como os povos indígenas moradores de Altamira vivem em uma cidade que desempenha um importante papel na rede urbana da qual faz parte e é alvo do capital público e privado, bem como compreender a organização política para se fazerem “visíveis” em meio a esses processos.

O método que buscamos trabalhar para a realização desse trabalho foi o materialismo histórico e dialético. De acordo com Xavier (2013), a opção por esse método significa a apreensão da realidade pelo despojamento das representações e tudo aquilo que mistifica a própria consciência; é entender os problemas humanos para além do plano da aparência, adentrando na essência do ponto de vista de como são interpretados. Ademais, faz-se necessário pensar esse método como produto do vivido, ou seja, da cosmovisão, da apreensão, do entendimento, da realidade. Acerca disso, Quaini (1979) afirma:

o materialismo histórico constitui-se, portanto, como anti-filosofia, como resolução dos problemas especulativos em fatos empíricos, como resolução da filosofia da história e da filosofia da natureza na história natural e humana. Ele instaura uma nova relação entre natureza e homem, que, justamente porque evita cair no monismo espiritualista de Hegel e no monismo naturalista do materialismo fisicalista ou do positivismo e determinismo, que se seguiram, coloca-se num plano decididamente humanista e integralmente historicista e, enquanto tal, não perde de vista nem a historicidade da natureza nem a naturalidade da história (QUAINI, 1979, p. 43).

A história, de acordo com Xavier (2013), vem a ser capturada pelo materialismo dialético no sentido de processo, contradição e superação. Nesse sentido, na concepção lefebvriana a respeito desse método, a absorção dos processos sociais só é possível pela condução da pesquisa pela perspectiva histórica (LEFÈBVRE, 1968 apud XAVIER, 2013). É no âmbito da história das sociedades que a diferença emerge, que permite que o sujeito pense em um outro possível, com base em uma práxis libertadora.

A noção de *práxis* pressupõe a reabilitação do sensível e a restituição, a que já nos referimos, do prático-sensível. O sensível, como bem o compreendeu Fierbach, é o fundamento de todo conhecimento, porque é o fundamento do ser. Não apenas é rico de significação, como também é ação. O mundo humano foi criado pelos homens, no curso de sua história, a partir de uma natureza original que não se dá a nós senão transformada por nossos meios: instrumentos, linguagem, conceitos, signos (LEFÈBVRE, 1994, p. 180-181, *grifo do autor*).

Segundo essas premissas, para Lefèbvre (1994), o prático-sensível conduz à práxis. Podemos chegar à compreensão aqui da noção de sensível como o “vivido”, da prática social, muitas vezes sufocada. Esse autor aponta o duplo fundamento da práxis: o sensível de um lado e, do outro, a atividade criadora estimulada pela necessidade.

A dialética materialista esforça-se para compreender o fenômeno em sua totalidade. Dessa forma, esse método postula que a existência social determina a consciência, permitindo o entendimento do homem como um ser ativo que escreve a história e produz suas condições materiais de existência. A forma com que o homem organiza a sua produção material constitui a base de toda a organização social (MANDEL, 2015).

Lefèbvre (1968) apud Xavier (2013, p. 3) aborda que “o materialismo histórico se justifica pelo desejo de restituir ao pensamento humano sua força ativa – força que ele possuía ‘no início’, antes da divisão do trabalho, quando estava diretamente ligado à prática”.

É a partir dessa perspectiva metodológica que analisaremos o fenômeno que se busca compreender no presente trabalho, embora, como qualquer método, o materialismo histórico e dialético tenha seus limites, os quais podem ser percebidos no plano da pesquisa. Ademais, concordamos com o pensamento de Xavier (2013, p. 08) sobre esse método, para quem “é inegável que seus princípios orientadores provocam, incitam o debate e, por isso mesmo, correspondem à realidade enquanto processo social, enquanto devir”.

Ressaltamos que “esse método não é estático, é dinâmico. Posto que não se restringe ao imediato, trabalha com a história e, nela, enxerga a contradição que emana de quaisquer

dicotomias” (XAVIER, 2013, p. 08). Mediante o exposto, pretendemos dar voz aos indígenas residentes na cidade de Altamira, que lutam por seus direitos já assegurados em textos jurídicos, como a Constituição Federal de 1988 e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para, assim, alcançar a condição de cidadania e o respeito à sua identidade e modos de vida em uma cidade em transição e alvo de macropolíticas.

Dessa maneira, com o intuito de alcançar nossos objetivos e responder as questões problema, a dissertação está dividida em quatro partes: o primeiro capítulo apresenta as teorias a serem trabalhadas na pesquisa e sua aplicabilidade no objeto de estudo em questão, bem como conceitos e temáticas que nos permitem discutir a modernização do espaço amazônico, debatendo a seletividade e os novos perfis de cidade na Amazônia. Apresenta, assim, os embates das políticas dos grandes projetos e a questão indígena na região com ênfase na presença desses povos nas cidades. Sob a teoria do espaço socialmente produzido de Henri Lefèbvre, compreendemos o espaço amazônico e as parcelas que o compõe, em específico, a cidade de Altamira.

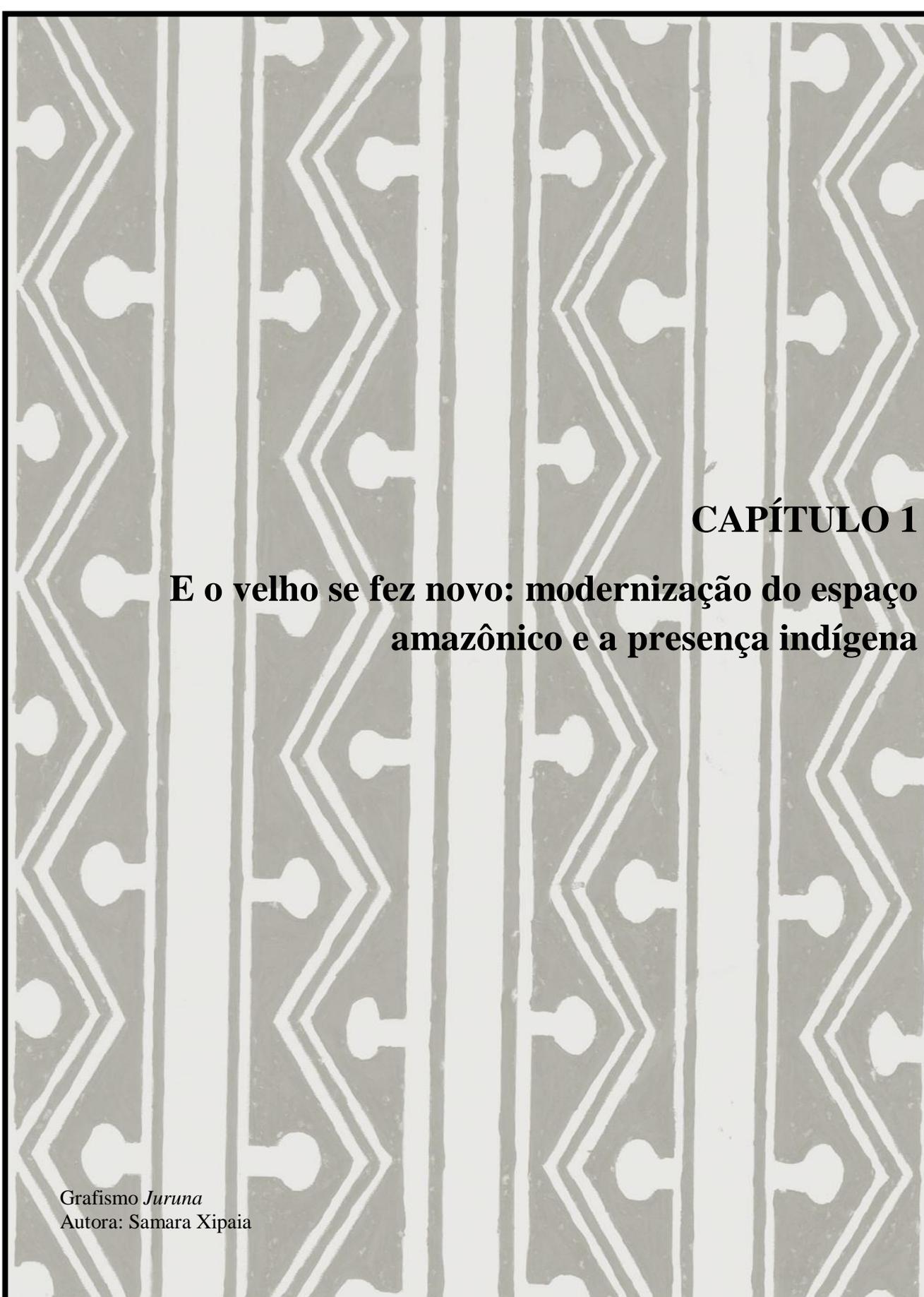
No segundo capítulo contextualizaremos histórica e geograficamente a cidade de Altamira, reconhecendo seu papel de cidade amazônica com forte presença de múltiplas etnias em face das grandes transformações que têm marcado a região nas últimas décadas. Nesse sentido, apresentar-se-á um histórico a partir das missões religiosas na região do Xingu e a criação do aldeamento missionário Tavaquara, composto, sobretudo por Xipaia, Curuaia e Juruna descidos pelos missionários. O aldeamento deu origem ao que hoje é a cidade de Altamira, que chega aos dias atuais como uma cidade importante na rede urbana a qual pertence e na economia do Estado do Pará. Inserida, pelo papel que lhe foi conferido, em um jogo dialético de relações locais e globais, responde de forma mais decisiva nas últimas décadas à lógica da acumulação capitalista. Contudo, em seu conteúdo, verificam-se processos de resistências no plano do cotidiano, dos sujeitos que lutam por seus direitos e a seguridade de seus modos de vida.

O capítulo três, inicialmente, aborda de forma breve a problemática da presença indígena nas cidades brasileiras e seu crescimento nas últimas décadas, bem como os processos que conduzem a isso. Em um segundo momento, buscamos identificar os povos indígenas presentes na cidade de Altamira e sua espacialização diante das mudanças que têm ocorrido na cidade. Mostraremos como vivem ou sobrevivem esses indígenas com seus modos de vida frente aos impactos ocasionados por Belo Monte. Ademais, destacaremos a

organização desses povos em associações na cidade e o apoio dos movimentos sociais diante desse contexto de conflitos e luta para serem vistos e terem seus direitos assegurados.

O quarto capítulo traz a análise dos planos, programas e projetos implementados no sudoeste paraense, em específico, para Altamira, com o intuito de desenvolvimento urbano e regional, a partir da hidrelétrica de Belo Monte, bem como de mitigação e compensação dos impactos causados pela amplitude de seus processos. A análise verifica se há políticas diferenciadas para os indígenas residente em Altamira e de que forma se dá o acesso a elas.

Por fim, destacamos que a presente pesquisa não reduz sua análise ao econômico e ao estrutural. Tenta trazer “visibilidade” a sujeitos historicamente vilipendiados pelo Estado brasileiro e por suas ações. A partir de uma práxis, a tomada de consciência coletiva e de organização política, esses sujeitos buscam assegurar direitos garantidos em textos jurídicos e políticas diferenciadas.



## CAPÍTULO 1

# **E o velho se fez novo: modernização do espaço amazônico e a presença indígena**

*Grafismo Juruna*  
Autora: Samara Xipaia



FOTO 01. ÍNDIA TUÍRA KAYAPÓ E O ENGENHEIRO JOSÉ ANTÔNIO MUNIZ LOPES: a imagem retrata um fato histórico que ficou conhecido como um dos maiores símbolos de resistência contra grandes empreendimentos na Amazônia, ocorrido no I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em 1989, em Altamira. Como consequência desse evento, o projeto de construção da hidrelétrica de Kararaô foi arquivado e o movimento em defesa do rio Xingu, dos povos e da floresta ganha força.  
Autor: Protásio Nene/AE, fevereiro de 1989.

*Em 2008, com o governo Lula no comando, na presidência, nós imaginávamos que o presidente da república, do Partido dos Trabalhadores, que todo o partido era contra a construção dessas barragens, nós imaginávamos que a coisa ia ser diferente, que ia haver respeito. Enfim, que o povo ia ser ouvido, respeitado, e foi ao contrário também. Então, em 2008, nós nos reunimos e os indígenas nos convidaram pra Bacia do Xingu dos Kayapós. Nos convidaram a realizar um grande encontro, nos moldes de 89 dos Kayapós, para chamar o governo e dizer pra ele que os indígenas e os movimentos sociais, continuavam mantendo a sua posição firme contra a construção, contra esse modelo, contra a construção desse empreendimento no rio Xingu [...] No final desse encontro, o governo ignorou, o governo foi muito prepotente. E aí, então, os indígenas, no final do encontro, reafirmaram a sua posição contrária à construção de barragem no seu rio [...] Então, junto a Belo Monte, junto à reforma contra esse modelo, a exemplo de Belo Monte, também lidera a questão da vida ambiental [...] que vem até hoje seguindo esses mesmos passos, essa mesma luta, é claro, lutando pelo outro modelo de desenvolvimento - que os povos da Amazônia já sabem fazer - que não somos respeitados e pelo respeito à Amazônia. Queremos levar a Amazônia pro mundo, à própria sociedade brasileira. Até os 'amazônidas' não conhecem, não tem, não tem... um sentimento de pertença do seu território. Uma luta para que os próprios 'amazônidas' reconheçam e se empoderem desse direito, do direito do seu próprio território. Porque se não conhece, a gente não ama e não defende aquilo que a gente não conhece (Coordenadora do MXVPS, 68 anos, agosto de 2017).*

**O** excerto, extraído da entrevista com a coordenadora do MXVPS, mostra as formas de organização e oposição frente ao padrão de desenvolvimento direcionado para a Amazônia, sustentado sob a égide economicista, que passa por cima das questões socioambientais e viola direitos. Esse modelo de desenvolvimento é expresso em políticas na forma de grandes projetos, que entram em conflito com a realidade local. É na cidade, porém, que se dá a luta da população local, dos povos indígenas e da sociedade civil organizada. Fatos como o I Encontro dos Povos Indígenas, em 1989, e o encontro de 2008, Encontro Xingu Vivo Para Sempre, mencionados na entrevista, marcam essa relutância frente a esses grandes projetos. Nesse sentido, ambos os acontecimentos abordados, tratam da resistência em décadas diferentes diante de um mesmo empreendimento, atualmente renomeado UHE Belo Monte.

E o velho se fez novo!

### **1.1- Amazônia: espaço, modos de vida e cidadania indígena**

A modernização<sup>4</sup> do espaço amazônico brasileiro se deu em razão das imposições do capital para a sua reprodução. A essa região foi atribuído um novo papel na Divisão Territorial do Trabalho, configurando uma modernização seletiva do espaço, que possibilitou o desenvolvimento de novos perfis de cidades e que ganham ênfase no âmbito das interferências do capital público e privado. Uma imposição que é estranha ao lugar, reorganiza o espaço citadino e afeta modos de vida da população local. Com isso, vários conflitos são desencadeados, sobretudo com as populações tradicionais<sup>5</sup>, a exemplo dos povos indígenas que vivem nessas cidades, sendo originários dessas áreas ou não.

Compreende-se aqui o espaço amazônico, em específico a cidade de Altamira, segundo a teoria de Lefèbvre (1974, 2006, 2008), como um espaço socialmente produzido por diferentes sujeitos, contendo uma “ordem próxima” das relações diretas entre indivíduos e grupos que compõem a sociedade, e uma “ordem distante”, que se institui em um nível superior, isto é, dotada de poderes, a ordem da sociedade regida por grandes e poderosas instituições, concebida dentro de ideologias e contextos estruturais (LEFÈBVRE, 2006).

Lefèbvre (2006, p. 46) afirma que a cidade é “obra de uma história, isto é, de pessoas e grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas”. Dessa maneira, depreende-se que a cidade é composta por múltiplos tempos e múltiplas formas de vivências, sendo constituída por agentes diferentes e de interesses diversos expressos ao longo desses tempos. Nesse sentido, segundo a concepção desse autor, a cidade possui um valor de uso e um valor de troca.

Tomando como base essas concepções, podemos entender a cidade de Altamira como uma mediação entre duas ordens e obra produzida por diferentes grupos. Nela coexistem múltiplos tempos, da cidade indígena/ribeirinha à cidade de um grande projeto, como Belo Monte. Altamira não pode ser compreendida sem o entendimento do espaço que a constitui, haja vista que ela se materializa, com tudo que a implica, em um espaço com conteúdo social.

Esse espaço deve ser considerado em sua multidimensionalidade. É concebido – representação do espaço – e traduzido no capitalismo pelo pensamento que é distante do real, formulado dentro de uma lógica de saber técnico e ideológico, privilegiando a ideia de valor

---

<sup>4</sup> O termo modernização do espaço é empregado, neste trabalho, associado ao forte aparelhamento técnico que a Amazônia vem recebendo nas últimas décadas, com a expansão de sua malha rodoviária, instalação de empreendimentos hidrelétricos, hidroviários e a expansão do sistema de telecomunicações, que a conduz a uma maior conexão com outros espaços extrarregionais e a afirmação de comando por parte de agentes hegemônicos dentro do sistema de acumulação capitalista.

<sup>5</sup> Como populações tradicionais, seguimos Almeida (2009, p. 76) que define como “os povos indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, comunidades de fundo de pasto, faxinais, geraizeiros e outras categorias sociais”.

de troca, por isso é o espaço dos planejadores. É o espaço dominante em uma sociedade. O percebido, prática social, por sua vez, configura-se como intermediação da “ordem distante” e da “ordem próxima”. Por fim, o vivido – espaço de representação –, implica imediatamente o tempo, diferenças no tocante ao modo de vida programado, sendo o espaço dos habitantes e da vivência. A triplicidade do espaço (concebido, percebido e vivido), deve ser compreendida dialeticamente, intervindo na produção do espaço (LEFÈBVRE, 1974; SOUZA, 2009). Essa compreensão é importante e nos permite pensar a realidade da cidade de Altamira, sobretudo no contexto e nas lógicas em que se insere, bem como suas possibilidades de mudança e transformação.

Nesse sentido, o espaço socialmente produzido incorpora atos sociais de sujeitos ao mesmo tempo coletivos e individuais, implicando múltiplos conhecimentos. É produto que se utiliza e se consome, mas é, também, meio de produção e reprodução das relações sociais, redes de trocas, fluxo de matérias e energias que cortam o espaço e são por ele determinados. Sua forma é o encontro, a reunião, simultaneidade, reunindo tudo que é produzido pela natureza e pela sociedade (seres vivos, coisas, objetos, obras, signos e símbolos). Esse espaço caracteriza-se por sua multiplicidade: abstrato e prático, imediato e mediato. Está ligado à prática social, e, dessa forma, serve como instrumento de pensamento, mas também, de ação (LEFÈBVRE, 1974, 2006, 2008).

É no plano da vida imediata que os modos de vida dos sujeitos se configuram. Nesse sentido, no presente trabalho compreendemos os modos de vida dos indígenas na cidade de Altamira, segundo Cândido (1971). Para este autor, a existência de todo grupo social está condicionada à obtenção de um equilíbrio, o equilíbrio social, entre suas necessidades imediatas e duradouras e os recursos do meio, o que requer do grupo soluções mais ou menos adequadas que dependem da qualidade das necessidades a serem satisfeitas. Dessa forma, podemos considerar que as sociedades se caracterizam pela natureza das necessidades de seus grupos e os recursos que estes dispõem para alcançá-las. Há, nesse sentido, para cada cultura, em cada momento, certos mínimos vitais (alimentação e abrigo) e mínimos sociais (formas de organização para obter os mínimos vitais), que, abaixo deles, não se pode falar em equilíbrio. Assim, o equilíbrio social depende da equação de um e de outro. É nesse sentido que a cultura pode significar uma solução coerente de sociabilidade e equipamento material em relação ao meio (CÂNDIDO, 1971). Desse modo, depreende-se que a forma de interação para alcançar o equilíbrio se expressa, em grande parte, nos modos de vida de grupos diferenciados.

Considerando as concepções de Cândido (1971, p.36), os modos de vida de uma sociedade estão relacionados aos “hábitos, condutas, técnicas e instituições” que podem ser originários do grupo social, repassados a partir de uma herança cultural ou relacionados à influência, a partir do convívio, com outros grupos sociais externos. Eles permitem assegurar o equilíbrio entre os mínimos vitais e sociais no interior de uma sociedade (CÂNDIDO, 1971).

De acordo com Seabra (2003), modo de vida se traduz em uma concepção de mundo. Acrescenta ainda que

trata necessariamente do plano da vida imediata, em que se debatem o viver e o vivido, em que diferentes matrizes socioculturais se defrontam com os imperativos da indústria que coloniza e expropria o tempo (antes apropriado), sujeitando-o aos impulsos lógicos do mercado (SEABRA, 2004, p. 190).

Esses modos de vida são expressos na vida cotidiana, haja vista que é no cotidiano que novas concepções emergem, novos conhecimentos são produzidos, a luta se faz, os conflitos se desenvolvem, as demandas pessoais e de grupos emergem. O entendimento de cotidiano empregado aqui se faz de acordo com Pais (1986), para quem “o cotidiano é, antes de mais, o cruzamento de múltiplas dialéticas entre o *rotineiro* e o *acontecimento*” (PAIS, 1986, p. 10, grifo do autor).

E complementa:

a vida cotidiana navega por si mesma, a olho nu, sem bússola. Neste vagabundeio, a vida cotidiana é também o espaço do ingovernável - de onde pode surgir o imprevisível, o aleatório, o imprevisto. Portanto, não apenas é possível encontrar a aventura na rede de dependências, proibições e obrigações que constitui a cotidianidade, como, por outro lado, a par da rotina, existem na vida cotidiana zonas de turbilhões, de turbulências, onde também se cruzam os acontecimentos aleatórios (PAIS, 1986, p.16).

Faz parte do cotidiano, compondo-o, o excepcional, a aventura, o sonho e o inesperado (PAIS, 1986). O entendimento dessas noções permite a compreensão de como vivem os indígenas em uma cidade onde coexistem dialeticamente duas ordens (a próxima e a distante).

É no plano da vida cotidiana que os modos de vida dos povos indígenas que residem em Altamira se faz. A interação com o rio e com a floresta, para sobrevivência, tem grande significado para muitos moradores, constituindo-se necessidade primeira, muitas vezes. Buscando assegurar a sobrevivência, o respeito às suas identidades, hábitos, condutas,

técnicas e instituições, propriamente, os seus “modos de vida” (CÂNDIDO, 1971), frente às grandes mudanças que cruzam o sudoeste paraense, em específico Altamira, em virtude de um grande projeto, esses povos agrupam-se em associações que interagem entre si e junto com movimentos da sociedade civil organizada, para garantir sua condição de cidadãos e, assim, o “direito à cidade” (LEFÈBVRE, 2006) pluriétnica e multicultural.

Dessa maneira, seguindo a teoria de Santos (2007), entendemos o espaço como condição para a cidadania. Para este autor a cidadania no Brasil, sobretudo a partir do governo militar, foi assolada devido aos esforços públicos e privados no sentido de ver o País acelerando, a passos largos, rumo a uma forma superior de capitalismo. Com isso, passou-se a ter uma cidadania incompleta e praticamente inexistente, para os cidadãos, seja no campo ou na cidade, mutilados de direitos e alienados por outras lógicas impostas em virtude do movimento do capital (SANTOS, 2007).

Esses acontecimentos, segundo o referido autor, passaram a se desencadear principalmente com o modelo econômico imposto, que tem suas raízes nos mesmos postulados que conduziram à supressão das liberdades civis e está pautado no reducionismo das soluções dos problemas da nação à questão econômica. Assim, o crescimento econômico obtido está fundado em certos setores produtivos e baseado em certos lugares, vindo a agravar a concentração da riqueza e das injustiças que já eram grandes. Subordinado a este, está o modelo político que no Brasil se expressa em um multipartidarismo. É do modelo político que presidem as relações do território com o seu povo e com o resto do mundo, que se poderia esperar um tratamento sintético das variáveis e demandas que se arrolam nesse território, com formulação de projetos de nação.

Junto a este modelo político e subordinado ao modelo econômico vigente, está o modelo cívico que, de fato, não existe ainda, pois este pressupõe uma visão do indivíduo enquanto ser social e das suas regras de convivência, o respeito ao indivíduo e ao grupo ao qual pertence, bem como ao modo de vida que este deseja para ele e para o grupo. Nesse sentido, propõe-se falar em um modelo cívico-territorial, onde a organização e a gestão do espaço seriam instrumentais a uma política que tende à atribuição de justiça social para a totalidade da população, não importando onde estivesse cada indivíduo, conduzindo ao direito à cultura, à política e à moral, isto é, ao patrimônio material e imaterial (SANTOS, 2007).

Concebemos que é dentro desse modelo cívico-territorial que de fato a cidadania no Brasil pode ser efetivada, a exemplo da *cidadania indígena*, que mesmo assegurada em textos jurídicos os quais o Brasil compartilha, ainda, está longe de ser efetivada (VERDUM, 2009).

Essa mutilação da cidadania se dá no plano da vida cotidiana, com a intervenção do grande capital e de políticas subordinadas a esse, impondo ao indivíduo constrangimentos à realização da vida social. O espaço vivido consagra essas desigualdades e injustiças, pois é conduzido quase que exclusivamente ao jogo do mercado. É no cotidiano, a partir da consciência do indivíduo enquanto ser social, que a luta pelo futuro almejado, pela cidadania, surge e nele há a implantação das grandes mudanças sociais. Isto está ligado à instalação de um estado de espírito e de estado de coisas que os precede. Nesse sentido, a luta pela cidadania é contínua, não se esgota em leis ou mudanças na Constituição, pois a lei é somente um momento finito de um debate filosófico. Deve-se, então, o cidadão, a partir das conquistas obtidas, permanecer alerta e ampliar sua cidadania (SANTOS, 2007).

Dessa forma, Santos (2007), com base nas concepções de Lefebvre associa o direito à cidade à cidadania:

[...] na esteira do que escreveu Henri Lefebvre, muito se fala em “direito à cidade”. Trata-se, de fato, do inalienável direito à uma vida decente para todos, não importa o lugar que se encontre, na cidade ou no campo. Mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. Esses bens e serviços constituem um encargo da sociedade, por meio das instâncias do governo, e são devido a todos. Sem isso, não se dirá que existe o cidadão (SANTOS, 2007, p. 157-158).

Essas concepções permitem a compreensão que a cidade é palco de importantes lutas. Para o caso do presente estudo, compreendemos a cidade de Altamira como espaço dos inúmeros povos indígenas que estão presentes, sendo originários do médio Xingu ou não, que lutam pela garantia de seus direitos, respeito à alteridade e seus modos de vida, e, com isso, o direito a uma vida decente, com a garantia dos mínimos vitais imprescindíveis para a sobrevivência.

## **1.2- Entre a ordem próxima e a ordem distante: a produção do espaço amazônico**

Becker (2001), em uma análise sobre a ocupação do espaço amazônico e estratégias do Estado, destaca que essa ocupação seguiu a partir de surtos de valorização temporária de produtos no mercado nacional e longos períodos de estagnação econômica. Entretanto, o padrão de ocupação segue duas características fundamentais: a partir de iniciativas externas e da importância geopolítica no controle do território, associado a interesses econômicos.

A partir da década de 1950, intensificam-se estratégias por parte do governo brasileiro de integração e ocupação do território. Nesse período foi criada a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), mais precisamente em 1953, marcando as primeiras concepções de planejamento para o desenvolvimento da região, instituição que mais tarde se transformou na SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia). Ademais, a inauguração da Belém-Brasília, em 1955, permitiu o adensamento dos fluxos migratórios para a região. Entretanto, é a partir da década de 1960 que novos processos se rebatem, no âmbito do planejamento por parte dos sucessivos governos militares, para um amplo controle do território, integração e envolvimento maior na lógica da acumulação capitalista. Nesse sentido, a Amazônia é inserida na agenda política do governo brasileiro, desenvolvendo um novo papel e uma reorganização do território a partir de lógicas externas e estranhas, uma “ordem distante” (LEFÈBVRE, 2006), que se rebateram de forma mais incisiva e conflituosa sobre a sociodiversidade que compõe a região, com seus múltiplos modos de vida e intensa relação com os recursos naturais, tidos como os “bens comuns” (SVAMPA, 2016)<sup>6</sup>.

Segundo Castro e Campos (2015), compreende-se o avanço da fronteira na Amazônia a partir da década de 1960. Para estes autores, a fronteira é considerada como movimento e mobilidade, constituindo um espaço em incorporação ao espaço nacional, global, possuindo significados políticos com o controle de fronteiras continentais e afirmação de um compromisso com o projeto de modernização nacional. Sublinha-se que esses processos condicionados pela abertura da fronteira trouxeram consequências drásticas socioambientais. A ideia de desenvolvimento da região fez-se a partir de concepções histórica de “vazio demográfico”, vilipendiando as populações tradicionais presentes na região. Destaca-se, entre essa sociodiversidade na região, de acordo com o censo do IBGE (2010)<sup>7</sup>, que um grande número de habitantes indígenas no Brasil vive na Amazônia, em áreas rurais ou urbanas<sup>8</sup>, e

---

<sup>6</sup> De acordo com Svampa (2016), uma das consequências da intensa atividade extrativista é o aumento de conflitos socioambientais, que tornam-se mais visíveis ao observarmos as lutas pela terra por movimentos indígenas e camponeses com novas formas de mobilização. Estes movimentos concentram forças na defesa de recursos naturais, como rios e florestas, definidos como os “bens comuns”.

<sup>7</sup> Há uma grande discussão no âmbito acadêmico nesta última década sobre os números apresentados nos últimos censos demográficos do IBGE (2000 e 2010), pela forma de coleta de informações no recenseamento. Contudo, estima-se que os números de habitantes indígenas e etnias, no tocante a Amazônia, sobretudo nas áreas urbanas, seja maior. Discutiremos, de forma breve, essas questões no terceiro capítulo deste trabalho para uma maior compreensão.

<sup>8</sup> Segundo o Censo Indígena (2010), dos 817.963 indígenas autodeclarados no Brasil, 305.873 estão na região Norte. Destes, 244.353 estão na área rural, isso perfaz 80% do total dos indígenas dessa região. Nas cidades vivem 61.520 indígenas.

um grande número de etnias, o que lhe permite ser caracterizada de Amazônia Indígena, conforme propõem Heck et al (2005) e Souza (2015).

Apreende-se que o conjunto de ações estatais de intervenção na Amazônia está legitimado pela “fala do desenvolvimento” (PEREIRA, 2012), naturalizada como um discurso justificado no projeto de modernização capitalista para a região. Destarte, as ações se revelam como práticas políticas e econômicas, fornecendo as bases para um desenvolvimento na região a partir de capitais hegemônicos, criando condições necessárias para lançar a Amazônia no caminho do “crescimento”, do “progresso” e do “desenvolvimento”. Assim, mercantilizam sua riqueza e transformam tal prática na única forma de superar a ideia de vazio sociocultural da região, caracterizada como “selva”, composta por povos “selvagens”, que precisa ser preenchido pelo processo civilizatório (PEREIRA, 2012).

Tais políticas direcionadas para a região foram concebidas no bojo de um desenvolvimentismo, que, de acordo com Sampaio Jr. (2012), caracteriza-se como uma arma ideológica das forças econômicas e sociais, que tinha como eixo articulador a preocupação de integrar industrialização e formação econômica nacional, que compromete a capacidade da sociedade de controlar os fins e os meios de desenvolvimento e subordina a vida econômica nacional à lógica do capital internacional. Parte do princípio de superação das estruturas, produtos de contingências históricas, que impediam o desenvolvimento capitalista nacional.

Nessa conjuntura, de acordo com Castro e Campos (2015), no âmbito do Plano de Integração Nacional (PIN), o governo militar, em face do discurso nacionalista, abre a Transamazônica, na década de 1970, seguida de um plano de colonização ao longo dessa rodovia, sob o comando do INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária). Nesse sentido, Costa (2004) assinala que

o projeto da Transamazônica era a construção de uma estrada que desenharia um transecto de leste para oeste no território brasileiro e na Amazônia, e fizesse a ligação dos pontos de linha de queda (*fall line*) dos rios sul amazônicos por via rodoviária e as suas margens iriam “colonizando” a região, isso com um forte aparelho publicitário ditatorial com ênfase no desenvolvimentismo econômico e na integração nacional, era a ideologia dos “homens sem terra do Nordeste para terra sem homens na Amazônia”, o mito das terras virgens na Amazônia prevalecia, ignorando a existência de índios e ribeirinhos (COSTA, 2004, p. 121).

Com esse marco na integração e ocupação das terras da região, um agravamento de conflitos de várias ordens se perpetua no espaço amazônico. Souza (2015) aponta fatos danosos nesse

período sobre os povos indígenas, haja vista que a transamazônica passou a simbolizar a abertura da região para outras rodovias que adentrariam áreas indígenas ampliando o processo de genocídio e etnocídio. O autor exemplifica o caso dos Parakanã, localizados entre os rios Tocantins e Xingu, que foram acometidos de epidemias devido ao contato com os operários e invasores de seus territórios quando “a Transamazônica desabou sobre eles como o inferno” (SOUZA, 2015, p. 206); fato corroborado na narrativa de Krautler (2005):

nada, porém, se falou dos povos que habitavam as terras que a Transamazônica cortou de leste a oeste. Aliás, o Presidente Medici já não quis saber deles. Simplesmente os ignorou, chamando a região de “terra sem homens” a ser povoada por “homens sem terra”. Na cabeça do general não existiam índios no trecho, porque não podiam existir e se, porventura, existissem, sua existência teria que ser ignorada. A nova rodovia passou a 3 quilômetros da aldeia dos Arara no igarapé Penetecaua. Os índios fugiram com medo do chumbo das espingardas. Foram perseguidos até por cachorros. A brusca e forçada convivência com os “brancos” trouxe a morte à aldeia. Sucumbiram fatalmente a surtos de gripe, tuberculose, malária, até de conjuntivite. O mundo lá fora nada soube desta desgraça que desabou sobre um povo e continuava a aplaudir a “conquista deste gigantesco mundo verde” (KRAUTLER, 2005, p. 10).

Nesse sentido, seguindo as afirmativas de Castro e Campos (2015), ao Pará – no âmbito do I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) de 1972-1974 e, sobretudo, no II PND de 1975-1979, dos governos militares – é destinado o papel de contribuir na economia nacional, a partir de incentivos fiscais e financeiros por parte da SUDAM, que objetivava a atração do capital nacional e estrangeiro para região. Esse estado passou a receber investimentos na forma de grandes projetos primário-exportadores, condicionados à construção da Hidrelétrica de Tucuruí que, no que concerne o socioambiental, rebateu-se de forma deletéria, sendo seus impactos ainda sentidos.

Em contrapartida, esses “grandes projetos” amazônicos ou “grandes objetos”, como denominou Santos (1995), possibilitaram o rejuvenescimento de pequenos núcleos urbanos ribeirinhos, que sofreram uma estagnação econômica e afluxo populacional com a crise da borracha (CORRÊA, 1987). É nesse contexto que as cidades médias ganham destaque como centros urbanos sub-regionais importantes, por estabelecerem uma conexão entre cidades maiores e menores no contexto de uma dada Divisão Territorial do Trabalho (SPOSITO, 2001). Entretanto, é importante sinalizar, conforme apontaram Trindade Jr. e Pereira (2007), que as cidades médias amazônicas reservam particularidades quando comparadas às cidades médias de outras regiões brasileiras, configurando-se como espaços em que a incorporação de

capitais, provenientes de investimentos realizados no contexto regional, faz-se de maneira pouco expressiva.

No caso específico da Amazônia paraense, três cidades passam a se sobressair como resultado desses processos ocorridos nesse período: as cidades médias de Santarém (oeste paraense), Marabá (sudeste paraense) e, ainda que de forma mais tímida, Altamira (sudoeste paraense), polarizando um conjunto de cidades menores nas suas respectivas sub-regiões. Todavia, esta última passa a ganhar atenção, destacando-se como importante centro urbano, da qual depende um conjunto de cidades no interfluxo entre o rio Xingu e a rodovia Transamazônica (MIRANDA NETO, 2015).

Essas cidades médias destacam-se como elos entre o local e o global (SANTOS; SILVEIRA, 2008), bases logísticas de grandes empreendimentos, atrativas para agentes econômicos e pontos para onde convergem importantes políticas de desenvolvimento urbano e regional nas diferentes esferas de poder, que, por possuírem suas diretrizes nos moldes economicistas, não levam em conta, realmente, as demandas das populações locais (CARDOSO, 2015a e 2015b; OLIVEIRA, 2017) e os modos de vida dessa sociodiversidade que compõe as cidades amazônicas. Tais políticas desconsideram a diversidade territorial, urbana e social, portanto essa “urbanodiversidade” amazônica (TRINDADE JR., 2013) que se revela

não somente por diversas formas de cidades e pela existência de múltiplos tipos de urbanização que decorrem normalmente de processos originados externamente à região, mas também por formas complexas de espaços que indicam a hibridização de relações definidas por contatos e resistências em face desses movimentos de diferentes naturezas que chegam à região (TRINDADE JR., 2013, p. 18).

Sublinhamos aqui que as cidades de Altamira, Marabá e Santarém, as três importantes cidades médias do Pará, já se destacavam na década de 2000 entre as cidades mais “indianizadas” do Pará, segundo Beltrão (2012). Nesse sentido, inferimos que a presença de povos indígenas nessas cidades está tanto relacionada aos aldeamentos religiosos, quanto aos impactos ocasionados pelos grandes projetos, que permitiu um intenso fluxo migratório para áreas urbanas. Entre a população migrante, destacamos indígenas saídos de suas terras arrasadas pela implantação de empreendimento e muitos outros que vieram de regiões como o Nordeste e Sul do País; fato que observamos nas inúmeras etnias presentes no espaço urbano altamirense, originárias dessas regiões.

Dentro dessa conjuntura política desenvolvimentista, tem-se a criação do PIN (Programa de Integração Nacional) pelo governo, que desenvolveu o modelo de colonização dirigida, elegendo a vizinhança de Altamira para a construção de projetos de colonização, sendo o INCRA a autarquia responsável. Assim, Altamira é elevada como uma das sedes do Programa Integrado de Colonização PIC-Altamira, assumindo o papel de importante centro de serviço para sua área de influência, tendo o seu espaço incrementado com o comércio varejista e atacadista, indústrias, serviços bancários e o surgimento de novos bairros residenciais (BECKER, 1985 e 1990; MILDNER, 1987). Assim, Altamira passou a se inserir de forma mais incisiva em um contexto dialético entre a “ordem próxima” e a “ordem distante” (LEFÈBVRE, 2006).

O traçado da rodovia cortava as florestas e os grandes rios amazônicos, sobretudo nas proximidades das principais quedas d’água, já com o intuito de construções de possíveis barragens para a produção de energia. Seguindo essa lógica, a Eletronorte contratou a firma CNEC (Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores) que declarou a viabilidade de cinco hidrelétricas no Xingu, todas com nomes indígenas, em uma espécie de “in memoriam” para os povos indígenas xinguanos, junto com seringueiros, pescadores e ribeirinhos que “cediam” suas terras ancestrais para o progresso e desenvolvimento regional. Tais fatos culminaram no que os Kayapó denominaram de I Encontro das Nações Indígenas do Xingu, marcado para fevereiro de 1989 em Altamira e que teve o apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e outras organizações da sociedade civil. O Encontro contou com cerca de 600 índios pintados para a guerra, ganhando repercussão internacional a partir da cena da índia Tuíra encostando um facão no rosto do diretor de engenharia da Eletronorte, tornando-se símbolo da hostilidade indígena diante das barragens propostas. Com isso o megaprojeto Kararaô foi arquivado (KRAUTLER, 2005).

O gesto da índia Kayapó Tuíra no Encontro, que ficou conhecido como símbolo da resistência dos povos indígenas, é descrito da seguinte forma por Sevá (2005):

no dia em que o engenheiro Muniz compôs a mesa diretora dos trabalhos no ginásio coberto de Altamira, vários índios vieram se manifestar em frente à mesa, alguns falando em sua língua ao microfone e sendo traduzidos. Tu-Ira, prima de Paiakan, se aproximou gesticulando forte com seu terçado. Mirou o engenheiro, seu rosto redondo de maçãs salientes, traços de algum antepassado indígena, e pressionou uma e outra bochecha com a lâmina do terçado, para espanto geral. Um gesto inaugurador (SEVÁ, 2005, p. 31-32).

Destacamos, de acordo com o Instituto Socioambiental (ISA), que esse I Encontro dos Povos Indígenas marcou o movimento de luta socioambiental no Brasil, diante de grandes projetos e violação de direitos humanos. Em específico, na cidade de Altamira, marca-se o início do movimento indigenista na cidade, inicialmente com o movimento de mulheres em busca do reconhecimento pelos órgãos estatais, pela própria FUNAI, que não os reconhecia por estarem fora do que era considerado território indígena, e pela sociedade envolvente.

O megaprojeto Babaquara e Kararaô articulado para o rio Xingu foi arquivado. Décadas mais tarde, volta a entrar na agenda política estatal, renomeado como Hidrelétrica de Belo Monte, que ganha forma concreta no médio Xingu na década de 2010, no período de novos grandes projetos, o neodesenvolvimentismo.

### **1.3- Neodesenvolvimentismo e grandes projetos na Amazônia indígena**

O período seguido após a redemocratização do Estado brasileiro é marcado por importantes mudanças no cenário nacional, com a Constituição Federal de 1988. A Amazônia brasileira entra novamente na agenda política com a retomada de grandes projetos para a região. O governo de Sarney já sinalizava, com o Projeto 2010, a implantação e ampliação da rede hidrelétrica na Amazônia como estímulo do desenvolvimento industrial. Assim também seguiram os governos de Fernando Collor de Melo, Itamar Franco, Fernando Henrique e Luís Inácio Lula da Silva, que direcionavam para a continuidade da política energética da região. No contexto do programa “Brasil em Ação”, no governo que se baseava nas lógicas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso, ocorre a reestruturação do aproveitamento hidrelétrico do rio Xingu com apenas uma barragem assumindo o nome de Complexo hidrelétrico de Belo Monte (NASCIMENTO, 2011).

Com a chegada de Luís Inácio Lula da Silva, mais conhecido como Lula, do Partido dos trabalhadores (PT), no ano de 2003, à presidência da república, a esperança de um rompimento com as tendências neoliberais traz grandes frustrações às expectativas populares e, sobretudo, aos movimentos sociais, grandes apoiadores de Lula na eleição, a exemplo do Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS).

A política do PT iniciada com o governo Lula em 2003 e estendida até o rompimento do mandato de sua sucessora, Dilma Rousseff, em 2016, marca uma política econômica direcionada para o fomento da infraestrutura física e social, acolhendo as demandas do

capital, que seguia, dessa forma, uma orientação conservadora e que incorpora perspectivas neoliberais do governo de Fernando Henrique. Entretanto, as nuances de diferenças no que concerne às condutas econômicas e políticas, são caracterizadas por um neodesenvolvimentismo (MELO, 2016).

Katz (2016) afirma que o questionamento acerca do grau de aplicabilidade do neodesenvolvimentismo nos governos do PT girou em torno, sobretudo, da continuidade no primeiro mandato do governo Lula com a política econômica anterior. Destaca ainda que, em relação ao social, não se diferenciou das tradições dominantes.

Boito Jr. e Berringer (2013) afirmam que o neodesenvolvimentismo busca o crescimento econômico brasileiro, entretanto não rompe com o neoliberalismo já enraizado no Brasil e descrevem como essa prática se deu no Brasil com os governos Lula e Dilma:

para buscar o crescimento econômico, os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff lançaram mão de alguns elementos importantes de política economia e social que estavam ausentes nas gestões de Fernando Henrique Cardoso: (i) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo; (ii) elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento da taxa de juro subsidiada das grandes empresas nacionais; (iii) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais; (iv) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica. Mais recentemente, o governo Dilma iniciou mudanças na política de juro e cambial, reduzindo a taxa básica de juro e o *spread* bancário e intervindo para desvalorizar o real, visando a baratear o investimento produtivo a encarecer os produtos importados (BOITO JR.; BERRINGER, 2013, p. 32).

Os autores explicam ainda que a diferenciação com o prefixo “neo” do velho desenvolvimentismo justifica-se pela combinação do desenvolvimentismo com a época do capitalismo neoliberal, destacando-se, assim, seis diferenças entre estes:

o neodesenvolvimentismo (i) apresenta um crescimento econômico que, embora seja muito maior do que aquele verificado na década de 1990, é bem mais modesto que aquele propiciado pelo velho desenvolvimentismo; (ii) confere importância menor ao mercado interno; (iii) atribui importância menor à política de desenvolvimento do parque industrial local; (iv) aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro; (v) tem menor capacidade distributiva da renda e (vi) o novo desenvolvimentismo é dirigido por uma fração burguesa que

perdeu toda veleidade de agir como força anti-imperialista (BOITO JR.; BERRINGER, 2013, p. 32).

Para Sampaio Jr. (2012) o desafio desse novo desenvolvimentismo consistia em conciliar aspectos “positivos” do neoliberalismo como a manutenção da estabilidade da moeda e da austeridade fiscal, aumento da competitividade internacional e nenhuma repressão ao capital internacional, com os pontos “positivos” do desenvolvimentismo como o crescimento econômico, ampliação do processo de industrialização, o Estado assumindo papel regulador e a sensibilidade social. Dessa forma, no neodesenvolvimentismo o crescimento econômico é a principal forma de enfrentar as desigualdades sociais.

A maior expressão desse modelo na política do PT para fomentar o crescimento do Brasil se fez a partir do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no início do segundo governo do presidente Lula. Dessa forma, através do PAC há a retomada e a implantação de grandes projetos na região amazônica, os novos grandes projetos, constituídos principalmente de infraestrutura energética e logística. Nesse sentido, a Amazônia passa a responder de forma mais incisiva como produtora de *commodities*, tendo uma série de usinas hidrelétricas projetadas para o seu espaço que darão subsídios para a entrada de novos agentes econômicos. Destarte, conforme ressalta Corrêa (2014), tem-se a expansão da “fronteira hidrelétrica” para a região, articulada com o avanço de outras frentes econômicas, a exemplo da exploração mineral e com a articulação na Iniciativa para Integração da Infraestrutura Sul-americana (IIRSA), reafirmando a parceria do Estado brasileiro com o capital privado nacional e internacional.

É no bojo do PAC que é retomada a proposta de barramento do rio Xingu com a redefinição de Kararaô para Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, carro-chefe do programa e obra mais onerosa que tomou forma concreta no município de Vitória do Xingu, no Pará, em 2011, sob intensos protestos, sobretudo da sociedade civil organizada. Cabe observar que apesar do canteiro de obras do empreendimento, localizado, em grande parte, em Vitória do Xingu, um conjunto de municípios foram afetados, e a cidade de Altamira constituiu-se em base logística, mais uma vez, para um grande projeto.

Nas análises feitas por um grupo de especialistas em Magalhães e Hernandez (2009), uma série de problemas são apontados no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento. Nesse sentido, de acordo com Antonaz (2009), o EIA apresenta sérios problemas com relação à análise sócio-antropológica, apontando que os dados contidos no

estudo eram irrelevantes para tal análise, fato que invalidava as conclusões previstas. A autora sinaliza como omissão o estudo do universo dos povos do Xingu e seus significados

Magalhães (2009), em sua análise sobre os estudos etnológicos, traz importantes preocupações com relação aos povos indígenas afetados, apontando vários problemas no estudo, entre eles: a exclusão dos Xipaiá e Curuaia às margens do rio Iriri e Curuaá, respectivamente; a demora em apresentar o volume referente aos Povos Indígenas; no que concerne aos índios citadinos<sup>9</sup> e ribeirinhos, foram limitados à Volta Grande do Xingu; ausência da parte do texto que explica “o que é índio citadino?”; omissão dos impactos aos índios isolados. Em suma, o empreendimento trouxe efeitos danosos aos povos indígenas no Xingu, para além dos mencionados no EIA.

A partir desses processos e o papel que é atribuído à Amazônia, podemos compreender esse espaço como um contexto dialético de “ordem distante”, regida por grandes e poderosas instituições na esteira da acumulação capitalista e uma “ordem próxima” das relações diretas dos indivíduos (LEFÈBVRE, 2006).

Nos capítulos seguintes buscaremos compreender esses grandes impactos para os indígenas na cidade de Altamira, que, em contrapartida, fomentaram a luta por reconhecimento ante as instituições e políticas diferenciadas como forma de mitigar e compensar os efeitos deletérios da construção da barragem. Antes, é necessária a compreensão da importância da cidade de Altamira, assumindo um perfil de cidade média no sudoeste paraense, que polariza um conjunto de cidades nesta sub-região e políticas do capital público e privado, bem como a característica de cidade indianizada e pluriétnica a partir de seu histórico.

---

<sup>9</sup> O termo “indígenas citadinos” é usualmente empregado, sobretudo por instituições, para designar aqueles indígenas que moram na cidade, diferenciado dos “indígenas aldeados” e dos “indígenas ribeirinhos”, moradores das ilhas. Porém, por estabelecer essa diferenciação, muitos indígenas em Altamira, a exemplo de presidentes de associações, discordam do termo e não se identificam desta forma, pois, para eles, ser índio não tem características segundo a localização geográfica; todos são índios. Seguindo esses princípios, neste trabalho, não usaremos o termo indígena citadino, e sim, indígena na cidade de Altamira ou moradores da cidade de Altamira, haja vista, que grande parte mantém relações com a aldeia ou povoado indígena de origem, também designado com roça.



## **CAPÍTULO 2**

### **Do aldeamento à cidade média do Xingu: a formação histórico-geográfica de Altamira**

Grafismo *Kayapó*

Autora: Samara Xipaia



FOTO 02. MONUMENTO DOS II JOGOS INDÍGENAS DE ALTAMIRA: o monumento localizado na Orla do Cais de Altamira, construído em 2005, lembra o evento que contou com cerca de 600 indígenas de várias etnias. Essa obra é uma das poucas que homenageiam os povos indígenas da região do Xingu e lembram a presença destes na cidade de Altamira, historicamente quase apagados da História Oficial. Para alguns indígenas, a homenagem simboliza uma troca, em forma de consentimento para a construção da UHE Belo Monte, que seria aprovada pouco tempo depois.

Autora: Suelem Cardoso, setembro de 2017.

*A palavra ela é bem forte: “os índios que moram na cidade de Altamira”. Mas, na verdade, Altamira que mora no meio de nós, né? A história de Altamira, ela é contada ao contrário. Ela é oposta ao que a gente conhece. Antes mesmo de chegar outros, o branco pra essa região com a ideia de criar a cidade de Altamira, ou morar nessa região, os nossos povos Xipaya, Curuaya e Juruna já ocupavam essa região. Eles passaram por essa região migrando os Xipaya, Curuaya, mais os Xipaya e os Juruna [...] Então, por volta do século XVII, veio pra essa região os missionários, na missão jesuíta, foram os primeiros a entrar em contato com o povo Xipaya e Curuaya, no alto rio Curuá, né? E lá eles conseguiram trazer algumas famílias. Na época o objetivo deles era catequizar, levar a evangelização, a moldes da igreja católica para os indígenas, porque consideravam os indígenas pagãos. Aí, um grupo veio pra Altamira, pra essa região aqui, que hoje é Altamira, e foi fundada uma missão [...] uns chamam missão Tavaquara, outros chamam de missão Tavaquara [...]. Mas, mesmo assim, algumas famílias moraram em volta dessa missão e foi quando passou a migrar pessoas pra essa região, criar o Forte Ambé, vindo aqui por Vitória do Xingu, antes da abertura de Transamazônica [...]. Então, Altamira ela é construída de uma história totalmente o inverso. Na verdade, essa região já era ocupada pelo nosso povo, mas como eles vieram, não só via, mas vê, até hoje, os indígenas como empecilho no crescimento da população, do crescimento do negócio e tudo mais. Então, hoje, a história conta apenas história de quem migrou de outras regiões, né? Mas lá pro sul do Brasil, como lá da região nordeste (Xipaya, 44 anos, setembro de 2017).*

**O** excerto acima revela a história da cidade de Altamira sob a memória de um morador indígena, que vai de encontro à História propagada por muito tempo em livros e em documentos que retratam a referida cidade, mas que, nas últimas décadas, vem emergindo, sobretudo a partir dessas memórias “subterrâneas”, “clandestinas” à “memória oficial” ou “memória nacional”, mas que pode se afirmar e conduzir uma revolta quando emerge um sentimento de absurdo e abandono, tornando-se engajada em um combate militante (POLLAK, 1989). Entretanto, “essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas” (POLLAK, 1989, p. 3), transmitidas no quadro familiar e nas associações.

Nesse sentido, busca-se aqui entender a formação histórico-territorial de Altamira, partindo de um amplo esforço, haja vista que a “história oficial” é a mais propagada. Para a compreensão da formação do que hoje é a cidade de Altamira, levam-se em consideração dois fatos importantes ligados à ocupação: a formação do aldeamento Tavaquara, composto por etnias descidas dos altos dos rios pelos Jesuítas; e o Forte Ambé, junto com o processo de urbanização desencadeado, sobretudo, pelos ciclos econômicos, nos quais Altamira teve um

importante papel, consolidando-se como entreposto comercial no médio Xingu, permitindo a formação da rede urbana na qual se insere. Ambos os espaços aos poucos foram incorporando um ao outro (PATRÍCIO, 2000). O objetivo não é dar conta da totalidade dos fatos históricos, mas trazer elementos importantes que ajudam a compreender a cidade nos períodos atuais, em sua forma e conteúdo.

## **2.1- Da missão Tavaquara à cidade de Altamira**

A ocupação do espaço territorial que corresponde atualmente à cidade de Altamira, no médio Xingu, está estritamente ligada à chegada das missões religiosas na Amazônia. No tocante a esse período de ocupação da região, Tavares (2008, p. 60) afirma que

a área das missões ou “território das missões” foi dividida entre várias ordens religiosas: carmelitas, franciscanos, mercedários e jesuítas, tendo sido a distribuição territorial das missões entre essas ordens regulamentada pela Coroa a fim de evitar conflitos de jurisdição. Assim sendo, os jesuítas ficaram com o sul do rio Amazonas até a fronteira com as possessões espanholas, abrangendo os rios Tocantins, Xingu, Tapajós e Madeira.

A vinda dos padres da Companhia de Jesus na Amazônia, sobretudo na região do baixo e médio Xingu, tem seu significado para a compreensão da ocupação do Vale na porção acima da Volta Grande, devido às suas atuações decisivas na exploração da área e o contato com os indígenas da região. Coube, então, ao padre Luiz Figueira iniciar a catequese e a ocupação territorial pelos jesuítas, que se prolongou de 1636 a 1760, com a implantação de importantes centros de aldeamento, locais onde era ensinado aos índios, sob a religião católica, artes e ofícios, a partir da edificação de igrejas e colégios, na junção do espiritual às necessidades do cotidiano das comunidades. Entretanto, as “descidas” às aldeias para arregimentar os indígenas para as missões, eram tão destrutivas quanto a escravização por parte dos colonos portugueses. Dessa forma, os indígenas eram retirados de seu habitat natural e, sobre eles, era imposto outro modo de vida, algo também ligado aos interesses comerciais da Companhia, que, com a mão de obra dos índios, se tornou uma grande organização. Nesse período, surgiram centros populacionais; alguns existem ainda hoje (UMBUZEIRO; UMBUZEIRO, 2012).

A respeito das missões religiosas e seus feitos no Vale do Xingu, Acevedo Marin (2010, p. 11) argumenta que

os grupos indígenas enquadrados no sistema de aldeamento missionário experimentaram severas mudanças culturais e sociais [...] As diferenças entre as nações indígenas eram desconsideradas, anuladas, pois para as autoridades religiosas (como igualmente o faziam os administradores e os colonos) tratava-se de um grupo indiferenciado. Os missionários justificaram sua atuação e deram um tratamento de acordo com seus valores de referência: os da sociedade europeia.

Contudo, destaca-se que no médio Xingu somente a partir de 1750 é que foi formado o primeiro aldeamento jesuítico, denominado Tavaquara<sup>10</sup>, a partir da iniciativa do padre alemão Rochus de Hunderfund. Navegando o baixo rio Xingu, o padre passou por missões existentes como Vieiros, atual Porto de Moz, e Souzel Velho, atual Senador José Porfírio, e ancorou na margem ocidental do rio. Sua missão era composta de índios como Curuaia, Juruna, dentre outras etnias apanhados no percurso feito pelo rio Xingu e Iriri (PATRÍCIO, 2000). De acordo com Figueiredo (1976, p. 69) apud Patrício (2000, p. 21), sobre a descrição que o padre fez do lugar, ressalta que “desde a alta mira<sup>11</sup> de uma colina sobre o rio, o padre descortinara a geografia daquele trecho do Xingu, descrevendo as ilhas, os remansos, as enseadas, os meandros e lagoa tranquila no centro da ilha que os índios chamam de Arapujá”.

Mediante os intensos conflitos entre missionários e colonos, devido à exploração da mão de obra indígena pelos portugueses, o Marquês de Pombal publicou, em 1755, o Diretório dos Índios, com o intuito de trazer os indígenas para a sociedade dos brancos, tirando a submissão indígena dos religiosos e passando para a Coroa. Além disso, a expansão da fé cristã, o abandono de costumes gentílicos, a civilização dos índios, o desenvolvimento da agricultura, o incremento do comércio, a introdução da moeda em circulação e o fortalecimento do Estado, constituíam outros objetivos do Diretório. Trazia, também, regras referentes à organização das aldeias, atribuindo o estatuto de vila ao lugar, bem como à entrada de colonos nas povoações indígenas e o incentivo ao casamento interétnico. Nesse sentido, com a expulsão dos jesuítas, em 1760, todos os trabalhos foram abandonados, inclusive a Missão Tavaquara que se iniciava, e a região do Xingu perde o impulso animador (UMBUZEIRO; UMBUZEIRO, 2012).

---

<sup>10</sup> Localizado próximo ao Igarapé Panelas, em uma área que hoje é o Xingu Praia Clube (UMBUZEIRO; UMBUZEIRO, 2012).

<sup>11</sup> Patrício (2000, p. 21) esclarece que “no passado o nome Altamira foi grafado separadamente Alta Mira devido ter se originado do ponto mais alto da geografia do lugar, ou seja, quem vem pela estrada Ernesto Acioly – no sentido Vitória-Altamira – vê o contorno que o rio Xingu faz em volta da ilha do Arapujá e a cidade espalhada na margem ocidental do rio”.

Ao analisar o Sistema de Diretórios estabelecido, do ponto de vista jurídico-político, Patrício (2000, p. 23) afirma que esse sistema

estabeleceu que os índios ficariam sob o Regime dos Órfãos – leis que asseguravam o controle dos índios para que não se evadissem. Porém, na Província do Pará as aldeias-missão estavam relegadas ao abandono, o que era amplamente mencionado nos relatórios [do presidente da Província]. Em 1798, o Estatuto do Diretório é abolido pela Carta Régia, mas os índios continuaram sob a condição de órfãos que só mudou em 1830 quando passaram a ser regidos pela Legislação Geral, pois a Lei de 1831 revogava a Carta Régia.

Período depois, a partir de algumas expedições pelo Vale do Xingu, há relatos acerca de Tavaquara, reconstruída em 1841 pelo Padre Torquato, Vigário de Souzel. Em 1842, o Príncipe Adalberto da Prússia aportou em uma ilha próxima à Missão, vivendo entre algumas etnias. Em sua viagem ao Xingu, relata:

em meados do século anterior tinha os jesuítas fundado uma missão que, por meio da Estrada entre Tucuruí e o Anaurí, ficou numa mais próxima comunicação com Souzel e a que chamavam Tavaquara (Anaquera). Infelizmente esta colônia durou pouco porque os últimos filhos de Loiola incumbidos da catequese dos Jurunas pagãos, devido aos seus maus costumes que pouco se harmonizavam com o seu, talvez, excessivo zelo de catequização, depressa perderam a confiança dos indígenas em consequência foram por eles assassinados. Passou-se quase um século sem que fosse possível levar a luz da fé além das cataratas, até que dois anos antes do nosso amigo eclesiástico, Pe. Torquato Antônio Souza apareceu nesta região no 1º dia de novembro de 1841 levando pela segunda vez a cruz em Tavaquara, dando à nova colônia o nome de “Missão da Imperatriz” (ADALBERTO, 1977, p. 180).

Ao visitar os índios que viviam em Tavaquara, descreve que o preparo dos arcos e remos, e a escavação dos troncos para canoas deveriam constituir-se como a maioria dos trabalhos que os índios faziam fora da cabana. A ocupação preferida para os homens, em casa, parecia ser o fumo. Ademais, ao que leva a crer, a partir de seus relatos, a maloca de Tavaquara teve um chefe Juruna que chefiou de seis a oito famílias e quarenta a sessenta almas; e cada maloca tinha seu chefe, a quem todos se submetiam e a dignidade era hereditária (ADALBERTO, 1977).

De acordo com Umbuzeiro e Umbuzeiro (2012), em 1868 os índios da região são mencionados como responsáveis, junto com dois capuchinhos, pela abertura de uma picada (atalho aberto no mato com facão) que passaria a ligar o baixo ao médio Xingu, configurando-

se como futura estrada por onde escoavam o máximo de produtos extraídos da região. De acordo com esses autores, em 1883, Raymundo José de Souza Gayoso junto com seus escravos instalaram-se na foz do Igarapé Ambé, transformando o espaço em Fortaleza. Posteriormente, a picada, aberta pelos índios, transformou-se na “estrada de Gaioso”, que corta a Volta Grande até a foz do Igarapé Ambé. A Fortaleza de Gayoso foi ocupada depois pelo Engenheiro Agrário Cavalcante, que passou a seu sobrinho Coronel José Phorphirio de Miranda Júnior, e mudou o nome da Fortaleza para Forte Ambé (UMBUZEIRO; UMBUZEIRO, 2012). Esse espaço é reconhecido como ponto inicial do processo de urbanização que se desencadeou na região. A estrada passou por várias mudanças, atualmente se configura como a rodovia Ernesto Acioly (PATRÍCIO, 2000).

Foi a partir da saída dos padres jesuítas que novos processos se rebatem de forma mais intensa na região do Xingu e a exploração econômica acentuou-se, sobretudo sob o conhecimento e a mão de obra indígena. Nesse sentido, Miranda Neto (2016, p. 95) argumenta que

com a retirada dos jesuítas, intensifica-se a exploração econômica da região, que até então se fazia de forma bem residual. Tal processo estaria especialmente atrelado à proclamação da república e à nova importância dada aos estados e municípios enquanto unidade territorial autônoma. Assim, a partir de 1889, inicia-se uma nova fase para a região do Xingu, que tem como principal área territorial o município de Souzel e como protagonistas políticos os grandes proprietários ligados à economia da borracha.

O município de Souzel, criado em 1874, era o maior do Estado do Pará até 1911. A partir deste se originaram muitas unidades político-administrativas do sudoeste paraense, a exemplo de Altamira. Em Souzel localizavam-se os “coronéis”, responsáveis pela dinâmica política, econômica e social na região, ligados à produção da borracha, da castanha e de outros produtos (MIRANDA NETO, 2016, p. 97) que eram comercializados em Belém, passando antes pela estrada e pelo porto de Vitória.

Henri Coudreau, em sua viagem ao Xingu, em 1896, descreveu a vila de Altamira da seguinte forma:

Altamira, vilarejo em formação na saída da estrada Pública do Tucuruí-Ambé, consta apenas de três casas, na margem ocidental (esquerda) do Xingu, rodeadas por extensos terrenos cultivados, que a cada ano mais se espalham para o interior. Altamira e suas roças são uma criação de Gaioso, que aí mantinha boa parte de seus escravos, senão mesmo a maioria. A excelência de seu clima, devido a posição da cidade no ângulo meridional da volta [...] somam-se às vantagens decorrentes de sua posição geográfica, fazendo com que Altamira, terminal da Estrada Pública, vá pouco a pouco se

transformando no entreposto do alto Xingu. Por tudo isso, o povoado já pode contar, na época em que se envia a borracha para a capital e de lá chegam as mercadorias, com a permanência de cerca de duzentas pessoas, que se instalam antes mal do que bem nas casas e plantações da nascente e “futurosa” povoação. Defronte de nós ou, mais exatamente entre Altamira e forte Ambé – à margem esquerda - e a praia do Arapujá, à margem direita, estende-se a grande ilha do Arapujá [...] Diversos seringueiros estabeleceram-se sucessivamente nesta ilha, onde sempre se encontram alguns moradores e numerosos capoeiras. Um pouco acima, a noroeste do duplo canal que se forma entre as ilhas do Esteiro e do Arapujá e neste aquela ilha e a terra firme da margem esquerda [do rio Xingu], ainda se divisam, se bem que estejam hoje quase indistintos, os vestígios da “Missão Extinta” dos padres que abriram a Estrada do alto Tucuruí ao alto Ambé, hoje conhecida como “Estrada Pública”. Esta Missão foi instalada na foz do Igarapé Itaquari, pequeno afluente da margem esquerda, mais longo, porém mais seco que o Panela, - ambos da mesma categoria do Ambé (COUDREAU, [1896]1977, p. 25-26).

O viajante francês, em sua descrição, traz informações importantes sobre a Vila de Altamira e a Missão Tavaquara, já extinta, que permitem compreender a importância e a constituição da vila na época, configurando-se como entreposto comercial.

Nota-se que, no que concerne aos relatos sobre o período da borracha na região do Xingu, pouco se faz referência aos indígenas; fato que inferimos devido às políticas anteriores de incentivo ao casamento interétnico, ao abandono de suas práticas culturais, bem como à adoção de nome dos “brancos” e da fé cristã.

Nimuendajú ([1920] 1993) em sua expedição pela região do Xingu, no período do ciclo da borracha, relata a vivência e as condições de algumas etnias médio-xinguanas:

[...] existem na região do Xingu ainda alguns restos de tribos, míseros despojos que a onda dos caucheiros não afogou no seu avanço brutal. O mais interessante são os *Açuriný* que desde seu primeiro aparecimento pelo ano de 1894 se conservaram em guerra com os civilizados, entre o rio Xingu e o Pacajá, afluente dele. De primeiro eles atacavam mais do lado do Xingu onde hoje quase não se fala mais neles, tendo eles nos últimos anos feito as suas raras saídas sobre os moradores do alto Pacajá. A tribo tem sido atacada por diversas vezes pelos Arara mansos que para este fim foram armados e pagos pelos donos dos seringais da zona. O número dos *Açuriný* deve ser já muito reduzido e creio que não seria muito difícil de se fazer uma tentativa de pacificar e salvar o resto, porque o território é limitado e o seu acesso relativamente fácil (NIMUENDAJÚ, [1920] 1993, p. 150, grifo do autor).

No mesmo rio [Pacajá] moram também os restos *Arara*, umas 30 cabeças, no Igarapé do Queiroz. Eles “pertencem” ao negociante Martimiano Diamantino, e consta-me que eles têm ou antigamente tiveram relações com outros de sua tribo no vizinho rio Anapú (NIMUENDAJÚ, [1920] 1993, p. 150, grifo do autor).

Os *Juruna*, antigamente a tribo mais importante do Xingu, sofreu todo o peso do avanço dos seringueiros. Especialmente o pessoal do Crl. Tancredo Martins Jorge, na boca do rio Fresco cometeu, do assassinato para baixo, toda sorte de crimes contra estes pobres, até que eles se revoltaram e fugiram chefiados pelo seu Tuxáua Máma [...] Os Juruna fizeram as pazes com o seringueiro Major Constantino Viana, da Pedra Seca, que com eles tripulou as suas embarcações em 1916 e desceu a Altamira onde em poucos dias morreram 11 dos juruna [...] Um outro bandozinho, a família do tuxaua Muratú, umas 12 pessoas, conservou-se, protegido pelas terríveis cachoeiras da “volta” do Xingu [...] Eis o que resta de uma das mais poderosas tribos do Estado do Pará (NIMUENDAJÚ, [1920] 1993, p. 151, grifo do autor).

No Iriri e Curuá existem ainda os restos dos *Chipáia* (80 cabeças) e dos *Curuáia* (100-120 cabeças); eles “pertencem” ao Crl. Ernesto Accioly – felizmente, digo eu, pois se tivessem “pertencido” a qualquer outro dos que eu lá conheço, hoje nem estes restos não existiam mais [...] Não lhe prestam outros serviços que os de canoeiros em duas ou três viagens particulares, e por estes trabalhos são recompensados com uma largueza que sempre escandaliza os parentes e vizinhos do velho Ernesto. Quando os seringueiros já tinham iniciado o massacre dos Chipáia no rio Curuá, Ernesto em pessoa foi lá, recolheu os fugitivos e os levou para perto do seu barracão Santa Júlia no Baixo Iriri, suprindo a tribo de tudo até que as plantações dessem resultado. Lá eles moram até hoje. Um outro pequeno grupo de Chipáia no alto Curuá eu encontrei em condições para as quais o português só tem uma palavra que as caracteriza claramente: escravidão (NIMUENDAJÚ, [1920] 1993, p. 152, grifo do autor).

Os Curuáia do alto Curuá constituem ainda uma tribo organizada, trabalhando e negociando com um homem que o velho Ernesto lá colocou. Anualmente o velho sobe uma vez o Curuá para verificar como eles vão e para lhes trazer presentes [...] Nos centros das margens esquerda do médio Iriri um pequeno bando de índios fugitivos e sem contato com os civilizados. Julgava se tratar de algum resto de *Arara*, até que há poucos dias Ernesto me contou que se verificou serem da tribo *Curuáia* (NIMUENDAJÚ, [1920] 1993, p. 152, grifo do autor).

Os excertos acima, relatados por Curt Nimuendajú, nos permitem entender os sérios problemas de contato e conflitos no período da extração intensa da borracha na Amazônia. O massacre aos indígenas, genocídio e etnocídio eram fatos, enquanto a economia da região desenvolvia-se. Miranda Neto (2016), com base em Junghans (2009), observa que na Vila de Altamira, entreposto importante que escoava a borracha entre o alto e médio Xingu, paulatinamente, a urbanização ia avançando, com instalação de equipamentos e incremento populacional, desenvolvimento atribuído a José Porfirio de Miranda Júnior, empresário da borracha e dono de vários entrepostos ao longo dos rios. O autor afirma ainda que

pode-se inferir que Altamira, mesmo sendo visitada por Jesuítas ainda no século XVIII, de fato se desenvolveu enquanto núcleo a partir da iniciativa do coronel Gaioso em promover uma economia de base escravista na foz do

Rio Ambé. Mais tarde, pelo próprio legado deixado por Gaioso, o pequeno núcleo passa a se desenvolver rapidamente por conta do papel de entreposto na “Estrada de Vitória” e, sobretudo, pelos interesses comerciais do coronel José Porfirio em promover economicamente essa área (MIRANDA NETO, 2016, p. 101).

Em meio a esses processos, Altamira vai ganhando ares de cidade com uma população diversificada. A aldeia-missão Tavaquara, que aglutinou várias etnias, foi aos poucos sendo incorporada pelo processo de urbanização (PATRÍCIO, 2000).

Conforme observado em parágrafos precedentes, a região do Vale do Xingu pertencia ao Município de Souzel, criado em 1874. Nesse período, o que havia acima da Volta Grande do Xingu eram apenas as picadas abetas pelos jesuítas ou por coletores das drogas do sertão. Devido à chegada de Gaioso, em 1883, o cenário acima da Volta Grande mudou e Altamira cresceu, tornando-se Vila no início do século XX. Em 1910, os moradores passaram a reivindicar a emancipação de Altamira, devido a sua população, o movimento comercial e outros aspectos, que ultrapassavam a cidade de Souzel, sede do Município. Em 1911, através da Lei Estadual nº 1234, de 06 de novembro, cria-se o Município de Altamira, com sede na Vila do mesmo nome. Através da Lei Estadual nº 1604, de 27 de setembro de 1917, a Vila é transformada em Cidade de Altamira (UMBUZEIRO; UMBUZEIRO, 2012).

Nesse contexto, Patrício (2000, p. 33) afirma que os indígenas na cidade foram incorporados aos poucos em meio a esses processos. Prestavam serviços como: pilotos de embarcações; caçadores de gato-do-mato e de onça, os gateiros; coletores de castanha; extratores do látex da seringa e do caucho. As mulheres trabalhavam como empregadas domésticas, lavadeiras, entre outras formas. Com os novos bairros sendo criados, a população indígena foi dispersando-se. Segundo essa autora,

as decisões políticas do estado e da população indígena deram um encaminhamento diferente para o território dos Xipiaia, Curuaia e Juruna, ou seja, não conseguiam manter o território como área indígena, resguardando o direito de demarcação. A formação dos centros urbanos tinha mais força dentro do contexto do desenvolvimento político, social econômico da região. A retomada de pelo menos parte desse território tem sido um anseio da comunidade cidadina expresso em suas reuniões, apesar de saberem das dificuldades, já que hoje o lugar onde está situado o bairro São Sebastião<sup>12</sup> tem vários proprietários (PATRÍCIO, 2000, p. 33).

---

<sup>12</sup> O bairro de São Sebastião ou Muquiço (na memória dos moradores indígenas antigos) é a área requerida por etnias como Xipiaia, Curuaia e Juruna em Altamira, para a demarcação de uma área indígena em solo urbano, com base na ocupação de Tavaquara. Na geografia dos bairros atual da cidade, não encontramos mais essa nomenclatura para esta área. Isto se deve ao fato de que nessas duas últimas décadas os limites de bairros de Altamira passaram por modificações, bem como seus nomes foram alterados conforme iam se desintegrando e

A partir da citação acima, compreende-se que na medida em que a urbanização avança, os indígenas vão sendo incorporados, com a perda de seus territórios. Contudo, a cidade de Altamira também incorpora aspectos do modo de vida dos indígenas e a ligação cidade-aldeia-cidade constitui-se um processo importante. A luta pela retomada de parte do território, no contexto atual, vem sendo amplamente discutida e já há uma ação no Ministério Público Federal em vista disso.

A abertura da fronteira, décadas mais tarde, trouxe uma nova reconfiguração urbana e regional. Novos processos incidem e Altamira passou a assumir maior importância no sudoeste paraense, bem como, o movimento de luta dos indígenas pela proteção de seus territórios, rios, florestas e direitos, sobretudo na cidade, passa a ganhar força.

## **2.2- A abertura da rodovia e uma nova reconfiguração socioespacial**

No contexto das políticas desenvolvimentistas do governo militar, a partir da década de 1960, uma nova reconfiguração da Amazônia oriental surgiu, com o processo de reestruturação espacial causando transformações em múltiplas escalas. Os grandes projetos foram implantados na região, como hidrelétricas, mineração em grande escala, estradas, portos e aeroportos, inserindo a Amazônia no mercado mundial (CORRÊA, 1987). Esse período marca, de acordo com Porto-Gonçalves (2001), a mudança no padrão de organização do espaço amazônico, baseado até a década de 1960, no tripé *rio-várzea-floresta*, agora redirecionado para o tripé *estrada-terra firme-subsolo*.

A cidade de Altamira sofre um processo de revigoração, tornando-se um dos pontos de convergência de algumas políticas estatais articuladas para a região. Com a construção da Transamazônica, na década de 1970, grandes transformações revelaram-se na cidade, que passou por uma reconfiguração de ordem espacial, econômica e social, haja vista que a localização favorável da cidade, no cruzamento da rodovia com o rio navegável, permitiu que Altamira passasse a atrair várias empresas de comércio e de serviços, bem como de produtos agrários (MILDER, 1987).

A colonização do espaço da Transamazônica deu-se a partir do desenvolvimento de centros antigos como Altamira, Itaituba e Marabá. A construção da BR-230 constitui um marco relevante no tocante à história da cidade e de suas relações com outras. Antes da

---

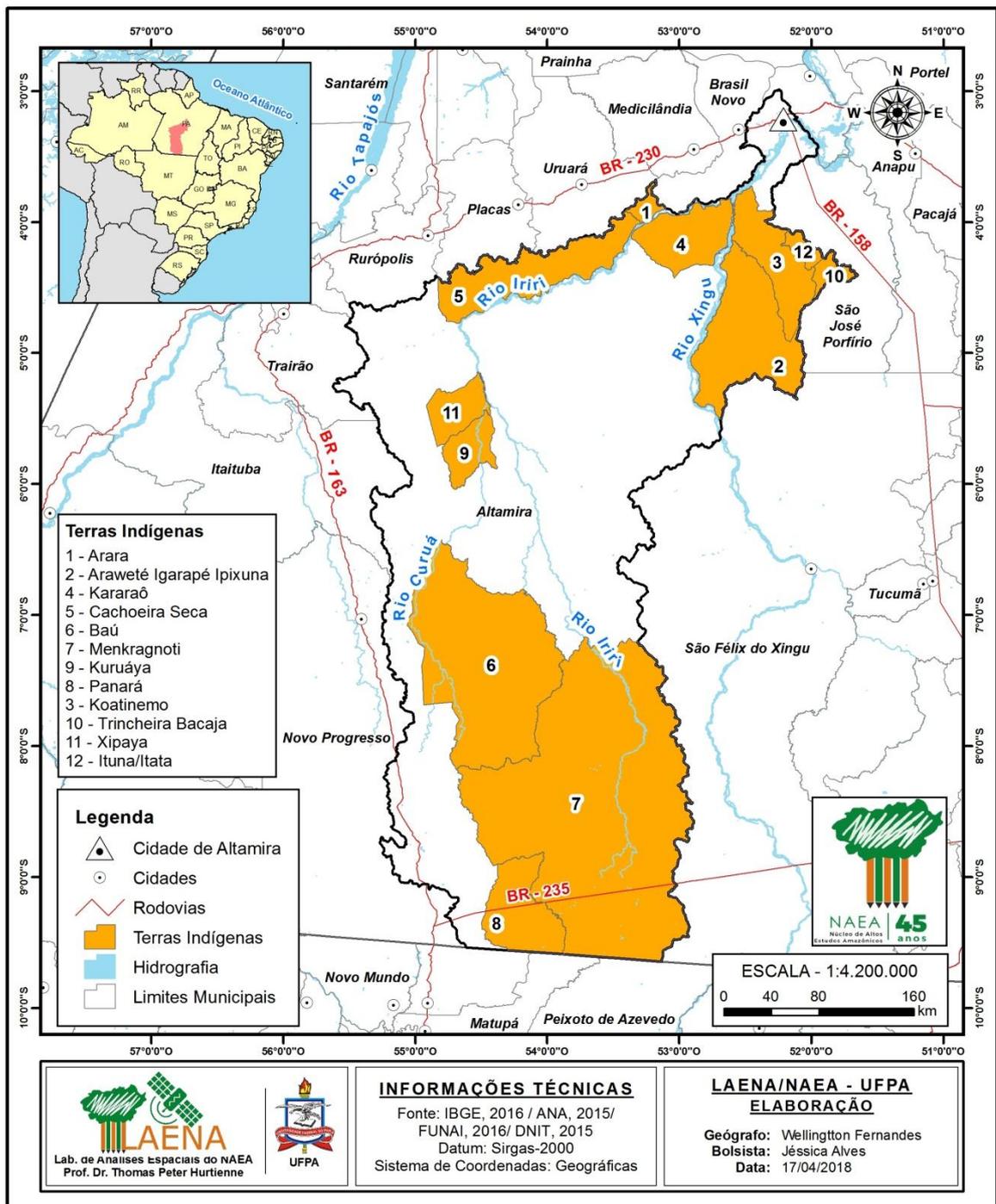
anexando a outros. Altamira já chegou a ter mais de 30 bairros e para se adequar aos padrões de cidades no Brasil, teve que passar por muitas mudanças em leis municipais. Nesse sentido, atualmente ainda é difícil espacializar com nomes e limites corretamente a geografia de bairros desta cidade em constante transformação.

rodovia, de acordo com Milder (1987), Altamira era um núcleo urbano isolado, onde as relações mais importantes se davam com a capital do Estado. Após a construção da Transamazônica, assim como de outras rodovias importantes, Altamira passou a estabelecer relações mais diretas com outras cidades da região (Santarém, Itaituba, Marabá, Tucuruí), além de outras situadas no Nordeste e no Centro-sul brasileiro. Depreende-se, desta forma, que a cidade, paulatinamente, insere-se, cada vez mais, em uma relação dialética entre “ordem próxima” e “ordem distante” (LEFÈBVRE, 2006).

Em face desses processos, tem-se a criação do PIN (Programa de Integração Nacional) pelo governo, criando o modelo de colonização dirigida. Elege-se o entorno de Altamira para a construção de projetos de colonização, sendo o INCRA a autarquia responsável. Dessa forma, Altamira tornar-se uma das sedes do Programa Integrado de Colonização PIC-Altamira e passa a ser um importante centro de serviço para sua área de influência, com o seu espaço incrementado com o comércio varejista e atacadista, indústrias, serviços bancários e novos bairros residenciais (BECKER, 1985, BECKER, 1990; MILDEN, 1987).

O núcleo assume uma nova dinâmica e firma seu papel de cidade média na Amazônia: tornar-se um importante polo de serviços de várias ordens para sua área de influência, articulando-se com espaços extrarregionais. A partir da abertura da Transamazônica, Altamira torna-se alvo das políticas estatais, recebe investimentos tanto públicos quanto privados, e ganha notoriedade no cenário paraense. Nesse sentido, compreende-se Altamira, de acordo com as formulações de Trindade Jr. (2010), como uma “cidade na floresta”, que se articula principalmente às demandas externas da região, fazendo da floresta um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana, vista muito mais como espaço de exploração econômica. Contudo, dialeticamente, no que concernem suas relações, apresenta aspectos ainda de uma “cidade da floresta”, que eram tipos de cidades mais comuns antes da abertura da fronteira econômica, que se caracterizaram pela intensa ligação com a dinâmica da natureza e relações com o entorno e localidades próximas. Cabe destacar que o Município de Altamira é ocupado, em sua maior parte, por Terras Indígenas (Mapa 02).

Mapa 02. Município de Altamira: Terras Indígenas (TIs)



Este fato agravou os conflitos entre os colonos e os povos indígenas ali existentes. A abertura da rodovia Transamazônica arrasou aldeias inteiras, a exemplo de uma grande aldeia dos Arara, pois o traçado da nova rodovia cortou plantações, trilhas e áreas de caça que os índios usavam. Entre os quilômetros 70 e 80 da BR-230 existiam dois grupos de Arara que foram separados com a edificação. Com as intensas formas de resistência e ataques mútuos, a FUNAI, então, foi obrigada a intensificar sua atuação para pacificar os índios agressores, no caso em questão, os Arara (UMBUZEIRO; UMBUZEIRO, 2012).

Sidney Possuelo, que ingressou como aprendiz de “sertanista” na FUNAI, na década de 1960, em entrevista ao Instituto Socioambiental (ISA), relata alguns acontecimentos acerca da abertura da Transamazônica, as formas de resistências dos indígenas frente ao contato e a atração que Altamira passou a exercer:

o advento da Transamazônica. É uma coisa terrivelmente difícil. Eu vou tentar responder isso exemplificando. Contato dos Arara, o primeiro grupo que eu fui contatar, foi no quilômetro 120 da rodovia Transamazônica, perto de Altamira, entre 1979/1980. Quando eu cheguei, a frente Arara já tinha onze anos, e era só ataque em cima das equipes da Funai. Várias pessoas foram mortas e fazendas foram atacadas. Quando eu entrei, o primeiro trabalho que eu fiz foi retirar os invasores. Fiz um plano que foi aprovado em Brasília. Vamos retirar os invasores e deixar os índios tranquilos lá dentro. Ficamos ali parados e eles, imediatamente, nos descobriram e ficaram em volta. Nos atacaram, feriram dois homens, depois veio o contato e o momento no qual eu descubro que o grupo que ficou está doente [...] Quando fizemos o contato, no dia seguinte tínhamos tudo o que era necessário para combater as doenças que nós sabíamos que poderiam surgir. E mais: eu tinha um médico e duas enfermeiras à minha disposição. Fantástico. Eu falei: “aqui não vai morrer ninguém”. O que aconteceu? Os Arara saíram pela Transamazônica querendo conhecer Altamira. Na frente todo mundo falava “Altamira pra cá, Altamira pra lá”, e os índios pensavam: “Altamira é a casa deles, queremos ir para Altamira”. Por duas vezes, eles saíram pela estrada. Um grupo de uns dez ou doze decidiu: “nós vamos”. O Wellington saiu atrás e foi pegando eles na estrada, colocando dentro do carro e dizendo: “não pode, meu filho”. Passaram-se alguns meses e aconteceu a mesma coisa. Saíram na estrada e aí foi pior, porque quando nós nos aproximávamos deles eles abaixavam e pegavam pedras. Com muito custo nós pusemos eles nos carros e voltamos. Eu reuni o pessoal todo e falei: “gente, esse contato aqui está complicado, eles querem ir lá de qualquer jeito. Se querem ir, vamos organizar isso”. Eu aluguei várias Kombis [...] Uma semana antes o pessoal pescou, pegou macaco, pegou tudo e levou para lá para ter a comidinha deles. Foi um alvoroço quando eles entraram na cidade de Altamira. Eu tive que chamar o Exército porque a nossa base foi cercada pela população. Os Arara eram o terror da Amazônia. Todo mundo só falava nos Arara [...] Eles dormiram duas noites e ao terceiro dia conheceram a cidade, isso porque quando chegaram todos ganharam camisa calção e sandália. Aí é que vem o drama. Chegaram ao posto e foram saindo pro mato, em três grupos. Um último grupo de umas oito ou dez pessoas ficou na base, no nosso posto. Quatro ou cinco dias depois que nós

tínhamos chegado, um dos índios começou a espirrar. Nós não esperamos e cobrimos todo mundo com antibiótico [...] Ninguém queria tomar, mas devagar nós demos. E aí nós começamos a pensar: “e os que estão lá dentro, estão doentes ou não?” [...] Organizamos três equipes e saímos para procurar os vestígios deles. No segundo dia já bati em cima do vestígio deles e encontrei os caras caídos. Como eles foram abatidos rapidamente, é impressionante! A doença vem e acaba com os caras. É questão de horas e está virando tudo pneumonia. O cara morre de pneumonia. Não é a gripezinha, é a pneumonia que vem (POSSUELO, 2006, p. 61).

A partir da entrevista de Possuelo é possível compreender os múltiplos efeitos que esse grande empreendimento causou na época. Ao passo que a cidade crescia e se destacava no sudoeste paraense, atraindo grandes investimentos e se modernizando, a população indígena, de forma incisiva, passava a ser esquecida e marginalizada no contexto urbano e das políticas direcionadas para a região e para a cidade.

Altamira transformou-se em um centro atrativo para a população migrante, chegando a ser considerada a “Capital da Transamazônica”, algo que chamou a atenção até de cineastas nacionais críticos, como Carlos Diegues, em seu filme “*Bye Bye Brasil*”, em 1979. Em meio à população de outras regiões atraídas para a cidade, vieram também indígenas de outras localidades tanto da região Norte, quanto de outras regiões como Nordeste e Sul do Brasil, que se aglutinaram no espaço urbano altamirense, bem como os expulsos de suas aldeias, que passaram a viver na periferia, principalmente em casas de parentes ou de alugueis em condições precárias, compondo o universo e a diversidade de etnias indígenas que vivem hoje na cidade.

Além disso, a rodovia permitiu também um melhor conhecimento da região do Xingu e de seus recursos, desencadeando outras políticas. Sobre isso, Milder (1987, p.14) revela que a “ELETRONORTE designou Altamira como um dos fornecedores amazônicos de energia para a nação, através da construção de uma hidro-elétrica, isto fazendo parte de um plano de formação de uma rede integrada de energia, abrangendo toda a nação”.

Observa-se, dessa forma, o início de um projeto ambicioso, antes denominado Kararaô, atualmente Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte, um dos principais projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, dos governos Lula e Dilma. Uma área composta pelos municípios de Altamira, Anapu, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio e Brasil Novo foi diretamente impactada; todos pertencendo à sub-região do sudoeste paraense. Ressalta-se que, apesar da Hidrelétrica ter sua principal obra no Município

de Vitória do Xingu, é Altamira que se destaca como polo e importante base logística para o empreendimento devido à sua relevância, já mencionada em parágrafos precedentes.

É válido ressaltar que, como consequência da movimentação do capital, grandes mudanças vêm ocorrendo na área de influência da hidrelétrica, sobretudo na cidade escolhida para análise, como o aumento populacional, que contribui para o agravamento de problemas de ordens espacial, social e ambiental. Ademais, em face desses processos, como forma de resistência e reivindicação de direitos e de políticas diferenciadas, vem ganhando força o movimento dos indígenas médio-xinguanos e, em especial, os que residem na cidade de Altamira, historicamente esquecidos e vilipendiados<sup>13</sup>.

### **2.3- Altamira na aurora do século XXI**

Para se falar da formação histórico-geográfica de Altamira e compreender os processos atuais que se rebatem em seu espaço, é necessário entender seus aspectos e dinâmicas da natureza. O vale do rio Xingu reserva particularidades importantes que se rebatem nas escalas sociais, políticas, econômicas, espaciais e ambientais da região, especificamente de cidades como Altamira.

O rio Xingu, com águas que refletem o tom verde-esmeralda e possui rochas graníticas dispostas em grandes blocos nas margens e no leito – que outrora foi um empecilho para a colonização e hoje são importantes para implantar grandes empreendimentos, como hidrelétricas – contrasta com o verde da floresta e o azul do céu de poucas nuvens predominantes, sobretudo no chamado “verão amazônico”, com o fenômeno climático “el niño”<sup>14</sup>.

As particularidades desse rio, como sua composição, vazão e sua “Volta Grande” – que se caracteriza como um expressivo meandro –, entre outras, foram observadas através de estudos e possibilitam a implantação de grandes projetos, que não têm fugido da agenda política do Governo Federal, a exemplo de Belo Monte. Eles afetam, sobremaneira, suas cidades com certa importância econômica, como Altamira, situada no curso médio desse rio, conhecida também como a “Princesinha do Xingu”. Em período mais recente, com a abertura da BR-230 e com os programas de colonização, Altamira passou a ser designada também

---

<sup>13</sup> A respeito desses processos, abordaremos melhor nos capítulos seguintes deste trabalho.

<sup>14</sup> Na região amazônica predominam dois fenômenos climáticos: “el niño”, que é expresso por poucas chuvas e altas temperaturas durante dias seguidos; e “la niña”, período de chuvas intensas, sobretudo nos meses de janeiro a abril, podendo alcançar um grande índice pluviométrico em um único dia.

como a “Capital da Transamazônica”, o que expressa sua importância geográfica e econômica nesses diferentes modais de circulação.

Ao rio Xingu está atrelado o cotidiano e a dinâmica de muitas famílias que estabelecem relações passadas por gerações através dos modos de vida, a exemplo de famílias indígenas e ribeirinhas, que têm no rio a sua principal fonte de sustento. Por muito tempo, o Xingu e seus afluentes foram as principais vias de acesso e de circulação de pessoas e mercadorias, o que permitiu o fomento de atividades econômicas, como a borracha, que elevaram Altamira a categoria de entreposto comercial.

O Município de Altamira possui uma extensão territorial de 159.696 km<sup>2</sup>, sendo o maior do Brasil, distante 754 quilômetros da metrópole paraense. Localizada à margem esquerda do Xingu, a sede municipal teve população estimada em 2017 de 111.435 pessoas (IBGE, 2018). A cidade chega ao início do século XXI com grande importância sub-regional, como polo logístico e econômico da região (ALTAMIRA, 2010a). Sob o prisma da paisagem, apresenta-se com edificações que contrastam arquiteturas de tempos passados, como igrejas e prédios públicos que assumiram, com o passar do tempo, novas funções revelando-se em “rugosidades espaciais” (SANTOS, 2014). Há outras arquiteturas mais modernas, expressas em casas, prédios novos e hotéis, grande parte localizada nas áreas centrais, como a orla do Cais, recentemente revitalizada. Isso nos remete aos múltiplos tempos observados na paisagem, formas de “heterotopia” em que a cidade apresenta em um só espaço vários espaços e acúmulos de tempos (FOUCAULT, 1984). Nas áreas mais periféricas e à beira-rio é possível encontrar casas em madeira, as palafitas em que a rua é serpenteada por precárias pontes, estivas, marcando processos de exclusão. São famílias de baixa renda vivendo em condições subnormais com a ausência de serviços públicos. Nessas condições, ainda há muitos indígenas<sup>15</sup>.

Altamira apresenta seu solo avermelhado exposto em grande parte da área urbana, principalmente em suas periferias e deixa nas principais ruas, avenidas e travessas o asfalto e a pavimentação com blocos de concreto. A nomenclatura dada a estas vias são homenagens feitas àqueles que a “história oficial” reconhece como seus principais heróis e desbravadores. São travessas e avenidas como Coronel Gaioso, Ernesto Acioly, Coronel José Porfírio, Pedro Lemos e Agrário Cavalcante. Apesar das nove etnias médio-xinguanas (Xipayá, Kuruaya, Juruna, Kayapó, Arara, Assuriny, Parakanã, Araweté e Xicrim) entre tantas outras que estão

---

<sup>15</sup> Em alguns desses locais houve o processo de realocação de muitas famílias, por se localizarem na Área Diretamente Afetada (ADA) por Belo Monte. Porém, ainda é possível em alguns pontos da cidade encontrar famílias vivendo nessas condições sem nenhuma assistência do poder público. Detalharemos isso no capítulo seguinte deste trabalho.

no espaço urbano e compõem a história da cidade, não se observa em nenhuma nomenclatura e quase não se vê na paisagem traços dessas presenças em monumentos e nomeações, que aqui compreendemos como “etnicidade” (NEVES, 2015)<sup>16</sup>. Este fato marca a invisibilidade desses povos nas ações do poder público.

No tocante à economia, Altamira ganha destaque com o agronegócio, o que se reflete na cidade com sua anual Feira de Exposição Agropecuária, a Expoalta. Ela reúne milhares de pessoas, incluindo ruralistas do País inteiro para seus leilões e movimenta milhões em negócios, além de shows sertanejos (TV CIDADE, 2016) e a propagação da moda *country* importada de outros países como os Estados Unidos. As feiras de exposição “lançam o espaço citadino e a região dentro da competitividade que se instala entre os lugares” (NUNES, 2015, p. 22). Além disso, a cidade oferta equipamentos como aeroporto, instituições de ensino superior, comércios e serviços especializados, hospitais como o Hospital Regional, lazer, entre outros, que atraem populações das cidades de sua hinterlândia, e a conectam com outras cidades extrarregionais. No contexto sub-regional, revelam aspectos de sua centralidade como cidade média paraense. Pode ser compreendida a partir do estudo do IBGE (2007), no qual é classificada como centro sub-regional B (Mapa 03).

Por sua importância econômica, política e geográfica, historicamente constituída, a cidade é alvo de investimentos do capital público e privado. Atualmente, mais uma vez, serviu de base logística para a implementação de um grande projeto, que ocasionou profundas mudanças no seu espaço urbano e que, em suas particularidades, tem uma importante ligação com os rios pelo cotidiano e modos de vida de sua sociodiversidade, principalmente os povos indígenas que ali residem e são ignorados em face desses eventos. Ademais, tais processos colocam Altamira em um jogo dialético de “ordem próxima” e “ordem distante” (LEFÈBVRE, 2006).

---

<sup>16</sup> Compreendemos aqui por “etnicidade” seguindo a noção proposta por Neves (2015) ao analisar a paisagem urbana de Belém com a presença de grafites e pichações, que envolviam a pluralidade étnica dessa cidade às vésperas de seu aniversário do quarto centenário. Essa pluralidade étnica presente na paisagem de grandes cidades brasileiras, que a autora tomou como etnicidade, revelam-se silenciadas. Tal fato, constata-se ao se observar, por exemplo, seus topônimos. Acrescenta, ainda, que a influência dos povos indígenas na capital paraense é bem evidente nas práticas cotidianas, porém, não se materializa na arquitetura dominante de seu centro histórico.

Mapa 03. Cidade de Altamira: centralidade no sudoeste paraense

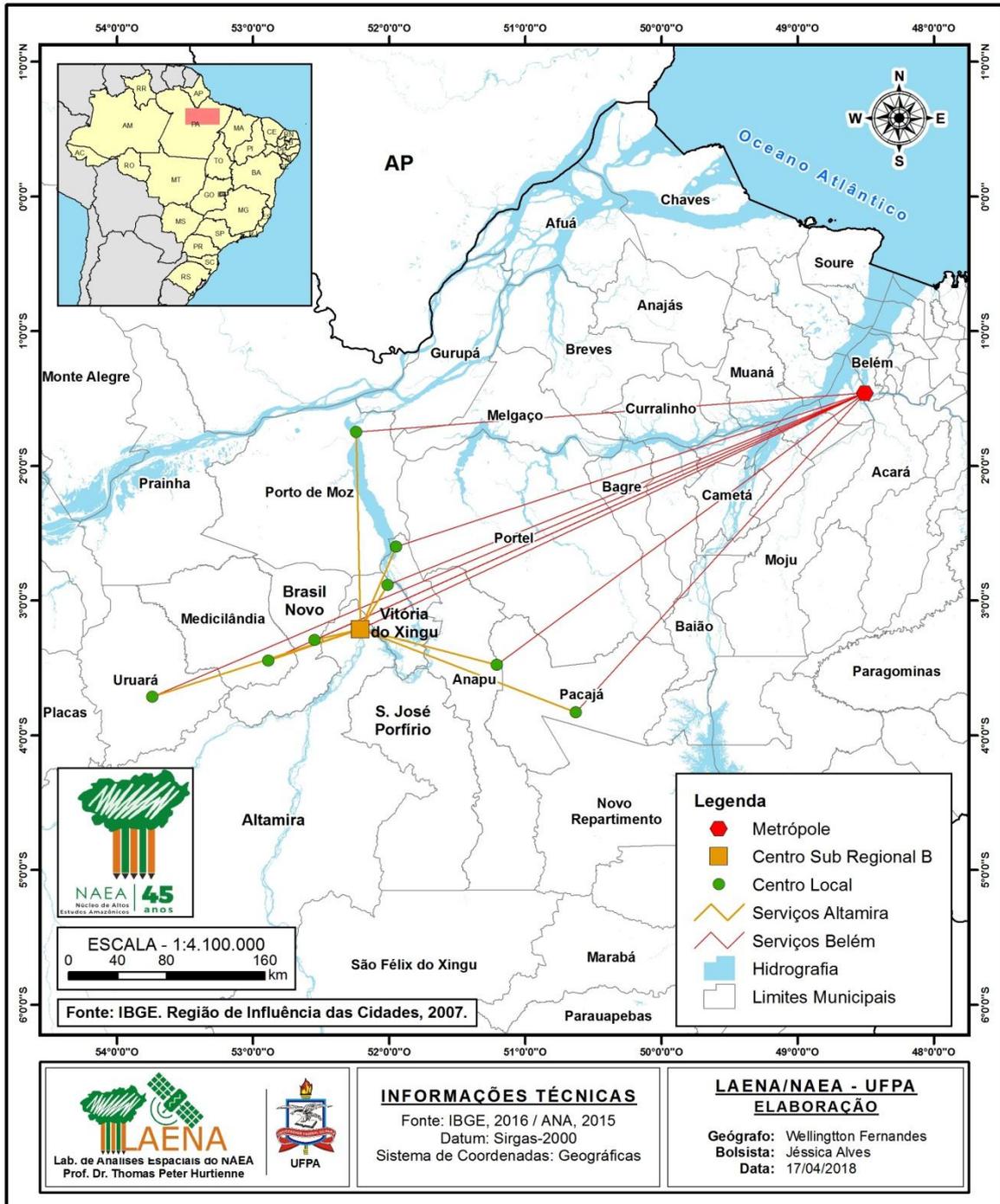




FOTO 03. MONUMENTO EM HOMENAGEM AOS SERINGUEIROS NORDESTINOS: o monumento, localizado em uma rotatória no centro de Altamira, faz uma homenagem aos nordestinos que vieram trabalhar na extração do látex das seringas e cauchos, sobretudo como “soldados da borracha” no segundo ciclo econômico e contribuíram para o crescimento da economia no Município de Altamira. É comum, na paisagem urbana altamirense, encontrarmos monumentos e logradouros públicos homenageando os “de fora”, reconhecendo-os como heróis e desbravadores que contribuíram para o “progresso” da cidade. Autora: Suelem Cardoso, agosto de 2017.



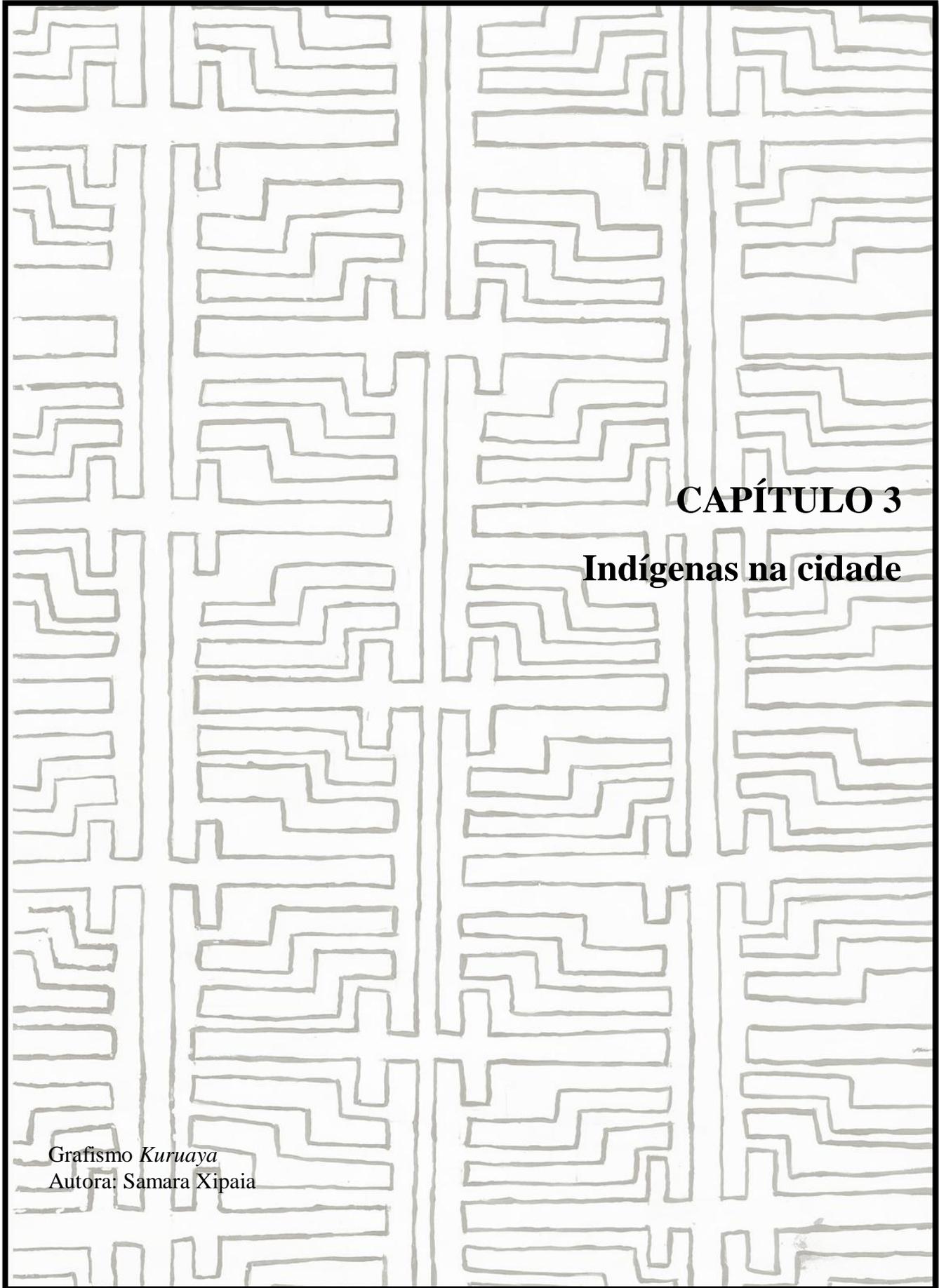
FOTO 04. ARQUITETURA INDÍGENA: o monumento em madeira lembra a arquitetura indígena pelo seu traçado triangular e está localizado próximo do centro de Altamira. No plano da paisagem, é um dos poucos monumentos que faz menção à presença indígena, mas que, ainda assim, é necessário um esforço para se chegar a essa conclusão.

Autora: Suelem Cardoso, agosto de 2017.



FOTO 05. COMÉRCIOS E SERVIÇOS NA AVENIDA 7 DE SETEMBRO: a Avenida 7 de Setembro, no centro de Altamira, é um importante centro comercial da cidade. Nela são encontradas grandes lojas de departamentos, franquias de grandes marcas, serviços bancários e uma ampla variedade de lojas varejistas; muitos implantados no início desta década devido ao empreendimento que atraiu agentes econômicas e pessoas na perspectiva de melhoria de vida. Atualmente, com o esvaziamento da cidade, pelo termino de grande parte das obras de Belo Monte, o comércio sofre seus efeitos com muitas lojas vazias de clientes, mesmo em períodos de maior movimentação financeira como os primeiros dias úteis; além do aumento do desemprego.

Autora: Suelem Cardoso, agosto de 2017.



## **CAPÍTULO 3**

### **Indígenas na cidade**

*Grafismo Kuruaya*  
Autora: Samara Xipaia



FOTO 06. CENA DO FILME *BYE BYE BRASIL*: a vida imita a arte?

A imagem acima, feita a partir de uma cena do Filme *Bye Bye Brasil*, 1979, de Carlos Diegues, traz as aventuras da caravana “Rolidei”, de artistas viajantes pelo Brasil central. Visando conseguir público para suas apresentações, percorrem a recém-aberta Transamazônica a caminho da cidade de Altamira. No percurso, a caravana encontra indígenas de uma aldeia, impactados pela abertura da rodovia e que desejam ir para Altamira. A imagem mostra parte dessa família indígena encantada com um sorvete na Avenida 7 de Setembro, já um importante centro comercial da época. No centro da foto, está Raimundo Xipaia Curuaia, atualmente com 54 anos, indígena morador do bairro Jardim Independente I, área periférica conhecida como Lagoa, impactada com o enchimento do reservatório de Belo Monte. Hoje os moradores, mais de 140 famílias indígenas, como a de seu Raimundo, e outras não indígenas, lutam para serem compensados pelo impacto do empreendimento.

Fonte da imagem: *Bye Bye Brasil* (1979).

*Eu vejo falar que o pessoal indígena que mora na cidade sofre muito porque quase não tem acesso à saúde. É igual o cristão sem ser índio, né? Dizem que, porque abandonou a aldeia, tem que se socializar com os outros. Então, pra mim, isso aí é falta de respeito, porque se é índio lá na aldeia, é índio em qualquer lugar, né? (Curuaia, 51 anos, agosto de 2017).*

**N**a fala da moradora Curuaia de Altamira é expresso um dos principais problemas enfrentados pelos indígenas que moram nos centros urbanos: o não reconhecimento de sua indianidade por morar fora da aldeia. Embora a presença indígena nas áreas urbanas de grandes e pequenas cidades não seja novidade, principalmente na Amazônia, ainda há muitos percalços que esses moradores enfrentam, sobretudo quando sua identidade étnica é assumida e se luta pelo respeito e a condição de cidadão indígena em um espaço tão adverso que é a cidade.

Diante desse contexto, buscaremos elencar neste capítulo algumas considerações sobre essa problemática que a face acadêmica, que aborda essas questões, só em décadas recentes passou a debruçar-se com mais nitidez. A discussão perpassa por pontos mais gerais e específicos da realidade da cidade de Altamira e a presença de várias etnias indígenas, que vêm se organizando em forma de associações frente aos problemas ocasionados a partir de Belo Monte.

### **3.1 – A presença indígena nas cidades brasileiras: breves considerações**

A presença indígena nos centros urbanos de países latino-americanos, a exemplo do Brasil, apesar de justificável do ponto de vista histórico, ainda gera grandes discussões. Caleffi (2003), ao abordar a presença indígena na América Latina, revela que em grande parte desses países ela é significativa em seus ambientes urbanos e não causa estranheza, exceto para o caso das cidades brasileiras. A autora discute ainda que o peso da presença de indígenas nas cidades da América Latina traduz-se, muitas vezes, em força política, ganhando visibilidade na agenda do Estado. Esse fenômeno está ligado ao tipo de colonização na América espanhola. Contudo, para o caso brasileiro, observa que esta presença foi ignorada, até pouco tempo, tanto pela própria academia que se interessa pelos estudos desses povos, quanto pelo Estado, e, ainda, muitas vezes, pela própria sociedade civil.

No Brasil, uma questão comumente levantada ao lançar esse debate se reflete em “quem é índio hoje?”. Para tal discussão surgem, muitas vezes, várias outras indagações. Historicamente, é comum caracterizar o cidadão indígena sob estereótipos já enraizados no

pensamento brasileiro e disseminados, sobretudo, pelas instituições, a exemplo da FUNAI, que até pouco tempo só reconhecia como índio aqueles que moravam em aldeia. Entretanto, bem mais que estigmas<sup>17</sup> gerados com o cidadão que se autoidentifica como indígena e que não reside mais ou nunca residiu em aldeia, isso gera entraves para alcançar direitos já assegurados em textos jurídicos nacionais e internacionais. Nesse contexto, destacamos como os principais documentos específicos para povos indígenas no Brasil: Lei 6.001 de 1977, o Estatuto dos Povos Indígenas; Constituição Federal de 1988, especificamente os artigos 231 e 232; Convenção n° 169 de 1991 da Organização Internacional do Trabalho (OIT); e Declaração Sobre o Direito dos Povos Indígenas (DDPI) de 2007.

Sublinhamos que o segundo item do Artigo 1° da Convenção n° 169 da OIT dispõe que “A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção”, assegurando, desta forma, o direito à autoidentificação.

De acordo com Caleffi (2003, p. 20-21)

podemos afirmar que índio além de referir-se a pessoas integrantes de diferentes grupos étnicos com um longo histórico de luta contra a marginalização imposta pelas políticas coloniais e depois nacionais, e pelos próprios integrantes da cultura ocidental, foi inicialmente uma identidade atribuída [...] Ser índio, porém no final do séc. XX e início do XXI é mais que isto; é ser portador de um status jurídico, que lhe garante uma série de direitos. É fazer parte de uma coletividade.

O antropólogo Viveiros de Castro (2006, p. 38), por sua vez, afirma que

“Índio” é qualquer membro de uma comunidade indígena, reconhecido por ela como tal. “Comunidade indígena” é toda comunidade fundada nas relações de parentesco ou vizinhança entre seus membros, que mantém laços histórico-culturais com as organizações sociais indígenas pré-colombianas.

Nesse sentido, e de acordo com as legislações vigentes, a autoidentificação e o reconhecimento por parte do coletivo são os primeiros passos para a garantia de direitos ao cidadão indígena. Seguindo esse ponto de vista, Sales (2009, p. 55), com base em Oliveira

---

<sup>17</sup> O termo está ligado à depreciação do outro, que o coloca em uma situação de inferioridade, destituindo-o, dessa forma de sua humanidade. Há vários tipos de estigmas; entre eles os tribais, de raça, nação e religião. São usados cotidianamente termos específicos de estigmas nos discursos cotidianos (GOFFMAN, 1982). O próprio termo “índio”, muitas vezes, está circunscrito em um contexto depreciativo.

(1998, p. 280), destaca duas concepções ligadas à categoria “índio”, a de “status jurídico” que garante a esses sujeitos direitos específicos elaborados conjuntamente, definidos e confirmados pelo Brasil direcionados à coletividade, às comunidades ou aos povos indígenas. Outra concepção propagada pelos veículos de comunicação em massa caracteriza o “índio” como resíduo de uma cultura exótica e rudimentar, morador da selva, um ser “selvagem” e “primitivo”. Portanto, a essa última definição, ainda segundo Sales (2009), estão atreladas consequências, por vezes, revestidas de ideias primordialistas que substancializam a comunidade étnica em termos biológicos e geográficos.

Luciano (2006) já chamava atenção que a questão dos “índios urbanos” é um tema desafiante, um caminho que precisava ser aprofundado e valorizado no âmbito das ações do movimento indígena e indigenista. Assim, suas perspectivas não poderiam ser as mesmas dos índios aldeados, por não viverem em condições de dependência do território para sobreviverem, e sim, geralmente, de prestações de serviços e da oferta de sua mão de obra no mercado de trabalho. Todavia, o autor sublinha que essa diferença, no tocante à perspectiva de vida, não deve justificar o estabelecimento de rígidas fronteiras entre ambas as realidades, o que caracterizaria outro tipo de exclusão e de discriminação, haja vista que as duas perspectivas têm base em um mesmo referencial sociocultural.

Em âmbito acadêmico, a problemática da presença indígena em áreas urbanas e seus desdobramentos ganham ênfase em importantes pesquisas, sobretudo etnográficas. Destacam-se, nesse contexto, os estudos de Cardoso de Oliveira (1968), Lasmar (2005) e Andrello (2006), pontuando, respectivamente, elementos como: contato interétnico e integração em uma sociedade de classe; casamento interétnico e inserção no mundo dos brancos como forma de aceitação; assimilação de modos de vida urbanos, mas sem a descaracterização da identidade indígena.

O estudo de Cardoso de Oliveira (1968) apresenta-se como pioneiro, trazendo a discussão da integração dos índios Terêna num sistema de classe em cidades no Sul do Mato Grosso. Nesse sentido, o estudo aponta que a mobilidade que inclui o movimento no espaço físico (migração) e social (acomodação), num sistema de classes do tipo urbano, implicava também na manutenção da primitiva identidade étnica, ocasionando uma integração sem assimilação, tese que já havia sido levantada em um trabalho anterior do autor e comprovada no estudo supracitado. O trabalho buscou apreender a população Terêna em sua dupla dimensão: “índios de reserva” e “índios de cidade”. Observa a “presença” da cidade na aldeia-reserva, entendida como a incorporação de costumes e valores urbanos ao estilo de vida na

aldeia, com alterações poucas, mas significativas. A “persistência” da aldeia na cidade é também observada. Ela é compreendida como a manutenção dos elos tribais nas condições de vida urbana. Tal persistência é caracterizada como um fenômeno de tribalismo, que pode ser entendido em situação de contato interétnico, uma forma de expressão comum frente às oposições; frequentemente um conjunto de reações de defesa, sem necessariamente implicar em uma valorização do quadro étnico em detrimento do quadro nacional.

O trabalho de Cardoso de Oliveira marca o início de um debate que ganha ênfase em décadas mais atuais, não somente dentro de estudos antropológicos, mas que se amplia para outras ciências, como a História, a Sociologia, a Economia, a Cartografia e o Direito, muitas vezes em uma abordagem interdisciplinar, conforme observado em levantamentos bibliográficos.

O estudo de Lasmar (2005) observa indígenas na bacia do rio Negro, especificamente sobre migração para a cidade de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas, e suas formas de inserção local. A autora pontua o casamento interétnico, sobretudo entre mulheres indígenas e homens “brancos”, como uma forma de aproximação ao mundo dos brancos, fato que amplia o processo de migração aldeia-cidade para os parentes, os “agregados”. Entretanto, destaca que mesmo vivendo como branco, entre brancos, não deixa de ser índio, pontuando que a adoção do modo de vida urbano desdobra em alterações no corpo, rotina e relações com espaço físico, mas não muda sua superfície, identidade.

Andrello (2006) traz um estudo etnográfico sobre povos indígenas da bacia do Rio Negro, mostrando transformações e o cotidiano em Iauaretê, que, apesar de ser considerado o maior distrito municipal de São Gabriel da Cachoeira, não o é formalmente. Iauaretê caracteriza-se como um povoado com bairros indígenas que se formaram a partir de processos históricos e que, sob a ótica social e a econômica, encontra-se a meio caminho entre a “comunidade ribeirinha” e a “cidade”. Examina como os indígenas do rio Uaupés relacionam-se com a chamada “civilização dos brancos” e conceituam sua identidade indígena levando em conta elementos que emergiram por processos históricos, como mercadorias, dinheiro e papéis; e elementos de heranças ancestrais, como nomes, enfeites, cerimoniais e mitos. Andrello discorre que, com o tempo, os moradores de Iauaretê têm ficado cada vez mais diferentes de seus antepassados e mais parecidos com os brancos ou os Baré – considerados mais civilizados porque possuíam mercadorias –; fato que se deve também à adoção do uso do português como língua principal. Da mesma forma, o modo de vida passou a distanciar-se daqueles que seus avós tinham, entretanto, não negam sua identidade, afirmando ser o mesmo

tipo de gente, pois sua alimentação é basicamente a mesma, com peixe, pimenta e beiju, apesar da crescente introdução da comida dos brancos.

Caleffi (2003), em uma discussão acerca de povos indígenas no meio urbano brasileiro, assinala importantes motivos pelos quais alguns indígenas habitam as cidades, a exemplo da venda de seu artesanato e procura por algum tipo de assistência. Alguns que, por diferentes motivações, saíram das áreas e terras indígenas, tornaram-se moradores do meio urbano. A autora ressalta, ainda, que é sobre estes últimos que o estigma do questionamento acerca de sua indianidade é mais forte.

Cabe pontuar que muitas cidades brasileiras, a exemplo de cidades amazônicas ribeirinhas, constituíram-se a partir de aldeamentos missionários ou próximas de aldeias indígenas. Desse modo, compreende-se que a presença indígena em tais cidades não está atrelada somente à migração, mas à constituição de núcleos urbanos que mais tarde assumiram a configuração de cidades sobre aldeamentos. O processo de urbanização, nesse sentido, assume um importante papel. Ademais, a presença desses povos em áreas urbanas não pressupõe uma quebra de laços com a aldeia e com a cultura étnica, traduzindo-se, muitas vezes, em uma migração sazonal e/ou em dupla moradia<sup>18</sup>.

No caso da cidade de Manaus, os indígenas se deslocam durante certo período do tempo para as aldeias durante o período das férias escolares das crianças, especialmente aquelas nascidas na cidade, para que possam viver a experiência vivida por seus pais e avós no local de origem. Também há um fluxo constante de parentes da aldeia que, frequentemente, visitam a cidade (PEREIRA, 2016a).

Sublinhamos ainda que as cidades amazônicas, neste trabalho, são compreendidas como mediações que contém a “ordem próxima” e está contida na “ordem distante”. Nelas se projetam vários tempos e ritmos, sendo obra de uma história, bem como de pessoas e determinados grupos com múltiplas formas de vivências, tendo característica a realidade prático-sensível, a morfologia material. No urbano, manifestam-se as relações sociais e modos de vida por uma morfologia social (LEFÈBVRE, 2006). Nesse sentido, Pereira (2012, p. 229), nos ajuda a compreender as cidades amazônicas ao afirmar que

os híbridos presentes na vida cotidiana e o contexto de sua realização nos informam sobre a Amazônia, em particular, da presença étnica (quilombola e indígena), do rural e do urbano contido na cidade, uma vez que a vida naquele espaço subnacional não se realiza pelas oposições criadas pelo pensamento abstrato. A abundância de natureza ou de recursos naturais,

---

<sup>18</sup> Há muitos moradores indígenas que possuem casa na área de origem e também na cidade.

quando acessado, permitem, mesmo em condições técnicas adversas e sem financiamento, o seu uso em bases não predatórias e não mercantis, tendo como fundamento a satisfação de necessidades humanas, sejam elas imediatas ou duradouras. Assim, as práticas na cidade vão além do que define a legislação municipal, uma vez que a territorialidade propiciada pelo uso, pelo deslocamento e pelo sentimento de pertença não está orientada por essa limitação.

Seguindo essas concepções e diante desses processos, compreendemos as cidades amazônicas sob o híbrido rural/urbano nelas contidas. A presença indígena nestas cidades, desta forma, e as relações sociais, deslocamentos e práticas que desenvolvem nos permitem alcançar tal pensamento.

Nas cidades a seguridade dos direitos perpassa por amplos debates, haja vista que a discussão acerca da presença indígena em áreas urbanas, conforme assinalou Nunes (2010), começou a despertar interesses de pesquisa efetivamente em períodos recentes, e, segundo Nascimento e Vieira (2015), ainda caminha a passos lentos. Em virtude disso, estes últimos autores afirmam que, devido à complexidade da temática, ainda não há um consenso no tocante ao termo, perpassando por “índios urbanos”, “índios na cidade”, “índios da cidade”, “índios citadinos”, “índios em área urbana”, “índios em contexto urbano” e “índios desaldeados”<sup>19</sup>. Historicamente, são também considerados como “índios misturados”, em oposição ao “índio puro” e “remanescentes” (OLIVEIRA, 1998). Nesse sentido Arruti (1997, p. 11) argumenta que

ganham visibilidade política e acadêmica comunidades indígenas “recentes”, isto é, que passaram por um processo de retomada de suas tradições a partir de uma identidade genérica de caboclos já assimilados, sem uma língua distinta, cristianizados, muitas vezes integrados aos mercados local e nacional como força de trabalho móvel, escorregando, dessa forma, para o polo da interação, do universo político e cognitivo partilhado pelo observador.

Albuquerque (2011) atribui essa indefinição de termos ao fato de ainda não haver uma legislação direta para assistência das populações indígenas nas cidades em meio a esse “limbo jurídico”, haja vista que as poucas políticas criadas para amparar os povos indígenas em contextos urbanos foram concebidas por alguns estados e municípios, sendo muitas através de ações de Secretarias de Direitos Humanos. Tal articulação entre os níveis de poder público,

---

<sup>19</sup> Nesse sentido, sublinhamos mais uma vez que, neste trabalho, o termo empregado é de “indígenas na cidade”.

para o autor, promove uma distribuição do trabalho e especificidades de atendimento aos indígenas, ocasionando um desconhecimento por parte desses povos de como proceder com as diferentes instâncias.

Seguindo esse viés, no Brasil, fomentou-se a discussão acerca da problemática aqui em questão, sobretudo a partir dos três últimos recenseamentos: 1991, 2000 e 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que registraram um crescimento significativo desses povos, em especial, em áreas urbanas. Contudo, a metodologia usada no recenseamento foi ponto para amplos debates. Okamoto et al (2018) pontuam que a inserção da categoria “indígena” nos censos demográficos foi feita a partir de 1991 sob o quesito “cor ou raça”. Os autores explicam que a realização do Censo nesse ano estava vinculada ao contexto político do país, com a nova Constituição promulgada em 1988, que inaugurava um novo período de políticas indigenistas. O Censo de 2000 contou com melhorias técnicas para a identificação de localização espacial dos agrupamentos indígenas, apresentando um grande contingente de declarados em áreas urbanas quando comparado ao Censo de 1991.

Outro aspecto para o qual Athias (2018) chama atenção diz respeito à forma de coletar os dados pelos entrevistadores. O critério da autoidentificação por parte do informante é o adotado e também classifica outros moradores do domicílio menores ou incapazes segundo sua percepção, combinando, assim, auto e heteroclassificação. Entretanto, observaram que entrevistadores, apesar de instruídos, preenchiam o quesito segundo suas percepções por considerarem a resposta evidente, sem, às vezes, dirigir a pergunta ao informante.

Neste sentido, os recenseamentos, no tocante ao número crescente de indígenas em cidades, chamam atenção, sobretudo da parte da academia interessada pelos estudos desses povos, apesar da crítica no que concerne à forma de coleta de informações. De acordo com IBGE (2010), no Brasil há 817.963 indígenas autodeclarados, sendo 315.000 de 300 etnias residentes em cidades de todos os portes, o que configura 36,2% da população total indígena no Brasil.

Na região Norte, os municípios que mais concentram população indígena em áreas urbanas, em relação à população total indígena, de acordo com o último censo, são: São Gabriel da Cachoeira, com mais de 57%; Uiramutã, com mais de 56%; e Santa Isabel do Rio Negro, com mais de 31%. No Pará, em específico, o censo de 2010 mostra Jacareacanga, com 22%, como o município que mais concentra indígenas. Em seguida, com percentuais menores, aparecem Aveiro, com mais de 3%, e Altamira, com cerca de 1% (IBGE, 2010). Na Tabela

01 observa-se um aumento da população indígena de Altamira quando comparada aos dois últimos censos.

Tabela 01. Altamira: população total e indígena nos censos de 2000 e 2010

Município de Altamira	2000			2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
População Total	77439	62285	15154	99075	84092	14983
População Indígena	1289	125	1165	3711	823	2888
Percentual Indígena	1, 66	0, 20	7, 69	3, 75	0, 98	19, 28

Fonte: Simoni e Dagnino (2012).

Contudo, em relação à realidade urbana atual de Altamira, os números são bem mais expressivos. Inferimos que isso se deve tanto aos problemas na coleta de dados do Censo Indígena, quanto à “etnogêneses” que vem ocorrendo nesta última década que pode ser compreendida como

o resultado indireto e não planejado de políticas públicas específicas [...] Trata-se da dinamização e da atualização de antigas filiações étnicas às quais seus portadores tinham sido induzidos ou obrigados a renunciar, mas que se recuperam, combatentes, porque delas se podem esperar potenciais benefícios coletivos. Em certas oportunidades isso se deve à desestigmatização da filiação nativa, mas frequentemente também às novas legislações que conferem direitos antes negados, como o acesso à terra ou a programas de apoio social ou econômico (BARTOLOMÉ, 2006, p. 45).

Esses processos tornaram-se mais visíveis na realidade urbana de Altamira em decorrência, sobretudo, da implantação da UHE Belo Monte que trouxe um efeito devastador aos povos indígenas no médio Xingu. Para as famílias indígenas na cidade de Altamira, os efeitos também foram danosos, entretanto, permitiu novas formas de resistências.

### 3.2 – Povos indígenas na cidade de Altamira

O espaço urbano de Altamira é marcado pela presença pluriétnica indígena que desenvolve relações entre si de “parentesco”<sup>20</sup> e compartilha os mesmos contextos

<sup>20</sup> É comum considerar um indígena tanto da própria etnia quanto de outra como um parente, no âmbito das relações sociais que desenvolvem.

socioespaciais. Além das nove etnias médio-xinguanas (Xipaya, Kuruaya, Juruna, Kayapó, Arara, Xicrim, Assurini, Parakanã e Araweté) no espaço urbano de Altamira, em decorrência dos processos que se rebateram na região, em específico nessa cidade, conforme apontado em capítulos anteriores, podemos encontrar etnias de outras localidades que compõem seu mosaico pluriétnico e que também, em alguns casos, estão reivindicando direitos e participam de movimentos políticos de luta na cidade. Entre essas outras etnias, conforme levantamento de Pereira (2016b), estão: Tupiniquim, Mundurucu, Xavante, Guajajara, Karajá, Canela, Anambé, Guarani, Wapixana, Baré, Mococongo, Tembé, Arapiuns, Cinta-Larga, Gavião, Macuxi e Krahô. Além dessas mencionadas pelo autor, identificamos também: Tapuia, Caxinauás, Apiaká e Arara do Maia. Essa realidade nas últimas décadas não tem fugido das preocupações acadêmicas que estudam essas questões. Nesse sentido, alguns trabalhos trazem grande importância para compreendermos essa temática no espaço urbano altamirense.

Patrício (2000) traz um estudo sobre as duas etnias que são as mais representativas em Altamira. Coloca em pauta a necessidade de mais estudos sobre indígenas que vivem nas cidades. A autora aponta a luta desses grupos pela busca do reconhecimento da cidadania indígena, organizando-se politicamente. Conclui que o sucesso do movimento dos Xipaya-Curuaya deve-se aos seus próprios esforços e a alguns mecanismos da globalização que proporcionaram a eles uma forma de reconstruir sua identidade étnica, afirmando seus direitos.

Saraiva (2005) traz uma abordagem acerca dos indígenas Juruna, que, devido a vários contatos interétnicos, passaram por um processo de descaracterização dos seus traços culturais e se encontram vivendo em diferentes realidades socioespaciais, tanto em Terras Indígenas, no Beiradão da Volta Grande do Xingu e em áreas periféricas da cidade de Altamira. Observou-se, também, que, apesar das transformações sofridas, os Juruna conseguiram preservar sua história. Os que vivem na cidade de Altamira fazem questão de demonstrar sua identidade, reunindo-se com outras etnias que vivem no espaço urbano em busca de seus direitos, dada a condição de serem “invisíveis” na cidade.

Alonso e Castro (2006) em seu trabalho, tomando como pano de fundo a ocupação da cidade no contexto das transformações geradas com a construção da Transamazônica, tinham como objetivo identificar atores sociais e entidades consideradas relevantes nesse processo. Nesse sentido, dentre os atores sociais, destacaram os indígenas na cidade e sua espacialização nos bairros, mostrando que a existência social desses grupos não era

reconhecida como coletivo organizado que reivindica direitos políticos pela sua condição indígena.

Parente (2016) mostra um processo de etnogênese na cidade, principalmente entre as etnias Xipaya e kuruaya, que se candidatam à política afirmativa para indígenas na Universidade Federal do Pará, o que os conduziu ao ensino superior no curso de Etnodesenvolvimento no Campus de Altamira. Aponta, também, o processo de luta identitária no âmbito das organizações representativas dessas populações na cidade.

Simoni e Dagnino (2016), utilizando informações de campo, de censos demográficos (IBGE, 2000 e 2010) e de levantamentos que visavam à identificação de indígenas na cidade, ligados aos estudos de viabilidade da construção de Belo Monte, tinham como objetivo compreender os movimentos e dinâmicas dessas populações com relação aos dados produzidos sobre elas. Como resultados, mostraram uma presença crescente no meio urbano, principalmente das etnias Xipaya, Kuruaya e Juruna, que passaram por um processo de recuperação demográfica na cidade vinculada ao movimento político de articulação em torno de sua identidade étnica, sobretudo a partir dos anos de 1990. Além disso, apontaram as ameaças provocadas pela usina e por forças políticas que colocam esta população em risco.

Arnault (2016), em um recorte etnográfico, traz um estudo dos indígenas moradores da cidade de Altamira em face da construção de Belo Monte, acompanhando as experiências dos Xipaya e Kuruaya em seus bairros tradicionalmente ocupados (São Sebastião e Jardim Independente) e a situação destes por conta do alagamento diante da construção do reservatório da usina de Belo Monte, o que reconfigurou as prioridades do movimento indígena na cidade. São expostas, também, a partir da experiência dos seus interlocutores, as consequências dos impactos da usina sobre essas populações.

No sentido de corroborar com esses estudos, a seguir analisaremos como esses indígenas vivem na cidade no contexto de mais um novo grande projeto com seus múltiplos impactos e como estão se articulando em virtude de tais processos.

### **3.2.1 – (Sobre) vivências e modos de vida**

Em Altamira é possível encontrar moradores indígenas em todos os bairros da cidade. Todavia, os periféricos e beira-rios, principalmente, até os primeiros anos desta década, possuíam uma concentração maior (Mapa 04). Esses bairros, próximos de corpos d'água, vêm passando por significativas transformações no âmbito das políticas intervencionistas, a

exemplo dos Projetos Básicos Ambientais, que trazem um conjunto de programas para a reestruturação da cidade diante dos impactos socioambientais ocasionados pela implantação de Belo Monte, conforme detalharemos melhor no capítulo seguinte desse trabalho. Nesse sentido, a partir de 2013 houve o processo de realocação dos moradores que ocupavam os setores dentro da cota atingida, áreas de bairros próximos aos rios da cidade.

Grande parte dessas áreas foi ocupada inicialmente de forma espontânea, apresentando ruas em situações precárias, com o chão de terra batida e um grande número de casas do tipo palafitas, principalmente nos chamados baixões, com vielas serpenteadas por pontes de madeira, as estivas. A ausência de esgotamento sanitário, de iluminação pública eficiente, de água encanada e de coleta de lixo caracterizavam e ainda caracterizam muitos desses bairros. A violência urbana e a presença de grupos de tráfico de entorpecentes também colocam essa população em risco. Isso nos remete à compreensão tanto do processo de marginalização desses indígenas nas áreas de periferia, devido aos processos excludentes da urbanização da cidade, quanto da procura de áreas próximas ao rio para a reprodução de seus modos de vida.

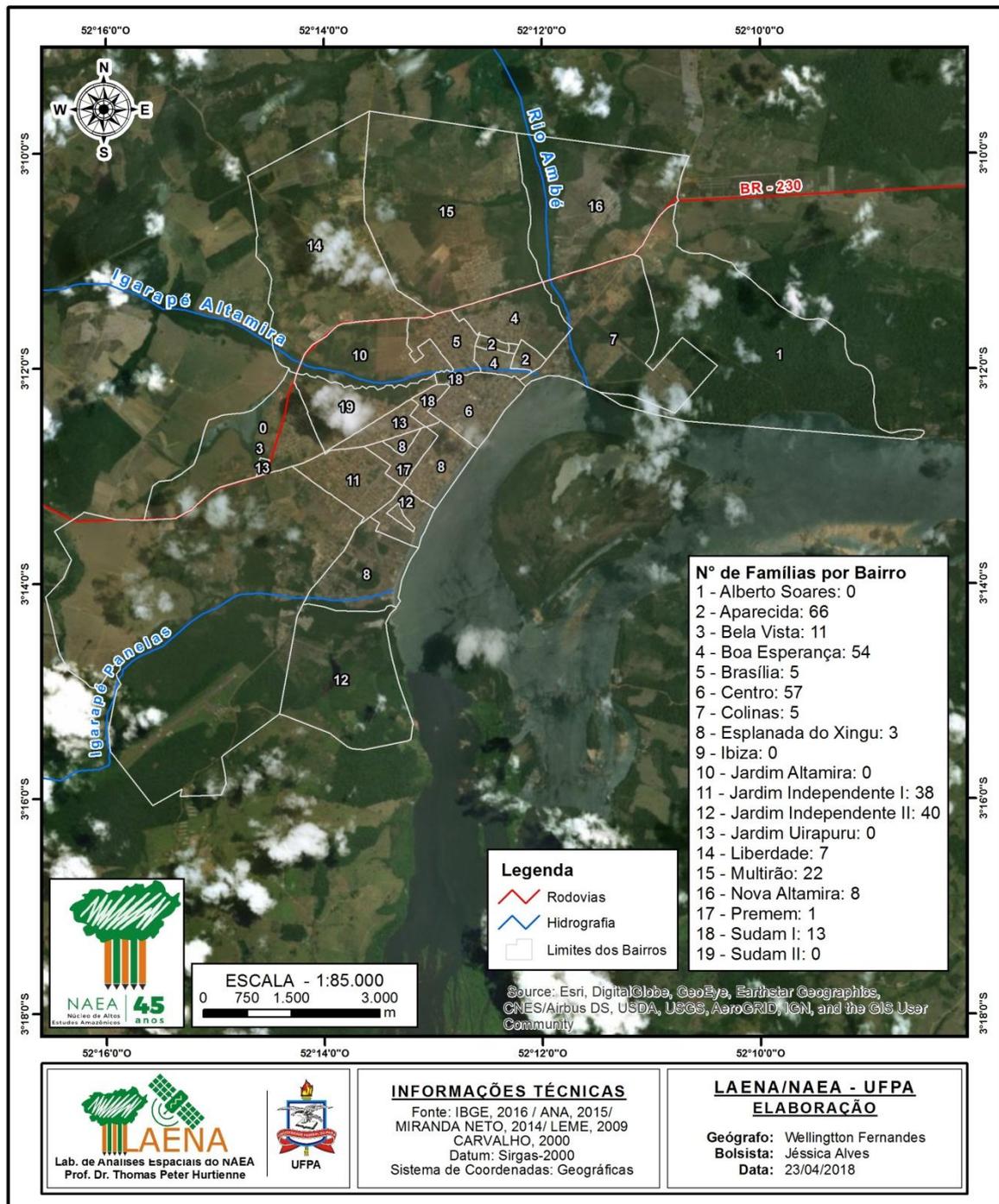
Em meio aos processos para a desocupação e requalificação dos pontos que seriam impactados, a Norte Energia<sup>21</sup>, empreendedora do complexo Belo Monte, em seu levantamento em 2013, identificou 654 famílias indígenas de várias etnias morando nessas áreas, um número bem mais amplo quando comparado ao levantamento da década de 2000 de Elza Xipaia de Carvalho<sup>22</sup>, do EIA de Belo Monte de 2009 e do Censo Indígena do IBGE em 2010. No estudo da coordenadora da Câmara Técnica Local 4 e da Norte Energia, foram identificadas cerca de 300 famílias, o que caracteriza tanto o aumento do fenômeno de migração para a cidade, quanto do aumento numérico de pessoas reivindicando sua pertença étnica, aqui compreendida como processo de “etnogêneses” (BARTOLOMÉ, 2006).

---

<sup>21</sup> A Norte Energia S.A é um consórcio formado por empresas públicas e fundos de pensão e empresas privadas, de acordo com informações do seu site oficial. Nas análises de Araújo e Santos (2017) sobre o processo de composição acionária, afirmam que essa constituição e alterações permitem evidenciar a permeabilidade dos órgãos estatais nestes processos, assim como na condução do consórcio e tomadas de decisão atendendo, desde o planejamento da usina, os interesses das empreiteiras, sendo as empresas públicas e fundos de pensão a maioria nessa composição.

<sup>22</sup> Para muitos é considerada uma importante liderança indígena representante dos índios que moram em Altamira e que ajudou a iniciar o movimento de luta para reconhecimento étnico na cidade. Atualmente é coordenadora da Câmara Técnica Local (CTL) de Indígenas Citadinos e Ribeirinhos na Coordenação da FUNAI Centro-Leste do Pará, com sede em Altamira.

Mapa 04. Altamira: localização das famílias indígenas no espaço urbano na década de 2000



Com o empreendimento Belo Monte e seus efeitos deletérios, a situação de vivência ou sobrevivência para muitos indígenas piorou sobremaneira, tanto para os que estavam em aldeias ou povoados indígenas nas ilhas e tiveram que migrar para a cidade, quanto os que já residiam na cidade e foram impactados de alguma forma com o empreendimento.

Conforme observado em campo e nas entrevistas, o rio para a maioria desses moradores indígenas em Altamira caracteriza-se como uma extensão do corpo e da própria vida. Sua utilização se dá de múltiplas formas: banho, pescar, lavar louça, lavar roupa e de forma lúdica, com as conversas no fim da tarde entre familiares e vizinhos. Entretanto, a relação com o rio para muitos foi significativamente alterada com a implantação da barragem, sobretudo para os que foram realocados para distante dos rios, ratificamos isso com um trecho da entrevista de uma moradora realocada:

lá [no antigo bairro] eu achava melhor, era mais tranquilo, era perto do rio, onde eu tinha acesso de rio, que eu gosto tanto de tomar banho em rio. Eu ia final de semana. Eu juntava tudo, botava numa bicicleta e ia pro rio com meus filhos, tomar banho, lavar roupa. Era muito legal lá. Pescava. Eu gostava! Eu gostava! Nossa! Era muito bom! Eu sinto muita falta de lá (Canela, 56 anos, agosto de 2017).

Em muitos pontos do rio Xingu e dos pequenos rios não é mais recomendável pescar e nem o uso para o banho, entre os motivos está à periculosidade devido à implantação da barragem, fato que vem afetando a relação de índios/ribeirinhos com o rio.

[Nós] banhava no rio, pescava no rio, era assim. Nós tinha canoa, tinha tudo pra comer o peixe. Não tinha negócio de comprar, não. De repente até do porto mesmo a gente pescava e pegava peixe, mas agora [não] pode mais, o pessoal não deixa pescar mais. Pescava na beira do rio mesmo (Xipaia, 74 anos, agosto de 2017).

Essa relação com o rio que vem mudando e trazendo grandes problemas à sobrevivência dos muitos moradores indígenas, a exemplo dos realocados para os cinco novos bairros, os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), distantes do centro da cidade e das orlas. Atrelado a isto, teve início em Altamira um movimento para a construção de um reassentamento diferenciado, à beira-rio, para índios e pescadores, o RUC Pedral<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> No capítulo seguinte discutiremos de forma mais ampla os principais impactos na vida dos reassentados indígenas e a demanda pelo reassentamento do Pedral.

Os traços da cidade indígena/ribeirinha podem ser ratificados no plano da paisagem com o vai e vem das pequenas embarcações no rio Xingu e igarapés; com pescadores em ofício ou pessoas indo e vindo de ilhas e aldeias; com as rabetas guardadas em uma espécie de garagem nas frentes de muitas casas nos bairros periféricos; com presença de oficinas para reparos de embarcações nos bairros mais centrais da cidade; e com o uso do rio para banho, lazer e atividades domésticas.



FOTO 07. VAI E VEM DAS EMBARCAÇÕES PELO RIO XINGU: o uso do rio, além das atividades domésticas e da pesca, dá-se também para mobilidade e se caracteriza pela principal forma de ligação da cidade com as aldeias e vice-versa. Esse tipo de migração para os indígenas que moram nas aldeias, ilhas e cidade, muitas vezes, caracteriza-se tanto de forma pendular quanto sazonal, haja vista que há muitos indígenas que moram na cidade e trabalham nas aldeias. Alguns só vêm para a cidade no período de férias escolares, a exemplo dos professores indígenas.

Autora: Suelem Cardoso, agosto de 2017.



FOTO 08. EMBARCAÇÕES DE PEQUENO PORTE ATRACADAS À BEIRA DO RIO XINGU NO BAIRRO CENTRO: é comum observar imagens como essa na paisagem urbana da cidade. Alguns moradores indígenas e pescadores que residem em Altamira atracam suas pequenas embarcações em frente da casa à beira-rio. A área com grama crescendo e restos de madeira retratam os vestígios de uma casa que foi removida por estar dentro da ADA do empreendimento.

Autora: Suelem Cardoso, agosto de 2017.



FOTO 09. OFICINAS DE REPARO DE EMBARCAÇÕES: em algumas ruas no centro de Altamira é comum observar estabelecimentos com serviços de reparo de embarcações e venda de produtos. As pequenas embarcações, muitas vezes, ficam dispostas na frente dos estabelecimentos, como na imagem acima, e conduz à percepção da dimensão da atividade de pesca e mobilidade pelos rios que fomentam o crescimento desse tipo de serviço especializado.

Autor: Michel Lima, março de 2018.

São diversos os motivos que levam famílias inteiras, muitas vezes, a mudarem para a cidade, tais como: saúde, educação para os filhos, acesso a bens e serviços urbanos e a expectativa de melhoria de vida através de emprego. Isso caracteriza a “sedução” que a cidade exerce sobre esses indígenas (PEREIRA, 2016a). Em período mais recente, com a instalação do empreendimento, o fluxo migratório em direção à cidade, de atingidos em aldeias e povoados nas ilhas, intensificou-se. Contudo, ao chegar à cidade muitas famílias passam pelas dificuldades de moradia e trabalho. Nesse sentido, os trechos das entrevistas a seguir, da moradora Xipaia, de 27 anos - que reside desde os 7 anos de idade na cidade - e do morador Xipaia, de 59 anos - impactado pela barragem, residente há 3 anos – respectivamente, permitem compreender tais dificuldades:

Minha vida lá [na aldeia] era maravilhosa! Totalmente diferente da daqui [Jardim Independente I]. Com emprego, com meu pai, com meus irmãos, estudo. Era totalmente diferente da daqui. Aí a gente veio pra cá pelo meu irmão, que veio doente pra cá. Aí minha mãe não quis voltar mais. Aí já ficamos morando de vez aqui. Aos poucos fomos construindo a casa, fomos morando na casa da minha vó, depois minha mãe conseguiu um terreno no Bela Vista, que era uma área invadida. Ela conseguiu um terreno lá. Aí depois ela comprou esse terreno aí e foi que ela construiu essa outra casa aqui [...] Aí ela vendeu lá e comprou outro terreno ali dentro da Lagoa, mas só que agora, por enquanto, nós estamos aqui no aluguel, porque tá perigoso demais [...] Lá, no Bela vista, no início foi muito sofrido. Minha mãe trabalhava muito pra conseguir lá. Trabalhava em casa de família, depois passou pra uma sorveteria. Aí ela foi adoecendo, problema de saúde e teve que operar. Aí foi ficando dificultoso também a questão da escola que era longe pra gente vir a pé, voltar depois tornando mais perigoso. Foi que ela conseguiu falar com o seu Raimundo, que conseguiu o terreno, foi que a gente veio pra cá. No início foi muito difícil pra gente conseguir a casa, depois a gente fomos se equipando devagarzinho, devagarzinho e vivemos uns anos por lá, aí depois nos mudemos pra cá (Xipaia, 27 anos, agosto de 2017).

Eu aqui, eu só trabalho de ajudante, até porque a gente não tem uma profissão de verdade. Eu trabalho de ajudante de pedreiro, de pintor, de tudo que tiver. Eu capino o quintal. Se for possível, eu varro uma casa, eu limpo pra sobreviver. Eu não sou de meter a mão no que é de ninguém. Eu gosto de ter o meu em casa, faço de tudo aí. Quando o negócio tá ruim, eu monto na Canoa e vou pescar, arrumar o que comer. Vendo um pouco e assim eu vou lutando com a vida [...] Nós viemos para cá [Jardim Independente I], tem uma irmã ali [que] já conhecia aqui. Eu não conhecia. Eu nem sabia que isso aqui existia. Ela foi e me disse que tinha essa área aqui que era boa da gente comprar, porque nós era muita gente e não adiantava a gente viver com um dinherim desse tamanho [fazendo referência a um valor monetário pequeno], gastar ele todo e não ter o que comer, né? Então, ela deu já essa ajuda pra

nós de mostrar isso aqui, pra nós comprar pra ver se fica melhor, mais fácil, na verdade (Xipaia, 59 anos, agosto de 2017).

Ambos os relatos mostram um pouco desse difícil recomeço na cidade. No caso dos moradores acima, e em muitos outros, já havia um parente na cidade vindo anteriormente, geralmente nos períodos de grande movimentação da economia e aceleração do processo de urbanização, a exemplo da abertura da Transamazônica, como bem retratado no filme de Carlos Diegues, *Bye Bye Brasil*, de 1979. Ademais, isso nos permite fazer uma ponte com Lasmar (2005), que tratou dessa inserção na cidade através dos parentes, ainda que essa inserção se fizesse, segundo o trabalho dessa autora, a partir, sobretudo, da união interétnica de mulheres indígenas com homens “brancos”, permitindo, assim, o acesso a esse “mundo dos brancos” aos parentes, conforme já retratado anteriormente.

Destacamos que os dois moradores acima e seus respectivos familiares compreendem o universo de cerca de 140 famílias autodeclaradas indígenas, de acordo com o levantamento feito com apoio de Raimundo Xipaia Curuaia<sup>24</sup> para a CTL 4 da FUNAI, localizados no bairro Jardim Independente I, periferia de Altamira. As ruas desse bairro possuem os mesmos problemas observados para a maioria dos bairros com forte presença indígena, e os periféricos, conforme elencados em parágrafos precedentes.

Além disso, a situação precária desses moradores se agravou nos últimos anos com o enchimento do reservatório da hidrelétrica que elevou o nível do lençol freático da lagoa, localizada neste bairro. As inundações das casas, sobretudo durante as fortes chuvas, junto com os problemas de saneamento, colocam os moradores em situação de risco. Porém, a Norte Energia não reconhece essa área como atingida, seguindo o Estudo de Impacto Ambiental do empreendimento. Isso vem aumentando a tensão entre o movimento dos indígenas na cidade e o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) com a empreendedora, e, junto a isso, várias ações no MPF<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> Morador indígena antigo na cidade que, junto com outros moradores indígenas do bairro Jardim Independente I, luta para ser reconhecido como atingido e ser mitigado pelos impactos da barragem.

<sup>25</sup> Pela relutância da Norte Energia em realizar o cadastro dos moradores do Jardim Independente I, ação considerada importante para avaliar o fluxo migratório para esse bairro e assegurar medidas para tratarem dos impactos estabelecidos pelo empreendimento, a empreendedora foi autuada e sofreu uma grande multa. Os autos de infração do Consórcio, até meados de 2017, já somavam o número de 27 (IBAMA, 2017).



FOTO 10. ÁREA DA LAGOA NO BAIRRO JARDIM INDEPENDENTE I: nesse local vivem muitas famílias, como as de indígenas. Em períodos recentes outras vieram de áreas atingidas que, devido o aumento da especulação imobiliária como efeito da implantação da barragem, são pressionadas a constituir moradia na periferia da cidade, onde apresentam deficiência em iluminação pública e ausência de esgotamento sanitário, por exemplo. Há muitas casas nesse bairro do tipo palafita, cujo tráfego se dá por estivas.

Autora: Suelem Cardoso, agosto de 2017.



FOTO 11. RUA DO BAIRRO JARDIM INDEPENDENTE I: as ruas desse bairro, da periferia de Altamira, carecem de infraestrutura e serviços públicos de diversas ordens. Em grande parte são ruas de terra batida com pouca iluminação, o que colaborou para o aumento da criminalidade. Após a construção da barragem, as ruas e casas, com as chuvas, ficam inundadas e a água demora dias para escoar, e por isso aumentam os riscos à saúde dos moradores.

Autora: Suelem Cardoso, agosto de 2017.

É importante destacar que a ocupação dessa área próxima da lagoa aumentou com a forte migração para a cidade no período do auge da construção da barragem. Houve aumento da especulação imobiliária, intensificando o processo de periferização. Muitos não conseguiram se manter nas áreas centrais e por isso passaram a ocupar as áreas mais afastadas e irregulares, conforme observado no relato da indígena Tapuia, moradora há 16 anos do bairro:

depois que chegou a Belo Monte, as pessoas não conseguiram mais pagar aluguel. Pessoas que antes pagava aluguel de R\$ 200,00 , subiu o aluguel pra R\$ 1.000,00, aí não teve como mais. Então, o pessoal começou a invadir, a entrar aí e construir casa de todo jeito aí [...] teve pessoas que morava no centro e tiveram que vim pra dentro da lagoa, porque antes eles conseguiam pagar. Eu conheço pessoas que antes eles pagava aluguel no centro e hoje em dia ele mora dentro da lagoa. Então teve pessoas de vários bairros, eles conseguiam pagar aluguel lá, agora não consegue mais (Tapuia, 34 anos, agosto de 2017).

Destaca-se ainda, com relação ao Jardim Independente I, que há moradores que vieram de áreas atingidas na cidade ou nas ilhas inundadas. Alguns foram indenizados pela Norte Energia, mesmo que em baixo valor monetário, e adquiriram ou construíram imóveis nesse bairro. De acordo com a empresa responsável, eles não estavam dentro da cota de inundação e hoje sofrem com os desdobramentos negativos do enchimento do reservatório.

De forma a elencar alguns dos problemas de sobrevivência desses moradores, o quadro 01, de forma sinótica, nos conduz a compreensão das principais mudanças causadas na vida desses indígenas com a chegada do Consórcio Norte Energia e o barramento do rio Xingu, ainda que essa área do Independente I não esteja dentro da ADA do empreendimento, segundo seu EIA.

Quadro 01. A voz dos atingidos I: indígenas na cidade de Altamira impactados pela barragem e não mitigados e/ou compensados

Morador Indígena do Bairro Jardim Independente I	Entrevista
	Principais mudanças com a chegada do Consorcio Norte Energia e implantação da barragem
01	<p>Lá onde nós morava, onde eu criei meus filhos, nossa sobrevivência era só pescar. Era só pescaria de peixe. Os menino nasceu tudinho no domínio da pescaria e sobrevivia só da pesca, aí casaram todo mundo, aí fiquemo só lutando com a mesma. Aí viemos para cá [lagoa do Jardim Independente I], porque lá onde nós morava [...], onde eu nasci e criei meus filhos, você me dizia “você não criou seus filhos aqui não, que aqui não tem nem como criar nem um bicho bruto, quanto mais um bocado de filho desse”. A empresa [Norte Energia], quando tampou o rio aí, que jogou todo mundo, não foi só eu não, lá são dez aldeia [...]. Quando eu nasci meus velhos, pai, vó e vô, tudo já era véi de lá [...]. Ali onde é a barragem, era nossa passarela de nós passar [de] dia, de noite, toda hora que quisesse. Hoje, nós já tamos numa situação, a maior dificuldade do mundo quando a gente chega do lado de cá que vai lá pra onde nós morava. Aí, já trepa o barco da gente e chega num trator véi com um bocado de coisa, leva e joga lá do outro lado. Ai, lá tem uma voadeira que tem que acompanhar a gente até muito embaixo por causa da água muito forte no pé das turbinas, porque se não mata a gente [...], quando a gente vem de lá é a mesma situação. De noite, ninguém pode passar porque eles não apoia ninguém nem para lá, nem para cá. Aí então, quem tem um bando de filho desse que eu tenho e neto, tem que sair fora para não morrer de fome. Foi em 2013 que começou a tampar lá, que cortou a água de todo o mundo, [...] aí os índios que têm aquele poder de tá metido pela FUNAI ainda tão pegando alguma coisa. Aí [nós] não tinha ajuda de ninguém lá, tive que sair fora [...]. Eu nunca ganhei e meus filhos nunca ganhemo nada. Onde nós morava lá, tá largado, porque nós não tivemos como ganhar nada. Viemo pra cá pro Independente I.</p> <p>Lá a gente tirava Castanha-do-Pará pra vender. Vendia aqui em Altamira. Nós passava de dezembro até maio, nós só mexia com castanha nesse período. Quando dava do mês de maio pra chegar o verão, nós ia já cortar seringa [...], cortava seringa e pescava o peixe [...]. Aí, tinha garimpo, mas só pras empresas, pra quem é pobre não podia servir garimpo que não tinha condição, né?</p> <p>Nasci lá no mato mesmo, onde hoje é aldeia. Nasci lá numa ilha bem de frente lá. Esse meu [filho] nasceu lá também na ilha. Quase tudo meus filhos nasceram lá, só tem um que nasceu aqui, porque quase a mãe dele morreu, teve que ser operada. Aí depois levamo pro mato [...].</p> <p>Vamo fazer 12 anos aqui, porque na hora que acabou a sobrevivência da gente lá, quando tamparam a água [em 2013], aí acabou de acabar de uma vez, aí nós tivemos de vim pra cá de vez. Lá [...] eu deixei de mão, porque achei que não devia mexer mais. Aí, nosso local ficou abandonado lá [...], não tem cumo fazer mais nada lá. Acabou nosso peixe. Eu fui lá pela Semana Santa ver se nós pegava uns peixe. A gente faz até dó de chegar num lugar daquele! Nós via mais peixe morto nos canto, do que dentro d’água. Eu tenho até medo de comer um peixe daquele e morrer [...]. Eu fui pra mim ver como é que tava lá; a situação tá muito feia [...].</p> <p>A vida antes de vim pra cá era muito difícil porque tudo dependia da água, né? Mas era um difícil fácil, porque dependia da</p>

	<p>água, mas tudo era fácil de levar e de trazer [...], o que faz lá ficar difícil pra trazer é por causa da barragem. A barragem atrapalhou com a vida de todo mundo que mora lá, não é só a minha não, lá tem milionero de famílias que vem pra cá e chega aqui fica na casa desse, fica na casa daquele, porque não tem pra onde ir. Tem muitos nessa onda [...]. Deus abençoou que não precisemos ficar nessa, porque compramos esse pedacinho de terra aqui [palafita na lagoa] e tamo aqui até agora. Nossa esperança agora é de ver o que Deus pode fazer por nós.</p> <p>[Nossa vida] mudou muito! Mudou 100% pra nós! Mudou 100% pra nós, mas porque nós morava tudo lá na beira do rio. Nós vinha [à cidade], tava aqui. Mas a nossa vida, o que nós tinha era lá. Aí como nós não tivemos mais a sobrevivência, não podia mais sobreviver lá eu com meus filhos [...], lá era canoa e um remo, sabe? Aí, lá nós não tivemos o que fazer porque acabou água, acabou o peixe [...]. Eu tinha uma roça muito grande mais esse meu menino aí, nós fazia 5, 6 saco de farinha, na nossa roça. Aí levava 5 pra vender e nós ficava com 1 pra vender, enquanto ia fazendo alguma coisa. Aí nós ia de manhã [vender]. Quando ia de tarde botava a feira dentro da canoa, a farinha ficava toda [vendida]. Ficou de situação que nós de 5, 6, 10 saco que nós vendia, nós passemos a vender 1 saco. 1 saco! E esse 1saco não dava mais pra comprar despesa pra todo mundo. Aí de um saco passou pra nenhum. Eu ia pescar, pegava 25 cambada de peixe, no período da noite, com bastante maiadeira, anzol. Eu saia vendia os peixe tudin, aí a mandioca tava aqui de molho, quando eu fazia aquela farinha eu vendia todinha. Aí comprava um calçado, compra um remédio, comprava roupa. Aí ficou, depois dessa empresa, que nós nunca mais vendemo uma cambada de peixe. Nós nunca mais vendimo um saco de farinha. Aí ficuemo só olhando pra cara um do outro lá, sem ter o que fazer [...], aí eu falei: “Não, vamos ter que caçar um canto” [...]. Aí, aqui eu vou pra um canto arrumo uma diária ali [...], vai uma menina pega uma faxina pra li, a outra pega pra cá e assim nós vamo. Nossa esperança é essa de Deus dar uma sorte de ao menos melhora pra nós [...]. Eu cansei de ter 10 saco de farinha, chegar lá na Ilha da Fazenda, no Garimpo do Galo, na Ressaca, no Ouro Verde, no Icatá, eu só fazia chegar e dizer: “ó aqui senhora!”, “aqui dona fulana o seu!”. E já tava com dinheiro no bolso ou ouro [...] aí ficuemo de situação que não vendemo nem um quilo pra ninguém [...], porque lá a concorrência [atividade econômica] era ouro. Depois que cortaram a água, o peixe foi cortado, né? Aí o garimpo aqui tava no seco cortando também. Então quem vivia de garimpo num trabaia mais. Fiquemo nessa situação de nenhuma grama de ouro, nenhum peixe [...]. Nós mesmo fazia [farinha]. Nós tinha casa aqui, aí no dia que não fazia ali, fazia aqui [...]. Aí ficuemo numa situação hoje, pra se comer um quilo de farinha aqui, tem que comprar! Quem fazia 5, 6, 10 saco grande, mudou muito! Então nossa caída de sobrevivência com a chegada da Norte Energia foi 100%. Acabou! [...]. Todos foi atingido, porque todos indígenas que sobreviviam aqui dentro da cidade, ele sobrevivia através do peixe, todos que viviam. O que não vivia dependendo só do peixe, eles tinha uma areia pra tirar, eles tinha alguma coisa, fazia tudo dentro d’água. E agora, com essa Norte Energia, a gente tá sem direito até de banhar lá no rio, de banhar! Porque outro dia os meninos foram lá pescar, botaram eles pra vir embora porque lá não é de ninguém banhar. Isso lá no trapiche. Até que eu concordei que sim, porque lá já morreu uns dois meninos, porque lá o local de encostar os barcos que vem do assurini, lá daqueles meios [...]. Mas não pode nem se quer entrar dentro d’água bem aqui pra banhar, depois dessa “abençoada” barragem, bem aqui nesse trapiche aqui. Antes, a gente até dormia na beira do rio, hoje não pode mais (Xipaia, 59 anos, agosto de 2017).</p>
02	<p>[Eu] nasci no rio Iriri, na localidade Arraial [...]. É próximo à aldeia. Eu tô morando aqui vai fazer 3 (Três) anos [...]. Na verdade eu sou filha daqui né, só nasci lá e vim pra cá [...]. Eu fui indenizada lá onde eu morava e comprei essa casa aqui [...].</p>

	<p>No bairro Brasília eu morei 15 anos. [Minha vida] era muito boa, mas depois que veio Norte Energia, aí desestrutura com o mundo, bagunça sua vida, né? Aí acaba um pouco com a vida da gente [...].</p> <p>Eu comprei essa casa em 2015 aqui, eu gostei muito quando eu vi, que eu passava. Eu adorei essa casa, não tinha problema nenhum aqui na rua, descendo aqui, não tinha problema nenhum. A lagoa enchia no inverno e no verão secava normal [...]. Quando eu comprei essa casa, depois de um ano que eles fizeram a barragem que foram e encheram o lago, aí surgiram os problemas. O quintal da minha casa aqui atrás, pertence à lagoa [...], quando eles fecharam lá o lago, aí já jorrou água, aí já a minha fossa encheu, aí já voltou a água pra dentro do banheiro, já voltou água na pia, não descia mais. A minha área de trás tá toda rachada, porque cedeu o barro, né? Por causa da água em baixo cedeu [...]. Coisas que antes da barragem não existia, que têm pessoas que mora aqui há 25 anos, 30, 35 anos e nunca viram o que tão vendo agora, entendeu? [...]. Lá onde eu morava, na Rua Fausto Pereira, era a beira, desse lado aqui era o igarapé Altamira, e eu morava do outro lado da rua. Você passa hoje lá, aquele abandono, aquele mato. Um dia desses, eu passei lá também, chega me deu vontade de chorar quando eu olhei pro lugar da minha casa, me deu vontade de chorar [...], botaram grama, mas o mato cresceu. Ali é onde os drogados vão usar droga, é onde matam gente, onde esturpam (Xipaia, 54 anos, agosto de 2017).</p>
<p><b>03</b></p>	<p>Eu nasci no rio Iriri, na Ilha Grande. Nasci lá e vim pra cá com idade de 10 anos. [Lá] é ribeirão.</p> <p>Na época meu pai mexia com borracha [...], aí foi no tempo que fracassou, né? [...]. Fracassou o preço da castanha, veio pra cá trabalhar de piloto [de embarcação]. Quando a gente veio do Iriri nós moremo lá na Coronel José Porfírio, ali no cais [...], depois viemo ali pra São Sebastião, perto da universidade. Aí passemos um bucado de tempo, depois viemo pro Independente II, passemos uma barra de seis mês. Aí vim pra cá, foi o tempo que me ajuntei, vim pra cá [Jardim Independente I].</p> <p>[Antes de Belo Monte] era melhor, pra mim, né? Por causa que, hoje eu vivo muito preocupado aqui, principalmente aqui adonde eu moro. [...] que eu morava lá donde a minha mãe, ali no Independente II. Os meus irmãos, minhas irmãs foram remanejados, aí a minha mãe não foi. Então ficou a preocupação, assim, como é que deixa uma pessoa sozinha lá, entendeu? E nós aqui, aqui de primeiro [...], essa casa ainda não caiu porque me parece de tijolo maciço mesmo [...], isso aqui no inverno mina [...], antes era tranquilo [...]. Nós tinha, antigamente, bem aqui em frente, uma grotta, nós colocava a malhadeira bem aí. Era tranquilo, mas, com tudo isso, pessoal foram invadindo, ainda ficou meio tranquilo, hoje não pode [tá] fazendo isso, porque o mal cheiro dessa lagoa aí não é fácil.</p> <p>Tenho dois netinhos, é o dia todinho daqui pra cozinha, não pode sair aí fora. É uma tristeza assim pra gente, né? Porque a gente, de primeiro, vivia tranquilo, livre. Depois disso, veio aí mais é assalto, problema danado. De primeiro eu vinha de lá da prainha [...]. Eu vinha de lá eu e minha esposa, encostava o barco lá era 2 hora da madrugada ou meia noite chegava. Pegava meu ourinho, minha bolsa, botava minha mochila nas costas, minha bolsa, vinha de pé pra casa. Hoje eu não posso fazer isso. Quando eu chego à noite tem que esperar, tem que ligar lá do meio do rio pro carro vim me pegar.</p> <p>É muito difícil pra gente ter uma vida digna pelo menos, né? Eles falam que aqui nem no mapa num tá. Mas como é que chegou a conta de energia? Só tem um mapa só pra Celpa? Essa é jogada política. Num tem aquelas coisa de IPTU, sempre vinha. Como é que num tá no mapa uma coisa bem no centro da cidade?</p> <p>[Mudança positiva] Teve Emprego, só que teve, né? Mas aí hoje acabou tudo de novo, acabou a obra. No momento só isso mesmo. Teve uma mudança assim na minha família só, sobre a aldeia lá que, graças a Deus, teve um apoio, ainda tão dando.</p>

	<p>Foi uma mudança muito boa. Só isso aí mesmo, o resto...</p> <p>[Essas mudanças] eu achei não boa não, por causa que essa coisa que a gente vê é assalto. Hoje nós não temo mais as nossas praia de frente. Fico pensando assim, no futuramente, quando eu for andar no rio, aí vou dizer pros meu neto: “olha bem aqui tinha uma praia, bem aqui tem uma ilha”. Aí vai dizer: “acho que o vovô tá mentindo” [...]. Hoje mesmo tive fazendo visita aí por dentro, tem uns parente aí. Dá tristeza! Toda vez que chove, vai pro fundo a casinha deles, e eles não invadiram, eles compraram por causa que não tinha condição de comprar noutra canto (Xipaia-Curuvaia, 54 anos, agosto de 2017).</p>
<b>04</b>	<p>[Eu] Nasci na Ilha da Fazenda, Senador José Porfírio. Eu tinha sete anos de idade quando vim pra cá.</p> <p>[A vida hoje] pra te falar a verdade, não é tão boa não. Emprego... Complicou tudo mais. Eu não apoio a situação dessa barragem [...]. Eu não gostei não, porque mudou muito a vida do meu pai. Meu pai veve da pesca, aí acabou que praticamente pra pescar no rio, pra depender daquilo, não veve, não pega mais peixe como pega antes. Sem contar no benefício dele que não recebe mais.</p> <p>E também a situação aqui hoje, onde a gente mora, não é tão boa não. O perigo aumentou, devido essa barragem também. É muito gente. Altamira cresceu muito. Logo no início foi muito emprego, depois foi ficando dificultoso, que nem agora. Agora poucos empregos têm na cidade [...]. Pra você sair da sua casa, pra você voltar, totalmente diferente, mudou tudo. Tudo mais ruim, tudo, tudo, tudo.</p> <p>Aqui é alugado depois da gente ter casa, mas não pode morar numa casa daquela pelo nojo, pelo fedor [da lagoa]. Tem que pagar aluguel.</p> <p>Aqui no independente I tem quatro casas das minhas duas irmã, da minha mãe e da minha vó. Todo mundo no aluguel porque não tem condições de morar no [reassentamento urbano coletivo] Laranjeiras.</p> <p>Eu acho que não teve nada de bom, não. Essa Norte Energia só veio para acabar com tudo e pra mentir. Eu não tenho uma resposta assim bem fixa para te dar, mas bom não foi não, com essa barragem com esse Belo Monte... Norte Energia veio para acabar, cada dia que passa tá aumentando.</p> <p>O que que mudou? Nada! A única coisa que ainda passa aqui é o lixeiro [...] e mais nada. Nós somos esquecido total pra cá, total, total abandono. [...] eu gostaria muito da gente sair daqui pra um local que a gente possa viver bem. Que aqui não é o local para pessoa se viver. Já teve pessoas que já chegaram a sair da rua aqui por causa do fedor de lixo, de tudo. Então, que eu peço mesmo, assim, era que as autoridades ajudasse a gente, tirar a gente desse sofrimento, olhasse mais um pouco para o lado dos indígenas que eles não olha.</p> <p>[...] que eles olhasse mais um pouco para gente, que é ser humano também, né? Que sai dos seus lugares para se viver na cidade e não tem lugar próprio para se viver. [...] Eu gostaria muito de sair daqui pra um local digno para se viver bem, com escola, com posto de saúde, com direito a tudo que a gente merece, né? Transporte, tudo (Xipaia, 27 anos, agosto de 2017).</p>
<b>05</b>	<p>[Eu Nasci] na cidade de Altamira mesmo. Só no Independente I, vai fazer onze anos que eu moro aqui. Agora nos outros bairro eu morei, um que eu alugava uma casinha e alagava muito. Eu saía, ia pra outra; alagava também, eu saía. Ai a gente veio morando aí pelas colônias, pelos mato véio. Tudo aqui dentro de Altamira.</p> <p>Toda vida que eu morei sempre vivi assim, com vendinha de chope, concertar roupa. E na colônia nós era meieiro. Nós tinha colônia, mas o meu marido nunca tirou um documento pra dizer assim: “você tem o documento do lote, você tem uma coisa”.</p>

	<p>[...] eu não consegui nada por causa disso, por causa que eu não tenho comprovação. Mato nós não compramos, né? A minha vida hoje é uma vida assim, que até antes dessa barragem dava pra gente morar aqui. Só que agora [...] aqui no tempo do inverno alaga [...]. Quando chega no inverno, já vem a luta de ninguém dormir de noite, porque já foi alagado umas cinco vez, já perdemos móveis [...]. Nós fomo reconhecido, nós vai pra reunião como atingido na barragem, só que ninguém quer fazer nada por nós.</p> <p>Aqui, pra mim mesmo, nunca tive ajuda de ninguém, nem de prefeitura [...], passa a noite e nós tem que fazer um pelo outro. Se não for os vizinho ajudar uns os outros... O corpo de bombeiro só vem ali naquela rua principal [...]. Mas também a FUNAI nunca sensibilizou a dizer assim: “Mora gente ali naquela lagoa. Tá tudo alagado lá”. Aqui tudo o que acontece passa na televisão.</p> <p>No começo [das obras] até que ajudou muito. Tudo que a gente botava, a gente vendia [...] mas aí já vem a parte de muita coisa que aconteceu, muita desgraça, muita morte [...], porque tinha muita gente com dinheiro [...], mas depois mudou tudo, tudo, tudo porque não tem mais para quem a gente alugar mais casa. A gente aluga baratinho e o dinheiro vai todinho para energia. Para nós não melhorou não, porque agora com água dessa, os poço tudo cheio, fez foi piorar. Quando chegar no inverno qualquer chuva aí vai alagar mais.</p> <p>A energia aqui é muito cara. Aumentou. [...] quando foi agora vieram botaram os postes de novo [...], agora eu tô correndo atrás do meu papel para pagar e não consta meu nome lá na Celpa. Aí eu tenho medo de quando chegar talão vim alto, que eu não vou ter nem condição de pagar [...], aí quando der certo, chega aí um talão com 5, 6, 7 mil reais, como pra muita gente aqui chegou já. Muita gente se reclama por causa disso (Curuaia, 60 anos, agosto de 2017).</p>
06	<p>[Eu] Nasci em Altamira. Meu marido nasceu aqui na aldeia. Aqui, no Independente I, nós vamos fazer 11 anos. Aqui já foi bom, agora com a chegada da Norte Energia, um bocado de coisas ficou ruim. Começo as fossa a encher, os poço tudo encher. A gente não pode ir no banheiro no inverno, fica ruim.</p> <p>Aqui, pelo menos, no Independente I, aqui era bom. Agora com o enchimento da barragem aí, prejudicou muita coisa aqui para gente. Tem muita violência. Aqui também não seca mais [...], a água aqui também tá poluída, tá tudo contaminada, não tem como mais beber. A gente vai pegar água lá na minha mãe, pra beber.</p> <p>A prefeitura também não tá nem aí para nós. Nem a rua disque não tá no mapa de Altamira. Mas na Celpa tá! Aí também não fazem nada aqui e também não querem dar uma forcinha pra nós e nem pra tirar nós (Curuaia, 31 anos, agosto de 2017).</p>
07	<p>Eu nasci na aldeia. Eu morava no povoado da Ressaca, Ilha da Fazenda lá no Senador José Porfírio. Lá na Ilha da Fazenda a gente vivia de venda de peixe, meu pai é pescador, vendia peixe e assim era como a gente vivia.</p> <p>Aqui eu já moro há 10 anos. Com a chegada desse empreendimento aqui em Altamira, poucos índios foram reconhecidos, só os que moram na aldeia, os que moram na cidade, a maioria deles não. Igual aqui hoje, onde a gente tá morando. Aqui pro outro lado é tudo cheio de água, de palafita. Aí, nenhum dos índios foram tirados daquele lugar, que na verdade já eram para ser tirados por direito. Tenho a minha família toda morando lá, a maioria deles moram lá [...] e não foram reconhecidos. Já foi feito um monte de reunião pra ver se a gente tinha tirado daquele lugar e nada. Nenhuma resposta, nenhuma resposta.</p> <p>[...] o pescado do meu pai, antes ele pescava, ele sustentava tudo pescando, e hoje com essa barragem, que chegou para cá, não tem mais peixe, não tem mais como ele pescar. Ele teve que aprender a sobreviver de outro jeito, de outra maneira e de</p>

	<p>outra profissão, porque da pescaria já não dá mais, porque não tem peixe. [...] eu sempre morei aqui nesse local e com essa barragem, a água começou a chegar mais perto da casa [...] nem chegava perto, e agora a água alaga tudo, que a casa aqui parece uma ilha, arrodando de água. A gente sempre lutou pelos direitos da gente, né? [...] a gente queria é ser tirado daqui e ninguém nunca reconheceu como que a gente fosse impactados (Xipaia, 28 anos, agosto de 2017).</p>
--	---

Fonte: Entrevistas realizadas em Altamira, agosto de 2017.

Elaboração: Suelem Maciel Cardoso, 2018.

A partir do quadro 01 depreende-se que são múltiplas as formas de impactos ocasionados com a chegada do Consórcio e a implantação da barragem. No caso dos moradores do Jardim Independente I, observam-se problemas mais gerais: as inundações das ruas e casas, aumento da violência, fonte de renda, subida do valor da conta de energia, cobrança de IPTU.

Na entrevista do morador 1, nascido em uma das ilhas, filho de seringueiro com uma indígena Xipaia, observa-se como fonte de sustento a extração do látex e a coleta da castanha, herdadas do pai. Por se inserir dentro desse sistema muito jovem, não pode estudar, conforme relatado em outro trecho da entrevista. Isso muito reflete a prática do aviamento na época do ciclo da borracha e que ainda ocorre no interior da floresta:

lá onde nós morava, não tinha como ele [o pai] pegar uma caixa de castanha ou uma borracha e tirar daqui eu. O patrão ia prender ele; tinha que ser só na mão do patrão. Como tinha que ser só na mão do patrão, em casa todo tempo tinha muita gente, nesse período nós era em doze irmãos, aí não tinha como ele me botar pra estudar; eu tinha que vim ajudar ele. Por essa razão não tive estudo (Xipaia, 59 anos, agosto de 2017).

Assim como o morador 1, o morador 3 também é filho de indígena com seringueiro e praticava essa atividade, assim como a da castanha. São traços que marcam a história dos ciclos econômicos nas cidades amazônicas e da união interétnica de mulheres indígenas e seringueiros.

O morador 1 tinha, conforme a entrevista no quadro, como atividade principal a pesca e a roça para a produção de farinha. Tanto o pescado quanto a farinha eram comercializados nas ilhas e na cidade de Altamira. Com o barramento do rio, mudou em definitivo para o Jardim Independente I, onde mora atualmente em uma casa de três cômodos, do tipo palafita em meio às estivas, que vem sendo inundada com as chuvas e a subida do volume d'água da lagoa - que antes da barragem não ocorria - junto com sua esposa, filhos, netos e noras. Para seu sustento e o da sua família hoje, vive do que aparecer como trabalho, haja vista que a pesca no rio Xingu e até mesmo o banho estão proibidos em muitos trechos; e em outros há uma grande mortandade de peixes. Isso nos permite compreender um processo silencioso de “privatização” do rio por parte da Norte Energia, ainda que os perigos de banho sejam reais em muitos casos. Ademais, a situação desse morador é só mais uma que trata da vinda para a cidade dos indígenas, que sem quase instrução, encontram dificuldades para sobreviver em Altamira, objeto de múltiplas ações do capital público e privado.

Tanto o morador 1 quanto a moradora 2 já vieram de áreas impactadas pelo empreendimento e por isso escolheram a área da lagoa para morar, haja vista que esta não constava como área impactada no EIA/RIMA de Belo Monte. No caso da moradora 2, duplamente atingida com a barragem, residia no bairro Brasília, bairro que, em parte foi requalificado; atualmente o local tem um parque mal cuidado, que reproduz a criminalidade<sup>26</sup>.

Outro ponto importante a ser mencionado, conforme a entrevista do morador 3, são as dificuldades ao chegar à cidade e as diversas mudanças de lugares, o que é algo comum na história de grande parte dos entrevistados.

Sublinha-se que muitas famílias dependem da pesca para consumo próprio e venda e, em muitos casos, o pescado é comercializado nas feiras da cidade. Porém, conforme já mencionado, a sobrevivência da pesca tem sido prejudicada com a implantação da barragem e seus impactos, fato observado nas falas dos moradores 1, 4 e 7. Outras famílias têm ou já tiveram roças, cultivando frutas, mandioca para a produção de farinha, entre outros produtos, tanto para subsistência quanto para a comercialização em áreas próximas da vizinhança ou feiras na cidade.

Os problemas observados no jardim Independente I dizem respeito tanto ao poder público quanto à Norte Energia, porém nenhum dos dois de fato se manifestou a respeito, eximindo-se de qualquer responsabilidade.

Nas entrevistas realizadas com 28 moradores de várias etnias, em seis bairros, nas faixas etárias entre 18 e 80 anos, foi observado o baixo grau de escolaridade destes, sendo que 6 nunca estudaram, 13 não completaram o fundamental menor<sup>27</sup>, 1 está cursando o fundamental maior<sup>28</sup>, 7 concluíram ou estão concluindo o ensino médio e apenas 1 está no ensino superior. Entre as explicações, foram listadas as seguintes: carência nas aldeias ou povoados indígenas de escola ou a péssima estrutura e ausência de professores; ensino em muitas aldeias abrange somente do fundamental menor; necessidade de sustentar ou ajudar a família financeiramente; e abandono escolar devido às dificuldades encontradas no aprendizado e ao preconceito.

No relato abaixo, observam-se os problemas com a educação escolar nas áreas indígenas de origem e a falta de assistência, que conduz à vinda de alguns indígenas para que

---

<sup>26</sup> Sobre a requalificação urbana das áreas atingidas e seus desdobramentos abordaremos melhor no último capítulo deste trabalho ao analisar o Plano de Requalificação Urbana, especificamente o Programa de Intervenção em Altamira.

<sup>27</sup> Séries iniciais que vão até o 5º ano do ensino fundamental.

<sup>28</sup> Séries que vão do 6º ao 9º ano do ensino fundamental.

os filhos ou netos possam estudar na cidade, o que também é um dos motivos de muitos não possuírem vontade de voltar, mesmo considerando o local de origem melhor para se viver.

[...] lá na nossa reserva mesmo ela tá abandonada. Lá não tem estrada, não tem escola. Então, as minhas fias estudam, né? A gente tem que ter uma fonte de renda, né? E lá não tem essas coisas. E por isso que eu não tenho vontade de voltar pra lá. Prefiro vim aqui pra me dar uma educação pra minhas filhas. Minha mãe veio embora de lá agora, pra minha sobrinha estudar, minha sobrinha tem 9 anos. Ela começou a estudar agora porque minha mãe veio embora esperando sair uma estrada lá, ou levarem uma escola pra lá que nunca foi. Aí minha mãe veio embora pra poder dar uma educação pra minha sobrinha [...]. Minha filha tá fazendo quatro [anos] e ela começou agora, entendeu? 1º ano. Então, eu não vou voltar pra lá, né? (Curuaia, 41 anos, agosto de 2017).

Tal fato, corroborado no excerto acima, leva à compreensão da problemática com escola nas aldeias ou povoados, reflexo da ausência de políticas governamentais que atendam e garantam os direitos desses cidadãos a uma educação digna e diferenciada. Na cidade, a convivência escolar para muitos indígenas, independente da idade, é marcada, muitas vezes, pelo estigma e preconceito, reflexo da história do país que, através dos livros didáticos e outros meios, disseminaram a imagem do índio como morador da selva que anda nu, estereotipando-os. Restringem, dessa forma, o indígena a um específico espaço geográfico. O trecho da entrevista abaixo da estudante indígena de 29 anos, que cursa o ensino fundamental, conduz a essa reflexão:

a gente quer conquistar, assim, nossos direitos como índios cidadãos. Ser reconhecido, ser respeitado. Ser respeitado em vários lugares, assim, na escola, onde a gente tiver fazendo curso, ser visto assim como indígena, mas que mora na cidade e que não tem diferença por morar na cidade dos índios aldeado. Existe muito preconceito [da parte de] aluno (Xipaia, 29 anos, agosto de 2017).

Em uma conversa informal, uma funcionária da Secretaria de Educação do Município de Altamira, informou que muitas crianças, usando os termos da funcionária, têm “vergonha” de dizer que são indígenas, devido às brincadeiras que os colegas fazem, omitindo, às vezes, o nome indígena que possuem em registro. Nesse sentido, declara a dificuldade de se fazer um levantamento do número dessas crianças matriculadas na cidade no âmbito da rede municipal de ensino.

Devido ao baixo grau de escolaridade, a maioria dos moradores está desempregada, sobrevivendo dos chamados “bicos”<sup>29</sup>, principalmente em trabalhos braçais, como bem já observamos em alguns trechos de entrevistas elencados no quadro. Os trabalhos como diarista ajudam a aumentar a renda da família de algumas moradoras, assim como a venda em casa de gelo e/ou dos chamados chopos de frutas e o benefício do Bolsa Família do governo federal.

Além das roças de família, que muitos têm, a criação de animais de pequeno porte, para consumo, fazem parte da vida de moradores indígenas na cidade de Altamira. O consumo da carne de caça, como capivara e macaco também compõem a dieta alimentar de muitos quando vão visitar os parentes em suas áreas de origem ou quando esses parentes enviam para esses moradores na cidade. Isso nos remete a compreensão da reprodução na cidade dos modos de vida apreendidos na aldeia ou povoado de origem e repassados por gerações.

No que concerne às famílias reassentadas observou-se que grande parte tentam reproduzir, na extensão do terreno da nova casa, um pouco da forma de viver antes da realocação, com a plantação, em vasos, de frutos, ervas e flores e a criação de pequenos animais. Antes, em suas moradias nos bairros atingidos, essas famílias tinham em seus terrenos várias plantações, como o açaí, a banana e o côco, as quais, às vezes, comercializavam na vizinhança.

---

<sup>29</sup> Trabalho temporário. Geralmente para desempenhar uma determinada função.



FOTO 12. QUINTAL DE UMA FAMÍLIA INDÍGENA NO RUC SÃO JOAQUIM: a foto mostra parte da extensão de uma casa de família Kaiapó reassentada. Na casa anterior, no bairro atingido pelas águas, havia muitas árvores de frutas, como açaí e côco, que às vezes eram comercializadas na vizinhança e ajudavam a garantir a renda da família, bem como a criação de animais de pequeno porte. Com o deslocamento compulsório, a família tenta reproduzir, na extensão da casa nova, um pouco da sua vida anterior, porém com muitas dificuldades. Além disso, para não se perderem alguns costumes, como o da reunião familiar, fizeram-se pequenas adaptações. É comum, por exemplo, o enchimento de uma caixa d'água para os netos brincarem, para, dessa forma, não sentirem tanta falta do rio, e presença de mesa improvisada para almoço e encontro da família, haja vista que, com um pouco de sorte, podem manter o laço de parentesco, pois toda a família pôde estar reassentada na mesma rua do RUC, algo que nem sempre ocorre.

Autora: Suelem Cardoso, agosto de 2017.

A produção e venda de artesanato faz parte da renda, sobretudo de muitas famílias que estão nas associações de indígenas na cidade, onde geralmente aprendem com os parentes o ofício. Destaca-se a produção de pulseiras, colares, agendas/cadernos, bolsas, entre outros. São objetos confeccionados com sementes, dentes e penas de animais, madeira, sarapilheira e, em alguns casos, com o incremento de materiais mais industrializados, como as miçangas. Tanto o consumo de carne de caça exposto acima, quanto a extração dos frutos e sementes, permite a compreensão da relação e importância da floresta para muitas famílias indígenas no espaço urbano altamirense.

Entre os empregos formais dos entrevistados, observaram-se servidores públicos, agentes de segurança e pilotos de embarcações contratados por empresas terceirizadas que prestam serviços para a Norte Energia, pois possuem o conhecimento dos rios para a navegação e a localização das aldeias e ilhas. No período da construção da barragem, com o grande número de empregos, muitas mulheres foram contratadas pelas empresas ligadas ao empreendimento para o serviço de agentes de limpeza e cozinha por um curto período, sendo desligadas logo depois. Nesse movimento de auge da construção, com os empregos gerados, houve grande circulação no território de pessoas e dinheiro, e muitos conseguiram construir moradias em alvenaria e investir em um pequeno negócio, como mercearias, bares e alugueis de quartos, mas hoje sentem os efeitos do esvaziamento da cidade.

No que concerne à língua dessas famílias indígenas, destaca-se o uso da língua portuguesa. Entre os entrevistados indígenas em geral, a minoria fala a língua de sua etnia. Outro grupo, um pouco maior, consegue compreender algumas palavras, algo que chama atenção para a necessidade desse “retorno” à língua mãe e que conduziu, por exemplo, à elaboração de um projeto pela FUNAI em Altamira para não se perder a língua xipiaia, haja vista que a única falante dessa língua já está em idade avançada, moradora da aldeia, mas que por vezes está na cidade junto com os filhos que lá residem.

A partir do exposto, compreende-se que a relação cidade-aldeia-cidade não se permeia de forma dicotômica dentro daquela relação de diferenciação e delimitação de espaços distintos. Podemos entendê-las na linha do hibridismo rural e urbano na Amazônia. A vinda para a cidade dos indígenas residentes na aldeia se dá sob múltiplas formas: visita aos parentes; assistência médica no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), às vezes ocupando a Casa de Saúde do Índio (CASAI), localizada na orla do cais; resolução de questões na FUNAI; e, mais recentemente para solução de questões na Superintendência de Assuntos Indígenas (SAI) da Norte Energia; assim como, resolução de problemas em outros

órgãos. Nas aldeias, esses povos, foram afetados sobremaneira com a barragem e as políticas de mitigação têm sido ineficientes, com muitos descumprimentos, por parte da empreendedora, das condicionantes estabelecidas pelo IBAMA.

O problema da pesca é um dos mais relatados. Assim, com o intuito de minimizar esse problema, foram introduzidas na alimentação dessas famílias, comidas industrializadas, com alteração da dieta alimentar e seus modos de vida, o que se rebate também nos parentes na cidade, gerando grandes preocupações pela sociedade civil organizada e MPF, e que se caracteriza como processo de etnocídio<sup>30</sup>. Com isso, elementos próprios da sociedade urbana se disseminam nas aldeias, bem como esses povos buscam manter seus modos de vida na cidade.

É importante ressaltar que as associações indígenas das aldeias e de ribeirinhos nas ilhas, somam força com as associações de indígenas da cidade na luta pela garantia de seus direitos. E a cidade é o espaço de luta, ocupando juntos, muitas vezes, as sedes da FUNAI e da Norte Energia<sup>31</sup>. Não obstante, no reassentamento urbano diferenciado, o RUC Pedral, haverá lotes para a construção das sedes dessas associações, o que tende a intensificar a relação cidade-aldeia-cidade. Nesse sentido observou-se que tais processos, que condicionam uma *práxis*, intensificam relações mais simbólicas de um plano da vida imediata, uma “ordem próxima” (LEFÈBVRE, 2006).

Sublinha-se também que o movimento de luta por direitos como cidadão indígena pelos índios moradores da cidade, os modos de vida apreendidos e repassados por gerações e a intensa relação como rio e floresta são características principalmente dos indígenas que transitam em espaços de “territorialidades simbólicas” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976)<sup>32</sup>,

---

<sup>30</sup> Em dezembro de 2015, o Ministério Público Federal denunciou a ação etnocida propagada pela Norte Energia e pediu a intervenção judicial em Belo Monte. O Plano Emergencial aplicado pela empreendedora nas Terras Indígenas do Médio Xingu entre 2010 e 2012, deveria promover ações para o etnodesenvolvimento, porém houve a distribuição, de forma indiscriminada, de mercadorias entre os indígenas, o que ocasionou que muitos pararam de plantar e pescar. As aldeias encheram de lixos, fato que, junto com a modificação alimentar, permitiu a disseminação de graves doenças. Ademais, a mortalidade infantil disparou, assim como o alcoolismo, o consumo de drogas e a prostituição. Isso também obrigou os índios a irem com frequência à cidade para se dirigirem ao balcão de negócios do consórcio e aumentou o tempo de contato com a sociedade envolvente (MPF, 2015).

<sup>31</sup> Em fevereiro de 2018 houve a ocupação da sede da coordenação da FUNAI em Altamira por indígenas das aldeias, das ilhas e da cidade, em um movimento reivindicando ações precisas da FUNAI para o cumprimento dos Projetos Básicos Ambientais pela Norte Energia. Pediam a exoneração do cargo do coordenador local e exigiam a celeridade do reassentamento urbano de indígenas e pescadores, o RUC Pedral. Houve também ocupações na sede da Norte Energia e na Casa de Governo.

<sup>32</sup> Para Cardoso de Oliveira (1976, p. 77), as territorialidades simbólicas configuram-se como espaços de “possibilidade de ‘manutenção relativa’ de formas organizadoras que sustentam o grupo étnico [...] um ponto de referência geográfico definido”. Acrescenta, ainda, que isso se dá pela necessidade de um território, e essas territorialidades, de certa forma, prolongaria a vida étnica.

como as associações indígenas ou as “territorialidades específicas” (ALMEIDA, 2008)<sup>33</sup>, como as áreas indígenas originárias, que permitem fortalecer práticas culturais pela interação com os parentes, assim como repassar a história do grupo pelas gerações, mesmo que sejam acontecimentos vivenciados “por tabela” (POLLAK, 1989).

Diante do exposto, compreendemos os indígenas moradores de Altamira sob o aspecto de uma “hibridação cultural” (CANCLINI, 2012), por meio do qual compartilham as formas de viver tipicamente urbanas de uma “sociedade burocrática do consumo dirigido” (LEFEBVRE, 2008), porém sem a negação de sua identidade étnica e dos modos de vida indígena, sobretudo para os que transitam nos espaços de “territorialidade simbólica” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976) e/ou “territorialidades específicas” (ALMEIDA, 2008).

É importante observar que as aldeias ou povoados de origem não estão localizados necessariamente dentro do Município de Altamira, podendo estar no âmbito de territórios de outros municípios, a exemplo dos distritos Ilha da Ressaca e Ilha da Fazenda, ambos localizados no Município de Senador José Porfírio<sup>34</sup>.

### **3.2.2 – Resistência e organização política**

A organização dos indígenas na cidade de Altamira teve início com o Movimento de Mulheres Indígenas, em 1988, ano da aprovação da Constituição Federal, tendo semelhança com o movimento de mulheres da cidade e do campo. Uma das principais protagonistas desse movimento, Elza Xipaia, atualmente chefe da Coordenação Técnica Local (CTL) 4 de índios citadinos e ribeirinhos, da FUNAI, Coordenação Centro Leste do Pará, em entrevista, relata como foi o início do movimento de indígenas na cidade e as principais conquistas até os dias atuais com o processo de Belo Monte:

teve várias conquistas, né? Isso começou com o movimento de mulheres, e nesse movimento a gente conquistou primeiro o espaço de reconhecimento, dentro da FUNAI. Que a FUNAI não reconhecia esses índios que moram na cidade e... o segundo passo a gente conquistou também o atendimento na

---

<sup>33</sup> Segundo Almeida (2008, p. 29), “as ‘territorialidades específicas’ podem ser consideradas, portanto, como resultantes de diferentes processos sociais de territorialização e como delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território”. Interpretamos neste trabalho como áreas em que várias famílias indígenas residem sem necessariamente serem reconhecidas e demarcadas e que nesta estabelecem relações sociais e culturais históricas. É o caso, por exemplo, de comunidades constituídas em ilhas.

<sup>34</sup> Cabe mencionar que ambas as localidades citadas sofreram com os impactos da UHE Belo Monte e alguns de seus moradores se sentiram obrigados a viver na cidade de Altamira por falta de opção, conforme observado nas entrevistas. A Ressaca e a Ilha da Fazenda estão dentro da área prevista de impacto da mineradora Belo Sun, que, caso tenha seu licenciamento aprovado, causará outros impactos tão nocivos quanto os que se apresentam atualmente. Inferimos, ainda, que com a instalação da mineradora, o número de pessoas a se deslocar para Altamira pode ser bem amplo, principalmente de famílias indígenas que vivem nessas áreas.

saúde indígena, né? E isso foi já em 1998 pra 2000, a gente já tinha conquistado esse espaço grande. E aí depois a gente fomo pensando numa associação, pra puder a gente é... vê que jeito a gente poderia ter esse atendimento, porque um movimento de mulheres ele não era nem uma associação, era nada, era só um movimento mermo. Então pra gente fazer um pequeno projeto tinha que ter uma associação ou uma cooperativa e a gente pensou na associação, foi que a gente chegou num senso de fazer a AIMA, que foi a primeira associação dos índios citadinos e ribeirinhos, abrangindo todos os povos indígenas, citadino, ribeirinho, e num teve diferencia. E aí eu trabalhei nela 10 anos. Eu tava com 10 anos trabalhando na AIMA, eu saí porque eu tive um chamado pra vim trabalhar já na FUNAI. E aí eu passei pro meu irmão, que é o Luís Xipaia, hoje ele é o presidente da AIMA. E... de lá pra cá, os indígenas eles foram vendo que os direitos dele já foram conquistando também, já foram abrindo outras associação, que hoje a gente já tamo com quatro associação citadinos pros índio que moram na cidade; cada qual tem suas diferencia de trabalhar, não são trabalho igual mais, são diferente pra trabalhar [...]. E aí, eu conquistei esse espaço de reconhecimento desses indígena. Foi uma luta, foi muito difícil eu chegar onde eu cheguei, agradeço a Deus e eles também, que me ajudaram muito mermo. E aí em 2009 comecei a trabalhar na FUNAI, já comecei a fazer um novo levantamento de cadastramento, já divido a Belo Monte, pra onde esses índio ia. A gente ficou aquilo assim meio sufocado, preocupado, porque a gente num entendia, né? Realocação, reassentamento, visita... era um monte de processo em cima só duma pessoa, quer dizer, hoje eu tava aqui amanhã tava na Volta Grande, tava na aldeia. Eu tinha que viajar muito pra dar conta do recado, e dizendo pros indígenas não pegar indenização, pegasse casa, não pegasse das ilha em dinheiro, pegasse em lote, porque mais tarde ia ter serventia pra ele. Então foi assim um espaço que eu conquistei com eles pra gente lutar, e eles ganhar esses direito dele, de hoje eles tão aonde eles querem, né? Bom, dependendo da gente, nós não queria tá aonde nós tá, mas não tinha outra opção. [A que] teve foi a gente ir pra lá [referindo-se aos reassentamentos], aonde nós tamo hoje, mas essa foi a conquista maior que eu tive com eles (Coordenadora da CTL4 da FUNAI de Altamira, setembro de 2017).

No ano seguinte, houve em Altamira, conforme já relatado no primeiro capítulo deste trabalho, o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, que contou com mais de 600 índios e o apoio da sociedade civil organizada. Marcaram o início de luta dos povos indígenas e impulsionaram à organização pela luta de reconhecimento dos indígenas que vivem na cidade, frente aos órgãos públicos - sobretudo os indigenistas como a FUNAI - e a caminhada pela garantia de direitos. Assim começa a organização na cidade em associações com a criação da AIMA, com o apoio dos indígenas das aldeias. Posteriormente, devido à implantação de Belo Monte, houve a criação da Coordenação Técnica Local 4 para índios citadinos e ribeirinhos, na Coordenação da FUNAI em Altamira, que disponibiliza um trabalho de assistência a esses indígenas.

De acordo com Patrício (2000), no dia 12 de outubro de 1999, “o dia dos excluídos da América Latina”, que foi celebrado em muitos lugares, marcou outro acontecimento mais ligado aos Xipaia e Curuaia em Altamira: “o dia da apresentação”. O evento, coordenado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), foi considerado por esses indígenas como “o momento em que se apresentam oficialmente à cidade de Altamira como índios” (PATRÍCIO, 2000, p. 107). Segundo a antropóloga, para o dia da “apresentação” os indígenas ensaiaram danças e cantos, resgatando esses traços culturais com os mais velhos, para, assim, ensinar os mais jovens. Além disso, prepararam roupas, enfeites para as pernas e braços e pintura corporal, na perspectiva que o momento gerasse possibilidades para ajudar o povo da cidade. Também contaram com flechas, arcos e cocar emprestados dos Assurini, dos Araweté e dos Parakanã. O acontecimento foi “um momento que marcou a presença dessas pessoas com uma identidade diferenciada frente aos demais moradores da cidade de Altamira” (PATRÍCIO, 2000, p. 112).

Após o encontro de outubro de 1999, grandes mudanças passaram a ocorrer e cresceu a visão de lutar por direitos de forma mais organizada para a elaboração de projetos que trouxessem benefícios. No início da década de 2000 foi criada a primeira associação de indígenas na cidade. Abrangendo também os ribeirinhos e todas as etnias médio-xinguanas, nasce a Associação dos Índios Moradores de Altamira (AIMA), que, por dez anos, teve como presidente Elza Xipaia, conforme retratado na entrevista supracitada.

No início da década de 2010, com a implantação da UHE Belo Monte e seus efeitos nocivos aos povos indígenas do médio Xingu e a elaboração de políticas de mitigação, houve a criação de outras associações para reivindicar direitos e demandas específicas (Quadro 02).

De acordo com Sales (2009, p. 50):

o caráter associativo das etnias é que orienta a afirmação do “eu” frente aos “outros”, recolocando no interior do processo identitário a “estima de si” como momento reflexivo da *práxis* dos movimentos indigenistas. Sobrepõem-se, assim, nesta contingência histórica, àquela situação anterior de humilhação, em que a prosa político-econômica da dominação era aperfeiçoada pela prosa cristã da degradação humana. Neste referido período a categoria “índio” representava a vida que se abomina a si mesma

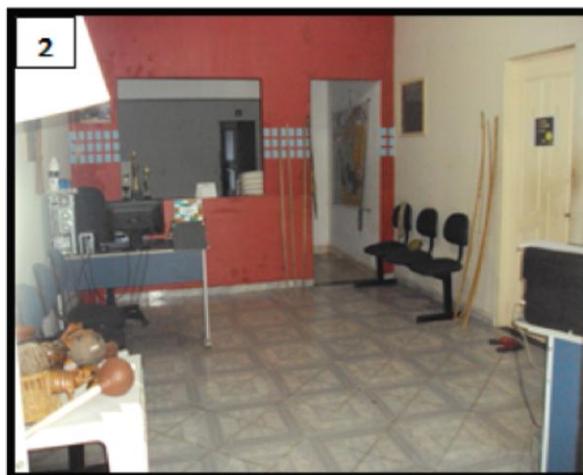


FOTO 13. IMAGENS DA AIMA E SEUS ESPAÇOS INTERNOS: a AIMA tem sede alugada no bairro Centro de Altamira, às margens do rio Xingu (1). Possui um amplo espaço com equipamentos de escritório (2) e infraestrutura para diversas atividades como grafismo, pintura e artesanatos, a exemplo de agendas, obras talhadas em madeira (3), colares e pulseiras (4), que estão disponíveis para venda na área da varanda e que ajudam a incrementar a economia dos associados.

Autora: Suelem Cardoso, setembro de 2017.

Quadro 02. Associações Indígenas em Altamira

Nome	Presidente	Ano de Abertura	Nº de Membros*	Etnia	Localização da Sede**	Principais Conquistas da Associação
<b>Kirinapã</b>	Maria Augusta Borges Xipaia	Década de 1990***	Cerca de 90	Xipaia e Curuaia****	Aparecida	O que foi aprovado pra nós, que eu achei muito importante, foi o PDRS Xingu, um projeto que nós fizemos mais o Claudio [Presidente da Inkuri e coordenador do GT Pedral] e tão fazendo a nossa sede lá, Graças a Deus! Pelo PDRS já veio um carro Pampa, já veio uma voadeira, cadeira, mesa, bocado de coisa. Só me mostraram “tá aqui! Você vai levar?” Não tenho lugar pra botar, deixa aí mesmo (Presidenta da Kirinapã, 71 anos, agosto de 2017).
<b>AIMA</b> (Associação dos Índios Moradores de Altamira)	Luís Gonzaga Xipaia de Carvalho	2002	Cerca de 1.000	Multiétnica	Centro	Primeiro, o reconhecimento étnico, né? De termos, enquanto indígena xipaia, eu tenho território demarcado, destinado ao povo xipaia; não tá destinado ao grupo que tá lá, é destinado ao povo xipaia. Então, eu saí, eu criei a Terra Indígena Xipaia, junto com a minha família e meus irmãos [...]. Então, pra nós, isso foi um avanço, uma vitória. Os outros foram dados ao longo do tempo, né? Também com a criação da associação. Associação AIMA, ela foi a segunda associação criada nessa região, direcionada à indígena, porque a primeira associação criada pra indígena, nessa região, foi a associação ARICAFU, que foi criada por mim também, enquanto fui liderança no meu povo lá. Eu criei a associação ARICAFU, mas ela tava destinada mais a trabalhar o direito do povo xipaia da aldeia Tucamã, especificamente para a aldeia Tucamã [...]. E então, assim, dentro de outros pontos, que nós fomos avançando, nós

						consequimos é ter direito hoje pela FUNAI, mesmo sendo cidadãos, ter uma CTL, que é a Coordenação Técnica Local, que foi criada pelo presidente da FUNAI, em 2010. Na palavra dele, como forma de reparo pelo preconceito que a própria FUNAI criou em cima da etnia Xipaiá, pelo desprezo que fez também; criou a CTL pra trabalhar essas questões dos índios cidadãos. E a gente, no decorrer desse tempo, a gente foi se fortalecendo também, através do projeto Belo Monte. Nós tivemos um grande empurrão, pelo projeto Belo Monte aí. Mesmo a gente ter lutado contra o projeto Belo Monte. Eu fui a primeira liderança a levantar movimento contra ela [...] tive batalhando pra que Belo Monte realmente não fosse implantado nessa região, mesmo a gente sabendo que poderia vim algumas benfeitorias, mas, por virtude de como tava sendo implantada e como a gente já tinha visto implante de barragem em outra região, nós acreditava e acreditamos que o processo de Belo Monte não é 100% bom, né? Inviável pra essa região [...]. (Presidente da AIMA, 44 anos, setembro de 2017).
<b>Tubyá</b> (Associação Indígena Juruna)	Irazilda Moraes Pereira Fernandes (Juruna)	2014	Cerca de 70	Juruna	Multirão	Conquistas a gente teve desde o começo, né? Porque foi com muita luta, muita dificuldade que a gente formou a associação Tubyá. A associação ela é sem fundos, a gente não tinha condição, nem hoje [...], e olha que a gente já tem um pouco. Mas a gente olha e vê que não tem muita coisa ainda, mas as conquistas foram muitas. Só de a gente ter conseguido fundar ela, foi a primeira conquista, a conquista maior e melhor foi ela. A gente também

					<p>teve a conquista de por mais que a gente não tivesse entrado no PBA, porque quando a gente iniciou a associação, o PBA já tinha sido escrito. Mas a gente teve a conquista de conseguimos convencer a Norte Energia trabalhasse com nós e que a FUNAI também aceitasse, porque foi um pouco difícil no começo, que a FUNAI, por mais que ela seja um órgão que trabalha com os indígenas, no começo ela se retraiu, mas a gente conseguiu também; foi uma conquista grande.</p> <p>E nós tivemos também o projeto pelo PDRS, primeiro projeto, quando associação tinha quatro meses ainda. Ela tava muito recente quando nós escrevemos o primeiro projeto na parceria com a Inkuri e com a Kirinapãn. Foi um projeto que a gente teve lutar, batalhar e orar muito porque, como associação era muito nova, nós tava vendo a hora do projeto não passar, porque você sabe que por lei são dois anos e a gente conquistou o primeiro projeto que hoje é um carro, a sede que vai ser construída no Pedral e todo equipamento da associação, a gente fez o projeto. Então, isso tudo foi a primeira conquista da associação. Fizemos outro projeto pelo PDRS e ele também foi aprovado agora, que é pra capacitar os associados em computação e também secretariado e muitas outras coisas boas que a gente fez dentro desse projeto que ele foi aprovado. São conquistas da associação. E também fizemos o projeto da renda indígena, que foi pra capacitar também os associados para tirar carteira de habilitação, pra fazer curso de instalação de moto, de carro. Então,</p>
--	--	--	--	--	--

						isso tudo são conquistas da associação, não só isso, mas conseguimos unir os Juruna que são os associados, que estão na associação. Isso foram conquistas muito grande (Presidenta da Tubyá, 45 anos, agosto de 2017).
<b>Inkuri</b> (Associação Indígena Curuaia de Altamira)	Claudio Curuaia Cambuí	2012	-	Curuaia***	Jardim Independente II	A primeira conquista que a gente teve, e primeiramente eu agradeço a Deus, porque o processo de Belo Monte começou com um plano emergencial. O plano emergencial começou em 2010/2011 que foi o processo onde os índios da aldeia ganhou muito motor, voadeira, muito rancho. Os índios da cidade, nós também entramos nesse processo [...], a gente entrou com processo de criar associação Inkuri. A gente teve dificuldade por parte da FUNAI que eles não aceitavam e eu fui em cima, embaixo e, graças a Deus, a gente conquistou [...]. E através da associação, a gente conseguiu arrancar alguma coisa ainda no fim do processo do plano emergencial, como alguma carteira de habilitação, algum curso de vigilante para alguns membros da associação Inkuri. E aí a gente foi lutando, batalhando e a gente também, graças a Deus, a gente tá sendo atendido pela Norte Energia, pela empresa que é contratada pela Norte Energia, para trabalhar com dois programas para os índios da cidade, que é o Fortalecimento Institucional e Patrimônio Cultural, e a conquista também desse bairro do reassentamento Pedral, que a gente lutou muito, batalhou, mas, graças a Deus, a gente tem conquistado não só a luta do bairro, mas também pelo terreno para construção das sedes das

						<p>associações [...]. Então, a gente fica muito satisfeito, fica orgulhoso e a luta continua, né? A gente vai trabalhar ainda, também, para conseguir o programa de atividade produtiva para os índios da cidade [...] e trabalhar com parceria. Conquistamos a confiança de alguns órgãos, como a Universidade Federal, como Ministério Público, isso para nós é orgulho [...]. E ainda tem mais a conquistar, a luta ainda não terminou, ainda não acabou. A gente quer fazer as atividades e o gestor da prefeitura olhar com transparência, com olhar mais dentro desse processo, com o olhar mais, por exemplo, mais elevado para esses índios que moram aqui dentro do contexto urbano, que ainda é o nosso território, que eles vejam que nós fazemos parte do processo, que eles possam tratar a gente com carinho, amor e dar oportunidade para nós (Presidente da Inkuri, 44 anos, agosto de 2017).</p>
--	--	--	--	--	--	---

\*Considerando o chefe ou chefa da família somente.

\*\*Todas as associações terão lotes para a construção da sede no RUC Pedral. O endereço atual da sede é provisório, com exceção da AIMA que tem o espaço da sede alugado.

\*\*\*Não soube informar o ano preciso de abertura, mas começou com um grupo de extrativistas de castanha. Hoje a associação é de indígenas da cidade.

\*\*\*\*Pode admitir indígenas de outras etnias.

Fonte: Entrevistas realizadas em Altamira, agosto e setembro de 2017.

Elaboração: Suelem Maciel Cardoso, 2017.

A partir do quadro 02 depreende-se que com a implantação de Belo Monte e o surgimento de demandas específicas por etnia, cresce o número de associações indígenas na cidade, o que se caracteriza como um movimento de reação frente a esses processos. De acordo com as entrevistas, observa-se que desde a implantação da primeira associação indígena na cidade, a AIMA, muitos avanços foram feitos pelos povos indígenas que residem na cidade de Altamira; o número atual de associações nos permite essa compreensão. Entre as principais conquistas relatadas estão: 1) o reconhecimento por parte da FUNAI dessa realidade indígena da cidade; 2) criação da Coordenação Técnica Local (CTL) 4 de índios citadinos e ribeirinhos; 3) união dos povos indígenas na cidade; 4) parcerias com instituições de ensino, a exemplo da UFPA, para elaboração de projetos que possam trazer melhoria à qualidade de vida dos indígenas; 5) apoio dos movimentos sociais; 6) aquisição, através de projetos no PDRS do Xingu, de equipamentos para as associações, projetos de capacitação profissional para os associados e projetos para valorização da cultura indígena e geração de renda; 6) aprovação do RUC Pedral; 7) lotes para a construção das sedes das associações. O reconhecimento e respeito que vêm ganhando diante da sociedade civil e o orgulho da pertença étnica são os feitos mais relatados.

Para tornar-se um associado é necessário ser reconhecido pela etnia na aldeia ou comprovar sua origem étnica. Todos os associados pagam uma taxa no valor de R\$ 10,00, recebem sua carteira de membro e toda a sua família pode participar das atividades da associação. É importante ressaltar que as associações desempenham um papel significativo, caracterizando como ponte para o acesso de políticas diferenciadas, direitos e ações específicas para os indígenas na cidade, junto à FUNAI. Em uma apresentação dessa relação, observa-se o seguinte esquema:



Fonte: Entrevistas realizadas em Altamira, agosto e setembro de 2017.

Dessa forma, destaca-se que os indígenas que não estão associados em nenhuma das associações podem ficar desassistidos, haja vista que o associativismo tem sido a melhor forma encontrada de organização política em uma cidade com uma população indígena significativa e pluriétnica.

De acordo com o quadro, uma das principais conquistas foi a criação da Coordenação Técnica Local para citadinos e ribeirinhos, antes não assistidos pelo órgão indigenista. Entre as outras grandes conquistas estão a aprovação de projetos no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS do Xingu) – com a conquista de bens e equipamentos para as associações - e ao acesso a alguns programas dentro do Projeto Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI). Assim, fica garantido o acesso a cursos profissionalizantes para geração de renda e o lote para construção das sedes das associações no RUC Pedral.

As atividades das associações são múltiplas, como o ensino de pintura corporal, grafismo, artesanato, festas e reuniões, porém com o deslocamento de muitas famílias para os reassentamentos e a carência do transporte público, muitas dessas atividades não estão ocorrendo, o que traz certa preocupação para presidentes e associados pelo enfraquecimento das relações e práticas culturais.

Cabe mencionar a importância das associações de indígenas ribeirinhos que possuem alguns objetivos comuns de luta junto com as associações de indígenas moradores da cidade. Sublinha-se aqui a importância da associação Tacurarê e da Tyoporemô, com sede provisória na cidade. Essa última, com Socorro Arara na presidência, caracteriza-se por alguns de seus membros possuírem dupla moradia, residência na ilha e na cidade, e, desta forma, muitos foram impactados duplamente.

Para a FUNAI, por ser essa política de atuação junto aos indígenas na cidade algo recente, a Fundação ainda encontra dificuldades para tratar desta realidade, cujo número populacional cresceu nos últimos anos. Ressalta-se que a Coordenação Regional Centro-Leste do Pará, com sede em Altamira, é a única que tem uma CTL para tratar isso, criada em meio ao emaranhado da implantação do empreendimento. O trecho da entrevista do Coordenador ressalta essas questões:

essa política de atuação hoje, ela é muito nova, muito recente na FUNAI e ela se deu como condicionante do empreendimento Belo Monte. Logicamente isso tem sido uma espécie de diagnóstico pra FUNAI estabelecer uma atuação mais eficiente, efetiva dessa política que ela é muito recente. Mas, no âmbito da atuação, ela se dá como o projeto de cidadania. Existem também as demandas de muitos indígenas que saíram das ilhas, e das localidades rurais que estão na cidade; e alguns que estão nesse contexto

urbano buscam acesso aos credes sociais como o Bolsa Família, auxílio maternidade e aposentadoria. A gente tem encontrado uma certa dificuldade, por conta desse novo contexto, mas que a gente tem trabalhado, dialogado junto com os demais órgãos de governo, pra tentar superar essas limitações e dificuldades pra garantir, assim, de forma mais eficiente, esses direitos. Mas a FUNAI, além desse assistimento, no meio da CTL, as associações no âmbito do PBA, tem esse papel mais social. E não dá pra você trabalhar uma outra política, como, por exemplo, a proteção territorial. A gente já tem atuado no mérito da formação, muitas das vezes com treinamentos, ajuda na documentação das associações, e coisas dessa similaridade, que é possível atuar (Coordenador da FUNAI em Altamira, 36 anos, agosto de 2017).

Soma força para a garantia dos direitos dos povos indígenas no médio Xingu e na cidade de Altamira, a sociedade civil organizada. Para o apoio ao movimento dos indígenas na cidade destacam-se ações do Instituto Socioambiental (ISA), Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

O ISA existe como organização desde 1994. Segundo o próprio Instituto, o movimento de 1989 em Altamira com os indígenas marca o início da luta socioambiental no Brasil. A forma de atuação do ISA no Xingu com os povos indígenas e em específico com os da cidade, pode ser compreendida a partir do trecho da entrevista abaixo:

o ISA tem um trabalho de décadas, com várias populações indígenas em algumas bacias do Brasil. No corredor do Xingu, o trabalho com os povos indígenas sempre foi bastante focado lá no alto Xingu, no Mato Grosso, e apoia vários direitos: direitos territoriais aos direitos garantidos pela Constituição; e no trabalho de apoio às associações, ao associativismo e parceria com várias etnias, tanto no Alto como aqui no médio Xingu. Na região de Altamira, o escritório do ISA, ele foi criado... pra tocar os trabalhos na região da terra do meio, que é o bloco de unidade de conservação. O ISA trabalha bastante aqui com as populações extrativistas. E o trabalho com os indígenas, dentro do ângulo de Belo Monte, a gente tem um termo de parceria mais firme, construído já a mais de 4 anos com os Juruna na Volta Grande, na aldeia Muratun, Terra Indígena Paquiçamba. E com relação aos indígenas citadinos, a gente tem acompanhado é... especificamente a questão do Pedral, do reassentamento do Pedral. Essas demandas começaram a aparecer em meados de 2014 a 2015 e a gente acabou ajudando a criar o Grupo de Trabalho do Pedral pra construir um reassentamento que, de fato, fosse diferenciado e aí a gente acabou tendo uma aproximação grande com algumas lideranças da cidade: Cláudio, Xipaia, Irazilda Juruna. Então, com os índios da cidade, nossa relação, a gente não acompanha as ações do PBA e outras políticas, a gente acompanha mais a questão do Pedral, e o ISA tem cadeira na Câmara Técnica 6 lá do PDRS, que também dialoga sobre os projetos dos índios e associações que tão no PDRS (Advogada do Programa Xingu do ISA, 29 anos, agosto de 2017).

Depreende-se, a partir do excerto acima, a importância do Instituto no apoio aos direitos e demandas dos povos indígenas do Xingu, em específico os que residem na cidade. Algumas ações do ISA estão direcionadas para a criação do RUC Pedral e diálogo com projetos das associações submetidos ao PDRS do Xingu.

O MXVPS tem sua origem na década de 1980, com o nome de Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica, um movimento de trabalhadores e trabalhadoras dos movimentos sociais da região Transamazônica. Dentro desse grande movimento, existia uma bandeira de luta, a de resistência contra a construção de barragens no rio Xingu. Esse movimento apoiou em 1989 o I Encontro dos Povos Indígenas, que conseguiu arquivar Kararaô. No início da década de 2000, ainda com Fernando Henrique Cardoso na presidência, foi anunciado o projeto de construção de barragens no Xingu e de Belo Monte. O movimento se reúne novamente para continuar a luta contra o barramento do rio, trocando o nome de Sobrevivência para Movimento pelo Desenvolvimento na Transamazônica e Xingu.

Já em 2008, com Lula na presidência, o movimento foram convidados pelos indígenas para realizar um grande encontro, nos moldes de 1989 dos Kayapó, com o nome de Encontro Xingu Vivo Para Sempre, para mostrar ao governo que os povos indígenas e os movimentos sociais estavam juntos contra a construção de hidrelétricas no rio Xingu, pois queriam o “Xingu Vivo Para Sempre”. Apesar do governo ter ignorado o movimento, a luta continuou e ele foi renomeado para Movimento Xingu Vivo Para Sempre.

Com sede em Altamira, o Movimento vem atuando da seguinte forma junto aos indígenas na cidade:

os cidadãos e todos nós lutamos e trabalhamos, juntamos o nosso objetivo, é... a defesa dos direitos humanos. Então, a gente lutou, apoiamos a luta deles, muitas vezes participamos e apoiamos. Os cidadãos, que inclusive, eles foram, assim, muito maltratados pelo Belo Monte [...]. O apoio mesmo [é] o apoio moral, a participação, é defendê-los, é defender o direito deles, esse é o nosso dia a dia. Tudo que surge depende da defesa do direito deles, nós apoiamos, apoiamos, falamos... enfim, estamos do lado, juntos, apoiando a luta pelos direitos deles e do bem estar e da vida com a cultura deles [...]. Eles também participam das nossas seções [...], a gente convida nas grandes seções, convidamos todos, a gente une e é [pela] garantia dos direitos (Coordenadora do MXVPS, 68 anos, agosto de 2017).

Além do ISA e MXVPS, a atuação do CIMI tem sido importante no apoio a alguns eventos, a exemplo do dia da “apresentação” em outubro de 1999, conforme observado em parágrafos precedentes. A Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), em 2014, elaborou

um projeto submetido ao PDRS do Xingu com o objetivo de verificar como estavam vivendo os indígenas e pescadores nos reassentamentos urbanos e sobre o conhecimento e vontade de ser reassentado no RUC Pedral.

Destaca-se que o movimento de luta dos indígenas na cidade, por ser um movimento que ganhou força na resistência a Belo Monte e nos conflitos na implementação de seus programas dentro dos PBAs, tanto a FUNAI quanto a sociedade civil organizada, tem dificuldades para tratar essa questão, haja vista que ainda não há uma interpretação precisa dos direitos desses povos em outra realidade geográfica que não as Terras Indígenas. Há muito a ser feito, mas o apoio desses movimentos sociais que atuam há décadas com povos indígenas, sobretudo das aldeias, tem-se feito primordial em face desses processos conflituosos e nocivos.

Outra forma observada de resistência dos indígenas na cidade tem sido o acesso ao ensino superior. Para alguns moradores e lideranças indígenas, a formação universitária, sobretudo no curso de Direito, permite um amplo conhecimento jurídico e possibilidades de traçar formas de atuação. Contudo, conforme já mencionado, as políticas educacionais para os indígenas ainda se dá de forma precária, o que muito dificulta a continuidade dos estudos mesmo em área urbana. Nesse sentido, políticas afirmativas como o Curso de Etnodesenvolvimento, da Universidade Federal do Pará, Campus de Altamira, permitem o fortalecimento étnico e contribuem para ampliar o conhecimento e formas de atuação. A luta, então, que antes se dava com “arcos & flechas”, pode ser feita a partir de “canetas & papeis” (PARENTE, 2016, p. 31). Somado a isto, a ocupação de cargos públicos, a exemplo do Legislativo e Executivo, são outras formas também mencionadas por alguns indígenas no espaço citadino altamirense.

### **3.2.3 – Do direito à cidadania ao direito à cidade**

A questão da cidadania no Brasil é ponto para um amplo debate. Tratando-se de *cidadania indígena*, a discussão por antropólogos, operadores do Direito, entre outros profissionais, resulta em debates de convergência e divergências de ideias. Para Santos (2007), a cidadania, no plano do território nacional, dá-se de forma incompleta, mutilada.

No que concerne aos direitos dos povos indígenas no Brasil destacam-se os seguintes leis e tratados:

- Estatuto do Índio (Lei 6.001/73), promulgado em 1973, que lançava a ideia de “integração” à sociedade nacional (BRASIL, 1973);

- Constituição Federal de 1988, que promove a passagem do paradigma “monocultural” para o “multicultural”. Nela o Cap. VIII (Dos Índios), Artigos 231 e 232 declaram seus direitos (BRASIL, 1988);
- Convenção N° 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) Sobre Povos Indígenas e Tribais (OIT, 2011), promulgada no Brasil em 2004, e nela destacam-se:

#### Artigo 2º

1. Os governos deverão assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade.

2. Essa ação deverá incluir medidas:

a) que assegurem aos membros desses povos o gozo, em condições de igualdade, dos direitos e oportunidades que a legislação nacional outorga aos demais membros da população; b) que promovam a plena efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais desses povos, respeitando a sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, e as suas instituições; c) que ajudem os membros dos povos interessados a eliminar as diferenças sócio - econômicas que possam existir entre os membros indígenas e os demais membros da comunidade nacional, de maneira compatível com suas aspirações e formas de vida (OIT, 2011, p. 16).

#### Artigo 3º

1. Os povos indígenas e tribais deverão gozar plenamente dos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem obstáculos nem discriminação. As disposições desta Convenção serão aplicadas sem discriminação aos homens e mulheres desses povos.

2. Não deverá ser empregada nenhuma forma de força ou de coerção que viole os direitos humanos e as liberdades fundamentais dos povos interessados, inclusive os direitos contidos na presente Convenção (OIT, 2011, p. 17).

#### Artigo 4º

1. Deverão ser adotadas as medidas especiais que sejam necessárias para salvaguardar as pessoas, as instituições, os bens, as culturas e o meio ambiente dos povos interessados.

2. Tais medidas especiais não deverão ser contrárias aos desejos expressos livremente pelos povos interessados.

3. O gozo sem discriminação dos direitos gerais da cidadania não deverá sofrer nenhuma deterioração como consequência dessas medidas especiais (OIT, 2011, p. 17).

#### Artigo 12º

Os povos interessados deverão ter proteção contra a violação de seus direitos, e poder iniciar procedimentos legais, seja pessoalmente, seja mediante os seus organismos representativos, para assegurar o respeito efetivo desses direitos. Deverão ser adotadas medidas para garantir que os membros desses povos possam compreender e se fazer compreender em

procedimentos legais, facilitando para eles, se for necessário, intérpretes ou outros meios eficazes (OIT, 2011, p. 22).

- Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (ONU, 2007).

Contudo, cabe mencionar que o Brasil ganhou destaque internacional na última década por violar os direitos dos povos indígenas e já chegou a ser condenado pela Corte Interamericana<sup>35</sup>.

Muito se esperou de mudanças significativas depois da Constituição Federal de 1988. Entretanto, conforme apontou Verdum (2009, p. 97), mesmo mais de duas décadas após sua aprovação, não houve a realização de mudanças substanciais tanto nas estruturas quanto nas práticas político-administrativas do Estado. A diversidade étnica e os direitos específicos foram incorporados ao texto constitucional, porém não trouxeram mudanças nas estruturas políticas de poder e dominação. Ademais, as populações indígenas que vivem nas cidades foram invisibilizadas no âmbito das políticas públicas específicas. Nesse sentido, os povos indígenas, mesmo organizados em associações na cidade de Altamira, em meio a esse limbo de direitos, ainda procuram formas para lutar pela garantia de políticas públicas específicas em área urbana. Todavia, cabe mencionar que a luta por direitos específicos garantidos em leis e tratados que o Brasil é signatário, é demanda de uma ou outra associação, ou seja, demanda específica de uma e outra etnia indígena, a exemplo do direito à demarcação de um território indígena Xipaia, Curuaia e Juruna na cidade, denominado Tavaquara.

Para muitos indígenas em Altamira, o acesso aos direitos a eles estabelecidos perpassa pelo reconhecimento étnico oficial, que é um passo demorado e que eles consideram como burocrático. Por alguns não terem nascido na aldeia e pela promoção da política do Estado nacional para a integração destes à sociedade, o nome indígena está ausente de seus documentos oficiais, dificultando para eles o acesso às políticas diferenciadas. Isso ficou expresso, por exemplo, na fala da presidenta da associação Kirinapã, quando diz: “Aqui, a gente não tem direito nem de morrer!”.

Na matéria abaixo do site Fundo dos Direitos Humanos, observa-se um panorama da situação desses indígenas e seus principais problemas ligados à ausência de direitos básicos:

---

<sup>35</sup> Em uma decisão histórica, o Estado Brasileiro foi condenado pela Corte Interamericana por violar direitos indígenas, atuando de forma lenta e inadequada na demarcação da terra do povo Xukuru em Pernambuco. O caso foi denunciado em 2002 à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que fez recomendações ao Estado, as quais não foram cumpridas (JUSTIÇA GLOBAL, 2018).

o antropólogo Antônio Carlos Magalhães, coordenador de projetos do Instituto Humanitas, explica que a situação dos índios citadinos em Altamira é muito variada. Alguns precisam da declaração de reconhecimento, outros não possuem sequer certidão de nascimento. Há ainda aqueles que precisam corrigir o sobrenome indígena que não foi grafado segundo a convenção nacional. [...] Até então, eles não tem a sua origem étnica reconhecida oficialmente pelos órgãos governamentais. “O mosaico indígena urbano de Altamira guarda em comum uma trajetória social de violência e exploração”, afirma o relatório do Instituto Humanitas. Os casos mais dramáticos se verificam entre 65% das famílias, que não são reconhecidas nem mesmo pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e permanecem excluídas dos programas especiais do governo, especialmente relacionados à saúde. Quando são presos, são tratados como criminosos comuns, sem assistência jurídica diferenciada. [...] A Funasa não reconhece 80% delas. [...] “O não registro civil dessa população é consequência de um processo histórico de dominação e violência que não permitiu e desestimulou a sua inclusão” (FUNDO DE DIREITOS HUMANOS apud LEME, 2009).

A questão da cidadania indígena muito é atrelada à presença de um território demarcado para a aplicação de políticas diferenciadas, haja vista que quando estes indígenas estão “misturados” com a sociedade envolvente, em um plano territorial, fica impossibilitado estabelecer especificidades. Isto é expresso, por exemplo, no trecho da entrevista abaixo:

[...] quando você fala da cidadania indígena é justamente o principal, eu diria assim dessa essência, é o direito ao território. Que no território é o espaço de, eu diria assim, de trocas de vivência e de promoção e da garantia de todo direito. No território que você vai fazer essa, eu diria, essa continuidade da vida. No território que vai se reproduzir culturalmente, socialmente, etnicamente, a partir das suas crenças, a partir da sua identidade. Então todos esses direitos, eu diria assim, essa cidadania - porque, muito se pensa na cidadania de uma forma universal, mas o próprio estatuto do índio, a legislação, é garantia ao indígena, como diz na constituição, no artigo 231 e 232, com relação a essa reprodução, ao uso fruto exclusivo do território - então, essa possibilidade só é possível a partir da garantia do território [...]. A gente percebe que como um elemento determinante para essa cidadania diferente, essa diversidade cidadã, ela se garante por meio de território. Certamente têm muitos indígenas que conseguem se reproduzir, sem esse território definido, ou garantido, o que, deveria ter sido sanado pelo Estado, porque está previsto assim, mas por algum motivo ou por algum impeditivo, até então, não foi garantido. Mas assim, o território ele é o elemento de maior relevância para essa reprodução humana, para essa reprodução étnica e cultural da cidadania indígena (Coordenador da FUNAI Centro-Leste do Pará, 36 anos, agosto de 2017).

O território foi considerado um dos principais obstáculos também para a promoção dos programas específicos no âmbito do EIA de Belo Monte para os indígenas moradores da cidade de Altamira. Para a obtenção de investimentos a grandes empreendimentos junto ao

Banco Mundial, fazem-se necessários estudos da população impactada e, em específico, estudos etnológicos de forma a estabelecer políticas para mitigar seus impactos. Nesse sentido, para a implantação de Belo Monte foram realizados dentro do EIA o estudo Índios Moradores de Altamira e da Volta Grande do Xingu<sup>36</sup>, que, conforme já apontado no primeiro capítulo, foi um dos últimos a ser apresentado e com inúmeros problemas. Apresentava, desta forma, a avaliação e classificação de possíveis impactos e interferências ambientais e socioculturais, bem como a proposta de programas para minimizá-los ou compensá-los, levando em consideração as formulações dos povos indígenas. Dentro do estudo há a reivindicação por parte de moradores para a implantação de um bairro indígena, pela empreendedora, não devendo haver uma confusão analítica com o direito de demarcação de território indígena na cidade, no caso o território Tavaquara, que já transitava em meio jurídico desde 2007.

No estudo foram propostos treze programas, sendo doze diretos aos moradores de Altamira:

Quadro 03. Cidade de Altamira e Volta Grande do Xingu: programas diferenciados propostos para indígenas

Nº	Programa	Duração
01	Programa de realocação das famílias que vivem em áreas requeridas para o Empreendimento	Período determinado
02	Programa de esclarecimento à população indígena (sobre o projeto de aproveitamento hidrelétrico e sobre o conhecimento adquirido)	Período determinado
03	Programa de qualificação da população indígena	Período determinado
04	Programa de educação socioambiental para os trabalhadores das obras, incluindo informação sobre a questão étnica	Período determinado
05	Programa de contratação da mão-de-obra indígena	Período determinado
06	Programa de estudos de viabilidade econômica para geração de trabalho e renda.	Período determinado
07	Programa de rearticulação do transporte por via fluvial	Período determinado
08	Plano de Fortalecimento Institucional da População Indígena de Altamira e da região da Volta Grande	Vitalício
09	Plano de Valorização do Patrimônio Cultural (material e imaterial)	Vitalício
10	Programa de Atenção à Saúde dos Índios Citadinos de Altamira e Moradores na Volta Grande do Xingu	Vitalício
11	Programas para garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias indígenas moradoras de Altamira e da Volta Grande do Xingu	Vitalício
12	Programas de segurança social para as famílias indígenas moradoras em Altamira e na Volta Grande do Xingu	Vitalício

<sup>36</sup> Na Volta Grande do Xingu, compreende-se principalmente as localidades da Ilha da Fazenda e Ressaca, impactadas com o empreendimento e, por conta disso, e da ausência de medidas compensatórias e/ou mitigatórias, alguns moradores se viram obrigados a morar em Altamira, por não haver mais condições de sobrevivência, conforme observado nas entrevistas do quadro anterior.

13	Programa de Urbanização de Assentamentos Precários na Volta Grande do Xingu	Período determinado
----	---	---------------------

Fonte: Leme (2009).

Organização: Suelem Maciel Cardoso, 2018.

A partir de uma análise dos programas elencados no quadro 03, inferimos que se, de fato, tais programas fossem implementados conforme previsto no estudo, poderiam haver algumas melhorias na qualidade de vida desses moradores da cidade e das ilhas. Contudo, com a emissão da Licença Prévia do empreendimento N° 342/2010, esses programas, por meio de condicionantes, foram “diluídos” aos programas gerais de mitigação de impactos, os Projetos Básicos Ambientais (PBAs), que por sua vez, deveriam ser apresentados os detalhes dos planos, programas e projetos previstos no EIA, bem como seus complementos de acordo com as considerações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A condicionante 2.19 previa que se deveria:

2.19. Integrar aos Planos, Programas e Projetos apresentados no Volume 33 do EIA os programas mitigatórios e compensatórios propostos para os índios citadinos e moradores na Volta Grande do Xingu, *considerando as especificidades da questão indígena, sem, no entanto, gerar diferenciação de tratamento no âmbito da população da Área de Influência Direta – AID/ADA* (IBAMA, 2010, [s.p], grifo nosso).

Após a emissão da Licença, o IBAMA, por meio da Diretoria de Licenciamento Ambiental, em maio de 2011, solicitou que a presidência da FUNAI em Brasília se manifestasse sobre o teor da diretriz estabelecida na condicionante acima elencada, no sentido de “considerando as especificidades da questão indígena” e a de não “gerar diferenciação de tratamento no âmbito da população da Área de Influência Direta – ADA/AID”. Acrescenta ainda que “não havendo incompatibilidade dos programas mitigatórios e compensatórios destinados aos indígenas com a referida condicionante, o empreendedor deverá observá-la ao longo da implementação do PBA” (IBAMA, 2011, [s.p]). Em resposta, a FUNAI declarou que não verificou incompatibilidade dos programas destinados aos indígenas com a diretriz estabelecida e, no tocante aos índios moradores da cidade de Altamira e da Volta Grande do Xingu, estavam previstos no PBA em análise pela Fundação (FUNAI, 2011, [s.p]).

A ideia que nos remete os termos da condicionante é de uma confusão teórica e metodológica no teor da diretriz acima especificada. Contudo, o que se observa, de fato, ocorrer na cidade de Altamira é que no âmbito dos PBAs, mesmo no seu “Componente Indígena”, esta população diferenciada acabou sendo invisibilizada, refletindo na ausência ou

poucas melhorias da qualidade de vida. O que se nota é ainda o pouco acesso aos serviços diferenciados de saúde indígena e muitas famílias que viviam da pesca tiveram sua fonte de renda redimensionada, por exemplo. Ademais, o não reconhecimento étnico ou a demora deste, por meio dos órgãos competentes, colocam-nos em um jogo de “índios” e “não índios”, o que dificulta a condição de cidadão indígena na cidade.

Nesse sentido, entre os motivos da não implantação dos programas específicos à população indígena moradora da cidade estava implicitamente a questão da ausência de um território demarcado. Podemos chegar a essa compreensão quando a CTL, responsável por essa população junto aos ribeirinhos, declara que haveria dificuldades em reuni-los, haja vista que há morador indígena em todos os bairros de Altamira. Porém, a CTL, no âmbito dos PBAs gerais, e especificamente o de realocação da população atingida, fez o monitoramento das ações junto a esses moradores.

Com todos esses percalços, os problemas do realocamento compulsório e a sobrevivência da pesca sendo comprometida, cresce a demanda para a implantação de um reassentamento diferenciado para os indígenas nas margens do rio Xingu – o Pedral, que garantisse o acesso às políticas específicas, incluindo as do “Componente Indígena” do PBA e os direitos aos povos indígenas especificados em leis e tratados.

Nas entrevistas com alguns moradores indígenas e presidentes das associações, algumas demandas específicas ganham destaque, conforme elencadas no quadro abaixo:

Quadro 04. Altamira: demandas dos indígenas na cidade

<b>Principais demandas observadas</b>	
<b>01</b>	Reconhecimento étnico
<b>02</b>	Reconhecimento da profissão de artesão para assegurar aposentadoria
<b>03</b>	Reconhecer Altamira como território dos povos indígenas do médio Xingu
<b>04</b>	Reconhecimento e respeito pelas autoridades e pela sociedade
<b>05</b>	Projetos para geração de renda
<b>06</b>	Garantir o acesso às universidades
<b>07</b>	Assegurar a participação dos indígenas em políticas públicas
<b>08</b>	Acesso a cursos profissionalizantes para melhores oportunidades no mercado de trabalho
<b>09</b>	Ampliação do quadro de funcionários indígenas da FUNAI
<b>10</b>	Ampliação do atendimento do DSEI aos indígenas citadinos
<b>11</b>	Moradia digna com acesso aos serviços públicos como escola, posto de saúde e transporte
<b>12</b>	Comunicação/diálogo com o poder público
<b>13</b>	Garantia de sobrevivência através da pesca

Fonte: Entrevistas com moradores indígenas e presidentes das associações indígenas realizadas em Altamira, agosto e setembro de 2017.  
Elaboração: Suellem Maciel Cardoso, 2018.

---

Ao observarmos o quadro 04, compreende-se que grande parte, se não todas, as demandas dependem de medidas do Estado. Outro ponto, parte das demandas são por direitos conquistados pelos povos indígenas e ainda não se aplicam, de fato, aos que residem nos centros urbanos, o que mostra certo conhecimento desses direitos, principalmente dos presidentes de associações.

No que concerne às ações que poderiam ser tomadas pelo Estado para melhoria da qualidade de vida desses moradores, o quadro a seguir mostra, com base nas entrevistas, alguns apontamentos, entre eles ganham destaque: a garantia dos direitos; uma atuação do poder público municipal junto às associações para considerar no âmbito do planejamento as demandas desses povos; um melhor posicionamento da FUNAI em relação a esses indígenas que moram na cidade; garantia por parte da prefeitura de infraestrutura básica no reassentamento diferenciado que está sendo ainda implantado; e, sobretudo, o respeito a esses cidadãos.

Ao analisarmos os pontos de lutas dos indígenas que moram na cidade, observa-se duas perspectivas: como cidadão indígena, com seus direitos mencionados em textos jurídicos garantidos; como cidadão brasileiro em geral, que são a implementação de serviços públicos, por exemplo, e a seguridades de direitos elencados na Constituinte de 1988, sem exigência de ser específico para povos indígenas. Inferimos que isso se deve pela falta de conhecimento dos seus direitos, o que ainda não é bem definido, haja vista ser algo novo até pra FUNAI, que só em período recente passou a reconhecer a presença de indígenas na cidade, e a FUNAI em Altamira é a pioneira nisso em face dos processos emaranhados que foi a implantação de Belo Monte e seus Projetos Básicos Ambientais. Isso mostra a problemática do órgão indigenista no Brasil, que com muita deficiência tenta garantir os direitos dos que residem em Terras Indígenas, entretanto com os que moram na cidade, há um longo caminho a se percorrer ainda.

Quadro 05. Altamira: medidas que poderiam ser tomadas para melhorar a vida dos povos indígenas na cidade

Entidade	Entrevistas
<p><b>FUNAI</b> Coordenação Regional Centro Leste do Pará</p>	<p>[...] eu diria assim, eu sou parte da história do movimento indígena cidadão, fui há 10 anos de diretoria. O que se espera hoje, quando eu atuava e como gestor, é uma política mais clara e definida, desse direito, que, até então, ela é muito mais clara e definida para quem vive em territórios, que são as Terras Indígenas. Hoje, aqui, não se pensa, ainda, de forma integrada com o município e a gente pensa isso como uma forma de uma construção política que tem que partir deles; eles tem que ter a FUNAI como aliado, e não como um agente executor. [...] que essa conquista eles devem tratar no âmbito do município para se pensar um atendimento diferenciado, pelo contexto que eles vivem, e onde vivem. Como a FUNAI só atua mais especificamente, de forma efetiva, no território, eles precisam desafiar ou provocar, ou até mesmo, eu diria assim, lutar por um reconhecimento da diversidade e de uma política diferenciada dentro do espaço do próprio município, como uma assessoria, uma direção, uma coordenação, ou uma secretaria, que seria muito audacioso, que trabalhassem essa diversidade, essa diversidade do indígena no contexto urbano na escola, na cultura e em outras, eu diria assim, em outras ações da política que são implementadas nos bairros, no território, dentro desse espaço. E a FUNAI como grande aliado, como um grande parceiro para essa promoção. Então, hoje, o que falta, porque a gente tem aqui toda uma situação assim de legalidade [...], hoje a gente faz o que tá previsto, que é essa questão da cidadania, da documentação, a gente já atua. Agora, outras áreas, a gente não tem condição de trabalhar o etnodesenvolvimento no contexto urbano, quando não se tem o território. Então, isso é possível através da secretaria de assistência, da secretaria de turismo, com as produções artesanais, com a secretaria de meio ambiente, com outras e outras secretarias que precisariam, dentro do poder público municipal, uma assessoria, que ajudaria ou estaria em diálogo com a FUNAI e as associações, para uma implementação de uma nova forma política [...]. E a gente, como FUNAI, ser um aliado e muitas das vezes quem sabe até contribuir de forma mais clara, a partir dessas ações. Um outro diálogo que precisa ser pensando é com o próprio Estado. Então, hoje, se espera ou se pensa na FUNAI como uma única forma de ajudar ou resolver esses problemas, quando na verdade não é. E se cobra da FUNAI, não que não deva, mais além das suas possibilidades e competência. Então, a gente precisa, de fato, a FUNAI ter uma forma clara dessa atuação, como uma forma mais definida, porque já que eu tenho uma CTL, que é uma Coordenação Técnica Local, mas eu não tenho uma coordenação geral que trabalha essa diversidade do contexto urbano ou do contexto rural, fora das Terras Indígenas. Então, é muito, eu diria assim, indefinido essa situação. Mas são desafios que a gente percebe que a própria FUNAI, nas suas reestruturações ou nas suas mudanças, ela vem assimilando essas demandas, tanto que criou-se a CTL, que eu diria assim, precisa ter, eu diria, uma força maior ainda do movimento nessa construção ou nessa definição de atuação da</p>

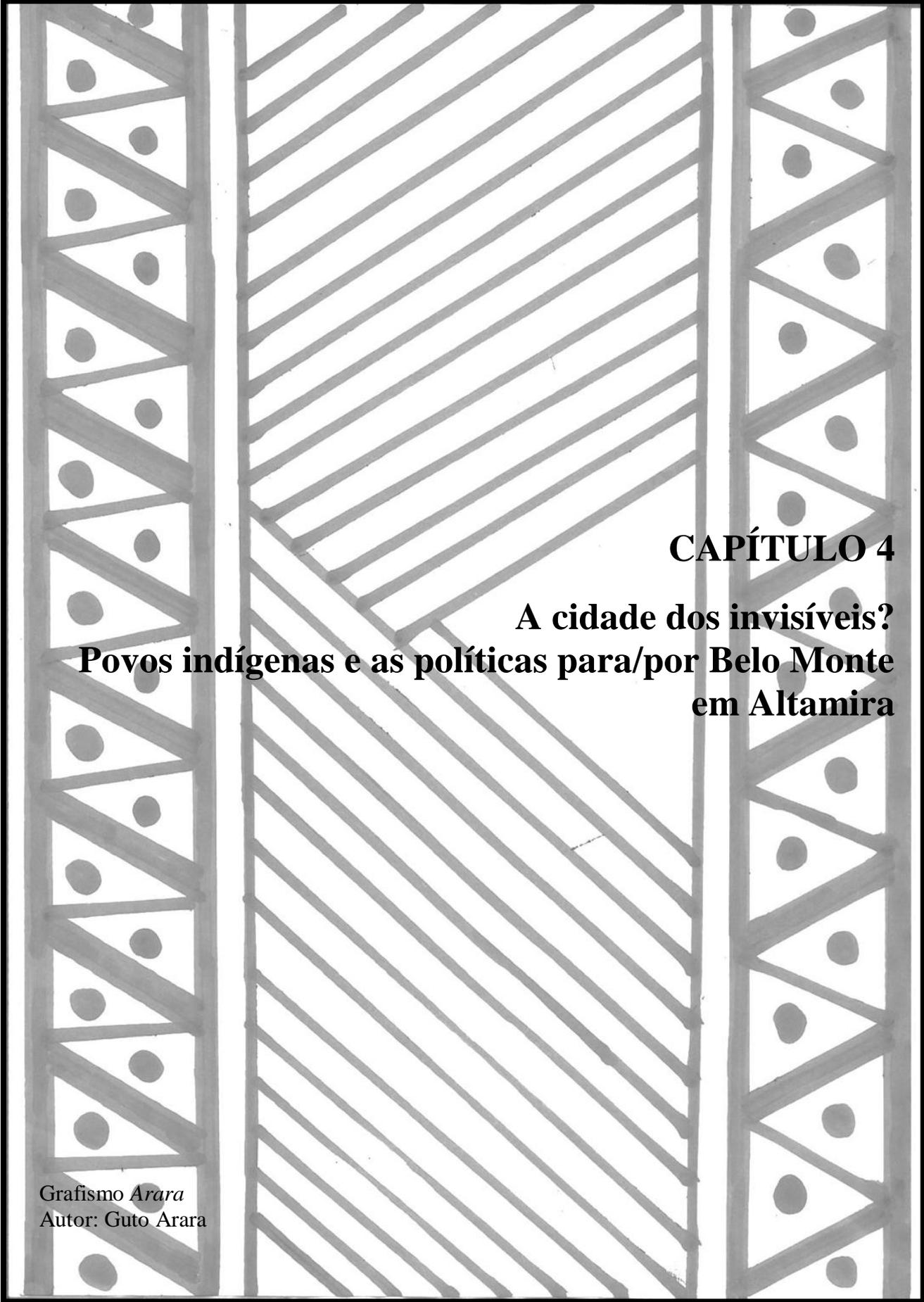
	FUNAI junto aos indígenas que vivem nesses contextos diferenciados e fora desse território, necessariamente (Coordenador da Regional Centro Leste do Pará, 36 anos, setembro de 2017).
<b>MXVPS</b> (Movimento Xingu Vivo Para Sempre)	Que fosse respeitado os direitos deles garantidos na Constituição, ne? [...] garantir o direito deles na Constituição, que eles sejam respeitados. Investir no próprio órgão que eles, que eles se identificam, que é a FUNAI, que tá sucateada, sem nada. Investimentos para melhorar os recursos humanos que não tem, enfim. A FUNAI, o DSEI, que é o órgão deles de buscar a saúde indígena. Realmente implementar essa [...], junto à Norte Energia, implementar essas condicionantes que foram postas no PBA, do Plano Básico Ambiental para os Povos Indígenas, tanto das aldeias, os aldeados, quanto para os cidadãos. E respeito acima de tudo [...], que essas esferas não têm respeito. Garantia dos direitos deles (Coordenadora do MXVPS, 68 anos, agosto de 2017).
<b>ISA</b> (Instituto Socioambiental)	Muitas coisas precisam ser feitas na verdade, dentro de um contexto que é uma cidade em transformação, em que essas populações estão tentando recompor seus modos de vida que foi rompido com a chegada da barragem, com as remoções. Especificamente dos índios da cidade, assim, eu acredito que é preciso ter um fortalecimento, em todos os sentidos. A prefeitura tem que cumprir a sua parte, por exemplo, no acesso às políticas públicas que vão ser implementadas no Pedral, tem que garantir uma educação [...] na escola do Pedral, por exemplo, uma educação diferenciada, uma educação que consiga dialogar com as populações que vão morar nesse bairro. Que a prefeitura garanta o acesso público à estrada, asfaltamento, a iluminação, as embarcações, transporte escolar [...]. Toda a infraestrutura que cabe à prefeitura, e ao governo do estado talvez. Por exemplo, esse novo bairro, que vai ser um bairro pra concentrar vários indígenas da cidade, podem ajudar na melhoria da qualidade de vida, tendo em vista que esse bairro tá sendo pensado pra promover essa reconexão dessas pessoas com o rio. Então, garantia o apoio às políticas públicas de comercialização de produtos. Vai ter um centro de beneficiamento de produtos florestais, centro de tecnologia dentro do Pedral. A ideia é ter espaço de capacitação, de formação dessas pessoas trabalharem, de promover essas cadeias produtivas da região, que não são valorizadas hoje na cidade, tão começando a ser cada vez mais. Mas a expectativa desse reassentamento é que ele possa criar um fluxo entre o rio e a cidade, sendo um reassentamento urbano com todas as infraestruturas que os outros, mas que possam ter também espaço. Vai ter centro cultural, espaço de promoção de interação, de mercado de peixe, de tecnologias. Então dentro da linha do que pode ser feito, a gente vem defendendo para que seja feita uma devida implementação do reassentamento do Pedral, de fato, sobre as premissas de que ele é um reassentamento diferenciado dos demais. Nesse sentido, inclusive, tenho trabalhado no grupo de apoio ao programa (Advogada do Programa Xingu do ISA, 29 anos, agosto de 2017).
<b>AIMA</b> (Associação dos Índios)	Eu acho que primeiro passo a se dá, era na verdade, era as associações e os órgãos envolvente nisso tudo,

Moradores de Altamira)	prefeitura, Norte Energia e demais órgãos, SEDUC, SEMED, 10º URE e tal, ter uma forma de tá trabalhando em conjunto. Deveria ter um conselho das associações talvez, pode ser uma ideia pra futuro. Conselho das associações, assim como, fazer parte do conselho de município pra levar essas demandas pra lá também, e trabalhem em conjunto nesse tipo de levantamentos, pra saber o que se possa fazer, tanto por parte das associações, mas também do Poder Público. A gente trabalhou isso no nosso plano de vida e a gente foi colocando lá, o que é de competência do programa de Belo Monte e o que é de competência social, que compete às associações e o Poder Público e a Norte Energia. A gente já teve uma serie de discussões já sobre isso, pra tentar amadurecer esse caminho, pra vê se consegue resolver, amenizar [...]. Então, pra mim, o primeiro passo, o que deveria acontecer era justamente isso, esse ajuntamento das associações, das entidades envolvidas como prefeitura, Secretaria de Saúde, Norte Energia, FUNAI - ela deveria exercer mais do que nunca o seu papel enquanto órgão indigenista e tentar amenizar, resolver, alguns problemas. Tem problema que dá pra resolver, tem problema que dá pra amenizar [...] não pode ficar do jeito que está. Então, pra mim, o primeiro passo seria isso, partir talvez, como a gente já tá iniciando, das associações buscar essa situação, porque o Poder Público mesmo em si [...], a Norte Energia e a FUNAI em si, eles não fazem (Presidente da AIMA, 44 anos, setembro de 2017).
<b>Associação Inkuri</b>	[...] a gente queria ser mais... sabe? Ter as oportunidades, participar dos processos, das demandas, da discussão. E a prefeitura também dá mais oportunidade para nós, respeitar a gente, reconhecer que existe, que aqui é nosso território, se aproximar mais da gente, né? Dá mais oportunidade. Essas coisas que a gente queria. E ser respeitado, ser respeitado pelas autoridades. Por exemplo, quando chegasse a festa do Dia do Índio a gente não vê nenhuma autoridade, o prefeito dizer: “hoje é a festa do Dia do Índio vou anunciar na televisão, fazer um evento”; isso nunca aconteceu pelo poder público e pela FUNAI. Então, a gente fica muito sentido que a gente fica esquecido e a gente queria fazer isso acontecer. A Prefeitura dá condição para fazer associação ou doar alguma coisa ou então tá junto, do nosso lado. É isso! (Presidente da Inkuri, 44 anos, agosto de 2017).
<b>Associação Tubyá</b>	Que eles colocasse nós tudo num padrão, num padrão só, tantos aldeados como cidadãos, como os mesmos direitos que nós tem. Isso sim é direito. Isso sim melhoraria, eu creio que melhoraria todas as instituições dentro da cidade, cada uma instituição, se colocasse nós todos num padrão só, com os mesmos direitos. [...] vai ter a revisão do PBA, se eles colocassem nós com os mesmos direitos, isso sim resolveria (Presidente da Tubyá, 45 anos, agosto de 2017).

Fonte: Entrevistas realizadas em Altamira, agosto e setembro de 2017.

Elaboração: Suelem Maciel Cardoso, 2018.

Para os povos indígenas na cidade de Altamira, o “direito à cidade” (LEFÈBVRE, 2006) pluriétnica e multicultural está condicionado à questão da cidadania. O reconhecimento dessa “etnicidade” (NEVES, 2015) e a garantia de seus direitos como cidadãos indígenas é um dos primeiros passos para a elaboração de políticas que levem em conta essa realidade. Conforme observado no início desta sessão, a cidadania no Brasil é um grande problema. Só dentro de um modelo de ordenamento cívico-territorial que coloque sob seu comando o modelo político e o modelo econômico, poderia haver de fato cidadãos no Brasil. No caso deste trabalho, compreendemos que a cidadania indígena pode ser alcançada, dentro desse modelo, que ainda está no plano das ideias, mas que é possível concretizá-lo, a partir da tomada de consciência individual e de ações coletivas, conforme apontou Santos (2007).



## **CAPÍTULO 4**

### **A cidade dos invisíveis? Povos indígenas e as políticas para/por Belo Monte em Altamira**

Grafismo *Arara*  
Autor: Guto Arara

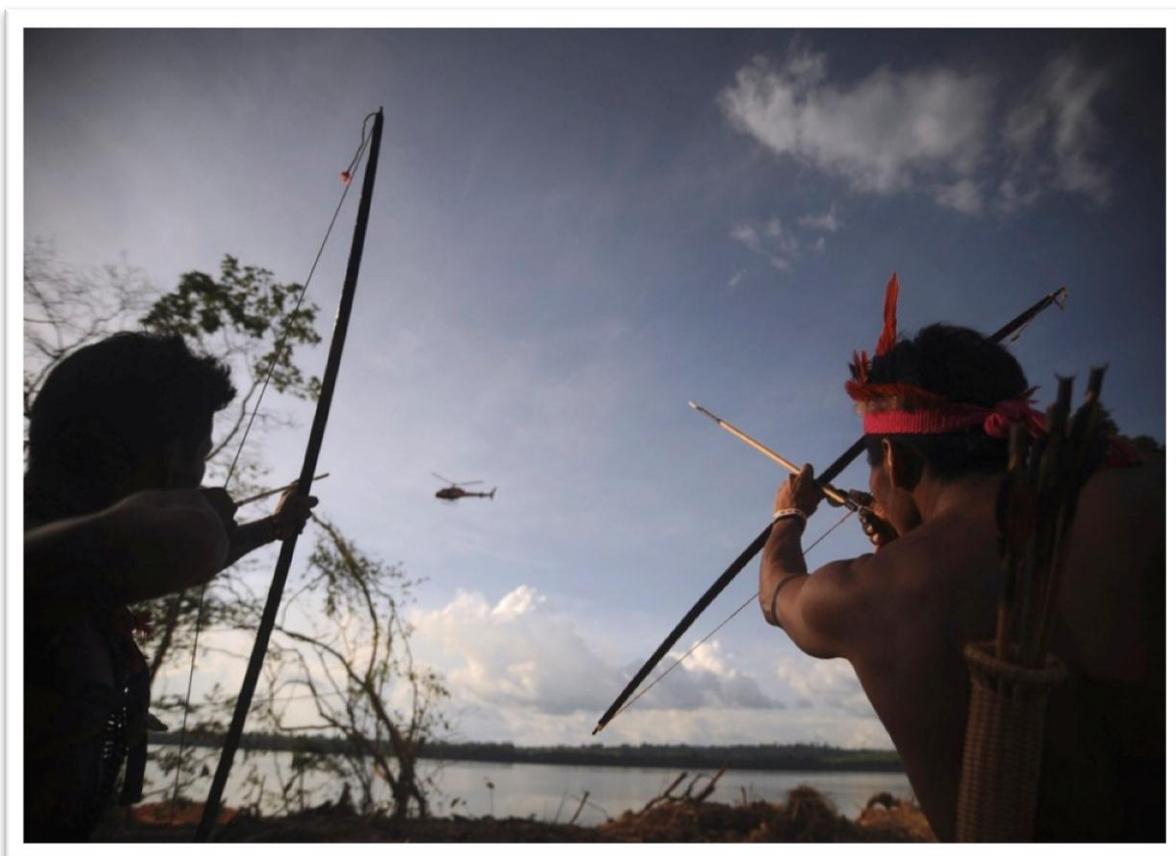


FOTO 14. RESISTÊNCIA INDÍGENA CONTRA BELO MONTE: o contexto da imagem, de acordo com Eco4planet (2012), está relacionado aos intensos protestos contra a construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte. Índios Munduruku apontam flechas para o helicóptero da polícia que sobrevoa as obras do empreendimento próximo à cidade de Altamira. A foto nos permite a percepção, em tempos atuais, do embate entre povos indígenas e as ações do Estado brasileiro voltadas para a região amazônica.  
Autor: Lunaé Parracho, junho de 2012.

*[Tem algum projeto pra população indígena que mora aqui na cidade?] Não! Nada! Nem fala! Às vez já fui pra reunião, ouço uma coisa ali, ouço uma coisa lá, mas nunca foi feito nada [...] Por isso que tô falando: a gente não estamos sendo visto, né? Nem reconhecido como indígena [...] Eu queria ser mais reconhecido, né? E que eles valorizassem mais a gente e fosse reconhecido o povo indígena (Kaiapó-Xicrim, 42 anos, agosto de 2017).*

A cidade de Altamira, nas últimas décadas, tem sido alvo de ações que trazem novas realidades nocivas ao socioambiental. Com a implantação da UHE Belo Monte, outros projetos, planos e programas foram direcionados à cidade com o intuito de mitigar seus impactos. Entre tantas ações projetadas, estavam previstas algumas voltadas para os povos indígenas, inclusive os que moram no espaço urbano. Contudo, a melhoria da qualidade de vida ainda não é uma realidade, nem através dos PBAs, da Norte Energia, tampouco de políticas estatais. Muito foi prometido junto aos povos indígenas, porém pouco se cumpriu, conforme pode ser observado no excerto da entrevista da moradora Kaiapó-Xicrim, impactada e realocada para um dos RUCs.

#### **4.1 – (In) visibilidade indígena nas políticas de desenvolvimento urbano e regional**

A presença indígena nas cidades brasileiras vem ganhando notoriedade. Porém, no âmbito do planejamento urbano e regional, essa questão parece ainda estar aquém da realidade dessas políticas. Para o caso da Amazônia atribui-se este fato tanto ao modelo de desenvolvimento projetado para a região, quanto às velhas práticas políticas do Estado em ignorar esses povos e promover a integração à sociedade envolvente. Dessa forma, as ações do Estado voltadas para as parcelas do espaço amazônico têm sido concebidas seguindo as lógicas de um contexto externo, de uma “ordem distante” (LEFÈBVRE, 2006), subordinada principalmente ao mercado mundial. Castro (2012) afirma que

o Estado brasileiro, hoje, adota um planejamento que se fundamenta em uma “visão estratégica” na qual a Amazônia é considerada região central na produção de *commodities* e na integração ao mercado mundial, conforme mostram os projetos e ações governamentais, de médio e curto prazo, para a infraestrutura de transporte, energia e comunicação (CASTRO, 2012, p.12).

É importante destacar, do ponto de vista da acumulação capitalista, que modos de vida não ligados ao consumo não são interessantes para a reprodução do capital, que precisa, principalmente, de territórios infraestruturados, e por isso, as cidades passam a desempenhar um importante papel nesse sentido, a exemplo das cidades médias amazônicas. Elas se caracterizam como uma ponte entre o espaço global e local (SANTOS; SILVEIRA, 2008), como Altamira, que se configura como nó importante no contexto sub-regional e que apresenta, como uma de suas particularidades, a presença pluriétnica indígena.

O mercado mundial acirra a competitividade e juntos convidam as esferas do poder público para a execução de projetos que tornem a cidade atraente para investimentos e para dar base a importantes projetos, como a implantação de grandes empreendimentos. Nessa perspectiva, Santos (2012) ressalta que

a competição em escala mundial introduz uma lógica internacional que exige um esforço maior de produtividade. Esse esforço exige adequação ainda mais clara do espaço às necessidades das firmas dominantes. Como as grandes firmas baseiam sua atividade na previsão, a necessidade de planejar para atender aos seus reclamos torna-se imperativa, o planejamento urbano sendo chamado a participar dessa tarefa (SANTOS, 2012, p. 130).

No que concerne ao planejamento urbano e regional, a ação pública canaliza os recursos muito mais com o objetivo de atrair investimentos do capital hegemônico, deixando as questões sociais em segundo plano (DIAS; LOPES, 2014). Cruz (2006, p.342) aborda que “o planejamento é sempre uma ação racional e, como tal, é atribuído de ideologia. Planejamento é meio e não fim. O planejamento é um processo político-ideológico, que exprime anseios, objetivos, visões de mundo dos atores que o conduzem”. Seguindo essa concepção, depreende-se que o planejamento exprime a lógica do capital hegemônico.

A ideia de desenvolvimento nos discursos do Estado para implementar suas agendas políticas, está atrelada aos moldes economicistas. Quanto a essa concepção de desenvolvimento, Souza (2007) afirma que

o usual, no tocante ao assunto, é tomar ‘desenvolvimento’ como *desenvolvimento econômico*, e mesmo a maioria das tentativas de amenizar o economicismo (inclusive da parte de um outro economicista) não consegue ultrapassar o seguinte ponto: no limite, a *modernização* da sociedade, em sentido capitalista ocidental é o que se entende por desenvolvimento. Considerações sobre problemas ecológicos e sociais, via de regra, não têm servido para outra coisa que meramente relativizar ou suavizar o primado da

ideologia modernizadora capitalista, sem destroná-la e mesmo sem tentar questioná-la radicalmente (SOUZA, 2007, p. 60, grifo do autor).

A forma de gestão e planejamento do território pelo poder público vem sendo concebida dentro do modelo econômico vigente no Brasil, que subordina e torna instrumental para a sua reprodução o modelo político. Este último, por sua vez, estrutura-se nos moldes multipartidarizado, que setoriza os problemas da nação e traz soluções de efeitos superficiais, ligando-as, geralmente, a um determinado setor da economia. O modelo cívico forma-se principalmente da cultura e do território, e, no caso brasileiro, mostra-se incoerente e longe de ser ideal, ou seja, devendo orientar as ações tanto do modelo político, quanto do modelo econômico. Desse modo, a cidadania no Brasil torna-se mutilada (SANTOS, 2007).

Nesse sentido, as especificidades das cidades a receber investimentos do capital público e privado, muitas vezes ficam de lado, e o espaço assume a conotação de vazio demográfico. Porém tais particularidades estão mais nítidas, principalmente na Amazônia com sua sociodiversidade, que se fazem ser percebidas através de movimentos de resistências e da sociedade civil organizada.

Tomando essa conjuntura como pano de fundo, elencamos algumas políticas no âmbito do planejamento urbano e regional, concebidas pelas três esferas do poder público, para apreendermos a forma que a cidade média de Altamira, que é um “espaço em transição” (SPOSITO, 2007), tem sido concebida e se as suas particularidades, em específico a presença indígena pluriétnica, são ou não levadas em consideração nesse contexto dos novos grandes projetos na Amazônia e, sobretudo, no sudoeste paraense.

#### **4.1.1 – Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e II)**

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) teve sua primeira versão lançada no ano de 2007, na segunda gestão (2007-2010) do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Busca uma retomada do planejamento e execução de grandes obras infraestruturais (social, urbana, logística e energética do país), contribuindo, assim, para o desenvolvimento acelerado e sustentável (BRASIL, 2014a).

De acordo com documento oficial, o programa

consiste em um conjunto de medidas destinadas a: incentivar o investimento privado; aumentar o investimento público em infraestrutura; e remover obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e

legislativos) ao crescimento. O PAC depende da participação do Executivo, Legislativo, dos trabalhadores e dos empresários (BRASIL, 2007, p. 2).

A partir do excerto observa-se um delineamento de ações que seriam tomadas a partir do capital público e privado. A segunda versão do programa (PAC 2) foi lançada durante a primeira gestão (2011-2014) da presidenta Dilma Rousseff, e traz a mesma visão estratégica, mais recursos e parcerias com os estados e municípios para execução das obras estruturantes (BRASIL, 2014a). Sobre o PAC 2, observa-se ainda:

o programa que mudou o Brasil agora está de cara nova. Mais recursos para continuar construindo a infraestrutura logística e energética e sustentar o crescimento de Norte a Sul do País. Além disso, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) incorpora ainda mais ações de infraestrutura social e urbana para enfrentar os problemas das grandes cidades brasileiras. Levar o Brasil mais desenvolvido e justo para cada um dos brasileiros é um dos novos desafios do PAC 2 (BRASIL, 2011, p. 2).

O modelo de desenvolvimento projetado pelo PAC visa a promover a integração das regiões, a redução das desigualdades sociais e a melhoria da qualidade de vida da população (BRASIL, 2015). O programa, em suas duas versões, concentrou investimentos, principalmente em infraestrutura energética e logística, que trariam desdobramentos significativos e alcançariam tais efeitos previstos.

No tocante à região amazônica, Corrêa (2014), em uma análise da primeira fase do programa, ilumina-nos revelando como a Amazônia vem sendo concebida dentro das estratégias de desenvolvimento do governo, ressaltando que

a prioridade de investimento, como estratégia de desenvolvimento para a região, se concentrou na infraestrutura energética, que recebeu 58,66% dos recursos. As áreas de logística e infraestrutura social e urbana ficaram, respectivamente, com 25,93% e 15,45% dos recursos. Contudo, é importante considerar que essa projeção de investimentos se alterou. No caso do Estado do Pará, esse valor foi elevado em 2009 e chegou a 20,3 bilhões, distribuídos em 15,18 bilhões (entre os anos de 2007 e 2010 nos eixos de infraestrutura) e R\$ 5,74 (para o período pós-2010, concentrado no setor energético) (CORRÊA, 2014, p. 153).

A partir das observações do autor, compreende-se como este modelo de desenvolvimento tende a reforçar o papel da Amazônia como uma “região do fazer”<sup>37</sup>

---

<sup>37</sup> Para Santos (1995) as regiões onde o sistema de objetos e sistema de ações são mais densos, configuram-se como centro do poder, “regiões do mandar”. Diferenciam-se daquelas onde o sistema de objetos e o sistema de ações é menos complexo, portanto, menos inteligente, as “regiões do fazer”.

(SANTOS, 1995), produtora de energia dentro da Divisão Territorial do Trabalho (DTT). Ademais, segundo documento oficial, os recursos do PAC

possibilitaram obras importantes para a melhoria da qualidade de vida das pessoas no campo e nas cidades. Foram diversas obras em rodovias, novas estradas, ferrovias, portos e aeroportos, energia elétrica, abastecimento de água e saneamento básico, além de iniciativas para a promoção da arte e da cultura. E ainda, com foco na qualidade de vida das pessoas, até 31 de dezembro de 2016, foram contratadas mais de 4,5 milhões de moradias por meio do programa Minha Casa Minha Vida, em 96% dos municípios brasileiros, e entregues mais de 3,2 milhões de unidades habitacionais, beneficiando cerca de onze milhões de pessoas (BRASIL, 2017, [s.p]).

Com o excerto acima, observa-se de forma clara o modelo político e o modelo cívico subordinado ao modelo econômico vigente, que se baseia em grandes obras de infraestrutura para atrair o capital hegemônico e aumentar a competitividade internacional.

No PAC 2 para o Estado do Pará estava previsto para o período de 2011 a 2014 o valor de R\$ 45,04 bilhões, e após o ano de 2014 de R\$ 59,12 bilhões, sendo que o setor de energia recebeu um maior volume de investimentos, principalmente por conta dos grandes empreendimentos hidrelétricas que estão em via de instalação. Seguindo do eixo energia, o volume de investimentos se direciona, respectivamente, para os eixos: “Minha Casa, Minha vida”; transportes; “Água e Luz para Todos”; “Cidade Melhor” e “Comunidade Cidadã” (BRASIL, 2014b).

A partir da análise das cartilhas regionais observa-se que o sudoeste paraense vem recebendo grandes aplicações, sendo o Município de Altamira fortemente impactado pelas políticas do PAC, em termos de volumes de investimentos, principalmente no tocante a segunda fase do programa. No quadro 06 elencamos os principais eixos correspondentes do programa, como: logística, energia, saneamento e habitação.

O quadro 06 mostra os projetos elaborados para o espaço altamirense ao longo dessas duas versões do programa. Na segunda etapa um número mais elevado de projetos em uma perspectiva social está voltado para Altamira e sua sub-região. Esse fato está atrelado às consequências da implantação da UHE Belo Monte e o conjunto de políticas pensadas para minimizar seus efeitos adversos. Como já colocado anteriormente, as parcerias público-privadas são de suma importância para alcançar os objetivos desejados.

Contudo, apesar do número expressivo de projetos de cunho mais social, o volume de investimento está amplamente voltado para a infraestrutura energética, seguida da infraestrutura logística, como bem ressaltou Corrêa (2014).

Quadro 06. Município de Altamira: obras do PAC

<b>PAC 1</b>					
<b>Eixo</b>	<b>Tipo/subtipo</b>	<b>Empreendimento</b>	<b>Investimento previsto 2007-2010</b>	<b>Investimento após 2010</b>	<b>Estágio*</b>
<b>Infraestrutura logística</b>	Rodovia/construção	BR-230/PA construção e pavimentação Marabá - Altamira – Medicilândia-Rurópolis	276,9 (Em milhões)	843,3 (Em milhões)	Em obra
<b>Infraestrutura energética</b>	Geração de energia elétrica/ EVTE - EIA – RIMA-aproveitamentos hidrelétricos	Belo Monte - Estudos	143,7 (Em milhões)	-	Concluído
	Geração de energia elétrica/ Usina hidrelétrica	Belo Monte	-	19.018,0 (Em milhões)	Em licitação
<b>Infraestrutura social e urbana</b>	Saneamento	Ampliação do SAA na sede municipal - Recuperação de reservatório apoiado, rede de distribuição e ligações prediais	3.997,6 (Total em milhares)	-	Em obra
		Elaboração de estudos e projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário da sede municipal	1.442,0 (Total em milhares)	-	Concluído
		Saneamento de áreas indígenas (totalizando 7 obras)	-	-	-
<b>Infraestrutura social e urbana</b>	Habitação	Elaboração de plano local de habitação	62,9 (Total em milhares)	-	Em execução
<b>PAC 2</b>					
<b>Eixo</b>	<b>Tipo/subtipo</b>	<b>Empreendimento</b>	<b>Investimento previsto 2011-2014</b>	<b>Investimento após 2014</b>	<b>Estágio **</b>
<b>Transportes</b>	Hidrovia/ Construção de terminais Hidroviários	Implantação de terminais hidroviários - Altamira	-	-	Ação preparatória
	Rodovias /Construção	BR-230/PA-Construção/Pavimentação - Marabá - Altamira - Medicilândia – Rurópolis***	800,00 (Em milhões)	823,84 (Em milhões)	Em obras

	Aeroporto/Pista	Aeroporto de Altamira – recapeamento do sistema de pista e fiscalização	11; 90 (Em milhões)	-	Concluído
<b>Energia</b>	Geração de Energia Elétrica/ Usina Hidrelétrica	Belo Monte***	19.738,10 (Em milhões)	9.123,38 (Em milhões)	Em obras
	Empreendimento de Transmissão de Energia Elétrica	Interligação Belo Monte GO- MG- PA - TO	-	Investimento de 2015 a 2018 5.000,00 (em milhões) ****	Em obras
<b>Cidade melhor</b>	Saneamento	Elaboração de estudos e projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário da sede municipal***	963,60 (Total em milhares)	-	Concluído
	Pavimentação	Urbanização e pavimentação de ruas no Bairro Jardim Independente I	-	-	Em contratação
	Urbanização de assentamentos	Urbanização - margens do Igarapé Altamira 2ª Etapa**	19.530,00 (Total em milhares)	-	Em contratação
<b>Minha casa, Minha vida</b>	Urbanização de assentamentos precários	Elaboração de plano local de Habitação***	62,92 (Total em milhares)	-	Concluído
		Urbanização - margens do igarapé Altamira 2ª etapa	-	-	Em Contratação
		Urbanização - margens do igarapé Ambé	-	-	Ação Preparatória
<b>Água e luz para todos</b>	Abastecimento de água	Ampliação do SAA na sede municipal - recuperação de reservatório apoiado, rede de distribuição e Ligações prediais	3.997,59 (Total em milhares)	-	Em obras
		Água em áreas indígenas (4 obras apresentadas)	-	-	Concluído
<b>Comunidade cidadã</b>	Creches e Pré-escolas	Tipo B	-	-	
	Unidade Básica de saúde	UPA II	2.000,00 (Total em milhares)	-	Concluído
		Ampliação-UBS – 6 empreendimento	568,50 (Total em milhares)	-	Concluído
	Quadras esportivas nas escolas	Construção de quadra (2 unidades) pela Prefeitura	-	-	-

		Construção de quadra (2 unidades) pelo Estado	-	-	Em obras
--	--	---	---	---	----------

\* De acordo com o balanço de 4 anos (2007-2010)

\*\* De acordo com o décimo balanço (março-junho de 2014)

\*\*\*Projetos iniciados no PAC 1

\*\*\*\*De acordo com o quinto balanço (2015-2018).

Fonte: Brasil (2008); Brasil (2010); Brasil (2011); Brasil (2014b); Brasil (2018).

Elaboração: Suelem Maciel Cardoso, 2018.

Dessa forma, fica evidente a preocupação por parte do Estado brasileiro, em termos de volume de investimentos, com melhorias nas infraestruturas logística e energética, revelando uma sintonia do poder público com os interesses das grandes empresas, deixando, assim, Altamira mais atrativa para outros investimentos. Esses fatores mostram a visão mercadológica do governo que, sob a égide do modelo econômico brasileiro, reduz todos os problemas da nação para uma questão econômica e propaga isso em seus discursos:

o PAC 2 entra em sua reta final, cumprindo o compromisso de realizar a infraestrutura que eleva a competitividade do País, gerar empregos, resgatar o papel do Estado como indutor do desenvolvimento, incentivar os investimentos públicos e privados e reduzir as desigualdades regionais do Brasil (BRASIL, 2014b, p.02).

No tocante às especificidades de Altamira, às heterogeneidades do seu espaço citadino, como cidade pluriétnica, não se observa nenhum projeto - embora essa população no EIA de Belo Monte tenha sido mencionada como impactada - que traga benefícios à qualidade de vida dentro daquilo previsto por um conjunto de técnicos nos estudos etnológicos do empreendimento. Aos indígenas nas aldeias, observa-se somente no PAC 2 obras de saneamento, que também está atrelado aos efeitos deletérios da usina. Esta última, por sua vez, é a principal obra do Programa. A partir dela, segundo os textos oficiais, poderá haver o desenvolvimento da região e das cidades afetadas, e sua população alcançaria a qualidade de vida, algo que está muito aquém da realidade. Ademais, por seus inúmeros problemas, pouca eficiência e o montante de investimento que teve, Belo Monte configura-se como uma “obra faraônica” e o símbolo, nesta última década, dos problemas de corrupção no Brasil. Seguindo os moldes capitalista, esta obra arrasou Terras Indígenas e promoveu um etnocídio generalizado a partir de seus efeitos danosos.

O espaço, mais uma vez, é projetado sob a visão de vazio demográfico. Desconsideram-se as populações tradicionais que tiveram seus modos de vida prejudicados nesse contexto de concepção do espaço dentro de uma “ordem distante” (LEFÈBVRE, 2006). Destaca-se, ainda, que Altamira hoje se apresenta como um grande canteiro de obras provenientes de recursos público e privado, com um grande número de placas espalhadas pela cidade.

#### **4.1.2 – Plano do Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu**

O Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu, lançado em 2010, foi criado a partir da parceria do Governo Federal e Governo do Estado do Pará. Constitui-se um instrumento para a descentralização das políticas públicas e a promoção destas para melhorar a qualidade de vida da população que vive na área que compreende o complexo hidrelétrico de Belo Monte, através da garantia dos direitos de cidadania e sociais, em especial de grupos vulneráveis (BRASIL, 2009). O PDRS nasce da concepção de que a implantação de grandes projetos de infraestrutura, como a pavimentação da BR-230 e a UHE Belo Monte, fossem uma oportunidade para a promoção de políticas públicas necessárias para o desenvolvimento da região durante e após a construção desses projetos (PDRS, 2017).

Segundo as concepções iniciais do plano

a região do Xingu é uma das doze regiões de planejamento do Pará que tem sido objeto da implementação de planos de desenvolvimento com base nas potencialidades locais, por meio do Planejamento Territorial Participativo (PTP). Com a implantação de grandes projetos de infraestrutura na região, tornou-se prioridade absoluta a elaboração de um planejamento para a região visando a maximização dos benefícios gerados pelos empreendimentos e a mitigação de possíveis impactos negativos, especialmente os de natureza social e ambiental. O planejamento participativo viabiliza uma relação entre Estado e sociedade civil, mediatizada pelo poder local na busca da definição de ações estratégicas voltadas ao desenvolvimento territorial. *Nessa concepção, a gestão pública tem importância fundamental para a resolução dos problemas socioeconômicos que afetam os cidadãos nas diferentes municipalidades do estado do Pará, exigindo a pactuação dos planos governamentais, que devem ser estruturados a partir das necessidades sociais identificadas nas demandas da população local* (BRASIL, 2009, p. 4, grifo nosso).

A partir dessas afirmações introdutórias do PDRS, observa-se que para a promoção e execução de políticas voltadas para a área afetada pelo empreendimento deve estar pautada a partir das necessidades e demandas da população atingida, ou seja, é necessário que haja uma integração e, de fato, a participação, sobretudo dos sujeitos que tiveram suas vidas acometidas pelos efeitos negativos do empreendimento.

A elaboração do plano esteve a cargo de um Grupo de Trabalho Intergovernamental (GTI), que, a partir da metodologia do Planejamento Territorial Participativo (PTP), realizou três consultas públicas na região, nas cidades de Altamira, Uruará e Senador José Porfírio. Nelas recolheu as contribuições da população local, reunindo quase duas mil pessoas. O GTI é composto por representantes dos Ministérios, Casa Civil e órgãos públicos (governo federal), das Secretarias de Estado e órgãos públicos, sob a coordenação da Secretaria de Integração

Regional (governo estadual) e por uma equipe de professores/pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA), com a realização da elaboração do diagnóstico pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). As ações condicionadas pelo poder público que constam no PDRS estão pautadas em cinco eixos temáticos:

- Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental;
- Infraestrutura para o Desenvolvimento;
- Fomento às atividades Produtivas Sustentáveis;
- Inclusão Social e Cidadania; e
- Modelo de Gestão

O PDRS do Xingu conta com os orçamentos públicos e a alocação, no prazo de vinte anos, de recursos aplicados pela Norte Energia S.A, no montante de R\$ 500 milhões, cabendo ao comitê gestor do plano a decisão de aplicação desse recurso em projetos que promovam o desenvolvimento regional.

A área de abrangência do PDRS do Xingu corresponde, em grande parte, à bacia do rio Xingu dentro do Estado do Pará, estendendo-se desde às margens do rio Amazonas até a divisa do Pará com o Estado de Mato Grosso. A área do PDRS apresenta uma população total de 336.222 habitantes, sendo 31% concentrada no Município de Altamira.

No tocante ao diagnóstico, apresentado no plano, leva-se em consideração o processo de ocupação da região que permitiu condições favoráveis para o afloramento e acirramento de fronteiras étnicas e socioculturais que foram se constituindo ao longo do tempo, acentuando-se na última década, em importantes fatores de reorganização do território. A esta diversidade étnica agregam-se as desigualdades econômicas, repercutindo, desta forma, sobre o padrão de ocupação, a distribuição geográfica e a territorialização de diferentes grupos. São grupos sociais que mantêm relação específica com o território, “territórios tradicionais ou tradicionalmente ocupados”, que a partir da ocupação histórica e seu uso e controle atual se definem para além das relações de vínculos afetivos e de identidades estabelecidos (BRASIL, 2009).

Nesse contexto, o PDRS apresenta em seu diagnóstico, no tocante aos indígenas, designados no plano de grupos étnicos indígenas, quatro situações sociais diferentes: isolados, aldeados, citadinos e os não aldeados (os que ocupam as margens do rio Xingu e seus tributários). O Município de Altamira é o principal centro de referência para estes grupos. No que diz respeito, em específico, aos indígenas na cidade de Altamira, o diagnóstico os apresenta da seguinte forma:

os grupos étnicos indígenas existentes na cidade de Altamira guardam estreita correlação com os grupos aldeados, havendo pelo menos quatro grandes grupos: Xipayá, Kuruaya, Juruna e Kayapó. No entanto, encontram-se nesta cidade 17 etnias, distribuídas em 24 bairros, que compõem um conjunto de 275 famílias, somando cerca de 1250 pessoas. Trata-se de uma população com grande mobilidade cidade-aldeia-cidade, que é motivada não apenas por relações socioculturais e econômicas, mas também pela demanda dos serviços de educação insuficientes em suas aldeias (BRASIL, 2009, p. 40).

Observamos que o diagnóstico do PDRS já apresentava um significativo contingente populacional de indígenas na cidade, sendo este número superior atualmente, devido aos processos de “etnogêneses” (BARTOLOMÉ, 2006) que vêm ocorrendo, desencadeados, sobretudo, pela implantação e impactos de Belo Monte. Ademais, aponta a necessidade de levar em consideração esses povos e seus modos de vida condicionados, principalmente, à dinâmica do rio, conforme demonstrado anteriormente. Todavia, apesar desse conhecimento prévio, as políticas implementadas entraram em dissonância com o enunciado no plano. A Norte Energia, por exemplo, recusava-se a concentrar em um só determinado lugar os indígenas ou criar um bairro diferenciado. Inclusive, criou dificuldades para reassentá-los na área do Pedral, que era uma demanda das organizações indígenas. Os indígenas exigiam uma área específica para reassentamento que guardasse proximidade com o rio, que assegurasse as atividades de pesca e facilitasse os vínculos sistemáticos com a aldeia.

No que concerne à estrutura e à dinâmica econômica da Região de Integração do Xingu, a economia do Município de Altamira é a mais expressiva, representando 40% do PIB da região. Altamira também se destaca como centro industrial da região, polo comercial, estância turística, com maior infraestrutura turística e concentração de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas (BRASIL, 2009). Desta forma, os dados apresentados corroboram com o entendimento da centralidade econômica que a cidade média de Altamira desempenha na sub-região. Ademais, reforça suas especificidades, como a presença pluriétnica e a intensa relação que se estabelece cidade-aldeia-cidade, sendo esse conjunto de elementos importantes para se pensar o planejamento do desenvolvimento urbano e regional.

Nesse sentido, o PDRS do Xingu apresenta os seguintes objetivos, conforme o quadro 07.

Quadro 07. Sudoeste do Pará: objetivos do PDRS do Xingu

Objetivo Geral	Objetivos Específicos
Promover o desenvolvimento sustentável da região com	o Promover o planejamento, o ordenamento e a gestão territorial e ambiental por meio de articulação com as diferentes políticas setoriais, de maneira a resolver os conflitos fundiários, garantir

<p>foco na melhoria da qualidade de vida dos diversos segmentos sociais a partir de uma gestão democrática, participativa e territorializada garantindo um meio ambiente ecologicamente equilibrado.</p>	<p>a destinação das terras públicas, favorecer o controle sobre a exploração ilegal e predatória de recursos naturais e promover a proteção dos ecossistemas e da qualidade de vida de populações autóctones.</p>
	<p>Fomentar atividades econômicas centradas no uso sustentável dos recursos naturais e na repartição equitativa dos benefícios, apoiar e incentivar pesquisas e desenvolvimento, ciência e tecnologia, valorizando a biodiversidade e os conhecimentos tradicionais, de modo a estimular a capacitação, a geração de emprego e renda, o fortalecimento da segurança alimentar e a maior competitividade em mercados regionais, nacionais e internacionais.</p>
	<p>Subsidiar o planejamento, a execução e a manutenção das obras de infraestrutura nos setores de energia, transportes, comunicações, saneamento e armazenamento e processamento, visando à maximização dos benefícios, a minimização das externalidades negativas e a internalização de custos sociais, quando pertinente, às ações da iniciativa privada.</p>
	<p>Garantir a cidadania, a inclusão social; o acesso à educação, a saúde, a segurança, a previdência social e o trabalho por meio de processos participativos de gestão das políticas públicas.</p>
	<p>Implantar um modelo de gestão e aproximar as relações institucionais, visando ao compartilhamento das responsabilidades, à fiscalização e ao processo de planejamento participativo que aproxime a gestão pública das demandas da região.</p>
	<p>Fomentar a capilarização de representações locais dos entes federativos, criando e fortalecendo superintendências, secretarias e outras estruturas.</p>
	<p>Mapear conflitos sociais, econômicos e ambientais e traçar agendas emergenciais objetivando resoluções efetivas.</p>
	<p>Incorporar ações e prioridades já identificadas no âmbito do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Território da Transamazônica de 2006.</p>

Fonte: Brasil (2009).

Elaboração: Suellem Maciel Cardoso, 2018.

Um ponto importante nos chama atenção nos objetivos do PDRS. Tomando como base as afirmações de Oliveira Filho (2000), as formulações do PDRS apresentam teor que pressupõe certa “assimilação” e “integração” disfarçadas no tocante às populações indígenas no Xingu. Ao se observar, por exemplo, o segundo objetivo específico expresso no quadro 07, podemos compreender a adaptação às realidades locais do modelo do sistema capitalista, que tende a eliminar as contradições do vivido, contribuindo para uma “reprodução das relações sociais de produção” (LEFÈBVRE, 2016).

Na perspectiva do plano, a UHE Belo Monte é considerada um projeto estruturante da região do Xingu no Estado do Pará. Proporcionando efeitos multiplicadores de emprego e renda, pois possibilita promover e alavancar o contexto econômico e social local, quando aproveitadas as externalidades do investimento econômico de grande porte. Dessa forma, uma ação conjunta entre Estado e sociedade que visa a alcançar o desenvolvimento é fundamental, de forma que a região se aproprie dos impactos positivos que esses grandes empreendimentos (UHE Belo Monte, Pavimentação da BR-230 e Linha de Transmissão Tucuruí – Belo Monte – Manaus) irão trazer à região, melhorando a qualidade de vida dos diversos segmentos sociais. Deste modo, o plano destaca que as ações estratégicas a serem selecionadas deverão corresponder aos anseios da população (BRASIL, 2009). A gestão do PDRS do Xingu está atualmente a cargo do Instituto Avaliação, localizado no bairro Explanada do Xingu em Altamira.

O plano apresenta os eixos temáticos com as demandas da população local sugeridas nas consultas públicas. No que diz respeito às demandas específicas das comunidades indígenas por eixo temático, aponta:

Quadro 08. Sudoeste do Pará: eixos temáticos e diretrizes do PDRS do Xingu

<b>Eixo Temático</b>	<b>Diretrizes</b>
<b>1- Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental</b>	Regularização fundiária, fiscalização e proteção das Terras Indígenas da região do Xingu; Criar e fortalecer, em regime de colaboração, o Sistema de Vigilância das Terras Indígenas com suporte da FUNAI na região do Xingu; Ampliar o nível institucional e a oferta de serviços e políticas públicas aos povos indígenas.
<b>2- Fomento às atividades produtivas sustentáveis</b>	Garantir a sustentabilidade humana, territorial, cultural e econômica dos Povos Indígenas da região do Xingu, em particular, os bens materiais e imateriais.
<b>3- Inclusão social e cidadania</b>	Garantir aos povos indígenas do Xingu ensino e aprendizagem de qualidade, bilíngue e que atenda às especificidade e diversidade sociocultural de cada povo; Potencializar a infraestrutura adequada para o funcionamento da educação escolar indígena; Garantir a política estadual de saúde indígena na região do Xingu.
<b>4- Infraestruturas para o desenvolvimento</b>	Fornecimento de energia para as aldeias indígenas do Xingu; Possibilitar o acesso ao saneamento básico e a habitação às famílias e aldeias dos povos indígenas do Xingu; Potencializar o acesso e a capacitação nos sistemas de Comunicação das aldeias indígenas da região do Xingu; Potencializar o sistema de transporte entre as aldeias e os centros urbanos, garantindo a estrutura necessária; Garantir o Armazenamento e comercialização dos produtores indígenas.

Fonte: Brasil (2009).

Organização: Suelem Maciel Cardoso, 2018.

A partir do quadro 08 consta-se que não há, de forma clara, políticas direcionadas para os povos nas cidades do Xingu. As ações são promovidas através do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (CGDEX), composto por 15 representantes de órgãos governamentais, 05 para cada esfera de governo, e 15 representantes de organizações da sociedade civil pertencentes à área de abrangência do PDRS do Xingu, contando com uma coordenação-geral integrada por um membro do Governo Federal, um do Governo do Estado do Pará, o Presidente do Consórcio Belo Monte de Municípios e um escolhido pelos representantes da sociedade civil. A organização do CGDEX compõe-se por sua Coordenação Geral, Plenária e de oito Câmaras Técnicas (CT), com diretrizes específicas.

Quadro 09. Sudoeste do Pará: câmaras técnicas do PDRS do Xingu

<b>Câmara Técnica (CT)</b>	<b>Diretrizes</b>
<b>CT-1-</b> Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental	Contribuir com o desenvolvimento da região, proporcionando o ordenamento territorial.
<b>CT-2-</b> Infraestrutura para o desenvolvimento	Infraestrutura da região do Xingu e cidades como habitação, saneamento e mobilidade urbana.
<b>CT-3-</b> Fomento às atividades produtivas sustentáveis	Ajuda inicial ao empreendedor para seu desenvolvimento e sucesso, com foco nas atividades que consigam se estruturar e possam se tornar sustentáveis.
<b>CT-4 -</b> Inclusão social e cidadania	Facilitar a inclusão social, por meio do incentivo à cultura, esporte, capacitação técnica.
<b>CT-5 -</b> Monitoramento e acompanhamento da implementação das condicionantes previstas no Licenciamento Ambiental do empreendimento Belo Monte	Acompanhar o processo de cumprimento das condicionantes socioambientais apontadas no Projeto Básico Ambiental (PBA) da UHE Belo Monte.
<b>CT-6 -</b> Povos Indígenas e Populações Tradicionais	Recepcionar as demandas dessa população representada pelos índios, extrativistas, pescadores artesanais e ribeirinhos.
<b>CT-7 -</b> Saúde	Aprimorar o SUS na região do Xingu.
<b>CT-8 -</b> Educação	Fortalecer a educação básica, técnica, tecnológica, profissionalizante e diferenciada.

Fonte: PDRS do Xingu (2017).

Elaboração: Suelem Maciel Cardoso, 2018.

A Câmara Técnica 6, especificamente, tem por finalidade receber projetos apresentados pelos povos indígenas e outras populações tradicionais. Esses projetos são

elaborados, geralmente, pela sociedade civil organizada, a exemplo das associações indígenas e outras entidades, como a FUNAI. Entretanto, a consolidação dessa Câmara Técnica trata-se, para muitos, de uma vitória, haja vista que, apesar da amplitude e diagnóstico do PDRS do Xingu, em relação a esses povos, não se previa uma câmara específica, o que muito revela que os investimentos para a região do Xingu estão pautados dentro da política brasileira de investimentos em infraestrutura sob a lógica economicista, que desconsidera as especificidades locais, sobretudo no tocante à sociodiversidade e às suas demandas.

Na verdade, o PDRS é uma fonte de recursos dos 500 milhões que foram obrigação prevista no leilão de investimento na região [...]. Inclusive, a luta pra ter uma Câmara de Populações Tradicionais foi uma luta na qual o ISA foi um dos protagonistas, porque não estava previsto ter uma Câmara Técnica específica pra essas populações. Elas iam ficar invisibilizadas de novo. Esse dinheiro ia acabar indo só para os grandes produtores da região, que são a elite fundiária que predomina aqui e que tá conectada com outras cadeias produtivas. Então, assim, o dinheiro do PDRS tá diluído em oito câmaras técnicas, que tem uma câmara técnica de populações tradicionais, que foi uma conquista dos movimentos das populações e das organizações que apoiaram isso (Advogada do Programa Xingu do ISA, 29 anos, agosto de 2017).

Observamos a partir do excerto acima mais uma vez a importância do apoio das organizações junto aos movimentos das populações tradicionais. Ademais, destaca-se que muitas associações de indígenas, incluindo as de moradores da cidade, possuem dificuldades na elaboração e na aprovação de projetos que tragam benefícios a seus associados. Muitas estão em processo ainda de estruturação e fortalecimento institucional, além de apresentarem, no contexto atual, sérios problemas para reunir os associados, principalmente os realocados nos reassentamentos urbanos.

Ao analisar os projetos submetidos às Câmaras Técnicas que possibilitem benefícios aos indígenas na cidade, observamos vários projetos, conforme o quadro 10. De acordo com os objetivos dos projetos, observa-se que as demandas concentram-se: no fortalecimento cultural através de encontros nas associações, nas aldeias e intercâmbios entre os povos médio-xinguanos para firmar a união; impulsionar a cadeia produtiva da pesca e agricultura familiar; e a garantia, por parte da Norte Energia, das condições propostas para atender os indígenas que moram na cidade e desejam a realocação para o RUC Pedral.

A partir desses projetos, muitos indígenas na cidade de Altamira tiveram benefícios, como cursos profissionalizantes, que geraram emprego e renda. As associações indígenas de

moradores da cidade receberam equipamentos, como carro, para prestar serviços aos associados; equipamentos de escritórios e materiais para confecção de artesanatos. Contudo, ressaltamos que tais benefícios alcançaram apenas alguns associados. Muitos não tiveram ou não quiseram ter acesso aos cursos por múltiplos motivos, como a distância da casa em relação à associação, na qual estava sendo ministrado o curso ou outro lugar distante de sua moradia atual.

É importante destacar que muitas famílias entrevistadas não conseguem participar das associações ou não se acham nelas representadas; fato que dificulta o conhecimento e o acesso às políticas direcionadas para os indígenas. Estas, bem mostra o quadro 10, já são bem incipientes e dependem, em grande parte, das iniciativas de entidades, como as associações indígenas e a própria FUNAI. Em relação aos direitos que esses povos têm, muito ainda deve ser feito para alcançar a cidadania indígena e o “direito à cidade” (LEFÈBVRE, 2006).

Quadro 10. Altamira: projetos submetidos às Câmaras Técnicas que beneficiam os indígenas na cidade

PROJETOS SUBMETIDOS À CÂMARA TÉCNICA 6					
Projeto	Proponente	Objetivo	Público Beneficiário	Valor em R\$	Vigência
<b>Centro Cultural dos Povos Indígenas Xipaia e Curuaia e Juruna</b> – Projeto 04 do ano de 2012	AIMA (Associação dos Índios Moradores de Altamira)	Fortalecer a cultura (material e imaterial) dos povos Xipaia, Curuaia e Juruna. A mudança esperada com o Centro Cultural e, diante do que ele se propõe é ter as culturas valorizadas, amenizar o preconceito – entre as etnias que vivem aldeados, os não indígenas da cidade de Altamira para com os indígenas que moram na cidade – e levá-los a gerir sua própria sustentabilidade.	O público alvo direto são famílias indígenas Xipaia, Curuaia e Juruna moradores da cidade de Altamira. São 340 famílias Xipaia e Curuaia e aproximadamente 100 indivíduos Juruna distribuídos por 3 bairros de Altamira.	314.875,91	8 meses
<b>Primeiro Encontro dos Povos Indígenas do Médio Xingu</b> – Projeto 29 do ano de 2012	FUNAI/ Coordenação Regional Centro-Leste	<b>Objetivo geral:</b> Realizar o primeiro encontro dos povos indígenas do Médio Xingu na Aldeia Muratu, TI Paquiçamba, Volta Grande do Xingu, na 1ª quinzena de dezembro de 2012, envolvendo as 9 etnias (Xikrin, Arara, Juruna, Parakanã, Araweté, Assurini, Kayapó, Xipaya, Kuruaya) para o fortalecimento das expressões culturais dessas comunidades indígenas. <b>Objetivos Específicos:</b> O.E. 1 – Compartilhar conhecimentos, práticas, e histórias tradicionais dos grupos étnicos envolvidos, capacitando-os a gerir novos encontros desse tipo; O.E. 2 – Realizar oficinas de música, dança, pintura corporal, cestaria, artefatos, táticas de caça e pesca, construção de canoas, registro audiovisual, rodas de histórias entre os anciãos, compartilhamento de	Indígenas das etnias Xikrin-Arara-Juruna-Parakanã-Araweté-Assurini-kayapó-Xipaya-kuruaya- indígenas residentes fora das Terras Indígenas de diversas Etnias.	279.136,54	12 meses

		<p>conhecimentos a respeito da medicina tradicional e xamanismo, práticas corporais esportivas;</p> <p>O.E. 3 – Promover e incentivar a aproximação sócio-política-econômica e o intercâmbio cultural entre os povos;</p> <p>O.E. 4 - Oficinas de agentes indígenas ambientais visando estimular os povos indígenas a fazer o exercício da gestão dos seus territórios como um aspecto cultural a ser trabalhado.</p>			
<b>Baxe Kehu Pesca Indígena</b>	AIMA (Associação dos Índios Moradores de Altamira)	<p>Quer-se preparar os pescadores para essas atividades econômicas que resultarão após o barramento do rio Xingu.</p> <p>Fortalecer as famílias pescadoras com equipamentos de maior porte para buscarem seus pescados em áreas mais distantes de Altamira.</p> <p>Fortalecer a cadeia produtiva gerando mais empregos e renda para as famílias indígenas</p>	O público alvo direto são famílias indígenas Xipaia, Curuaia, Juruna, Kayapó, Canela, Tupiniquim, Tembê, Gavião, Xicrin, Arara, Guajajara e outros. Que realizam atividades de pesca ou as que veem nesta atividade e saída para proverem seu sustento ou complementarem-no	552, 470, 00	15 meses
<b>Fortalecimento Institucional das Associações Indígenas Inkuri, Tubyá e Kirinapã de Altamira – Projeto 23 do ano de 2015</b>	Inkuri – Associação Indígena Curuaia de Altamira	Aquisição de bens e equipamentos para infraestruturar as associações	-	-	-
<b>PROJETOS SUBMETIDOS À CÂMARA TÉCNICA 5</b>					

Projeto	Proponente	Objetivo	Público Beneficiário	Valor em R\$	Vigência
<b>A voz dos atingidos de Belo Monte: Desafios e Direitos</b> – Projeto 105 do ano de 2014	Fundação Viver e Produzir e Preservar (FVPP)	<p>Diagnosticar a situação dos moradores dos RUCs (Reordenamento Urbano Coletivo) de Altamira em suas iniciativas coletivas pela garantia dos direitos que visam aprimorar a moradia nesses bairros.</p> <p>Apoiar as iniciativas de organização dos pescadores, piscicultores e agricultores familiares da região do entorno de Belo Monte considerando as definições sobre o tema na condicionante e as proposições desse grupo para o fortalecimento do Arranjo Produtivo da pesca na Região do Xingu.</p> <p>Fazer levantamento da situação dos moradores urbanos ainda não remanejados na cidade de Altamira, nas localidades do Baixão da Sudam, Lagoa do Independente e Baixão da Colina, ajudando a construir iniciativas coletivas de resolução dos impasses estabelecidos, intermediando o diálogo entre esses o governo e empreendedores.</p> <p>Socializar nos espaços públicos as informações sobre a situação dos moradores dos RUC e dos pescadores e agricultores familiares atingidos por Belo Monte apoiando na intermediação do diálogo desses com o governo e o empreendedor.</p>	O projeto será desenvolvido nos 05 (cinco) municípios da área de influência direta da Usina de Belo Monte e atenderá um total de 2.000 (duas mil) pessoas diretamente e 3.500 indiretamente que serão beneficiárias por participar de reuniões, seminários, audiência pública e outras atividades coletivas com vistas a garantir o acesso a políticas públicas que garantam a qualidade de vida dos reassentados, ribeirinhos, pescadores, índios citadinos e agricultores familiares atingidos de alguma maneira pelos impactos da hidrelétrica de Belo Monte. Assim, o projeto está de acordo tanto no critério da amplitude regional no tocante a população atendida já que esse público atendido direta e indiretamente será distribuído nos 05 municípios e participará das várias atividades do projeto. Além disso, trata de vários assuntos: melhoria da	838.968,16	-

		<p>Apoiar a luta dos índios citadinos, identificando os indígenas citadinos que, em situação emergencial, foram reassentados em áreas urbanas, mas que desejam habitar o RUC Pedral, mediante garantia de condições já propostas à Norte Energia.</p>	<p>qualidade de vida dos moradores dos RUCs de Altamira, busca da moradia para as famílias de algumas localidades em Altamira que não tem ainda uma casa, apoio e fortalecimento da pesca e dos pescadores, dos agricultores familiares, sem deixar de mencionar a luta pela garantia dos direitos dos índios citadinos, realizando debates com vistas a construir propostas para o funcionamento efetivo das políticas públicas de atenção básica nos municípios da área de abrangência do projeto.</p>		
--	--	---	--	--	--

Fonte: PDRS do Xingu (2017)

Elaboração: Suelem Maciel Cardoso, 2018.

### 4.1.3 – Plano Diretor do Município de Altamira

O Plano Diretor Participativo do Município de Altamira passou por um processo de revisão no ano de 2010 pela empresa TECHNUM Consultoria SS em parceria com a Norte Energia. Desta forma, analisa-se aqui a Lei Complementar N° 2.178 de abril de 2011, resultante do processo de revisão (ALTAMIRA, 2011).

Como objetivos gerais o plano destaca:

Art. 10. Os objetivos gerais do Plano Diretor são:

I - assegurar o desenvolvimento econômico, social e físico do Município e a preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, visando à melhoria da qualidade de vida e o bem-estar da coletividade;

II - fortalecer a posição do Município na região;

III - adequar e promover a compatibilização do processo de planejamento ambiental e a articulação do território do Município aos planos e projetos nacionais e regionais;

IV - instituir as formas de parcerias entre o Poder Público e a iniciativa privada na elaboração e execução dos projetos de interesse público que dinamizem o setor produtivo;

V - estabelecer o macrozoneamento, definindo as normas gerais de proteção, recuperação e uso do solo no território do Município;

VI - instituir os incentivos que estimulem o ordenamento do uso e ocupação do solo;

VII - estabelecer mecanismos de compensação ambiental para as atividades que importem em desmatamento ou alteração dos ecossistemas originais (ALTAMIRA, 2011, [s.p]).

O texto em lei apresenta como objetivo central do Plano o Art. 59, que dispõe:

Art. 59. Constitui-se em objetivo central para o desenvolvimento que Altamira consolide-se como município polarizador da região do baixo Xingu do Pará, a partir das possibilidades decorrentes da geração de energia do AHE de Belo Monte, conjugando crescimento econômico com proteção ambiental e preservação da identidade cultural, de forma a garantir o desenvolvimento sustentável para todos os cidadãos (ALTAMIRA, 2011, [s.p]).

A partir do excerto acima, observa-se que a ideia de desenvolvimento do Município, assim como a de crescimento econômico, exposto no Plano, está associada ao empreendimento de Belo Monte. O objetivo central dá margem a uma compreensão de que o Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte é o “milagre” que a cidade precisa para crescer, desenvolver-se e ganhar cada vez mais destaque no cenário paraense. Tais elementos revelam os traços desse modelo econômico que subordina e instrumentaliza o modelo político e

modelo cívico, de acordo com Santos (2007). No caso de Altamira e sua sub-região, com vistas a cumprir seu principal objetivo, o texto em lei do Plano Diretor traz definidas no Art.61 as seguintes linhas estratégicas:

Art. 61. São seis as linhas estratégicas definidas para atingir o objetivo central:

I – Promoção do desenvolvimento econômico pelo fortalecimento da competitividade municipal;

II – Promoção do desenvolvimento sociocultural, a partir da melhoria das condições de habitação, educação, cultura, saúde, esporte, entretenimento e lazer, assistência social e da segurança pública;

III – Preservação do patrimônio cultural local e valorização da identidade das comunidades indígenas e populações tradicionais (extrativistas, ribeirinhas), por meio de uma gestão que resgate a cultura regional;

IV – Uso sustentável e proteção do meio ambiente por meio da implementação de uma gestão ambiental eficiente;

V – Qualificação do espaço urbano, a partir do fortalecimento das instituições públicas (ALTAMIRA, 2011, [s.p]).

Para alcançar a estratégia do desenvolvimento econômico colocado no inciso I do Art. 61, são definidos os seguintes Planos de Ação:

Art. 63: I – Diversificação e verticalização da produção no setor primário que visa otimizar o aproveitamento das potencialidades do Município, com incremento da produtividade e competitividade e aumento das oportunidades de trabalho e geração de renda, explorando sustentavelmente os recursos naturais dominantes na região;

II – Incentivo à indústria da construção, grande absorvedora de mão-de-obra e geradora de empregos, para atender a demanda habitacional e outras decorrentes das obras de construção do AHE Belo Monte;

III – Estruturação das atividades do setor turístico que visa incentivar e promover o desenvolvimento do turismo em acordo com as vocações locais e potencialidades existentes, implementando o Plano de Turismo Municipal, elaborado pela Companhia Paraense de Turismo – Paratur;

IV – Incentivo ao setor de serviços, que visa o seu desenvolvimento com destaque para a informática, os serviços complementares e especializados de educação e saúde, a química e a biotecnologia, a valorização da “marca amazônica” e assistência técnica rural;

V – Estruturação do sistema de apoio às atividades produtivas que visa incentivá-las de forma compatível com os limites de sustentabilidade ambiental, social e econômica e que induzam a oferta de empregos, a geração e distribuição de renda (ALTAMIRA, 2011, [s.p]).

O plano de ação descrito acima revela um incentivo ao incremento da atividade industrial em Altamira, visando não somente à diversificação, mas também o beneficiamento da matéria-prima ligado ao modelo de sustentabilidade. Com isso, a cidade passa a ter uma

maior conexão com outros pontos intra e extrarregionais, principalmente a partir da exportação dos produtos dessas indústrias, além de poder assumir uma maior configuração de uma “cidade na floresta” (TRINDADE JR., 2010).

Os Planos de Ação para a promoção do desenvolvimento sociocultural, dispostos no texto de lei, são (Art. 64): implementação de Política Habitacional para todos os Estratos Sociais; ampliação da educação infantil; universalização do ensino fundamental; gestão para universalização do ensino médio; combate e erradicação do analfabetismo; adequação do ensino superior às necessidades e potencialidades regionais; formação de mão de obra e capacitação profissional em apoio ao setor produtivo, particularmente como relação ao empreendimento AHE Belo Monte; elaboração do Plano Integrado de Saúde para o Sistema Municipal de Saúde; proteção da saúde do trabalhador, das populações ribeirinhas e indígenas; combate às doenças de veiculação hídrica; fortalecimento do sistema de vigilância sanitária e epidemiológica; promoção e desenvolvimento da cultura e dos desportos; garantia de inclusão social às populações vulneráveis; estruturação da segurança pública (ALTAMIRA, 2011).

No tocante à preservação do patrimônio cultural local e valorização da identidade das comunidades indígenas e populações tradicionais, o art. 65 traz os seguintes planos de ação: demarcação das Terras Indígenas do Município; preservação das ambiências culturais e historicamente relevantes, visando incentivar a proteção do patrimônio cultural, notadamente o que existe no centro tradicional de Altamira, de forma a preservar o núcleo original de fundação da cidade (ALTAMIRA, 2011).

A partir do exposto até aqui, nota-se que na lei aprovada em nenhuma linha é mencionada a presença pluriétnica na cidade, algo que havia sido abordado no relatório do plano diretor. No que concerne a este último, ele traz as seguintes afirmações em relação aos indígenas no espaço urbano de Altamira: são cerca de 1500 índios denominados de desaldeados, de etnias diversas e dispersas; não estão sob jurisdição da FUNAI e da FUNASA; não vivem ou nunca viveram em aldeias revelando um grande diferença dos indígenas que estão sob jurisdição das entidades citadas anteriormente; Xipaia e Juruna são os que mais têm moradores na cidade, habitando principalmente as áreas pobres, como a região de palafitas; são discriminados e rejeitados por grande parte da população local; devido a esse preconceito, muitos negam sua identidade indígena (ALTAMIRA, 2010a, p. 39). Acrescenta ainda que

a presença indígena na cidade tende a fomentar um desconforto que expressa a diferença entre os não índios – nativos ou migrantes e o índio, protegido,

porém “desgarrado” de suas origens. Este quadro reflete o mosaico social complexo – naturais, migrantes, índios – que caracteriza a cidade de Altamira (ALTAMIRA, 2010a, p. 39).

Nesse sentido, por ser considerada uma situação adversa no espaço urbano altamirense e principalmente por não estarem sob juris de nenhum órgão indigenista, até aquele momento, não há nenhum plano de ação direcionado diretamente pra essa população. O que se pode observar, e este é outro ponto que chama atenção no relatório, é que, no que concerne aos atrativos da cidade para as atividades turísticas, estão o Museu do Índio, para exposição e comercialização dos artesanatos indígenas de várias etnias, e a Casa do Índio, onde se vende objetos fabricados pelos índios. O primeiro espaço está sendo projetado e o segundo readequado, conforme exigências do relatório do Plano Diretor, pela Norte Energia, no âmbito dos programas ligados ao “Componente Indígena” do Projeto Básico Ambiental.

Apesar dessas atividades trazerem incremento à renda dos indígenas que vivem do artesanato, torna-se preocupante o modo que se dão esses processos sob a égide economicista. A forma que o poder público municipal se relaciona, quando isto ocorre, com os indígenas, parece ser sempre como “moeda de troca”. Nesse sentido, o caráter pluriétnico da cidade, a cultura e os artefatos indígenas são concebidos como recursos para as atividades turísticas na cidade. Outros planos de ação que elevem a qualidade de vida desses povos, sobretudo na cidade, não são mencionados.

Em relação ao registro do processo participativo do plano diretor, no que concerne às contribuições, destaca-se a participação da associação Kirinapãn que junto com o Sindiarts (Sindicato dos Artesãos Profissionais autônomos do Estado do Pará) demandavam a criação de um local para funcionamento de sede a fim de reunirem com dignidade e para promover o desenvolvimento artesanal (ALTAMIRA, 2010b, p. 34). Na cidade, conforme observado entre as demandas dos presidentes de associações, apresentadas no capítulo anterior, estava justamente a participação das associações no planejamento da cidade.

A partir do exposto, compreende-se que as políticas e planos de ação projetadas no plano diretor, estão dentro do contexto de planejamento adotado, que visa a aumentar a competitividade da cidade, conforme mencionado no texto de lei. Tais políticas são essenciais para atraírem investimentos, sobretudo, do grande capital, revelando, assim, uma perspectiva, em referência a Souza (2007), de cidade “mercadófila”. Essas políticas e leis, no âmbito dos seus textos e contextos, refletem o discurso de legitimação de poder do Estado. São discursos “ditos” que permanecem ditos e que ainda podem dizer (FOUCAULT, 1996). Baseados na ideia de “progresso” e de “desenvolvimento” legitimam as normas estatais. Nesse sentido,

conforme destaca Foucault (1996, p. 10) “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta o poder de que queremos apoderar” .

Acrescenta-se ainda que, apesar do reconhecimento da forte presença indígena na cidade, nenhuma linha estratégica está voltada para esse público. No plano já se concebe a ideia de realocação dessa população que morava nas palafitas às beira-rios e a requalificação urbana desses espaços, algo que a Norte Energia teve que assumir como medida de mitigação e compensação de impactos de Belo Monte.

## **4.2 – Os Programas Mitigação e Compensação de Impactos de Belo Monte e a Presença Indígena**

Para minimizar ou reparar os danos causados pelo empreendimento, várias medidas no EIA/RIMA de Belo Monte foram elencadas. Os Projetos Básicos Ambientais (PBAs) são compostos por um conjunto de planos, programas e projetos elaborados para a mitigação e compensação de impactos negativos. Dentre esse universo, faremos a seguir algumas considerações sobre o “Componente Indígena” do PBA e o Plano de Requalificação Urbana, em específico, o Programa de Intervenção em Altamira, para compreendermos se a presença indígena na cidade e seus modos de vida, conforme o EIA apontava, foram ou não consideradas em face de suas implantações.

### **4.2.1 – Projeto Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI)**

O Projeto Básico Ambiental – “Componente Indígena” (PBA-CI), foi elaborado como parte constituinte da etapa do processo de licenciamento ambiental, necessária para se obter a Licença de Instalação (LI), junto ao IBAMA. Por conseguinte, sua execução é uma das condicionantes para a obtenção da Licença de Operação (LO), compondo, também, por sua importância, parte necessária para a manutenção desta LO. O PBA-CI fundamentou-se nos Estudos Etnológicos do EIA/RIMA, observando as condições específicas emitidas na Licença Prévia (LP) n°. 342/2010. Nesse sentido, o Plano Operativo (PO) do PBA-CI, faz parte do processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte e da forma de relação entre a Norte Energia e as comunidades indígenas da área de influência da usina (NORTE ENERGIA, 2017).

No texto do 8º Relatório Consolidado do PBA-CI, o Plano Operativo é definido da seguinte forma:

o PO do PBA-CI é um documento que reflete as ações a serem implementadas e os produtos a serem entregues, por cada um dos Planos, Programas e Projetos componentes do PBA-CI, em determinado horizonte de tempo (cronograma), os meios para sua implantação, bem como a atuação dos diferentes atores envolvidos. Ou seja, trata-se da materialização do planejamento de curto e médio prazo do conteúdo do PBA-CI, na versão aprovada pela FUNAI em 02/07/2012, o qual visa apresentar as soluções técnicas e ações para mitigar e/ou compensar impactos ambientais das obras de instalação e respectiva operação do Empreendimento UHE Belo Monte (NORTE ENERGIA, 2017, p. I).

A partir de agosto de 2013 a execução integrada dos planos, programas e projetos do PO do PBA-CI teve início, através da realização do Seminário Estratégico do PBA-CI em Altamira. Em suma, o PO é composto dos elementos demonstrados no quadro 11.

Do conjunto de programas concebidos dentro do PBA-CI, no tocante aos moradores da cidade, somente três os alcançam, que são:

- Programa de Fortalecimento Institucional;
- Programa de Comunicação para Não Indígenas;
- Programa de Patrimônio Cultural Material e Imaterial.

Conforme já observado anteriormente, a questão do território é o principal entrave para se alcançar essas outras políticas de suma importância, como a de educação e saúde. Tais programas permitiram o fortalecimento das associações indígenas na cidade, o acesso a cursos de capacitação, certo conhecimento e respeito perante a sociedade das identidades étnicas. Contudo, não trouxeram melhorias significativas para a vida desses moradores, haja vista que para alcançar tais programas é necessário estar associado e há, ainda, um expressivo número de indígenas não associados ou que deixaram de ser e não tem conhecimento desses programas. Estes são executados através de empresas contratadas pela Norte Energia que atuam junto as associações indígenas e têm o acompanhamento da FUNAI.

Cabe destacar que o PBA-CI não está sendo realizado a contento, algo que vem gerando grande insatisfação para os indígenas, tanto das aldeias quanto da cidade, e, por consequência, protestos e ocupações, conforme mencionado no capítulo anterior. Muito se foi prometido, mas pouco foi cumprido.

Quadro 11. Altamira: programas do Plano Operativo do PBA-CI

<b>Plano/Programa</b>	<b>Projetos</b>	<b>Objetivos</b>
<b>Plano de Gestão do PBA-CI</b>	-	O objetivo do Plano de Gestão é proporcionar os elementos necessários para que seja definido o processo de gestão para a implementação do PBA-CI a ser executado pela Norte Energia, de forma a garantir a integração entre os programas, capacitar as equipes e auferir os resultados alcançados.
<b>Programa de Fortalecimento Institucional</b>	-	<p><b>Objetivo geral</b> Fortalecer as associações e demais organizações indígenas para atuar, de maneira efetiva e qualificada, na consecução de seus objetivos de defesa dos direitos e melhoria da qualidade de vida dos povos que representam.</p> <p><b>Objetivos específicos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacitar os integrantes indígenas para participar, de forma qualificada, no Comitê Indígena do PBA-CI;</li> <li>- Favorecer a articulação nas aldeias ou TIs, Volta Grande do Xingu – VGX e Altamira, para manter ativa a interlocução com o Comitê Indígena;</li> <li>- Diagnosticar a situação legal e organizacional das associações existentes e as demandas para o fortalecimento dessas organizações;</li> <li>- Orientar os dirigentes e viabilizar a regularização legal das associações;</li> <li>- Fortalecer a participação dos povos indígenas nos conselhos de políticas públicas (saúde, educação, Unidades de Conservação – UCs, etc.);</li> <li>- Construir, de forma participativa, os Planos de Vida dos povos indígenas em suas terras, na Volta Grande Xingu e em Altamira.</li> </ul>
<b>Programa de Comunicação para Não Indígenas</b>	-	<p><b>Objetivo geral</b> Conscientizar a população migrante, mão-de-obra contratada e técnicos do Programa de Infraestrutura nas Aldeias acerca das particularidades que envolvem as organizações sociais, econômicas, políticas e culturais dos povos indígenas no médio Xingu.</p> <p><b>Objetivo específico</b> Conscientizar as empresas subcontratadas pela Norte Energia e a população migrante acerca das particularidades que envolvem as organizações sociais, econômicas, políticas e culturais dos povos indígenas da região.</p>
<b>Programa de</b>	<b>Projeto de subsistência</b>	Garantir a continuidade e melhoria das atividades de subsistência e promover um

<b>Atividades Produtivas</b>	<b>índigena</b>	melhor aproveitamento, beneficiamento e armazenamento dos recursos alimentares encontrados e/ou produzidos pelos indígenas, promovendo a segurança alimentar e nutricional, o uso múltiplo dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável entre os povos indígenas.
	<b>Projeto de Desenvolvimento de Etapas Produtivas e Comercialização</b>	Visa promover a geração de renda para a população indígena, através da comercialização de artigos produzidos e beneficiados pelas comunidades, visando um melhor aproveitamento dos recursos naturais da área indígena para abertura de novos mercados e elaboração de novos produtos. Essas atividades devem contribuir para a fixação dos indígenas, especialmente dos jovens que tendem a sair em busca de melhores condições de sobrevivência. O projeto também deverá promover a diversificação e a produção em pequena escala, a agregação de valor aos produtos indígenas, mantendo o princípio de usos múltiplos sustentáveis nas Terras Indígenas.
<b>Programa de Educação Escolar Indígena</b>	<b>Projeto de estabelecimento de política de educação escolar indígena para a região do médio Xingu</b>	Visa apoiar, de forma participativa e coletiva, a implementação de uma política de educação escolar indígena específica para a região de Altamira, contemplando as especificidades e autonomia culturais de cada povo indígena da região, bem como as necessidades atuais das escolas e dos processos educativos.
	<b>Projeto de estruturação das escolas indígenas</b>	Apoiar a estruturação das escolas indígenas, pela construção e aquisição dos equipamentos para seu funcionamento, diante das necessidades dos povos indígenas da área de influência do empreendimento, com base nas articulações com as Secretarias Municipais de Educação e em respeito aos princípios legais que fundamentam a educação escolar indígena no Brasil.
	<b>Projeto de formação de professores indígenas/ e elaboração de materiais didáticos</b>	Apoiar a estruturação de um programa de formação de professores indígenas da região do Médio Rio Xingu.
<b>Programa Integrado de Saúde Indígena</b>	<b>Projeto de incentivo à estruturação física: edificações, acessos e equipamentos à saúde indígena.</b>	Contribuir para a reestruturação física da rede de serviços de saúde para os povos indígenas da Área de Influência da UHE BM.
	<b>Projeto de fortalecimento</b>	Fortalecer as estratégias e conhecimentos indígenas de saúde de modo a contribuir

	<b>das práticas tradicionais indígenas de saúde</b>	para manutenção das práticas tradicionais em saúde e desenvolvimento das capacidades críticas dos povos indígenas para tomadas de decisão relativas à saúde individual e coletiva das sociedades às quais pertencem.
	<b>Projeto de educação em saúde</b>	Apoiar o desenvolvimento de uma estratégia educativa comprometida com a transformação e qualificação das práticas profissionais e dos serviços de saúde e propiciar a participação e o empoderamento da população para fortalecer as ações de educação em saúde nas comunidades indígenas.
<b>Programa de Patrimônio Cultural Material e Imaterial</b>	<b>Projeto de apoio à produção artística e cultural</b>	Fortalecer os saberes tradicionais indígenas, promover a sustentabilidade econômica no contexto regional e proteger os direitos indígenas sobre o patrimônio cultural como forma de garantir os diferentes modos de vida indígena em contexto de transformação social.
	<b>Projeto de formação em patrimônio cultural</b>	Engajar os jovens indígenas na proteção, fortalecimento e reprodução dos saberes tradicionais que compõem o patrimônio cultural destes povos.
	<b>Projeto de reestruturação do museu do índio de Altamira</b>	Garantir infraestrutura para a preservação, documentação e divulgação do patrimônio cultural indígena bem como para a sustentabilidade cultural dos povos da área de abrangência do empreendimento
<b>Programa de Infraestrutura nas Aldeias</b>	-	Visa à implantação de infraestrutura básica de acessibilidade, mobilidade, saneamento ambiental básico, abastecimento de água, saúde, educação, entre outras estruturas que proporcionam melhores condições de vida as estas comunidades indígenas.
<b>Programa de Supervisão Ambiental do Meio Físico e Biótico</b>	<b>Projeto de coordenação da supervisão ambiental</b>	Estabelecer mecanismos e coordenar a articulação entre os projetos que compõem o PSA e os programas de monitoramento do PBA geral da Usina Hidrelétrica Belo Monte, garantindo o acesso das comunidades indígenas aos resultados obtidos.
	<b>Projeto de acompanhamento do plano de conservação dos ecossistemas terrestres</b>	Acompanhar os resultados dos monitoramentos e promover a interface com as ações do Programa de Gestão Territorial, relacionadas ao uso de recursos da fauna e da flora terrestres.
	<b>Projeto de acompanhamento do plano de conservação dos ecossistemas aquáticos</b>	Acompanhar as atividades de monitoramento do Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos do PBA Geral e promover a participação indígena nos estudos da biota aquática de forma a propiciar a integração entre os resultados dos monitoramentos da fauna de peixes e as atividades de pesca executadas pelas comunidades indígenas.
	<b>Projeto de</b>	Promover o acompanhamento do Plano de Gestão de Recursos Hídricos visando à

	<b>acompanhamento do plano de gestão dos recursos hídricos</b>	reunião dos resultados dos programas de monitoramento fluviométrico, quali-quantitativo e sua tradução às comunidades indígenas às quais se destina esse programa.
	<b>Projeto de acompanhamento do plano de gerenciamento integrado da volta grande do Xingu</b>	Permitir o envolvimento das populações indígenas da VGX (TIs Paquiçamba e Arara da VGX) e da TI Trincheira Bacajá (TITB) no monitoramento das vazões no Trecho de Vazão Reduzida (TVR), e na avaliação das condições de navegação, buscando estabelecer uma estrutura organizacional integrada das atividades de monitoramento e sistematização dos dados.
<b>Programa de Gestão Territorial Indígena</b>	<b>Projeto de planejamento territorial e apoio á gestão socioambiental compartilhada</b>	Apoiar as estratégias comunitárias de gestão territorial das Terras Indígenas (TIs) e colaborar para a gestão socioambiental compartilhada entre Terras Indígenas, vizinhos e Unidades de Conservação (UCs), fortalecendo a conservação etnoambiental.
	<b>Projeto de monitoramento territorial</b>	Analisar as transformações no padrão de uso e ocupação do solo e na disponibilidade de recursos prioritários no interior e no entorno das TIs, por meio remoto, visando dimensionar o comprometimento da qualidade socioambiental dos territórios indígenas e contribuir para a implantação de medidas de mitigação e compensação dos impactos da UHE Belo Monte.
	<b>Projeto de conservação territorial</b>	Promover a manutenção dos recursos naturais e dos serviços ambientais das TIs e contribuir para a garantia aos seus povos da disponibilidade de recursos prioritários para sua sobrevivência e sua cultura material.

Fonte: Norte Energia (2017).

Elaboração: Suelem Maciel Cardoso, 2018.

Por ser a ausência de território um dos principais problemas para garantir aos indígenas que moram na cidade o estabelecimento e execução de políticas diferenciadas, no âmbito dos PBAs gerais e, em específico, dentro do Programa de Reassentamento, tem-se a demanda de um reassentamento diferenciado que atenda a essa população e, principalmente, promova a reconexão com o rio e seja um meio para a implantação de projetos que levem em conta a realidade dos indígenas e seus modos de vida dentro do espaço urbano altamirense, conforme observaremos a seguir.

#### 4.2.2 – Plano de Requalificação Urbana de Altamira

O Plano de Requalificação Urbana, concebido dentro dos Projetos Básicos Ambientais de mitigação de impactos da UHE Belo Monte, tem em suas propostas de intervenção fortalecer a rede urbana diretamente afetada pela implantação da usina devido aos impactos, incorporando as oportunidades de desenvolvimento regional que resultarem. O plano tem como pressuposto a cooperação das três esferas de governo (municipal, estadual e federal), além da iniciativa privada por meio da empreendedora de Belo Monte (LEME, 2011).

No quadro 12 observamos as premissas, justificativa, objetivos, programas e componentes que compõem o plano.

Quadro 12: PBA: Síntese do Plano de Requalificação Urbana

<b>Plano de Requalificação Urbana</b>	
<b>Premissas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A intervenção na cidade de Altamira deve buscar conciliar a formação do reservatório do Xingu com a solução das enchentes anuais que ocorrem na cidade, à recuperação ambiental das bacias dos igarapés Altamira, Ambé e Pannels e a melhoria das condições de habitação e saneamento da população a ser realocada.</li> <li>• A vila residencial proposta para Altamira (500 residências) deve se incorporar ao tecido urbano, de forma a facilitar a integração entre a população vinculada às obras e a população local, além do melhor aproveitamento da infraestrutura a ser implantada.</li> <li>• A vila residencial para os demais trabalhadores (2.500 residências) deve se integrar ao espaço urbano de Vitória do Xingu de forma a reforçar sua hierarquia funcional e otimizar investimentos em infraestrutura, além de facilitar a integração entre as populações migrante e local.</li> </ul>
<b>Justificativa</b>	<p>O Plano de Requalificação Urbana foi concebido no âmbito das ações propostas para mitigação dos impactos decorrentes da implantação da UHE Belo Monte sobre as cidades de Altamira e Vitória do Xingu, e também sobre os núcleos de Belo Monte e Belo Monte do Pontal.</p> <p>A análise dos impactos da implantação da UHE Belo Monte identificou que esses núcleos receberão impactos diretos desse empreendimento.</p> <p>Deve-se salientar, ainda, que a cidade de Altamira constitui principal polo</p>

	<p>regional da AID, sendo, portanto, a área que receberá a maior parte do afluxo da população atraída para a região.</p> <p>O Plano de Requalificação Urbana se justifica ao apresentar propostas de intervenção em Altamira, Vitória do Xingu e nos núcleos de Belo Monte e Belo Monte do Pontal, no sentido de fazer frente aos impactos da implantação do empreendimento, reforçando sua infraestrutura urbana, hoje em grande parte deficiente.</p>
<b>Objetivos</b>	<p>O Plano de Requalificação Urbana visa propor medidas e intervenções nas cidades de Altamira, Vitória do Xingu, e nos núcleos de Belo Monte e Belo Monte do Pontal, objetivando:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atender à necessidade de realocação da população atingida na cidade de Altamira, pela formação do reservatório do Xingu;</li> <li>• Integrar as unidades residenciais e vila residencial previstas à estrutura urbana das cidades de Altamira e Vitória do Xingu;</li> <li>• Adequar a infraestrutura viária da travessia da Transamazônica sobre o rio Xingu;</li> <li>• Adequar as cidades de Altamira e Vitória do Xingu e os núcleos de Belo Monte e Belo Monte do Pontal para receber o afluxo de população atraída em função das oportunidades de trabalho e do aquecimento econômico gerado pelas obras.</li> </ul>
<b>Programas e componentes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa de Intervenção em Altamira: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Diretrizes Para o Planejamento Integrado;</li> <li>- Projeto de Reassentamento;</li> <li>- Projeto de Parques e Reorganização da Orla;</li> <li>- Projeto de Saneamento.</li> </ul> </li> <li>• Programa de Intervenção em Vitória do Xingu: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Projeto de Saneamento.</li> </ul> </li> <li>• Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Projeto de Saneamento</li> </ul> </li> </ul>

Fonte: Leme (2011).

Elaboração: Suelem Maciel Cardoso, 2018.

Conforme observado no quadro 12, Altamira ganha destaque no âmbito das intervenções propostas, por ser o polo logístico do empreendimento, por sua infraestrutura mínima devido às políticas anteriores que a permitiram chegar ao patamar de cidade média paraense exercendo uma importante centralidade sub-regional.

Para efeitos de análise deste trabalho, observaremos de forma mais ampla o Programa de Intervenção em Altamira que, segundo seu escopo, estrutura-se a partir de uma abordagem das questões urbanas integrada às questões sociais e ambientais, visando à reestruturação de Altamira para assumir um novo patamar de cidade no contexto regional a qual se insere. Devido às deficiências de infraestrutura que apresenta, fez-se necessário o estabelecimento de metas e responsabilidades para sua requalificação com parcerias entre o poder público e o setor privado (LEME, 2011). Desta forma, o programa tem como objetivos:

- Indicar áreas para acomodação da população a ser removida das áreas alagáveis;

- Indicar setores de expansão urbana, a fim de subsidiar o poder público municipal para receber o fluxo migratório previsto;
- Indicar área para implantação da vila residencial com 500 residências;
- Reestruturar a orla fluvial junto à área central da cidade;
- Recuperar as bacias dos igarapés Altamira, Ambé e Panelas.

O Programa de Intervenção em Altamira é composto por um conjunto de projetos elencados no quadro 13. As ações em Altamira, de acordo com o programa, interferiam no conjunto do tecido urbano de forma a propiciar a consolidação de uma nova dinâmica urbana para acomodar a população a ser reassentada, absorvendo os parques lineares ao longo do reservatório, sobretudo absorver a nova expansão da malha urbana devido a acomodação do fluxo populacional esperado. O programa entra em sintonia com o novo Plano Diretor Municipal que já previa no seu escopo as intervenções nos igarapés e na orla do rio Xingu, porém não assinalava as novas áreas para acomodar a população atingida. A requalificação dos espaços remanescentes do processo de remoção da população que ocupava as várzeas e áreas de preservação permanente dos igarapés foi baseada na configuração de parques lineares definidos ao longo dos três igarapés, com a função de espaços verdes abertos.

Ao observarmos, a partir do quadro 13, o Projeto de Reassentamento da população atingida e suas atividades, temos a síntese dos principais problemas e impactos negativos causados, contraditoriamente, por essa política de mitigação e compensação do empreendimento.

Quadro 13. Altamira: síntese dos projetos que compõem o Programa de Intervenção

<b>Projeto</b>	<b>Justificativa</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Atividades a serem desenvolvidas</b>
<b>Diretrizes para o planejamento integrado</b>	As interferências propostas no âmbito do Programa de Intervenção em Altamira irão interferir no conjunto do tecido urbano como um todo, propiciando a consolidação de uma nova dinâmica urbana, preparada para acomodar a população a ser reassentada, absorver os parques lineares ao longo dos braços do reservatório do Xingu, e principalmente absorver a expansão da malha urbana em função da acomodação do fluxo de população esperado. O novo Plano Diretor de Altamira já prevê as intervenções nos igarapés e na orla do rio Xingu, mais não aponta as novas áreas de assentamento destinadas a receber a população a ser removida da área afetada pela formação do Reservatório do Xingu, bem como outras áreas de expansão para a cidade. Assim, a integração das intervenções deve estar respaldada por um planejamento integrado, suportado por um conjunto de diretrizes gerais aqui indicadas, e que vão de encontro ao planejamento proposto pelo novo Plano Diretor Municipal.	São objetivos gerais do Projeto: - Compatibilizar os diversos projetos de intervenção com a estruturação urbana; - Definir ações de responsabilidade do empreendedor, especificamente com relação à pavimentação e drenagem, e à implantação da vila residencial; - Contribuir para a revisão do Plano Diretor e seu detalhamento.	A ocupação urbana de Altamira revela com clareza os elementos estruturadores do espaço, em que o sistema viário arterial e o sistema hídrico determinam a estrutura geral do tecido urbano. Tal conceituação pretende destacar a importância da compreensão do papel de cada um no momento em que se discute a reconfiguração do espaço urbano de Altamira pela proposição dos parques dos igarapés e da orla, das áreas para reassentamento e expansão urbana, e outras propostas como a definição de um novo traçado para a rodovia Transamazônica externo à malha urbana.
<b>Projeto de</b>	A área atingida pelo reservatório do	Elaborar as diretrizes e	Identificação preliminar das áreas passíveis de

<b>Reassentamento</b>	Xingu em Altamira corresponde às parcelas urbanas das bacias dos igarapés Altamira, Ambé e Pannels que, por sua vez, constituem parte das planícies de inundação naturais do rio Xingu e dos respectivos igarapés, estando sujeitas a inundações periódicas em função do regime hídrico da região. Essas áreas são ocupadas, em grande parte, de forma irregular, por populações predominantemente de baixa renda que residem em locais com grande carência de infraestrutura e saneamento básico, sendo expressiva a ocorrência de palafitas, principalmente nas bacias dos igarapés Altamira e Ambé.	definições técnicas e espaciais necessárias para o reassentamento das 4.362 famílias que deverão ser removidas das suas habitações.	<p>ocupação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- a identificação se fez considerando aspectos urbanísticos, ambientais e locais;</li> <li>- os critérios físicos preliminarmente adotados foram: declividade, existência de cobertura vegetal, presença de corpos d'água, localização e proximidade da malha urbana consolidada e acessibilidade;</li> <li>- consideração da distância máxima de 2Km entre o local da moradia da população ao local de reassentamento, seguindo a determinação do EIA;</li> </ul> <p>Critérios de classificação das áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- distância máxima de 2Km, equipamentos urbanos, acessibilidade, condicionantes ambientais (cobertura vegetal, área de preservação permanente junto aos corpos d'água, declividade e geomorfologia) e legislação urbana.</li> <li>- Avaliação do potencial de ocupação das áreas para reassentamento</li> </ul> <p>Tipologias habitacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- área mínima da edificação de 60m<sup>2</sup></li> <li>- unidades unifamiliares com 2 ou 3 dormitórios, em lotes individuais de 300m<sup>2</sup></li> <li>- atender a padrões mínimos de conforto ambiental, considerando ambiente úmido e com temperaturas elevadas</li> </ul> <p>Apresentação e discussão com a população Detalhamento do projeto e implantação</p>
<b>Projeto de Parques e Reorganização da Orla</b>	Os três cursos d'água, principalmente o igarapé Altamira, encontram-se em situação de degradação ambiental extrema, e dependem de ações	São objetivos deste Projeto: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a preservação ambiental das áreas objeto de intervenção;</li> </ul>	Parque Igarapé Altamira: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Propõe-se para este braço do reservatório Xingu, o aprofundamento da calha central visando garantir condições de navegação de pequenas</li> </ul>

	<p>urgentes de recuperação. O EIA (volume 33, item 12.10.1) propôs a criação de um parque ecológico na área do igarapé Altamira e a recomposição da cobertura vegetal das demais áreas que serão desocupadas e não estarão alagadas permanentemente. A proposição deste parque parte do princípio que a utilização efetiva da área pela população será um poderoso impeditivo de invasões e ocupações irregulares</p> <p>A orla da área central da cidade de Altamira sofrerá também alterações, com a elevação permanente do nível d'água onde hoje se encontra o principal atracadouro da cidade. Além da perda de estruturas existentes nessa área, será necessária a remoção de alguns estabelecimentos comerciais, de modo a promover a requalificação desta área por meio de adequações no sistema viário, melhoria dos equipamentos turísticos e implantação de equipamentos recreativos e esportivos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adequar o uso do solo das áreas em torno dos igarapés;</li> <li>• Criar o Parque Ecológico do Igarapé Altamira, que compatibilize o uso recreativo e esportivo com o regime de cheias;</li> <li>• Estabelecer usos para as áreas dos demais igarapés a serem recuperados;</li> <li>• Estabelecer diretrizes, para redesenho e manutenção da nova orla;</li> <li>• Oferecer soluções técnicas para a atracação de embarcações junto à Av. João Pessoa;</li> <li>• Estabelecer a consolidação do eixo de atividades de recreação, lazer e cultura, com a proposição de equipamentos públicos junto à orla;</li> <li>• Estabelecer novo desenho para a Av. João Pessoa, com dimensionamento das vias e passeios, considerando as diversas modalidades de transporte e seus fluxos.</li> </ul>	<p>embarcações, e o aterramento das margens, configurando assim uma linha de borda mais orgânica e definida;</p> <p>-No entrono do corpo d'água assim reconformado e do igarapé será estabelecida a área de preservação permanente, com 30m de largura, dotada de espécies locais adaptadas a inundações periódicas e incorporadas paisagisticamente aos espaços de lazer.</p> <p>Parque dos Igarapés Pannels e Ambé:</p> <p>-Propõe-se também uma redefinição da borda do reservatório ao mesmo tempo em que o aprofundamento do canal central, tendo em vista viabilizar a navegação por pequenas embarcações e evitar áreas de empoçamento ou de baixa circulação da água, tendo em vista minimizar os riscos de proliferação de vetores;</p> <p>- Estes parques cumprirão o papel de elementos de proteção das áreas de preservação permanente e da área de segurança na cota 100m;</p> <p>-Devem ser os elementos integradores entre os diferentes espaços urbanos ao dar suporte e lugar para as atividades de lazer e contemplação;</p> <p>Parque linear da orla do rio Xingu:</p> <p>- Seu programa contempla as atividades existentes no lugar, buscando fortalecer as atividades turísticas e de lazer existentes e aquelas atividades ligadas ao setor náutico</p> <p>- Será implantada uma ciclovia, que se unirá a do parque do Igarapé Altamira, percorrendo toda a orla até o Porto do Assurini;</p> <p>- Ocupando uma área de aproximadamente 10ha,</p>
--	---	---	---

			<p>o parque linear absorve a urbanização existente e realizará a conexão entre os parques lineares do Igarapé Panelas, ao sul e Altamira e Ambé, ao norte;</p> <p>- Fará a ligação da orla urbanizada existente junto à Praça do Coreto com a futura estação hidroviária e com o Espaço Altamira, proposto pelo EIA para abrigar cursos, feiras e exposições no prédio antes ocupado por uma indústria cerâmica.</p>
<b>Projeto de Saneamento</b>	<p>A implantação de infraestrutura de saneamento em Altamira foi prevista no EIA (volume 33, item 12.10) como parte integrante do Programa de Intervenção em Altamira. Neste PBA optou-se pela apresentação de um projeto específico dado o nível de detalhamento dos seus componentes. É prevista para Altamira a implantação da vila residencial de apoio às obras, com cerca de 500 residências para funcionários, integrada à malha urbana atual, além de um afluxo populacional da ordem de 26.000 pessoas até o pico das obras.</p> <p>Este projeto visa preparar a cidade de Altamira para este crescimento que se observará no período de poucos anos, dotando-a de sistemas de saneamento adequados que passarão a ser administrados pela municipalidade.</p>	<p>Dotar a área urbana de Altamira da infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário e disposição de resíduos sólidos urbanos, atendendo a população de pico, a vila residencial e a população migrante.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema de abastecimento de água;</li> <li>• Sistema de esgotamento sanitário;</li> <li>• Sistema de disposição de resíduos;</li> </ul>

Fonte: Leme (2011).

Elaboração: Suelem Maciel Cardoso, 2018.

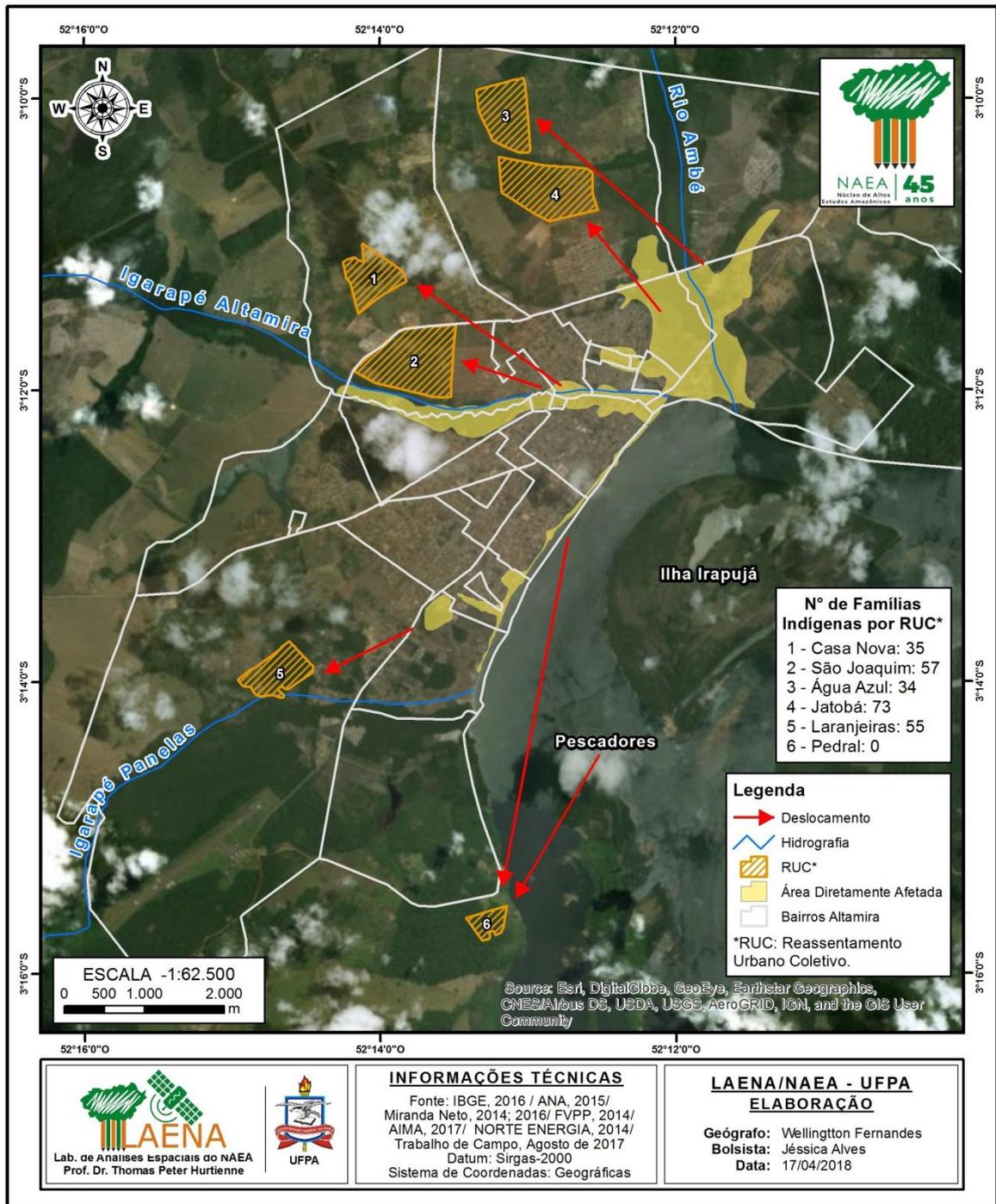
De todas as atividades que deveriam ser desenvolvidas elencadas no projeto e aqui expostas no quadro 13, praticamente nenhuma foi feita a contento. Em virtude disso, em setembro de 2017 o Tribunal Regional Federal da 1<sup>o</sup> Região (TRF1), em Brasília, ordenou a suspensão da Licença de Instalação da usina, paralisando todas as obras da hidrelétrica. A ordem de suspensão, que partiu de uma decisão da 5<sup>a</sup> Turma Ampliada do Tribunal, previa a suspensão da licença até que a Norte Energia promovesse a readequação dos projetos destinados aos RUCs aos padrões mínimos definidos em lei e nas normas técnicas. Os problemas com as casas começaram bem antes da construção. Já em 2012 a empresa distribuiu milhares de folhetos em Altamira apresentando casa de três tamanhos (60m<sup>2</sup>, 69m<sup>2</sup> e 78m<sup>2</sup>) de acordo com a família a ser realocada. Em 2013, sem haver discussão com a população atingida, a Norte Energia distribuiu outro folheto avisando que as casas seriam em um tamanho único de 63m<sup>2</sup> e que seriam feitas em concreto pré-moldado, em vez de alvenaria, conforme o prometido. Além disso, previa também a distância máxima de 2Km entre o local de reassentamento e a antiga moradia, algo que o próprio IBAMA reconheceu que não foi respeitado. Assim, os atingidos ficaram distantes do trabalho, de escolas e com sérios problemas de mobilidade, haja vista que a cidade carece de transporte público. A fragilidade das construções não permite a instalação de redes, que é um hábito dos amazônidas, sobretudo dos indígenas, pois uma simples escápula pode trazer rachaduras em toda a extensão da parede. Isso tudo atrelado ainda à violação do Código de Obras do Município, que, por sua vez, foi alterado para adequar-se aos projetos da Norte Energia (MPF, 2017).

As ações da Norte Energia, nesse sentido, mostram total violação de direitos dos atingidos, que foram silenciados neste processo. A respeito dessa forma de atuação da empreendedora, Magalhães (2017, p. 27) argumenta:

todavia, embora a expropriação não tenha sido silenciosa, ela foi silenciada. Silenciada à medida que a Norte Energia tem feito prevalecer o seu *modus operandi*, à revelia seja do órgão licenciador seja das manifestações de protesto, inclusive de associações científicas, seja de ações civis públicas originárias do Ministério Público Federal.

No tocante à realocação da população atingida, o mapa 05 nos permite visualizar como ocorreu o processo de deslocamento.

Mapa 05. Altamira: deslocamento da população atingida



A partir do mapa 05 observamos como se deu o processo de deslocamento da população atingida para os Reassentamentos Urbanos Coletivos. No tocante a população indígena, no levantamento da Norte Energia, dentro desse universo de 16.420 mil habitantes atingidos no espaço urbano de Altamira, pela formação do reservatório, 654 famílias indígenas de diferentes etnias seriam realocadas. O mapa 05 mostra um número expressivo, porém não absoluto, dessas famílias nos cinco reassentamentos já edificadas: São Joaquim, Laranjeiras, Água Azul, Jatobá e Casa Nova. Conforme disposto pelo IBAMA, por meio de condicionante, os programas que deveriam ser específicos a essas famílias, incluindo o reassentamento, teriam que ser integrados a esses programas gerais. A especificidade da questão indígena foi comprometida em meio a esses acontecimentos. Nesse sentido, devido aos problemas causados com o deslocamento compulsório, distância do rio para a subsistência e lazer, a proposta do bairro indígena voltou a ganhar ênfase. Trata-se, então, do sexto RUC, o Pedral, mais próximo do rio e distante do centro urbano, conforme mostra o mapa 05. O Pedral ainda não foi entregue à população. Ele não assume o caráter de bairro indígena, contudo, é um bairro diferenciado.

Sobre os inúmeros problemas enfrentados pelos indígenas atingidos e já realocados nos RUCs, o quadro 14 elenca alguns. Uns são de caráter mais gerais e já mencionados em parágrafos precedentes; outros revelam a total desconsideração com os modos de vida dessa população. Grande parte dos moradores entrevistados nasceu nas ilhas situadas em Senador José Porfírio e, quando crianças, migraram junto com suas famílias para Altamira. Outro grupo de moradores já nasceu na cidade, residindo em bairros próximos ao rio e com um grande número de famílias indígenas que, com a realocação compulsória, foram prejudicados em seus modos de vida e com a quebra de laços de parentesco e vizinhança pela distância dos novos bairros em relação ao rio.

Ainda que o quadro 14 mostre somente trechos de seis entrevistas, praticamente todos os problemas relatados foram observados para as outras. Entre os principais impactos negativos da realocação compulsória, de acordo com o quadro, estão: 1) quebra de laços de parentesco e vizinhança; 2) distância do rio para atividades de pesca, banho, lavar roupa, louça e atividades lúdicas; 3) distância das associações, do local de trabalho, de hospitais, das escolas, do centro comercial e espaços de lazer, como a orla do Cais; 4) problemas de mobilidade, haja vista que o ônibus escolar foi cortado e os ônibus da prefeitura levam muito tempo para passar, além do valor da passagem ser pouco acessível às famílias de baixa renda.

Quadro 14. A voz dos atingidos II: indígenas impactados e reassentados

Reassentamento	Morador Indígena	Entrevista
<p><b>RUC São Joaquim</b></p>	<p><b>01</b></p>	<p>Eu nasci em comunidade. Vai fazer três anos [no São Joaquim].  [Vida antes no bairro Aparecida] normal! Igual aqui mesmo, não tem diferença.  [...] Eu não tenho assim direito a nada, né, até porque quando a Norte Energia fez as pesquisas, conversaram com a gente e tal, eles prometiam assim tanta coisa pra gente, de todo tipo de assistência dizia que a gente ia ter e não é verdade [...]. Que nós ia ter direito a barco a motor pra nós trabalhar, os indígenas, né? Cesta básica e etc, um monte de coisa. Isso não aconteceu. Eu nunca recebi uma cesta básica.  [Mudanças com a chegada da NESAs] quando as firma tava aqui mudou porque tinha emprego, tinha trabalho. Depois que as firmas saiu, mudou porque só tem morte, a mortandade tá grande. Não tem emprego e o povo começa atacar, roubar, assaltar.  [Na casa] a lajota tá soltando todinha, [o] quarto tá entupido, essas fiação tá tudo estragado, [...] a caixa d'água furou porque eles colocaram em cima de umas coisas de concreto, aí pesou, furou e quando eu dei fé, a parede lá de trás tava estragando.  Eu não tô pagando energia, porque eu não tenho condições. Os talão de luz é um absurdo! Eu saio todo dia de manhã e a casa fica fechada, aí eu só chego meio dia, aí é que eu vou usar as coisas. Eu não tenho tanque de lavar roupa, eu não tenho! [...]. Três bico de luz: R\$ 300,00, R\$ 290.00, R\$ 280.00 eu não pago, eu não tenho condições de pagar. Vão cortar minha energia! [...]. Tá com quase um ano aí, tô esperando eles vim cortar, porque eu não tenho condições.  IPTU também não paguei porque nós não existe ainda [...]. Nós não recebe um cartão postal, porque esse endereço não existe. No IPTU tá Rua 5, mas aqui é Rua 7. Como é que eles colocam o nome da rua e o número da casa de um outro bairro? Vou pagar IPTU? Por que que eu vou pagar se não tem o número da minha casa? Pago não!  Então, a Norte Energia tem que vê que esse povo é pobre. Nós somos pobres. Nós somos de baixa renda. Pra que um medidor trifase pra cada morador desse?  O ônibus que nós tinha de graça, por cinco anos, cortaram! [...] eu não tenho condições de pagar combi, que eles cobraram R\$ 250.00 pra levar uma criança e trazer, cada um. Uma combi particular, porque cortaram o ônibus grátis, o ônibus escolar.  [O ônibus gratuito para os reassentados] cortaram! O prefeito cortou mais a Norte Energia aí. Prometeram que era durante cinco anos que a gente ia ter, e foi dois anos só.</p>

	<p>A meninada tá aí tudo misturado, fizeram um colégio pro pequeno, médio e grande. Aqui chegamos a ficar sem água cinco dias. Até hoje tenho água acumulada nas garrafinhas com medo de ficar com sede, né? Muito menino pra banhar, menina mulher, já sabe, toda hora tem que tá banhando e eu morava na beira do rio ... Menino banha a hora que quer; é todo instante. Ai você vem morar num lugar desse... Tem até uma caixa d'água ali cortada pro menino pular dentro, como se tivesse dentro do rio. [Pescava] muito! Tenho um motor ali pra pescar.</p> <p>Meu irmão tem terra, eles devolveram a terra do meu irmão ai deram material pra ele fazer casa etc. [Ele] me manda caça. Hoje mesmo eles mandaram carne de capivara. A roça eu planto aqui [em vasos].</p> <p>Pra eles [Norte Energia] lá tá tudo Ok ! Dentro da sociedade deram OK!, Vem andar aqui pra você vê. Você não sabia disso, né? Agora tá sabendo.</p> <p>Eu achava os RUCs, a casa impecável; começou morar, percebeu!</p> <p>Olha o tanto de galinha que eu crio, tudo solta...e o povo rouba minhas galinhas. Aí eu digo que não vou mais criar. Aí quando a raiva passa, eu continuo (Kaiapó, 56 anos, setembro de 2017).</p>
<p><b>02</b></p>	<p>Eu sou Juruna e meu marido é Xipayá. Eu nasci na Ilha da Fazenda, que é Município Senador José Porfírio. Lá é uma comunidade. Agora eles fizeram uma aldeia, né?</p> <p>Aqui no São Joaquim vai fazer 2 anos. Eu morava no Açaizal; lá a dificuldade que nós tínhamos era só no inverno, porque no inverno enchia. Enchia e a gente morava em cima de palafita, era ruim por causa disso. Mas era bom porque era próximo ao centro, não tinha tanta bandidagem como tem hoje aqui. Aqui tem muito! Lá a gente tinha a casa da gente de madeira, era assim, não tinha segurança, mas a gente podia sair. Passava dois, três dias, a gente chegava e tava tudo do mesmo jeito, apesar de ser no centro, que nem o pessoal falava que era uma favela. Mas lá ninguém mexia, não! Meu marido saía e chegava 4 horas, 5 horas da manhã e ninguém mexia [...]. Aqui, não! Depois que a gente chegou, a gente já foi assaltado aqui. O pessoal jogava a gente pra dentro do nosso banheiro, já cataram o que a gente tinha. Fora as vezes que já bateram na minha filha que estuda, [...] já bateram nela, muitas vezes correndo atrás dela e até quebraram um dente dela. Então, aqui é muito bom, porque a gente tá em terra firme; a gente não mora mais em cima de palafita. Mas por um lado é muito perigoso, por isso que a gente vive trancado. A gente não tem liberdade de tá 6 horas aí na porta, sentado e conversando. Tem que ficar o tempo todo trancado.</p> <p>[...] quando a gente morava no Açaizal, ele [marido] puxava areia. Ele era mergulhador. Quando a gente morava lá, era melhor porque ele puxava muita areia, então era por produção. Quanto mais viagem ele desse, mais ele ganhava. Mas depois da barragem, o rio encheu muito, então não tem como ele dá [...] e aí as coisa ficou mais difícil. Num sai o material. Não tá saindo. Ele, às vezes, dava de viagem por dia, mas quando chegava no final da semana, o dono não tinha vendido aquele tanto, aí não tinha como dar o</p>

		<p>dinheiro dele todo. O dinheiro que ele dava pra ele era 100 reais, 200 reais e pra uma família não dá, não. [...] lá a gente vivia nas casa de madeira, mas era melhor. A gente tinha o terreno que a gente queria. A gente saia, tinha os momento de lazer, ia pra orla e levava os filho da gente, sabe? Aqui, não. Aqui é totalmente diferente. Aqui a energia é um absurdo [...], tudo ficou mais difícil. A energia da gente o mais caro que vinha era 29 reais, 30 reais; quando vinha a gente achava que era um absurdo. Aqui é 180, 190 [...] pra quem é assalariado, você tem que repartir certinho, ou então você fica no vermelho todo mês. [...] quando eu posso, vou pra ilha da fazenda, onde tá meu pai. Meu pai mora na ilha da fazenda, nunca saiu de lá. Aí lá a gente pesca, come carne de caça... Olha, mudou tanto, assim, a nossa sobrevivência. Ficou tudo mais difícil, só o que mudou pra melhor falar a verdade, foi só mesmo que a gente veio morar em terra firme, né? (Juruna, 39 anos, agosto de 2017).</p>
<b>RUC Jatobá</b>	<b>03</b>	<p>Eu nasci na cidade mesmo. Aqui já vai fazer três ano. [Antes] eu morei na Boa Esperança. Morei lá acho que mais de 15 ano. É próximo do rio lá. A gente saia, né? Pra pescar. A gente achava com facilidade mesmo o peixe. A gente pescava de anzol, pegava a canoa e ia mesmo. Banhava no rio. Banhar era o principal, né? A gente todo final de semana, primeiro dia de semana, a gente tava [no rio]. Até lavar roupa no rio. A gente lavava roupa no rio, no rio lá! E agora? Agora acabou! Meus pais mora na roça, né? Até hoje ainda mora na roça [...]. Eles manda tudo: banana, cará [...], açaí, arroz que eles plantam, tem o cacau, tem varias fruta lá, né? Caça que tá difícil um pouco lá [...], a única coisa quando eles sai que vão ainda pro mato é jabuti que ainda acha. Minha vida antigamente, quando eu morava lá [Boa Esperança], eu tinha mais facilidade. Facilidade pra tudo: médico, trabalho que eu tinha, [...]. A coisa era melhor pra gente sobreviver, né? Ia pro rio pescar, pescava, vinha isopor de peixe cheio. [...] pra mim, antigamente era melhor do que hoje. Hoje não tem emprego. Hoje vivo doente. Hoje eu vivo numa casa que eu vivo presa. Uma casa que é quente, abafada, como diz. A minha casa tá destruindo tudo. Lajota tá soltando tudo. Tá rachando as parede e tamo aqui: quente, abafado. Até a noite pra dormir aqui, eu passo mal. Tem que tá abrindo a porta, mas a gente não pode tá abrindo a porta, porque é perigoso. Parece que eu fiquei mais foi doente aqui, problema de saúde mesmo, porque eu não era assim. Eu era bem sadia antigamente... ar livre. A gente tinha tudo, mesmo que a agente morava no baixão, mas era perto do rio, era tudo ali, tudo mais fácil e a gente tinha um lugar pra gente respirar, sabe? Hoje em dia, não. [...] eu tô praticamente ficando com medo até dessa casa mesmo, [...] se for olhar toda ela de dentro dos quarto, a lajota mesmo tá tudo solta. De noite vai dormir as casa tão tudo estalando, [...] janela é tudo sem</p>

	<p>reforço aí. É ruim de sinal de telefone.  [... ] já tentaram me roubar aqui dentro. Arrebentaram a porta, o banheiro [...]. Toda noite quando a gente vai dormir, tem que tá trancando os banheiro. Eu não tenho condição de botar grade. Eu fiquei assim: uma pessoa aqui que eu fiquei sem condição mesmo de nada.  É difícil! Não tem transporte. Pra mim ir pro centro, tenho que ir de pé. Eu tinha uma moto, mas já me assaltaram, roubaram minha moto.  A energia é caro! Vem de cento e pouco, duzentos e pouco. Tô até com débito.  IPTU já apareceu, só que eu não vou mentir que eu ainda não paguei, porque a gente num tem condição.  [Para] o Pedral tenho vontade de ir, porque fica bem perto ali do nosso riozão Xingu, né? Até hoje eu choro... rio Xingu, coisa muito bonita. [...] hoje o pessoal mexeram tanto, destruíram as praia [...], isso é uma tristeza pra gente, muita tristeza mesmo! A beleza pra nós aqui é o rio Xingu. Morar perto do rio Xingu é bom demais (Kaiapó-Xicrim, 42 anos, setembro de 2017).</p>
<p><b>04</b></p>	<p>Eu nasci no rio Iriri. Lá é ribeirão! Aqui tem três anos.  Eu morava no bairro Boa Esperança. Lá eu achava melhor. Era mais tranquilo. [...] mesmo minha casinha sendo de madeira, né? Mas eu tinha mais firmeza. Eu dormia mais tranquila lá. O posto de saúde era bem pertinho da minha casa, tinha um atendimento maravilhoso lá.  [...] a escola também era bem pertinho aonde meus filhos estudavam. Era bem bom lá. Era gostoso morar lá. Também tinha outra parte, era perto do rio, aonde eu tinha acesso de rio, que eu gosto tanto de tomar banho em rio. Eu ia final de semana, juntava tudo botava numa bicicleta e ia pro rio com meus filhos, tomar banho, lavar roupa; era muito legal lá. Pescava... eu gostava...nossa, era muito bom! Eu sinto muita falta de lá, porque lá no baixo onde eu morava, no bairro Boa Esperança, eu morava com os filhos, filha e mais um filho. A casa era cheia de netos. Minhas irmãs morava pertinho de mim, era sobrinha, era sobrinho, tia, tio morava tudo perto de mim. Aqui no jatobá, eu fiquei longe de todo mundo; é um deserto pra mim. Pra mim descer no centro, eu tenho que gastar uma fortuna pra ir de moto táxi, ir de carro.  [A Norte Energia, no cadastro, não perguntou se vocês queriam ficar juntos?]  Não! Não fez isso, porque se tivesse feito, seria ótimo, nós taria tudo juntinho, apoiando uns os outros como a gente vivia lá quando morava lá no baixão. A sorte, por muito eu lutar, por muito eu clamar, eu chorei, eu clamei pra me botarem perto de uma irmã, que ela morava pertinho de mim, já que a filha, eles disseram que não tinha jeito de colocar perto de mim. Aí eu falei: “gente, mais ela mora comigo há tantos, nunca ficou ausente de mim, por favor!”. Aí foi que colocaram perto de mim uma irmã, que é lá na rua A. E o resto ficaram tudo longe. Uns foram pro Casa Nova; outros foram pro Laranjeira; e outros foram pro Água Azul. E eu fiquei distante de todo mundo com o problema de saúde que eu tenho, né? Pra mim ficou difícil,</p>

		<p>dum tanto que eu nunca imaginei que na idade que tô hoje, com o pobrema que eu tenho, eu pudesse ficar como eu fiquei nessa idade. Num posso ficar lá na minha casa só eu. Meus filhos viaja, meu esposo viaja, fica só eu e essa criança, e eu num posso ficar lá sozinha, porque o negócio tá é feio aqui. Já arrancaram as janelas da minha casa, duas janelas do banheiro já foi arrancada. Como eu posso confiar de ficar num lugar desse sozinha? Num tem como! Mesmo que tenha os vizinhos do lado, mas até a gente chamar e alguém socorrer a gente, já aconteceu o pior, como já aconteceu em algumas casas. Então, pra mim, foi muito difícil essa mudança.</p> <p>Minha casa tá com as paredes tudo trincando, né? Lajotas trincando, né? Quando chove molha aqui, alaga tudo e é pelo teto, aí pela laje que vasa aquela água. Enfim, não é uma estrutura boa. Também não dá nem pra confiar. Num sei nem se ela ainda dura dois anos, né? [...] fui várias vezes lá no plantão [da Norte Energia] e pedi pra eles vim olhar a situação daquelas tricadura. Aí vieram, só trouxeram uma massazinha e uma tinta branca e passaram por cima pra cobrir aquilo alí, como_se aquilo alí fosse segurar alguma coisa, né? E num segura. Isso não tem segurança. Como lá no ressentamento do Laranjeira já teve uma casa que desabou uma laje dessa aí em baixo. Eu me sinto como numa casa dessa, hum? Eu me sinto insegura. Quando vem um tempo de chuva, eu já fico tremendo de medo, já fico chorando, me tremendo de medo, achando que aquilo vai desabar, porque se de alguém já desabou, a minha não é diferente, que ela é tudo feita de um jeito só, né?</p> <p>[...] de armação de rede cair, ainda não caiu, mas só que eu tenho medo, porque eu já ouvi de outras pessoas dizer que colocou lá e já caiu, arrancou o tampão e caiu. Elas são feitas tudo de um material só, né? Então não tem nenhuma diferente.</p> <p>[A Norte Energia] pra mim não trouxe nada bom. Ela, a Norte Energia, ela trouxe muitos problemas pra nossas vida, né? Muito mesmo! Então, a unica coisa que eu achei que ela fez de melhor, porque colocou a gente nesse assentamento aonde a alagação não venha mais perturbar. Terrenos são bom. Então, foi a unica bondade que ela trouxe, foi de ter remanejado a gente pra esses assentamento, aonde a enchente não venha prejudicar a gente. Mas em outras parte, ela trouxe muita dificuldade pra nós (Canela, 56 anos, agosto de 2017).</p>
<b>RUC Laranjeiras</b>	<b>05</b>	<p>[Aqui] Vai fazer três anos já. Eu nasci aqui mesmo na cidade.</p> <p>[Morava] ali na beira do rio, no Pepino. Morava ali mais minha família.</p> <p>Ela [mãe]veio e ficou em outra rua. Aí foi separado de várias famílias que tinha lá. Um foi pra um canto, outro foi pro outro.</p> <p>[Na hora que fizeram o cadastro não levaram em conta se vocês queriam ficar juntos?]</p> <p>Até que levaram, mas no dia que foi pra mudar, um foi pro São Joaquim e outros veio pra cá. Teve que</p>

	<p>separar de qualquer forma.</p> <p>[Lá] era muito bom assim com a família, porque era todo mundo perto e a gente se reunia pra almoçar, pra festejar e tudo era mais fácil. Como era no centro, era perto de tudo, né? Então era muito bom lá, e ainda era perto da beira do rio, a gente banhava, pescava, lavava roupa lá, dia de sábado e domingo nós ia pra lá. Aí ficou chato nessa parte aí. Ficou longe de tudo.</p> <p>Aqui, como eu tô um pouco longe da minha família, eu fico mais em casa. Assim, eu se dou bem com os meus vizinho, mas não é mais aquela coisa de antes, num saio muito, não tenho pra onde ir, num levo os menino pra passear no centro porque é longe.</p> <p>Mudou que a gente veio morar mais longe, e por um lado a casa que nós morava antes era de tauba, né? Aí agora a gente não tá morando numa casa assim de tauba. Tá bom nessa parte aí, que a casa agora é outra, mas ficou distante. Eu acho ruim a distância só.</p> <p>[A casa] ela rachou a sala bem no meio, bem grande. Eu chamei, eles vieram aqui, colocaram aquela massa tudin, colocaram outras pintura ai que tampou tudin.</p> <p>A energia eu pagava lá bem pouquinha é 80, 70, 50 junto com a minha mãe ainda. E agora nós paga 230, 130. 130 é o mínimo (Xiapaia, 29 anos, agosto de 2017).</p>
06	<p>[Nasci] aqui mesmo na cidade. Eu morei ali na independente II, na lagoa.</p> <p>Lá a vida não era muito boa não, por causa do inverno. A água também, não era de boa qualidade, com certeza muito poluída.</p> <p>[Aqui] melhorou muito pra mim, mas ficou difícil por outro lado. Agora ficou assim, porque essas casas tem só cinco ano de garantia. A gente vai ter condição de desmanchar uma casa dessa pra fazer de novo, né? Minha casa tá toda comprometida, tanto a instalação, quanto as paredes dos quartos tá rachando e subindo pro teto. Aqui quando chove, a água fica rudiando a casa, aí mofa as paredes todinha. Aí o pessoal tem risco de até a casa cair qualquer momento, porque esse teto também não tem segurança, apesar de cada uma pesar é uma tonelada. Eu já conversei foi com uma cara que trabalhou nelas aqui; é muito perigoso. Já peguei ela com defeito, já. A maioria delas tem.</p> <p>Eu só sinto assim muita saudade da onde a gente morava, né?</p> <p>[Hoje] é difícil demais. Acordava cedo de manhã pra tomar banho pra ir pra escola no rio, lavava_louça, roupa na beira do rio... era bom demais. Tudo mudou. Ficou tudo mais difícil! Pra cá, melhorou por uma parte, porque eu não tinha onde morar, né? Mas depois...</p> <p>Quando eu morava com a minha família lá na beira do rio era bom demais. Hoje em dia, com esse impacto a água do rio é quente, quente, quente. Cê, pode ir até no meio do rio e mergulhar que lá ainda é quente.</p> <p>[...] aqui não pode dá uma chuva, sobe bueiro, sobe tudo pra cima das rua, tudo poluído.</p>

		[...] e eles falaram uma coisa, postaram foto de casa e isso e aquilo tudo bunitinho. Mas só quem sabe, quem passou pra dentro. Dificil de mais! (Xipaia, 32 anos, agosto de 2017).
--	--	---

Fonte: Entrevistas realizadas em Altamira, agosto e setembro de 2017.

Elaboração: Suelem Maciel Cardoso, 2018.

Um dos pontos bem evidenciados nos trechos das entrevistas dos moradores dos três RUCs é a falta de assistência com os indígenas e o descumprimento das promessas feitas pela Norte Energia para a realocação, conforme observado nas entrevistas das moradoras 01, 04, 05 e 06.

Em suma, a ideia que perpassa é de uma segregação dessas famílias, sem ao menos a garantia dos “fixos sociais” (SANTOS, 2007), como hospitais e escolas. Apesar dos RUCs apresentarem escola e posto de saúde, a extensão desses novos bairros provoca dificuldades para se chegar nesses locais. Além disso, há problemas relatados com os atendimentos que neles são dispensados.

Com relação aos problemas estruturais das casas - estes são problemas gerais de todos os reassentamentos –,destacam-se: 1) rachaduras nas paredes e teto; 2) infiltração; 3) piso em cerâmica soltando; 4) problemas de instalação elétrica com tomadas que não funcionam e lâmpadas que não acendem; 5) janelas e portas com defeitos e sem segurança; 6) esgoto entupido; 7) caixa d’água furada; 8) encanação com defeito; 9) problemas de instalação hidrosanitárias; entre outros problemas (MAB, 2017).

Entre os problemas gerais dos bairros estão: 1) acesso ao bairro não terminado; 2) falta de água constante; 3) contratos e títulos das casas não recebidos; 4) não há agentes de saúde; 5) alto valor da energia cobrada pela Celpa, sendo que há moradores que ainda não haviam se mudado e já tinham débito de energia da nova casa; 6) não tem escola de ensino médio; 7) falta manutenção e limpeza dos bairros como corte da grama; 8) não há creches; 9) não há praça ou espaço de lazer; 10) falta iluminação pública ou não tem manutenção da rede; entre outros (MAB, 2017).

De caráter mais social ganham ênfase: 1) não há auxílio para os atingidos que ficaram desempregados ou com problemas psicológicos; 2) faltam projetos sociais e de geração de renda; 3) falta policiamento e segurança; 4) alguns moradores ainda não receberam a indenização pelos seus comércios (MAB, 2017).

A partir do exposto, observa-se que a política de mitigação e compensação de impactos mais se trata de uma grande falácia na vida dos moradores atingidos, resultando em mais processos via MPF contra a Norte Energia. Tais processos de violação de direitos e enfraquecimento de resistências locais configuram, conforme analisou Nascimento (2017), o “Estado de exceção” que foi instaurado em conformidade com a implantação do empreendimento.

É também no âmbito desse Estado de Exceção que é possibilitado o acúmulo das violações de direitos, o que funciona como um quadro coordenado de ações que visa enfraquecer os processos de resistência em áreas que sofrem grandes intervenções. De certa forma, isso significa que o fato consumado não se resolve somente no campo das decisões jurídicas, muito embora se inicie nele, mas, sobretudo, é resultado de uma redução gradativa da força de resistência dada pela ampla gama de violações ocorridas na implantação da hidrelétrica, que cria inúmeros desdobramentos em torno do passado, do presente e do futuro dos povos violentados do Xingu (NASCIMENTO, 2017, p. 267).

No que concerne à população indígena que está nesses bairros, esses processos acarretam em uma drástica mudança em seus modos de vida; impactos negativos estes que nenhum EIA/RIMA prevê e que dificilmente podem ser mitigados, pois vão muito no plano do simbólico, da representação que os espaços antes vividos tinham para estas famílias. O encontro familiar e com vizinhos no dia-a-dia foi subitamente interrompido e de forma artilosa, famílias inteiras que antes dividiam o mesmo espaço, foram desintegradas e separadas até em bairros diferentes e distantes uns dos outros. Há casos, conforme o quadro 14 mostra ainda, que uma só senhora de idade ficou em uma casa e o restante da família foi dividida em outros bairros. Isto revela toda a face negativa e avassaladora desses grandes empreendimentos em uma região com populações e com modos de vida tão diversos e ligados à dinâmica da natureza.

Observamos ainda que as famílias indígenas deveriam receber um tratamento diferenciado, conforme fosse o caso, pela questão étnica e deveria haver um programa somente para recompor seus modos de vida, o que não vem ocorrendo.

Cabe destacar, conforme observado nas entrevistas, que a única melhoria na vida dessas pessoas se dá pela nova casa não estar em uma área que inunde com as chuvas. Esta melhoria se reflete, também, como principal discurso da empresa, o que nos remete àquela velha confusão conceitual no Brasil que Santos (2007) abordava, a de que o direito à moradia se confunde com o direito de ter casa. Para grande parte das famílias indígenas, entretanto, o “morar” vai além de “habitar”, está no plano do viver e do vivido, está ligado à questão da liberdade. Nas palavras de uma moradora Kayapó-Xicrim de 42 anos é ter “um lugar pra gente respirar”.

As áreas dos igarapés e do rio Xingu que estavam dentro da cota atingida, conforme o Plano de Requalificação, depois da remoção da população, foram urbanizadas e transformadas em parques lineares. Tais ações entram em consonância com os objetivos do Plano Diretor Municipal, que já previa isso, bem como as políticas de turismo do Estado como o “Ver-o-

Pará”, que apresenta Altamira como polo regional para a dinamização do turismo na região. O intuito com os parques é dotá-los com equipamentos para lazer e turismo e criar um corredor que os liguem. Assim, Altamira teria mais pontos para o desenvolvimento da atividade turística, incremento no comércio, nos serviços e no aumento da receita municipal. Contudo, por enquanto, na paisagem, esses parques não parecem ter sentido, haja vista que neles se reproduz a violência urbana e, pela pouca arborização que dispõe a cidade, não se observa a utilização destes para lazer. No plano, um dos motivos para a remoção dos moradores destas áreas estava atrelado aos problemas ambientais causados pelas ocupações irregulares. Nesse sentido, pouco foi feito para cumprir tal propósito.

A ideia que perpassa ao se observar a paisagem é muito mais de uma higienização dessas áreas e seu embelezamento, uma vez que as palafitas não são esteticamente atrativas visualmente e vai de encontro a todo o planejamento de uma cidade que é um polo sub-regional e das políticas de turismo, e que recebe constantemente investimentos públicos e privados. Assim, tem-se a ideia de mais um tipo de segregação socioespacial, haja vista as inúmeras famílias indígenas de várias etnias que viviam nessas áreas não podem voltar a residir ali, pois o plano salvaguarda medidas para impedir esse acontecimento de reocupação. Desta forma, mais uma vez, a presença indígena e seus modos de vida foram ignorados no âmbito dessas políticas.

Em decorrência desses processos e, conforme já havia sido solicitado dentro dos PBAs, alguns moradores indígenas organizados em associações e com o apoio dos movimentos sociais, reivindicaram a criação de um bairro indígena. No entanto, depois de muitos entraves, está sendo construído um reassentamento diferenciado, que não se trata de um bairro indígena, mas nas palavras de seus idealizadores, um bairro preferencialmente indígena que vai abrigar também demais populações que tenham sua subsistência ligadas ao rio. Nasce, então, o RUC Pedral. Podemos entender esses processos no trecho da entrevista a seguir:

todo processo de remoção compulsória da cidade afetou as populações indígenas que habitavam nas áreas que foram removidas. Não foi feito um processo, de fato, de identificação em assentamento devido a essas populações. Então, a luta do Pedral surgiu em decorrência disso, de se ter um reassentamento na beira do rio e que essas populações pudessem manter a relação de tradicionalidade com o rio. Os impactos das remoções são diversos. Os reassentamentos são longe, a maioria dessas pessoas não tem condições adequadas de locomoção pro centro da cidade, tudo ficou mais caro. Então, grande parte dos indígenas que também pescam, são pescadores, tiveram uma dificuldade muito grande de acessar o rio e de conseguir comercializar o pescado. Toda a mudança nas redes de vizinhança, de

moradia foi interrompida e quebrada durante o processo de remoção. Então, acho que o maior impacto de todos foi a intervenção Urbana com os reassentamentos. Você tem 5 reassentamento urbanos coletivos que não oferecem, de fato, uma recomposição do modo de vida que essas pessoas tinham quando elas moravam na beira do rio, próximo, assim, da cidade (Advogada do Programa Xingu do ISA, 29 anos, agosto de 2017).

O RUC Pedral está localizado em uma área escolhida pelos próprios indígenas moradores da cidade - antes localizada dentro da área rural que foi transformada em urbana – por ter um sentido simbólico para muitos que ali praticavam atividades ligadas à castanha e por estar próximo do rio Xingu, ideal para reproduzir seus modos de vida. O quadro 15 mostra uma síntese do histórico de luta por essa demanda, que envolveu vários sujeitos e teve muitos entraves ao longo de cinco anos.

Ao observarmos as demandas propostas para o RUC Pedral, fica evidente o embate entre a Norte Energia e os povos indígenas e pescadores de Altamira. A empreendedora se recusava a implantar um bairro indígena ou diferenciado, como o caso do Pedral que receberá índios e pescadores, ou seja, a população que tem sua sobrevivência com base na pesca. Cabe destacar, segundo algumas lideranças, que grande parte das famílias indígenas em Altamira vive da atividade da pesca e há muitos pescadores não índios casados com mulheres indígenas, por isso também uma luta conjunta.

A questão da implantação do bairro Pedral ultrapassa os limites de Altamira, sendo Brasília palco de grandes embates envolvendo diversos agentes, conforme demonstrado no quadro 15. Isto também revela o esforço das lideranças indígenas locais que, sem muitas vezes serem convidadas e com poucos recursos, vão à capital Federal reivindicar seus direitos e estabelecer propostas em reuniões com os agentes relacionados às questões de reassentamentos de Belo Monte.

Conforme disposto no quadro, o movimento de luta pelo Pedral para os indígenas idealizadores tem sido árduo e dura anos, com algumas perdas, mas muitas conquistas. O fato de conseguirem que a empreendedora fosse obrigada a fazer as casas, já é considerado uma grande conquista.

Quadro 15. Projeto RUC Pedral: histórico de sua implantação (04/2013-03/2018)

DATA	LOCAL	NATUREZA DO DOCUMENTO	PRINCIPAIS AGENTES	PRINCIPAIS PONTOS
06/04/2013	Sede da NESAs em Altamira	Memória da reunião	Agentes ligados a: NESAs, colônia e comitiva de pescadores, poder público e pescadores.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação e esclarecimento por parte da NESAs do processo de realocação de moradia em Altamira;</li> <li>• Apresentação da área Fazenda Laranjeiras, identificada como Área dos Painelas, proposta pela NESAs. <b>Decorrencia:</b> um grupo de pescadores apontaram dificuldades e impedimentos na navegação por barco;</li> <li>• Resposta da NESAs sobre a área proposta pelos pescadores da colônia Z-57, área do Pedral. <b>Decorrencia:</b> a NESAs considerou a área inviável por estar fora do estabelecido no PBA de distância de 2 Km da atual moradia e fora do perímetro urbano.</li> <li>• Os pescadores destacaram elementos fundamentais na área: a navegação somente possível no rio Xingu; a casa deveria ficar próxima ao local onde ficam as embarcações, devido os furtos e depredações que as embarcações que já ocorriam; o barco é o seu meio de vida e transporte; custos com transporte do material de casa até o barco.</li> </ul>
08/04/2013	Brasília	Nota Técnica	Assessoria de Assuntos Estratégicos e Relações Institucionais do Ministério da Pesca e Aquicultura	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aponta angústia e insegurança para as famílias realocadas e necessidade de melhoria e esclarecimento quanto à realocação dos atingidos;</li> <li>• A proposta de realocação das famílias de pescadores deve ser conjunta a estruturação da atividade econômica do setor, interagindo ações para o atendimento deste público diferenciado, de forma que possam continuar desenvolvendo suas atividades de pesca e aquicultura;</li> <li>• Para a proposta de moradia na Área dos Painelas, faz-se necessário garantir pelo empreendedor condições acesso náutico as embarcações, limpeza e desobstrução do canal permitindo a navegabilidade até a ponte proposta e garantia de segurança da navegação nesta área.</li> </ul>
21/08/2013	Brasília	Resposta de ofício emitido pelas	Superintendência de Assuntos Indígenas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A NESAs informa, em resposta, que a escolha das áreas para reassentamentos obedeceu a critérios estabelecidos pelo IBAMA,</li> </ul>

		associações Kirinapã e Inkuri	(SAI) da NESA	<p>que se pautou na preocupação de não ser instalados em Altamira bairros que pudessem caracterizar algum tipo de segregação, como a proposta de um bairro exclusivamente de indígenas citadinos, conforme proposta das associações indígenas em ofício;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aponta dificuldade na aquisição da área do Pedral, e ainda que isso fosse possível, não conseguiriam cumprir o cronograma de Licenciamento Ambiental;</li> <li>• Reafirma o compromisso com os indígenas atingidos na cidade de Altamira, seguindo obrigações estabelecidas no PBA, aprovados pelo IBAMA e FUNAI.</li> </ul>
25/11/2013	Altamira	Requerimento emitido a NESA, FUNAI, IBAMA, Secretaria Geral da República e MPF	Associações Inkuri e Kirinapã em nome de diversas etnias afetadas pelo empreendimento na cidade de Altamira	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Demanda por um RUC indígena da seguinte forma: <ol style="list-style-type: none"> <li>1- “A proposta de RUC indígena não se trata de um “bairro indígena” nem de uma “reserva indígena”, mas de um espaço onde os indígenas sejam reassentados próximos uns aos outros, coletivamente, em local que preserve o modo de vida dos indígenas em Altamira, sendo, portanto, próximo ao Rio Xingu, pois muitos são pescadores”;</li> <li>2- “Os indígenas devem ser reassentados no mesmo local para preservação dos laços de parentesco, e favorecer o processo de reconhecimento da identidade étnica dos povos indígenas que hoje estão na área urbana de Altamira; não aceitamos o local em que a Norte Energia deseja fazer o RUC”;</li> <li>3- “Não aceitamos o modelo de casas de concreto apresentado pela Norte Energia; queremos casas de alvenaria, com tijolo e cimento, de, no mínimo, 78m<sup>2</sup>, conforme foi prometido pela Norte Energia”.</li> </ol> </li> <li>• Aponta que o RUC favorecerá a execução de políticas públicas diferenciadas para os indígenas, a exemplo de saúde, educação escolar diferenciada, bem como a execução dos programas do Projeto Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI);</li> <li>• Solicitação de providências das autoridades competentes.</li> </ul>
10/12/2013	Brasília	Nota Técnica	Coordenação de Energia Hidrelétrica (COHID)/IBAMA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• [...] caso não haja condições de superação das inadequações [Referente ao RUC Laranjeiras] apontadas nesta nota, recomenda-se a prospecção de novas áreas para que as condições de modo de vida dos pescadores e ribeirinhos sejam atendidas (IBAMA, 2013,</li> </ul>

				<p>p. 5)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Retomando o PBA e o Projeto de Reassentamento Urbano, aponta para a realização de encontros individualizados com cada grupo, ação não concluída, e por isso devendo retomar a discussão com os atingidos para apresentação de propostas e tomadas de decisão de maneira mais consensual.</li> </ul>
26/03/2014	Brasília	Requerimento emitido a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República	Associações Inkuri e Kirinapã em nome de diversas etnias afetadas pelo empreendimento na cidade de Altamira	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aponta que existem diretrizes no PBA que dão aos índios cidadãos direitos diferenciados dos oferecidos à população não indígena, como a escolha da área a ser reassentada;</li> <li>Muitos indígenas são pescadores, possuindo a maioria embarcações. Os pescadores que não são indígenas casaram-se, na maioria, com indígenas, estabelecendo uma relação próxima entre índios cidadãos e pescadores;</li> <li>Esta ligação levou a união desses grupos para lutarem para que sejam assentados na área denominada Pedral;</li> <li>O Pedral encontra-se em uma área semiurbana a 345 metros do perímetro urbano;</li> </ul>
08/04/2014	Sede da FUNAI em Brasília	Memória de Reunião	Representantes da Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental da FUNAI e Coordenação regional Centro Leste Pará, NESAs, MPFs, Secretaria de Direitos Humanos, Ministério da Pesca, IBAMA, associações indígenas e pescadores.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os representantes de associações reiteram que nunca foram consultados sobre a seleção das áreas para realocação;</li> <li>A representante da SDH informa que tem conhecimento das irregularidades e violação dos direitos dos Povos Indígenas e que a secretaria irá acompanhar a situação;</li> <li>A FUNAI afirma que apoia a reivindicação dos indígenas em relação a aquisição da área do Pedral, informando que a operacionalização dos programas dos PBAs nas aldeias e na cidade será diferente por causa de suas características e particularidades</li> </ul>

25/04/2014	Brasília	Informação n° 91/2014/CGLIC enviada ao IBAMA	FUNAI/ Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável/ Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental (CGLIC)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A informação apresenta algumas demandas dos indígenas e pescadores para o novo RUC: Analisando os resultados apresentados nos registros das discussões dos grupos, identificam-se as seguintes demandas, além do que se encontra previsto no projeto do RUC: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Em relação às opções de reassentamento e compensação: <ul style="list-style-type: none"> <li>a.1) Inclusão da área no Pedral nas propostas de reassentamento;</li> <li>a.2) Opção de construção de casas para as famílias locatárias;</li> <li>a.3) Reassentamento da Norte Energia com casas de alvenaria e telhas de barro;</li> <li>a.4) Proprietários de terrenos possam trocá-lo por lote dentro deste reassentamento;</li> <li>a.5) Mudanças vinculadas aos parentes (Laços de parentesco);</li> <li>a.6) Caso tenha demora nas negociações, as famílias que vivem em áreas de alagamento tenham direito de um auxílio aluguel provisório até que se consolide a negociação;</li> <li>a.7) Área na beira do rio;</li> <li>a.8) Casas Muradas;</li> <li>a.9) Casas com metragem mínima de 78 m²;</li> <li>a.10) Casas adaptadas para portadores de necessidades especiais;</li> <li>a.11) Atividade Pesqueira;</li> <li>a.12) Local adequado para atividades pesqueiras, contando com equipamentos de pesca e embarcações (Galpão) e para reparo das mesmas;</li> <li>a.13) Famílias de pescadores não indígenas também possam desfrutar e residir desta mesma área destinada às famílias indígenas, às margens do Rio Xingu;</li> <li>a.14) Local destinado para construção das sedes das associações;</li> <li>a.15) Sistema Educacional com creches, ensino infantil, fundamental e médio e Escolas (com educação diferenciada na língua indígena);</li> <li>a.16) Sistema de Saúde com postos de atendimento preferencial para as famílias indígenas;</li> <li>a.17) Estrutura de lazer com praças, quadras poliesportivas, bosque;</li> </ul> </li> </ul> </li> </ul>
------------	----------	--	---	---

				<p>a.18) Centro Cultural (local destinado para cursos profissionalizantes, exposições, polo de artesanato, festas e reuniões da comunidade);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• b) Projetos Atividades Produtivas <ul style="list-style-type: none"> <li>b.1) Horta Comunitária;</li> <li>b.2) Feira comunitária Agrícola;</li> <li>b.3) Espaço adequado para a construção de fábrica de sabonetes entre outras;</li> <li>b.4) Farmácia Verde;</li> <li>b.5) Criação de peixe (tanque escavado ou tanque-rede);</li> <li>b.6) Cursos de artesanato e resgate cultural;</li> <li>b.7) Casa de farinha;</li> <li>b.8) Formação de cooperativas;</li> <li>b.9) Projeto de Criação de aves;</li> </ul> </li> <li>• destaca que algumas demandas apresentadas não dependem só do empreendedor, possuem interface com outras instituições ou estão na esfera governamental;</li> <li>• aponta que a demanda pela área do Pedral se dá pela relação histórica com o rio Xingu pelas famílias, bem como a relação com essa área do Pedral;</li> <li>• Avalia os anseios da comunidade como legítimos, devendo os mesmos serem levados em conta, observando as regras de licenciamento ambiental e articulando as esferas institucionais envolvidas para se atingir o objetivo da recomposição das condições de vida dos atingidos em parâmetros iguais ou superiores.</li> </ul>
25/4/2014	Altamira	Requerimento em conjunto nº 995/2014 enviado à prefeitura	Vereadores João Roberto, Victor Conde e Francisco Marcos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pede que seja encaminhado em caráter de urgência à Câmara dos Vereadores o Projeto de Lei Referente à urbanização da área do Pedral, onde funcionava a cooperativa dos índios que extraíam óleo da castanha;</li> <li>• Justifica que a solicitação é em atendimento aos representantes das associações Inkuri e Kirinapã, visando contemplar a realocação dos indígenas citadinos e pescadores de Altamira;</li> </ul>

				<ul style="list-style-type: none"> <li>• Destaca que a NESA não pode negociar a área por não estar em zona urbana.</li> </ul>
03/06/2014	Altamira	Ofício n° 063/2014 emitido do Gabinete da Prefeitura ao Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, encaminhado posteriormente ao IBAMA	Prefeito Domingos Juvenil	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O documento informa que a prefeitura local manifesta aos órgãos e entidades competentes sua disposição em tomar medidas de forma a viabilizar a escolha da área conhecida como Pedral, para reassentar índios citadinos e pescadores, no âmbito do programa de reassentamento do PBA da UHE Belo Monte.</li> </ul>
17/07/2014	Altamira	Memória da reunião	Representantes da NESA, liderança dos pescadores, índios citadinos, IBAMA, MPF, FUNAI, Casa de Governo, Polícia Rodoviária Federal, Prefeitura e CNEC Worley Parsons, responsável pela elaboração do Plano de Requalificação Urbana	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O representante da associação Inkuri relatou os motivos pelo qual não aceitariam o RUC Laranjeiras, destacando a poluição do Igarapé Panelas, que recebe esgoto, enxurradas que descem os morros e indícios de gordura provenientes do cemitério nas proximidades. Enfatizando que as casas deveriam ser de alvenaria, assim como a dos indígenas aldeados;</li> <li>• O representante da colônia de pescadores Z-57 solicitou resposta do IBAMA com relação ao Pedral, informando que caso não houvesse, buscaria seus direitos;</li> <li>• O representante do IBAMA assinalou que a área do Pedral poderá ser adquirida, caso haja acordo entre as partes, respeitando as exigências do PBA e o tempo da Licença de Operação;</li> <li>• O representante da NESA afirmou que iriam tomar medidas para iniciar a aquisição da área do Pedral</li> </ul>
12/09/2014	Altamira, sede da Superintendência de Assuntos	Memória da Reunião	Lideranças de associações indígenas e de pescadores, Casa de Governo, representantes de assuntos fundiários e	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O representante de assuntos fundiários da NESA relata que o proprietário da área do Pedral não aceitou o valor ofertado, em decorrência a empresa entrou com o processo de desapropriação da área, haja vista o imóvel estar em área Declarada de Utilidade Pública (DUP). Reafirmando que a área do Pedral será sim</li> </ul>

	Indígenas (SAI) da NESAs.		assessoria jurídica da NESAs e famílias indígenas cidadinas.	adquirida pela empreendedora. Declarou que haviam índios cidadinos reassentados nos RUCs São Joaquim e Jatobá, com respaldo de documentação da FUNAI.
03/10/2014	Brasília	Ofício emitido ao gabinete da prefeitura de Altamira	DILIC/IBAMA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resposta ao ofício nº 063/2014 do Gabinete da Prefeitura de Altamira, informando que a Norte Energia oficializou os tramites para aquisição da área do Pedral, sendo oportuna as medidas administrativas mencionadas no último ofício.</li> </ul>
12/03/2015	Altamira	Carta com propostas apresentadas pelo grupo de acompanhamento do bairro Pedral	Grupo de Acompanhamento da Implantação do Bairro de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Pedral/Altamira-Pará (Constituído de antropólogos da UFPa, MPF, FUNAI regional, ICMBio, Presidente de associações indígenas e de pescadores)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Principais Considerações:</b> - O reassentamento deve mitigar impactos negativos e não aprofundá-los ou criar novos impactos; <ul style="list-style-type: none"> <li>- Para os grupos tradicionais, o acesso ao rio Xingu e seus afluentes é condição indispensável para a manutenção de seus modos de vida;</li> <li>- é premissa inafastável do PBA de Belo Monte o respeito e manutenção do modo de vida das populações afetadas;</li> <li>- Nas oficinas realizadas com os atingidos pela NESAs, no primeiro semestre de 2014, os indígenas manifestaram seu vinculo de dependência com o rio Xingu e que a opção pelo Pedral foi afirmada pela maioria dos presentes;</li> <li>- A demora de reassentamento dos atingidos à margem do rio Xingu e a impossibilidade de suspensão do reassentamento geral conduziram à situação de assentamentos provisórios dessas populações tradicionais nos RUCs destinados ao reassentamento geral;</li> </ul> </li> <li>• <b>Premissas para a garantia da manutenção dos modos de vida:</b> - Devem ser garantidos no reassentamento meios de subsistência, emprego, geração de renda, relações sociais, acesso a serviços e recursos naturais; <ul style="list-style-type: none"> <li>- A organização do novo espaço deve espelhar na organização social dos povos indígenas e comunidades tradicionais;</li> </ul> </li> <li>• <b>Diretrizes:</b> - Participação e controle social que garanta: o acompanhamento das obras no local e cronograma apresentado; e definição de um plano de garantia de opção para o RUC Pedral de forma que a transferência da população aos reassentamentos provisórios para o Pedral se fará sem prejuízos financeiros para a</li> </ul>

				<p>população atingida; definição de um plano de mitigação para impactos não previstos que garanta que a população assentada provisoriamente longe do rio Xingu não sofrerá impacto no seu modo de vida;</p> <p>-Infraestrutura mínima do bairro com: sistema de tratamento de esgoto, transporte público terrestre e fluvial, coleta seletiva de lixo, sistema de armazenamento e fornecimento de água, energia elétrica, pavimentação de ruas de acesso aos bairros, ruas internas com pavimentação permeável, calçadas, sistema adequado de drenagem, porto, atracadouro, trapiche, barracão para guardar os motores, preservação da floresta nativa ao sul, praça arborizada e área de lazer, espaço para feira, Parque etnoecológico na área da floresta, mercado de peixes e área de acesso ao rio para banho;</p> <p>- Equipamentos públicos mínimos do bairro: escola adequada às especificações dos povos indígenas, creche, posto de saúde com ambulância terrestre e fluvial, posto policial, área de comércio, área de uso das associações/cooperativas, centro cultural, quadra poliesportiva, campo de futebol e área para implantação do centro de formação tecnológica;</p> <p>- Posturas urbanas: blocos residenciais com lotes de 300m<sup>2</sup> cada, casas de tijolo, hortas e pomares próximas as áreas residenciais, destinação de 30 a 40% do bairro para área de preservação permanente contínua com floresta nativa;</p> <p>- Apresentação e informações e estudos necessários.</p>
24/04/2015	Sede da Norte Energia em Altamira	Memória de reunião	Membros do Grupo de Acompanhamento do RUC Pedral e Norte Energia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os membros do Grupo de acompanhamento observaram que não atendeu a solicitação de todas as estruturas públicas referidas e solicitadas no documento sobre as diretrizes do loteamento, emitido pelo Grupo de Acompanhamento;</li> <li>• A empresa garantiu que as estruturas públicas previstas no PBA serão construídas e afirmou que o padrão de construção do bairro será o mesmo dos outros RUCs, entretanto ficou de analisar algumas propostas.</li> </ul>
12/05/2015	Câmara de Vereadores de Altamira	Indicação em conjunto n° 005/2015	Quinze vereadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicação enviada à prefeitura de Altamira solicitando o encaminhamento para votação do projeto de lei que altera o perímetro urbano, dando uma nova reorganização e urbanização de</li> </ul>

				<p>Altamira, com vista à implantação do reassentamento de indígenas e pescadores;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Justifica que a necessidade de ampliação se dá devido a empreendedora só poder implantar o projeto se a área estiver dentro do perímetro urbano. Destacando a importância do referido projeto de lei para oferecer aos indígenas e pescadores um local que possam viver com dignidade.</li> </ul>
03/11/2015	Altamira	Lei nº 3208 de 03 Novembro de 2015 sancionada no Diário Oficial do Município	Prefeitura de Altamira	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A referida Lei dispõe sobre a declaração do perímetro urbano do município de Altamira até a área do Pedral.</li> </ul>
24/11/2015	Brasília	Licença de Operação nº 1317/2015 à Norte Energia	IBAMA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Condicionantes Específicas:</b> 2.6. Em relação às atividades de reassentamento da população atingida: a) Executar revisão do tratamento ofertado aos ribeirinhos e moradores de ilhas e beiradões do rio Xingu, garantindo o acesso à dupla moradia a todos os atingidos que tenham direito; b) Implantar o RUC Pedral até novembro de 2016 e cumprir todas as etapas dos projetos de reassentamento urbano previstas para as famílias destinadas aquele RUC: pré-transferência, transferência e pós-transferência; c) Garantir a participação do Grupo de Acompanhamento do Pedral para a consolidação do RUC Pedral; d) implementar, até outubro de 2016, as obras de urbanização e relocação ou indenização dos moradores do bairro Jardim Independente II atingidos pelo enchimento do reservatório</li> </ul>
02/12/2015	Altamira	Memória de Reunião	Representantes do IBAMA, FUNAI e lideranças indígenas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O IBAMA afirma que o RUC Pedral será construído e receberá além das comunidades tradicionais, os moradores do Jardim Independente II.</li> </ul>
24/06/2016	Altamira	Memória de reunião	Associações indígenas e pescadoras, Norte Energia, IBAMA, FUNAI, SEPLAN, ISA, DPU, MAB	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O presidente da associação Inkuri aponta que deve se manter a proposta apresentada pela empreendedora e aprovada pelo GT Pedral em 2015, e que em tal proposta havia área para ser doada às associações de indígenas citadinos e aldeados. Ressalta ainda que há mais de 150 famílias que desejam ir para o Pedral;</li> </ul>

				<ul style="list-style-type: none"> <li>O representante da Norte Energia afirma que não é razoável fazer 600 casas uma vez que não tem público e que as propostas do GT Pedral são levadas à diretoria da empresa. Destaca que o projeto foi adequado para 150 casas, alegando que houve manifestação do MPF e DPU para que fosse realizado projeto original. Afirma ainda que a Norte Energia não tem compromisso de doar terrenos para indígenas que não sejam cidadãos, propondo que haja uma consulta mais adequada para populações que tenham interesse no Pedral.</li> </ul>
08/03/2017	Altamira	Decreto n° 056 de 08 de março de 2017	Prefeitura de Altamira	<ul style="list-style-type: none"> <li>O decreto aprova o loteamento de uso misto (residencial e comercial) denominado Reassentamento Urbano Coletivo Pedral.</li> </ul>
13/09/2017	Brasília	Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal	Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1)	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), em Brasília, ordenou a suspensão da licença de instalação da Usina de Belo Monte, no município de Altamira (PA). A licença permanecerá suspensa até que seja promovida pela Norte Energia a readequação dos projetos destinados ao reassentamento urbano coletivo de pessoas despejadas de suas casas pela construção da hidrelétrica. A decisão atende a pedido feito pelo Ministério Público Federal (MPF) em ação que teve início em 2015, com o começo da construção das casas.</li> </ul>
03/2018	-	Informação Verbal	Representante do GT Pedral	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Pedral está sendo construído com 150 casas semelhantes as dos outros reassentamentos;</li> <li>Todas as associações terão lotes no reassentamento;</li> <li>A entrega do reassentamento está em atraso.</li> </ul>

Fonte: Acervo pessoal de documentos do coordenador do GT Pedral.

Elaboração: Suellem Maciel Cardoso, 2018.

O reassentamento terá 150 casas; a queda para este número se deu, sobretudo, pelo fato de muitos moradores indígenas realocados nos outros RUCs já terem feito benfeitorias em suas casas – e que não houve a garantia pela empreendedora de ressarcimento – e da incerteza se os governos municipal e estadual vão cumprir com as infraestruturas previstas e políticas diferenciadas. Outro ponto é que as casas são do mesmo material de todos os outros reassentamentos. Há ainda o fato de alguns moradores não terem conhecimento sobre esse reassentamento, o que mostra as arbitrariedades no cadastro e diálogo com a população atingida por parte da Norte Energia.

O Pedral contará com espaço para as sedes das associações dos índios que moram na cidade e dos índios que moram nas aldeias, sendo, desta forma, um espaço de apoio, na cidade, para esses indígenas das aldeias. Além disso, vai tornar mais estreita a relação cidade-aldeia-cidade, dentro do que se pode conceber de uma “ordem próxima” (LEFÈBVRE, 2006). Contará também com espaços para eventos culturais como as festas desses povos, reproduzindo, assim, as relações culturais e propriamente a “etnicidade” (NEVES, 2015).

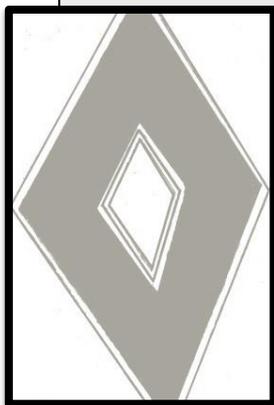
Estão previstos para esse reassentamento: um centro de beneficiamento de produtos florestais; um centro de tecnologia; um centro cultural; um espaço de promoção de interação; e um mercado de peixe. Este RUC receberá famílias indígenas e pescadoras já reassentadas e que desejam residir nesse novo bairro, alguns moradores do bairro Jardim Independente II, que são indígenas impactados, sobretudo, com a quebra de laço de parentesco. Ainda em trâmite, o Pedral também pode receber os indígenas e pescadores do bairro Jardim Independente I. Porém, ainda não se tem ideia do que vai ocorrer com as casas dos RUCs que serão desocupadas. Segundo os idealizadores do Pedral, com esse reassentamento, os programas do PBA-CI, podem ser implementados a este público de maneira mais ampla, embora com algumas diferenças.

O atraso das obras desse reassentamento pela empreendedora, inferimos que está atrelado a essas exigências que geraram discordâncias e que trouxeram para o movimento de luta vários outros segmentos sociais para o apoio. Entendemos, portanto, que o RUC Pedral, embora não tenha sido um sonho de muitas lideranças e outros moradores indígenas, pode ser considerado uma grande forma de resistência em face desses impactos deletérios. Seguindo as concepções de Almeida (2008), o Pedral poderá se apresentar como um espaço de “territorialidade específica” dos indígenas que moram na cidade de Altamira.

A partir da análise das políticas, observa-se que a Altamira vivida vem a ser planejada pelo Estado em consonância com os agentes hegemônicos, no âmbito da representação do

espaço – o concebido pelos planejadores carregados de ideologias condicionadas pelo jogo do mercado; e o percebido, que traduz a aparência do fenômeno no plano da paisagem –, mas dela não se exclui a ordem imediata ligada aos modos de vida no plano do vivido atrelado à dinâmica dos rios e floresta que não pode ser abafada pelas abstrações do espaço. “A problemática do espaço vivido é um aspecto importante e talvez essencial de um conhecimento da realidade urbana” (LEFÈBVRE, 2008).

As políticas direcionadas para a questão indígena, como o PBA-CI mais se caracterizam como medidas superficiais que pouco proporcionam melhorias da qualidade de vida dessas populações. Ademais, observou-se também, em face desse processo o acirramento da segregação socioespacial desses povos na cidade, que são sujeitos também produtores deste espaço. Encontra-se nessa cidade um jogo dialético de “ordem próxima” e “ordem distante” (LEFÈBVRE, 2006). E é a partir do vivido e da cotidianidade que se afloram a prática social e a resistência, conforme observamos no decorrer do trabalho.



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**N**a atuação do Estado nas últimas décadas, sobretudo a partir do período desenvolvimentista, a Amazônia, com o advento da abertura da fronteira econômica, passou a ser um importante alvo das políticas governamentais, consolidando um papel na Divisão Territorial do Trabalho, que é reforçada através das formas de planejamento e gestão pensadas para parcelas de seu espaço. Neste sentido, a cidade de Altamira vem ganhando destaque nesse cenário, sobretudo na sua sub-região, o sudoeste paraense, articulando relações tanto com os municípios próximos e seu entorno quanto com pontos situados em espaços extrarregionais. Desempenhar, assim, um importante papel intermediador na rede urbana amazônica, especialmente na da sub-região da qual faz parte, reforça seu papel de cidade média na Amazônia oriental. Com o advento da abertura da Transamazônica, Altamira torna-se um importante alvo das políticas estatais com o PIC-Altamira, recebendo investimentos tanto públicos quanto privados e ganhando notoriedade no cenário paraense.

Em períodos mais recentes, no plano do discurso, os novos grandes projetos são considerados imprescindíveis para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida. Resta saber o que é essa melhoria de qualidade de vida, haja vista que os empregos gerados são temporários, muitas vezes, e os altos cargos são ocupados por profissionais de outras regiões do Brasil. O que sobram, de fato, são diversos problemas em múltiplas escalas. Belo Monte é um grande exemplo na atualidade, assim como Tucuruí foi há poucas décadas (e ainda é); ambas provocaram e ainda provocam um processo generalizado de genocídio e etnocídio.

A forte presença indígena pluriétnica reflete-se na cidade de Altamira, que tem sua gênese com o aldeamento Tavaquara, composto, principalmente, por índios das etnias Xipaya, Curuaya e Juruna, os quais reivindicam ações do Ministério Público Federal em relação à demarcação de um território na área urbana desde o início da década de 2000. Contudo, a partir de 2010, desenha-se um novo cenário na região com a aprovação do licenciamento da UHE Belo Monte, à revelia das legislações, que tem em Altamira seu polo logístico, ocasionando uma série de impactos socioambientais.

Se o empreendimento não foi barrado desta vez pela pressão dos povos indígenas e de outros movimentos sociais, a partir dele, então, aumentou o movimento de luta por direitos e políticas específicas para essa população diferenciada, refletindo-se no aumento do número de organizações indígenas e de associados na cidade. Além disso, com esse movimento, o número de moradores indígenas que passaram a reivindicar a pertença étnica junto à FUNAI aumentou, caracterizando um fenômeno de etnogêneses.

Essas famílias indígenas, em grande parte, vivem de forma precária ocupando bairros periféricos, geralmente próximos dos rios, e com a ausência de serviços públicos básicos. Muitos já tinham moradia na cidade devido à ocupação histórica de seus familiares; outros se viram obrigados a mudar em razão da falta de assistência de saúde e de educação nas aldeias ou povoados originários. Recentemente, esse êxodo aumentou em decorrência das inundações das ilhas nas quais viviam e da perda dos mínimos vitais para a sobrevivência, como as roças e a morte dos peixes, sendo a pesca a maior atividade de subsistência de um número expressivo de famílias.

Aqueles que foram impactados e reassentados sofreram grandes mudanças e interrupções nos seus modos de vida. A distância do rio e a quebra do laço de parentesco são problemas que nenhum estudo prevê e demanda medidas para mitigar. A realidade desses moradores é de uma verdadeira segregação socioespacial; esquecidos nas porções mais distantes da área urbana, com carência de serviços, como transporte público. Ademais, sofrem com graves transtornos nas casas “descartáveis” que a Norte Energia entregou, como grandes problemas de infraestruturas e de inadequação para o clima amazônico, sem contar o alto valor da conta de energia na região que tem uma das maiores hidrelétricas do Brasil.

A reunião familiar é uma prática comum, que foi prejudicada causando outro tipo de impacto jamais previsto no estudo de impacto ambiental. Depreende-se que todas as famílias ligadas às aldeias ou com parentes realocados foram impactadas. Ademais, em reação a esses impactos nocivos, ganhou força a luta pelo reassentamento diferenciado, o RUC Pedral, para reestabelecer os laços de parentesco, de conexão com o rio e se tem a perspectiva nele de implementação de políticas diferenciadas. A demanda por este, está pautada em uma luta contra a Norte Energia que perdura por cerca de cinco anos, pois a empresa não queria atender às reivindicações e às especificidades exigidas pelos indígenas e pescadores para o Pedral. Muitos agentes foram envolvidos neste movimento, o que revela bem o embate Indígenas *versus* Norte Energia/Estado na cidade de Altamira.

Aos moradores impactados e não mitigados, por estarem fora da Área Diretamente Afetada, arcam com as consequências do enchimento do reservatório e as inundações em períodos chuvosos. Também tiveram sua sobrevivência na cidade acometida devido aos perigos que o rio Xingu passou a oferecer em determinados trechos. Nesse sentido, com a licença de implantação, abriu-se um pressuposto para a “privatização” do rio Xingu e seus afluentes em uma realidade, que por muito tempo, o rio e a floresta estão ligados à dinâmica da vida de muitos moradores, na aldeia, nas ilhas e na cidade. Nesse contexto, há o

impedimento de acesso ao rio para banho, pesca e a navegabilidade em alguns pontos, sendo que, em alguns casos, isso só pode ocorrer dentro de um horário e com os aparatos técnicos para o transporte das embarcações. Desta forma, lutam para serem reconhecidos como atingidos e para serem inseridos dentro dos programas direcionados para os indígenas.

Todos esses fatos geram um amontoado de processos via MPF pelas violações de direitos, a exemplo dos direitos garantidos para os povos indígenas, que o Brasil ainda está longe de promover, bem como o direito à cidade, haja vista que por muito tempo o Estado brasileiro, via órgãos indigenistas, não dá importância a essa realidade das cidades, sobretudo às amazônicas que apresentam números expressivos de moradores indígenas de diferentes etnias.

Como impactos positivos do empreendimento, o Estudo dos Indígenas Moradores de Altamira e da Volta Grande do Xingu, no EIA, permitiu um maior conhecimento, ainda que com os problemas que apresentou, dessa realidade da cidade. Além disso, muitos destacam o orgulho da pertença étnica e o pouco de respeito e de reconhecimento que conseguiram. A Câmara Técnica Local de Indígenas Ribeirinhos e Citadinos, na FUNAI em Altamira, é considerada uma grande conquista em face desses processos, bem como a Câmara Técnica 6 do PDRS do Xingu. Por meio dessa, as associações, ainda que com dificuldades, conseguem aprovar projetos que trazem melhorias à qualidade de vida de seus associados. Contudo, muitos moradores não participam de associações por descreditarem que algo possa mudar, haja vista que, historicamente, a forma de relação que o Estado desempenha tem sido negativa, tão danosa que poucos esperam mudanças. Sobre os principais motivos para estarem associados estão: 1) contato com os seus parentes, fortalecimento cultural e reafirmação de suas pertenças étnicas; 2) acesso às políticas específicas; 3) direito à cidadania indígena e à demarcação de Área Indígena na cidade; 4) reconhecimento como atingidos. Os que não estão representados por associações, estão longe de tais benefícios, haja vista que o associativismo foi a principal forma de fazerem-se vistos e ouvidos em uma cidade média e em transição.

A ideia que perpassa com a requalificação dos espaços, que antes tinham um grande número de moradores indígenas à beira-rio e que foram removidos, é muito mais de uma segregação dessas famílias para a implantação de práticas como o turismo e de equipamentos que gerem renda, além do embelezamento da cidade dentro de um planejamento estratégico para deixar Altamira mais competitiva e atraente aos novos agentes econômicos e outros empreendimentos que aumentem a receita do Município. Todas essas ações já demandadas no Plano Diretor Municipal, que, apesar de na teoria ser participativo, na prática não é, haja vista

que seu diagnóstico apontava como especificidades os moradores indígenas da cidade, que por não estarem sob jurisdição dos órgãos indigenistas, também foram ignorados no âmbito do plano. Outro fator importante está ligado ao Registro do Processo Participativo do plano diretor, nele uma associação indígena participou, porém sua demanda, até então não foi atendida. A presidenta desta associação, assim como os presidentes de outras e os moradores relatam que não são consultados no planejamento dessas políticas e, quando precisam ser ouvidos, têm que tomar medidas mais drásticas, como intervenções em reuniões. Tais fatos revelam que não há interlocução com poder público municipal para o atendimento de suas demandas. Ressaltam, ainda, que a única vez que a prefeitura atendeu a uma reivindicação foi para a expansão do perímetro urbano para alcançar a área do Pedral; isso depois de algumas pressões feitas pelos indígenas.

A forma de invisibilidade dos povos indígenas do médio Xingu e, sobretudo os da cidade, também estão nas ações das secretarias e coordenadorias do Município. A Secretaria Municipal de Educação não tem informação do quantitativo de alunos indígenas nas escolas da cidade, mas reconhece que são muitos. A Coordenadoria de Cultura do Município reconhece que na cidade há várias etnias, porém ainda não tem nenhum projeto voltado para elas, sendo que as feiras de artesanato indígena, entre outros eventos, que levem à sociedade a um maior conhecimento desses povos e suas culturas, ficam a cargo das atuações de institutos privados.

O conjunto de políticas projetadas para a região e para a cidade guardam articulações entre si. Apesar de seus diagnósticos atentarem para algumas particularidades, isto, não tem sido levado em consideração. No âmbito dos PBAs, por exemplo, muitas promessas de geração de emprego e renda foram feitas, além da ampliação da cobertura de saneamento e equipamentos urbanos, porém, tais promessas esboçadas não têm sido cumpridas a contento. As poucas medidas tomadas são paliativas e, por isso, pouco eficazes no tocante à melhoria da qualidade de vida dessas populações étnica e culturalmente diferenciadas. O que se observa é um grande número de problemas de várias ordens que afetam sobremaneira esses povos indígenas, promovendo uma ação etnocida generalizada. Como exemplo, houve a introdução de uma dieta alimentar com base em produtos industrializados às famílias que residem nas aldeias e que também afetam os que moram na cidade, desarticulando, assim, seus modos de vida.

Os programas, planos e projetos, articulados à região reforçam as estratégias do planejamento sob o modelo econômico vigente. Para se alcançar a condição de cidadania no

Brasil, há a necessidade de um novo modelo cívico com base nas especificidades do território, por isso, um modelo cívico-territorial que possa emergir a partir da práxis. Para alcançar a cidadania indígena, compreendemos que isto pode, de fato, ocorrer dentro de um possível modelo cívico-territorial (SANTOS, 2007) que leve ao direito à cidade (LEFÈBVRE, 2006) pluriétnica e multicultural. Nesse caso, o planejamento deve levar em conta as particularidades reveladas no espaço urbano, no âmbito do viver e do vivido no cotidiano, nas práticas sociais. Desta forma, há a urgência de um novo modelo de desenvolvimento sob um olhar interno.

O PDRS, como um plano para o desenvolvimento da região, veio contra a perspectiva de antigas lutas, inclusive de movimentos sociais como o MXVPS, a de um projeto de desenvolvimento regional com base na realidade local. Apesar do PDRS, assim como outras políticas, levarem em conta esse conhecimento prévio dessa realidade pluriétnica indígena em diferentes realidades espaciais, suas diretrizes entraram em dissonância com as necessidades das populações locais e seus modos de vida ligados à dinâmica do rio.

Estes pontos elencados no decorrer do trabalho e ressaltados aqui tentam responder às questões-problema pensadas para a pesquisa. Além disso, vão ao encontro da hipótese da qual se partiu a pesquisa de que, com a instalação do empreendimento de Belo Monte, projeto contido no PAC do governo federal, diversos impactos vêm ocorrendo nas áreas diretamente afetadas por ele, levando a cidade de Altamira a um processo de reorganização socioespacial e a intensos conflitos entre os grupos indígenas e a empresa executora da obra. Em virtude disso, vários programas, planos, projetos e ações de desenvolvimento urbano e regional e de mitigação e compensação de impactos estão sendo concebidos e implantados. Entretanto, essas medidas não têm levado em consideração, a contento, a presença, o significado e o modo de vida dos grupos étnicos indígenas na cidade. Isso remete à invisibilidade de suas demandas e à negação de seu reconhecimento como indígenas pelas organizações estatais e privadas, o que implica na ausência de políticas diferenciadas direcionadas aos indígenas presentes no espaço intraurbano.

Ressaltamos que, ainda que o trabalho tenha tratado de forma genérica “os indígenas”, no sentido de movimento de luta, reconhecemos que são várias etnias presentes no espaço urbano estudado e que cada uma tem suas particularidades, história junto ao Xingu e à formação da cidade, assim como possuem demandas específicas. O intuito do trabalho não era a totalidade dos processos, até porque isso não cabe em uma única pesquisa, mas tentar ter uma visão mais ampla da etnicidade.

Nesse sentido, o trabalho buscou contribuir para um maior entendimento das lutas e conquistas dos povos indígenas nas cidades amazônicas, em específico, em uma cidade média para onde convergem importantes políticas que promovem uma ampla articulação com espaços extrarregionais, mas que guarda em seu espaço intraurbano particularidades como a presença de diversos povos indígenas, que têm seus modos de vida ligados à dinâmica do rio Xingu e estabelecem fortes relações com os parentes das aldeias e/ou ilhas. Ademais, essas relações, bem como as lutas por direitos, a exemplo do direito de autodeterminação em conjunto desses povos situados em diferentes espaços geográficos, evidenciam o hibridismo rural e urbano na Amazônia. É importante destacar que os povos indígenas na cidade já tem voz e mobilizam direitos a seu favor, apesar, como bem ressaltou Magalhães (2017), dos processos de expropriação de Belo Monte terem sido silenciados.

Por fim, destaca-se que Altamira é mais uma parcela do espaço amazônico que reflete a “urbanodiversidade” (TRINDADE JR., 2013) da região, com traços específicos, sobretudo pela sua composição urbana pluriétnica. Essas particularidades não são desconsideradas no âmbito do planejamento urbano e regional e nas políticas específicas, como as de mitigação e compensação de impactos de Belo Monte.

A presença de índios nas cidades da Amazônia deve ganhar mais atenção no âmbito de políticas públicas, haja vista que nesses últimos anos, com a crise que arrasa a Venezuela, por exemplo, muitos indígenas de diversas etnias pediram refúgio e migraram para cidades como Boa Vista, em Roraima - que por si só se destaca pelo grande número de indígenas -, Belém e Altamira, ambas no Pará. Nessas novas realidades encontram-se em condições precárias e com ausência de medidas assistencialistas efetivas. Tal questão aumenta a preocupação por parte dos movimentos sociais, por exemplo, haja vista que a forma de tratamento com os indígenas no Brasil já é tão insuficiente e de violação de direitos. Com essa nova realidade, se medidas direcionadas e eficazes não forem tomadas, é possível entrarmos em uma situação mais alarmante do que a que já se apresenta. Na América Latina, o Brasil é um dos países que mais se destaca na violação de direitos e destrato com suas populações tradicionais, em específico os povos indígenas. Essas são parte dos reflexos negativos do modelo de desenvolvimento que os países vêm adotando, a exemplo do neodesenvolvimentismo argentino e brasileiro.

A FUNAI, como órgão indigenista, precisa passar por um processo de reestruturação pra dar conta dessa realidade que foi obrigada a reconhecer, ou seja, a presença desses

indígenas em espaços geográficos que não são as Terras Indígenas e que requerem, também, o reconhecimento e a consolidação de direitos.

Com relação aos fatos verificados com a instalação de Belo Monte no Xingu, para toda ação do Estado/empresa houve uma reação local. O movimento indígena, principalmente dos que moram na cidade, com as demandas que apresentam, reivindicam direitos, garantidos em leis, além de outras formas de atuação para fazerem-se visíveis. Isso tem sido um verdadeiro incômodo para a Norte Energia e para o Estado, causando muitos embates.

Há a necessidade de uma agenda política que leve em conta as especificidades da cidade com suas heterogeneidades, em um contexto de dentro para fora, em que as peculiaridades étnicas com seus modos de vida e de culturas sejam levadas em consideração. Só dessa forma, acredita-se, Altamira poderia deixar de ser, de fato, a cidade dos invisíveis, no sudoeste paraense.

## **REFERÊNCIAS**

ACEVEDO MARIN, R. Visão histórica da região do rio Xingu: economia e diversidade étnica, *Papers do NAEA*, Belém, n. 276, 1-22, dez. 2010.

ADALBERTO, Príncipe da Prússia. *Brasil: Amazonas – Xingu*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1977.

ALBUQUERQUE, M. A. S. *O regime imagético Pankararu (tradução intercultural na cidade de São Paulo)*. Florianópolis, 2011, 428p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ALMEIDA, A. W. B. *Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinas e fundos de pastos: Terras Tradicionalmente Ocupadas*. 2º ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

\_\_\_\_\_. Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A. W. B.; CARVALHO, G. (Org.). *O Plano IIRSA visão da sociedade Pan-Amazônica*. Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE); Observatório COMOVA/UFPA, 2009. p. 57- 105.

ALONSO, S; CASTRO, E. M. Processo de transformação e representação do rural – urbano em Altamira. In: CARDOSO, A. C. D. (Org.). *O Rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectiva*. Belém: EDUFPA, 2006. p. 162-215.

ALTAMIRA, Prefeitura Municipal. *Relatório do Plano Diretor do Município de Altamira*. Altamira: TECHNUM Consultoria, 2010a.

ALTAMIRA, Prefeitura Municipal. *Registro do Processo Participativo do Plano Diretor do Município de Altamira*. Altamira: TECHNUM Consultoria, 2010b.

\_\_\_\_\_. Lei nº.2.178, de 07 de abril de 2011. *Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor de Altamira e dá outras providências*. Altamira: Prefeitura Municipal, 2011.

ANDRELLO, G. *Cidade do índio*. São Paulo: UNESP/ISA, 2006.

ANTONAZ, D. Os estudos sócio-antropológicos no EIA da UHE de Belo Monte. In: MAGALHÃES, S. M. B; HERNANDEZ, F. M. (Orgs). *Painel de especialistas: Análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*. Painel de Especialistas, 2009. Disponível: <[http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA\\_online%20%283%29.pdf](http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20%283%29.pdf)>. Acesso em: 26 fev. 2017.

ARAÚJO, R. B; SANTOS, S. M. S. B. M. O consórcio Norte Energia: relações Estado e empreiteiras na construção de Belo Monte: uma análise da constituição do consórcio Norte Energia. In: II Seminário Internacional América Latina: Políticas e conflitos contemporâneos. *Anais...* Belém: Universidade Federal Do Pará, 2017. p. 1591-1605.

ARRUTI, J. M. A. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana* 3 (2), p. 7-38, 1997.

ARNAULT, R. P. P. *Altamira indígena em Belo Monte: experiências Xipaya e Kuruaya em transformação*. São Paulo, 2016, 251p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós –

Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ATHIAS, L. Investigação étnico-racial no Brasil: entre classificação e identificação. In: SIMÕES, A. *et al.* (Orgs). *Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais: grupos populacionais específicos e uso do tempo*. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica). [s.p].

BARTOLOMÉ, M. A. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana* 12 (1), p. 39-68, 2006.

BECKER, B. K. Fronteira e urbanização repensadas. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.3, n. 4, p. 357-371, jul./dez. 1985.

\_\_\_\_\_. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.

\_\_\_\_\_. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégias*, n. 12, p. 135-159, set. 2001.

BELTRÃO, J. F. *Povos indígenas na Amazônia*. Coleção Estudos Amazônicos [História]. Belém: Editora Estudos Amazônicos, 2012.

BOITO JÚNIOR, A.; BERRINGER, T.. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v.21, n. 47, p. 31-38, set. 2013.

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. *Dispõe sobre o Estatuto do Índio*. Disponível: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm)>. Acesso em: 14 ago. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 06 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Programa de Aceleração do Crescimento (PACI:2007-2010). Brasília: Ministério do Planejamento, 2007. Disponível: <<http://www.brasil.gov.br/pac/relatorios/nacionais/11o-balanco-4-anos/parte-1/view>>. Acesso: em 6 mai. 2013.

\_\_\_\_\_. Programa de Aceleração do Crescimento (PACI:2007-2010).2º balanço. Brasília: Ministério do Planejamento, 2008. Disponível: <<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/e29cf9313e36859ff2803596031e2255.pdf>>. Acesso em: 6 mai. 2013.

\_\_\_\_\_. Programa de Aceleração do Crescimento (PACI: 2007-2010): balanço 4 anos. Brasília: Ministério do Planejamento, 2010. Disponível: <<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/92977484f42df916be3feadde1a42fa2.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II: 2011-2014): 2º balanço. Brasília: Ministério do Planejamento, 2011. Disponível: <<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/97725790abef057b0f0b27c294169dc4.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II). Brasília: Ministério do Planejamento, 2014a. Disponível: <<http://www.pac.gov.br/>>. Acesso em: ago.2014.

\_\_\_\_\_. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II: 2011-2014): 10º balanço. Brasília: Ministério do Planejamento, 2014b. Disponível:<<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/22b7111048102f064e0afd5a98408d97.pdf>>.Acesso em: 19 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC: 2015-2018). 2º balanço. Brasília: Ministério do Planejamento, 2015. Disponível: <<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/41092af254516faba666dcf9b5c9c871.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC: 2015-2018). 3º balanço. Brasília: Ministério do Planejamento, 2016. Disponível: <<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/d529f25a6d4a96fc83fdb0dd10b764c5.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC: 2015-2018). 5º balanço. Brasília: Ministério do Planejamento, 2017. Disponível: <<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/5e39adefd6aa9de2da1fae9860529992.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu. Brasília. 2009. Disponível: < <http://www.pdrsxingu.org.br/index.aspx>>.Acesso em: 27 abr. 2017.

*BYE BYE BRASIL*. Direção: Carlos Diegues. Embrafilme, 1979. (105 min). Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=VYQKYig8PbM>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

CÂNDIDO, A. *Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

CANCLINI, N. *Culturas híbridas*. São Paulo: EDUSP, 2012.

CALEFFI, P. O que é ser índio hoje? A questão indígena na América Latina/ Brasil no início do século XXI. *Diálogos Latinoamericanos*. Aarhus (Dinamarca), v.07, p. 20-42, 2003.

CARDOSO, S. M. *O circuito superior da economia urbana e as verticalidades geográficas em Marabá-PA*. 2015a. 98p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Faculdade de Geografia e Cartografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.

\_\_\_\_\_. *Entre verticalidades e horizontalidades geográficas: a cidade de Altamira e as políticas de desenvolvimento urbano e regional voltadas para a área de influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte-PA*. 2015b. [s.n]. Relatório de pesquisa (Programa Institucional de Bolsistas de Iniciação Científica) – Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Pará, Belém.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Urbanização e tribalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968.

\_\_\_\_\_. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1976.

CARVALHO, E. M. X. *Cadastro dos índios citadinos e ribeirinhos da Volta Grande do Xingu*. Altamira, 2000. Trabalho não publicado.

CASTRO, E. Expansão da Fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. *Cadernos CRH*, Salvador, v.25, n.64, p.45-61, jan./abr. 2012.

CASTRO, E.; CAMPOS, Í. (Orgs.). *Formação socioeconômica da Amazônia*. Belém: NAEA, 2015.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

COSTA, R. C. *XINGU – Transamazônica: linha de queda, territorialidades e conflitos*. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.

CORRÊA, S. R. M. *O Movimento Xingu Vivo Para Sempre e os conflitos socioambientais diante do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte: O padrão de desenvolvimento da Amazônia em disputa*. Campina Grande, 2014, 541p.. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

COUDREAU, H. *Viagem ao Xingu*. São Paulo: Editora da USP, [1896] 1977.

CRESWEL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, R.C.A. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L.(org). *América Latina: cidade, campo e turismo*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 337-350.

CUNHA, M. C. Introdução a uma história indígena. In: \_\_\_\_\_. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012. p. 7-25.

DIAS, P. C.; LOPES, D. M. F. A propósito do planejamento e gestão nas cidades médias e pequenas: uma breve introdução. In: \_\_\_\_\_. (orgs). *Cidade médias e pequenas: desafios e possibilidades do planejamento e gestão*. Salvador: SEI, 2014. p. 9 – 20.

ECO4PLANET. Brasil aparece nas (incríveis) melhores fotos de 201 da Agência Reuters, 2012. Disponível em: <<http://eco4planet.com/blog/brasil-aparece-nas-incriveis-melhores-fotos-de-2012-da-agencia-reuters/>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

FOUCAULT, M. Outros espaços. *Aechitecture, Movement, Continuité*. n. 5, out. 1984.

\_\_\_\_\_. *A Ordem do Discurso*. 3º ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Presidência da FUNAI. Componente Indígena-UHE Belo Monte. Ofício n.148, 20 de maio de 2011. *Ofício*, Brasília, [s.p], mai. 2011.

FVPP (Fundação Viver, Produzir e Preservar). Projeto 105/2014: A voz dos atingidos de Belo Monte [Levantamento RUC Pedral – Indígenas, Ribeirinhos e Pescadores], 2014.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G.(Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 64-89.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GROULX, L-H. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: POUPART, J. et alii. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 95-124.

GUNTER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: teoria e pesquisa*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, mai/ago., 2006.

HECK, E. et al. Amazônia indígena: conquistas e desafios. *Estudos Avançados*. 19 (53), 2005. p. 237-255.

HENRIQUE, M.C. *Índios na Amazônia do século XIX*. Coleção Estudos Amazônicos [História]. Belém: Editora Estudos Amazônicos, 2012.

IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Licença Provisória no 342/2010, 2010. Disponível: <http://www.ibama.gov.br/publicadas/sai-licenca-previa-de-belo-monte-com-40-condicionantes>. Acesso em: 18 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Diretoria de Licenciamento. Processo nº. 02001.001848/2006-75-AHE Belo Monte. Ofício n.350, 19 de maio de 2011. *Ofício*, Brasília, [s.p], mai. 2011.

\_\_\_\_\_. Norte Energia é autuada em R\$ 7,5 milhões e recebe multas diárias de R\$ 810 mil por descumprir exigências do licenciamento de Belo Monte. Brasília: Notícias, 2017. Disponível: < <http://www.ibama.gov.br/noticias/422-2017/1071-norte-energia-e-autuada-em-r-7-5-milhoes-e-recebe-multas-diarias-de-r-810-mil-por-descumprir-exigencias-do-l>>. Acesso em: 31 out. 2017.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Regiões de Influência das Cidades (REGIC) 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

\_\_\_\_\_. Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível: <<http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. *População estimada de Altamira em 2018*. Disponível: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/altamira/panorama>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

JUSTIÇA GLOBAL. Estado brasileiro é condenado pela Corte Interamericana por violar direitos indígenas, 2018. Disponível: <<http://www.global.org.br/blog/estado-brasileiro-e-condenado-pela-corte-interamericana-por-violar-direitos-indigenas/>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

KATZ, C. *Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo*. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

KRAUTLER, E. Mensagem de Abertura. In: SEVÁ FILHO, O. (Org.). *Tenotã-Mõ*. Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network, 2005.

LASMAR, C. *De volta ao lago do leite*. São Paulo: Editora: UNESP/ ISA, 2005.

LEFEBVRE, H. *Sociologia de Marx*. São Paulo: Editora Forense, 1968.

\_\_\_\_\_. *La producción de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.

\_\_\_\_\_. "A práxis": a relação social como processo. In: FORACCHI, M. M; MARTINS, J. S. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: LTC. 1994.

\_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. 4 ed. São Paulo: Centauro, 2006.

\_\_\_\_\_. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. *A reprodução das relações de produção*. Goiânia: Edições Redelp, 2016. (Coleção Parêntesis 01).

LEME. Estudo de impacto ambiental – EIA, Relatório de impacto ambiental – RIMA: Belo Monte [Índios Moradores de Altamira e da Volta Grande do Xingu], v. 35, TOMO 7, 2009.

LEME. Projeto Básico Ambiental: Plano de Requalificação Urbana (Altamira). Set. 2011.

LUCIANO, G. S. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem). *Demanda dos moradores do bairro Água Azul*. Altamira, 2017.

MAGALHÃES, S. B.. A voz dos ribeirinhos expulsos. In: *A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: Relatório da SBPC* [livro eletrônico]. Org.: CUNHA, M. C.; MAGALHÃES, S. B.. São Paulo: SBPC, 2017. Disponível: <<http://portal.sbpcnet.org.br/livro/belomonte.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

MAGALHÃES, S.B; HERNANDEZ, F.; (Org.). *Painel de especialistas: análise crítica do estudo de impacto ambiental do aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*. Painel de Especialistas, 2009. Disponível: <[http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA\\_online%20%283%29.pdf](http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20%283%29.pdf)>. Acesso em: 26 fev. 2017.

MAGALHÃES, A. C. Aproveitamento Hidrelétrico do Rio Xingu. UHE Belo Monte. Análise do Estudo de Impacto Ambiental. Povos Indígenas. In: MAGALHÃES, S. M. B; HERNANDEZ, F. M. (Orgs). *Painel de especialistas: Análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*. Painel de Especialistas, 2009. Disponível: <[http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA\\_online%20%283%29.pdf](http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20%283%29.pdf)>. Acesso em: 26 fev. 2017.

MANDEL, E. *Introdução ao marxismo*. 2 ed. Porto Alegre: Renascença, 2015.

MELO, K.M.S. *Lutas sociais e resistências na área de influência da usina hidrelétrica de Belo Monte: a Amazônia no cenário da mundialização do capital*. Brasília, 2016, 268p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília/UnB, Brasília.

MILDER, R. *O desenvolvimento de Altamira e sua região após a construção da transamazônica (1970-1984)*. Nijmegen, 1987. Resumo em português de Tese (Doutorado) – Instituto de Geografia e Planejamento, Universidade Católica, Nijmegen.

MIRANDA NETO, J. Q. Mobilidade do trabalho e reestruturação urbana em cidades médias: UHE Belo Monte e as transformações na cidade de Altamira-PA. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL CIDADES MÉDIAS, III, 2015, Rio de Janeiro, *Anais...Rio de Janeiro*, abr. 2015.

\_\_\_\_\_. *Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana: O papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência*. São Paulo, 2016, 369p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo.

MPF. Ministério Público Federal. MPF/PA denuncia ação etnocida e pede intervenção judicial em Belo Monte, 2015. Disponível: <<http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-denuncia-acao-etnocida-e-pede-intervencao-judicial-em-belo-monte>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. TRF1 ordena adequação das casas destinadas aos atingidos por usina de Belo Monte, em Altamira (PA), 2017. Disponível: <<http://www.mpf.mp.br/regiao1/sala-de-imprensa/noticias-r1/trf1-ordena-adequacao-das-casas-destinadas-aos-atingidos-por-belo-monte-em-altamira>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

NASCIMENTO, S. M. *Usina hidrelétrica de Belo Monte: o campo de forças no licenciamento ambiental e o discurso desenvolvimentista dos agentes políticos*. Belém, 2011, 378p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

\_\_\_\_\_. *Violência e Estado de Exceção na Amazônia Brasileira: um estudo sobre a implantação da hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu (PA)*. Belém, 2017, 374p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

NASCIMENTO, A. C.; VIEIRA, C. M. N. O índio e o espaço urbano: breves considerações sobre o contexto indígena na cidade. *Cordis*. História: Cidade, Esporte e Lazer, São Paulo, n. 14, p. 118-136, jan./jun. 2015.

NEVES, I. S. EtniCidades: os 400 anos de Belém e a presença indígena. *Revista Moara*, Belém, v. 1, n. 43, p. 26-44, jan./jun. 2015.

NIMUENDAJÚ, C. Cartas de Belém [1920]. In: \_\_\_\_\_. *Etnografia e indigenismo: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará*. Organização e apresentação Marco Antônio Gonçalves. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. [Coleção Repertórios]. p. 141-160.

NORTE ENERGIA. Levantamento RUC Pedral-Indígenas, 2014.

NORTE ENERGIA. 8º Relatório Consolidado de Andamento do PBA-CI. 2017.

NUNES, E. S. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9 – 30, jan./jun. 2010.

NUNES, D. A. Feiras-livres & Feiras de Exposição: expressões da relação cidade-floresta no sudeste paraense. 2015. 256p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). *Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho*. Brasília: OIT, 2011. Disponível: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao\\_169\\_OIT.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf)>. Acesso em 15 jul. 2017.

OKAMOTO, L. *et al.* Povos indígenas nas estatísticas oficiais: identificação étnica, recomendações internacionais e a experiência brasileira. In: SIMÕES, A. *et al.* (Orgs). *Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais: grupos populacionais específicos e uso do tempo*. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica). [s.p].

OLIVEIRA, H. M. P. *Santarém: circuito superior e políticas de ordenamento territorial*. 2017. 104p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Faculdade de Geografia e Cartografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.

OLIVEIRA, J. P. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, n. 4, (1), 1998, p. 47-77.

\_\_\_\_\_. Cidadania e globalização: povos indígenas e agências multilaterais *Horizontes Antropológicos*, ano 6, n. 14, nov. 2000, p. 125-141.

ONU (Organização das Nações Unidas). *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas*. Disponível: <[http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS\\_pt.pdf](http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf)>. Acesso em 12 jul. 2017.

PAIS, J. M. Paradgmas sociológicos da análise da vida cotidiana. *Análise social*, Campinas, v. 22, n. 90, p. 7-57, 1986.

PARENTE, F. A. “*Eles são indígenas e nós também*”: pertencas e identidades étnicas entre Xypaia e Kuruaya em Altamira/Pará. Belém, 2016. 262p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.

PATRICIO, M. M. *Índios de verdade: O caso dos Xipaia e Kuruaya em Altamira*. Belém, 2000. 134p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós – Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.

PDRS. Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu. *Câmaras Técnicas*. Disponível: < <http://pdrsxingu.org.br/cts.aspx>>. Acesso: 14 ago. 2017.

PEREIRA, J. C. M. *Os modos de vida na cidade: Belterra, um estudo de caso na Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro, 2012, 258p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PEREIRA, J. C. *Indígenas na metrópole: lutas multiétnicas e identidade coletiva na cidade de Manaus (AM)*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2016a. (mimeo).

\_\_\_\_\_. *A presença indígena na cidade de Altamira (PA), no contexto da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte*. 2016b (mimeo).

PERRONE-MOISÉS, B. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, M. C (Org.). *História dos Índios no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1992. p. 115-132.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. 2 (3), p. 3-15. 1989.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *Amazônia, amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.

POSSUELO, S. “O futuro dos índios está intimamente ligado àquilo que nós seremos”. In: ISA (Instituto Socioambiental). *Povos Indígenas no Brasil 2001/2005*. São Paulo: ISA (Instituto Socioambiental), 2006. p. 69-74.

QUAINI, M. *Marxismo e geografia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RODRIGUEZ IBÁÑEZ, M. Ressignificando a cidade colonial e extrativista: bem Viver a partir de contextos urbanos. In: DILGER, G. et al (Orgs.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 297-333.

SALES, G. Etnografia da inclusão: a resistência contra a indiferença. In: ALMEIDA, A. W. B.; SANTOS, G. S (Orgs.). *Estigmatização & Território: mapeamento situacional das comunidades e associações indígenas na cidade de Manaus*. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/ Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009. p. 47-65.

SAMPAIO Jr. P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, p. 672-688, dez. 2012.

SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, E.; MOURA, E.; MAIA, M.L. (Orgs.) *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: EDUFPA, 1995. p. 13-20.

\_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

\_\_\_\_\_. *por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. 2.ed.1.reimpr..São Paulo: Edusp, 2012.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SARAIVA, M. P. *Identidade Multifacetada: a reconstrução do ser indígena entre indígenas do médio-Xingu*. Belém, 2005. 180p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

SEABRA, O. *Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do bairro do Limão*. São Paulo, 2003. 693p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. Territórios de uso: cotidiano e modo de vida. *Cidades*. São Paulo, v. 1, n. 2, p. 181-206, 2004.

SEVÁ, O. Povos indígenas, as cidades, e os beiradeiros do rio Xingu que a empresa de eletricidade insiste em barrar. In: SEVÁ FILHO, A. O. (org.). *Tenotã-Mô: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. São Paulo: International Rivers Network, 2005. p. 29-54.

SILVA, M. R.; NEVES, T.M. *Política Indigenista*. Coleção Estudos Amazônicos [História]. Belém: Editora Estudos Amazônicos, 2012.

SIMONI, A. T; DAGNINO, R. S. População Indígena e território na Amazônia brasileira: estudo de caso da população Xipaya no município de Altamira, Pará. In: CONGRESSO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, V, 2012, Montevideo (Uruguay), *Anais...Montevideo*, out. 2012.

\_\_\_\_\_. Dinâmica demográfica da população indígena em áreas urbanas: o caso da cidade de Altamira, Pará. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, V.33, n. 2, p. 303 – 326, maI./ago. 2016.

SOUZA, M. L. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. 4 ed. Rio Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SOUZA, C. B. G. A contribuição de Henri Lefèbvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia. *Revista Eletrônica Franco-Brasileira de geografia*. v. 5, n. 5, 2009.

SOUZA, M. *Amazônia Indígena*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SPOSITO, M, E, B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. São Paulo: UNESP, 2001. p.609-643.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SVAMPA, M. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas?. IN: DILGER, G. *et al* (Orgs.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 140-171.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. *Revista ACTA Geográfica*, ANO II, n°3, jan./jun. de 2008. p.59-83.

TRINDADE JR., S-C. C.. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico-informacional no espaço amazônico. *Revista IEB*. São Paulo, n. 50, p. 113-138, set./mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia Brasileira. *Papers do NAEA*, n° 321, Belém, Dezembro de 2013. p. 1-22.

TRINDADE JR., S-C. C.; PEREIRA, J. C. M. Reestruturação da rede urbana e importância das cidades médias na Amazônia oriental. In: SPOSITO, M. E. *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão popular, 2007.

TRINDADE JR., S-C. C.; RIBEIRO, R. Marabá: novos agentes econômicos e novas centralidades urbano-regionais no sudeste paraense. In: TRINDADE JR., S-C. C. *et al* (Orgs.). *Pequenas e médias cidades na Amazônia*. Belém: ICISA/UFPA, 2009. p. 333-359.

TV CIDADE. 38° Expoalta espera movimentar novos negócios em 2016. Disponível em: <<http://www.tvidadesbt.com.br/2016/08/38-expoalta-espera-movimentar-novos.html>> .Acesso em: 12 jul. 2016.

UMBUZEIRO. A. U. B; UMBUZEIRO, U. M. U. *Altamira e sua história*. 4 ed. Belém: Ponto Press, 2012.

VERDUM, R. Povos Indígenas no Brasil: o desafio da autonomia. IN:\_\_\_\_\_.*Povos Indígenas: Constituições e Reformas Políticas na América Latina*. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2009. p. 91-111.

VIEIRA, G.J.C. Breves notas sobre a concepção de etnocídio e seu contexto como violação de direitos humanos. *Lex Humana*, v. 3, n. 1, p. 36-49, 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, E. “No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é”. IN: ISA (Instituto Socioambiental). *Povos Indígenas no Brasil 2001/2005*. São Paulo: ISA (Instituto Socioambiental), 2006. p. 41-49.

XAVIER, L. G. Ciência e método: o pensamento marxista de Henri Lefebvre. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 7, n. 16, jun./set. 2013.

## **APÊNDICES**



## APÊNDICE: A

**Universidade Federal do Pará**  
**Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**  
**Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido**

<b>Roteiro base de entrevista semiestruturada aplicado junto ao coordenador da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em Altamira</b>
<b>Entrevistadora:</b> Suelem Maciel Cardoso (NAEA/UFPA)
<b>Objetivo da dissertação de mestrado na qual a entrevista irá compor os dados:</b> Analisar a presença e o significado dos povos indígenas na cidade de Altamira no contexto dos grandes projetos amazônicos, associado ao modelo neodesenvolvimentista, no período mais recente.
<b>Objetivo da entrevista:</b> Compor os dados da pesquisa para a dissertação de mestrado.
<p>1) Identificação do entrevistado:</p> <p>a) Qual o seu nome completo?</p> <p>b) Qual a sua idade?</p> <p>c) Qual o nome da sua instituição?</p> <p>d) Qual a sua função?</p> <p>2) Qual é o principal papel da Fundação em Altamira?</p> <p>3) Quem é considerado indígena para a FUNAI?</p> <p>4) Um dos objetivos da fundação é garantir a cidadania indígena, de acordo com as informações disponíveis em seu site oficial. Qual seria o perfil de um cidadão indígena e seus principais direitos? De que forma a FUNAI trabalha nesse sentido?</p> <p>5) De acordo com o censo do IBGE (2010) e pesquisas acadêmicas, houve um aumento nos últimos anos da população indígena na cidade. Que fatores foram observados para esse aumento? De que forma a fundação vem acompanhando esse processo?</p> <p>6) Uma das demandas dos povos indígenas na cidade é o reconhecimento étnico oficial. De que forma a FUNAI vem trabalhando nesse sentido?</p> <p>7) Quais são as principais demandas/direitos reivindicados pelos povos indígenas que vivem na cidade?</p> <p>8) Como se dá a assistência (saúde, educação, habitação, emprego) aos povos indígenas que vivem em Altamira? Dá-se de maneira semelhante aos que vivem em Terras Indígenas?</p> <p>9) Quais são os principais projetos/políticas direcionadas a esses povos, principalmente os que vivem na cidade? Eles são discutidos/elaborados junto às associações indígenas?</p> <p>10) De que maneira a fundação vem acompanhando os impactos (positivos e negativos) de Belo Monte aos indígenas, como o remanejamento das famílias que viviam na área diretamente afetada?</p> <p>11) Que medidas poderiam ser adotadas para melhorar a qualidade de vida dos povos indígenas que vivem na cidade?</p>



## APÊNDICE: B

**Universidade Federal do Pará**  
**Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**  
**Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido**

<b>Roteiro base de entrevista semiestruturada aplicado junto às organizações e movimentos socioambientais (ISA, CIMI, Movimento Xingu Vivo para Sempre)</b>
<b>Entrevistadora:</b> Suelem Maciel Cardoso (NAEA/UFPA)
<b>Objetivo da dissertação de mestrado na qual a entrevista irá compor os dados:</b> Analisar a presença e o significado dos povos indígenas na cidade de Altamira no contexto dos grandes projetos amazônicos, associado ao modelo neodesenvolvimentista, no período mais recente.
<b>Objetivo da entrevista:</b> Compor os dados da pesquisa para a dissertação de mestrado.
<p><b>1) Identificação do entrevistado:</b></p> <p>a) Qual o seu nome completo?</p> <p>b) Qual a sua idade?</p> <p>c) Qual o nome da sua instituição/organização?</p> <p>d) Qual a sua função?</p> <p><b>2) Há quanto tempo a instituição/organização existe?</b></p> <p><b>3) Qual é o principal papel da instituição/organização?</b></p> <p><b>4) De que forma a instituição/organização trabalha em defesa dos direitos dos povos indígenas, e em específico dos que residem na cidade de Altamira?</b></p> <p><b>5) Para a instituição/organização, as ações da Norte Energia tem/terão algum tipo de impacto (positivo e negativo) na vida dos indígenas que vivem na cidade?</b></p> <p><b>6) As ações (Planos, Programas, Projetos) da Norte Energia têm valorizado a importância dos indígenas que vivem na cidade e suas principais demandas? Por quê?</b></p> <p><b>7) As ações do poder público (prefeitura, governo do Estado) têm valorizado a importância dos indígenas que vivem na cidade e suas principais demandas? Por quê?</b></p> <p><b>8) Como a instituição/organização avalia a forma de atendimento às demandas dos povos indígenas que vivem na aldeia e os que vivem na cidade?</b></p> <p><b>9) O que poderia ser feito pelo poder público (prefeitura, governo estadual) e FUNAI para melhorar a vida dos indígenas na cidade?</b></p>



## APÊNDICE: C

**Universidade Federal do Pará**  
**Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**  
**Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido**

<b>Roteiro base de entrevista semiestruturada aplicado junto aos indígenas na cidade de Altamira</b>
<b>Entrevistadora:</b> Suelem Maciel Cardoso (NAEA/UFGPA)
<b>Objetivo da dissertação de mestrado na qual a entrevista irá compor os dados:</b> Analisar a presença e o significado dos povos indígenas na cidade de Altamira no contexto dos grandes projetos amazônicos, associado ao modelo neodesenvolvimentista, no período mais recente.
<b>Objetivo da entrevista:</b> Compor os dados da pesquisa para a dissertação de mestrado.
<b>1- informações gerais:</b> a – Qual seu nome e idade? b - Qual é sua etnia? c- Em que você trabalha? d – Qual é seu estado civil? e – Qual é seu grau de escolaridade? f- Fala alguma língua indígena? <b>2- Você nasceu na cidade ou aldeia?</b> <b>3 – Há quanto tempo você mora nesse lugar?</b> <b>4- Quantas pessoas moram com você? (incluindo filhos, irmãos, parentes e amigos)</b> <b>5- Antes de morar aqui, quais os outros lugares onde você morou?</b> <b>6- Como era a sua vida antes?</b> <b>7- Como é a sua vida hoje?</b> <b>8- Quais atividades da família que geram renda?</b> <b>9- Você nasceu na cidade ou aldeia?</b> <b>10 – Você tem parentes e/ou casa na aldeia? Com que frequência vai visitá-los aldeia?</b> <b>11 – Você pensa em morar ou voltar para aldeia?</b> <b>12 - Como você avalia a assistência, para os indígenas, com saúde, educação e habitação na cidade?</b> <b>13 – Você faz parte de alguma associação/ movimento de luta política? Qual?</b> <b>14- Com que frequência você participa das reuniões/atividades da associação/movimento?</b> <b>15 – Quais as principais demandas/motivos de lutas/direitos dos indígenas na cidade?</b> <b>16 – Como você avalia as mudanças para a sua família com a chegada do consórcio Norte Energia? O que mudou?</b> <b>17- As ações da Norte Energia com seus planos e programas levam em conta as demandas dos indígenas na cidade?</b> <b>18 - As ações do poder público com seus planos e programas (prefeitura, governo do Estado, governo federal) levam em conta as demandas dos indígenas na cidade?</b> <b>19- Existe algum tipo de conflito entre você ou família/etnia e o poder público, empresas ou qualquer outro tipo pessoas/grupos que estão na cidade?</b>



## APÊNDICE: D

**Universidade Federal do Pará**  
**Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**  
**Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido**

<b>Roteiro base de entrevista semiestruturada aplicado junto às associações indígenas na cidade de Altamira</b>
<b>Entrevistadora:</b> Suellem Maciel Cardoso (NAEA/UFPA)
<b>Objetivo da dissertação de mestrado na qual a entrevista irá compor os dados:</b> Analisar a presença e o significado dos povos indígenas na cidade de Altamira no contexto dos grandes projetos amazônicos, associado ao modelo neodesenvolvimentista, no período mais recente.
<b>Objetivo da entrevista:</b> Compor os dados da pesquisa para a dissertação de mestrado.
<p>1) Identificação do entrevistado:</p> <p>a) Qual o seu nome completo?</p> <p>b) Qual a sua idade?</p> <p>c) Qual o nome da sua associação?</p> <p>d) Qual a sua função?</p> <p>2) Há quanto tempo a associação existe?</p> <p>3) Qual é o papel da associação?</p> <p>4) Quem a associação reconhece como indígena?</p> <p>5) Que atividades/eventos acontecem para os associados? Qual frequência?</p> <p>6) Quais são as principais demandas dos povos indígenas que vivem na cidade?</p> <p>7) Quais foram as principais conquistas que obtiveram?</p> <p>8) As ações do poder público (prefeitura, governo do Estado) e da FUNAI têm valorizado os indígenas que vivem em Altamira, com sua cultura, seu modo de vida e suas principais demandas? Por quê?</p> <p>9) As ações da Norte Energia têm valorizado os indígenas que vivem em Altamira, com sua cultura, seu modo de vida e suas principais demandas? Por quê?</p> <p>10) Para a associação, existe diferença na forma de assistência direcionada aos que vivem nas Terras Indígenas e os que vivem na cidade? Por quê?</p> <p>11) O que poderia ser feito pelo poder público (prefeitura, governo do estado), FUNAI e pela Norte Energia para melhorar a vida dos indígenas na cidade?</p> <p>12) Que impactos (positivo e negativo) as ações da Norte Energia tem/tiveram na vida dos indígenas que vivem na cidade de Altamira?</p> <p>13) Há espaços de diálogos/debates entre a Norte Energia e a associação? Qual a frequência dos encontros?</p> <p>14) Há espaços de diálogos/debates entre a FUNAI ou poder público (prefeitura, governo do Estado) com a associação? Qual a frequência dos encontros?</p> <p>15) Existe algum problema ou conflito entre a associação e o poder público, empresas ou qualquer outro tipo de pessoas/grupos que estão na cidade? Quais? Por que acontecem?</p>